

N.º 11 | 2020

CEM

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

REVISTA DO CITCEM
– CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
TRANSDISCIPLINAR
«CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA»

NESTE NÚMERO:

DOSSIER TEMÁTICO

«Paisagens Patrimoniais»

(ed. Maria Leonor Botelho e Ana Rita
Albuquerque)

VARIA

NOTÍCIAS



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

CEM N.º 11
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

CEM N.º 11

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Diretora: Amélia Polónia

Editores do dossier temático: Maria Leonor Botelho | Ana Rita Albuquerque

Foto da capa: Tiago Cruz

Design gráfico: www.hldesign.pt

Composição, impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda.

Distribuição: Companhia das Artes

N.º de edição: 2023

Tiragem: 500 exemplares

Depósito Legal: 321463/11

ISSN: 2182-1097-11

Doi: <https://doi.org/10.21747/2182109711/cema11>

Periodicidade: Semestral

Revista sujeita a *peer-review*

Revista indexada em: DOAJ, PROQUEST, Fonte Académica (EBSCO), Academic Journals Database e Google Scholar

A edição *online* respeita os critérios do OA

Junho 2020

Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020





EDITORIAL *pág. 5*

APRESENTAÇÃO

«PAISAGENS PATRIMONIAIS»

- Maria Leonor Botelho
- Ana Rita Albuquerque *pág. 7*

PAISAGENS PATRIMONIAIS

PAISAGEM CULTURAL DE TRANSMÂNICA: A ROTA DA SERRA DA ESTRELA PARA AS CAMPINAS DE IDANHA

- Raquel Carvalho; Teresa Portela Marques *pág. 24*

SHOAH E LITERATURA DE TESTEMUNHO: O CAMPO CONCENTRACIONÁRIO ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA

- Isabella Alessandra Cortada Roberto *pág. 45*

O DESENHO DIGITAL E AS PAISAGENS PATRIMONIAIS. CONVENTO DA MADRE DEUS DE MONCHIQUE, NO PORTO

- Tiago Trindade Cruz *pág. 57*

A QUINTA, A CAPELA E O PORTAL: ANÁLISE DO POTENCIAL DE UMA PAISAGEM HISTÓRICA INSERIDA NO CONJUNTO ARQUITETÓNICO DA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

- Ariadne Ketini Costa de Alcântara *pág. 75*

OPERAÇÕES SAAL PORTO – VALOR PATRIMONIAL E PROPOSTA DE SALVAGUARDA

- João Luís da Mota Torres Fernandes *pág. 92*

«DESCUBRIR» Y «DESCUBRIRSE» EN EL ROMÁNICO: UN EJEMPLO CATALÁN DE PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD

- Maria Garganté Llanes *pág. 108*

A RAIA DE RIBACÔA: PERSPETIVAS DE INVESTIGAÇÃO COMPREENDENDO O PERÍODO DE 1762-1960

- Maria Isabel Lopes de Mendonça *pág. 127*

PATRIMÓNIO MUNDIAL E OS SÍTIOS CULTURAIS EM RISCO IMINENTE. PRIMEIRAS REFLEXÕES

- Inês de Carvalho Costa *pág. 141*

FIÇÃO E FRUIÇÃO DE PAISAGENS DE OITOCENTOS: ENTRE O PORTO E VILA REAL, POR EDWARD QUILLINAN

- Carmen Matos Abreu *pág. 152*

NOVA SAPHO – UM NOVO OLHAR SOB(RE) A PAISAGEM LITERÁRIA PORTUGUESA

- Clara Maria Silva *pág. 169*

UMA GEOGRAFIA DE ROSTO HUMANO

- Maria José Dias *pág. 183*

THE URBAN LANDSCAPE HERITAGE AS A SOCIAL PARTICIPATIVE AND ARTISTIC CONSTRUCT. THE CASE STUDY OF MOURARIA IN LISBON

- Ana Moya *pág. 199*

UMA TRIÁDE BOTÂNICA NA PAISAGEM OITOCENTISTA PORTUENSE: JARDINS E HORTOS DE EXCELÊNCIA CIENTÍFICA E ECONÓMICA

- Cristiana Vieira; Ana Catarina Antunes; Sónia Faria *pág. 218*

PAISAGEM HISTÓRICA URBANA: CONTRIBUTOS DA CARTOGRAFIA PARA CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO E IDENTIDADE URBANAS DA FREGUESIA DE PARANHOS (PORTO)

- Mariana Raquel Salino Carvalho *pág. 239*

VARIA

UMA CASA PORTUGUESA: AS CRIANÇAS AUSTRIACAS EM PORTUGAL NO PÓS-GUERRA (1947-1958)

- Ana R. da Silva Pinho *pág. 263*

O PARÁ QUE «TREME»: COMPREENDENDO O TECNOBREGA COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

- Mariana Beatriz Marques Fernandes *pág. 284*

«LE FJORD GLACÉ D'ILULISSAT: LA MISE EN TOURISME D'UN PAYSAGE NATUREL PATRIMONIALISÉ»

- Andréa Poiret *pág. 294*

NOTÍCIAS *pág. 313*



Conselho Editorial

Amélia Polónia
Armando Malheiro da Silva
Gaspar Martins Pereira
John Thomas Greenfield
Lúcia Rosas
Luís Alberto Marques Alves
Maria Norberta Amorim
Mário Jorge Barroca
Luís Fardilha
Isabel Pereira Leite
Ana Paula Soares

Conselho Consultivo

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa)
David Reher (Universidade Complutense de Madrid)
Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa)
Francisco Bettencourt (King's College)
Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)
Ingrid Kasten (Universidade de Berlim)
Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)
Jochen Vogt (Universidade de Essen)
Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)
José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)
José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)
Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)
Mona Haggag (Universidade de Alexandria)
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade Nova de Lisboa)
Octávio de Medeiros (Universidade dos Açores)

Secretariado

Marlene Cruz
Vanessa Sousa

Contactos

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»
Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Via Panorâmica, s.n. / 4150-564 PORTO – PORTUGAL
Tel: 226 077 177
<http://www.citcem.org>
E-mail: citcem@letras.up.pt

Alguns autores, por decisão pessoal, não aplicam o novo acordo ortográfico.

O número 11 da «CEM», revista do CITCEM, inicia um novo ciclo editorial, agora semestral, em estrito cumprimento com os requisitos necessários para a sua indexação internacional. Mantendo uma imagem de marca em consonância com a sua linha gráfica original, a «CEM» 11 apresenta modificações que respondem a novos requisitos técnicos de referenciação de cada contributo tendo em vista a sua indexação, a par de uma mancha gráfica menos densa, porventura mais adequada a um suporte que, continuando a ser impresso, é cada vez mais acessível em forma digital. Helena Lobo, a designer responsável pela inicial versão da «CEM», continua connosco neste desafio de mudança em continuidade.

O presente número, subordinado ao tema Paisagens Patrimoniais, é agora dado ao prelo, em convergência com as prioridades de investigação e debate científico estabelecidos pelo CITCEM desde a sua fundação, em 2007, e reforçados com as novas perspetivas teóricas e metodológicas introduzidas no seu plano estratégico para 2020-2023. Em confluência com os objetivos prosseguidos, de forma cruzada, pelos Grupos de Investigação Patrimónios Materiais e Imateriais e Territórios e Paisagens, este número da «CEM» emerge como mais uma pedra de sustentação e de diálogo entre esses dois grupos.

O primeiro, Patrimónios Materiais e Imateriais, propõe-se dar prioridade a aproximações interdisciplinares amplamente colaborativas sobre todos os tipos de património, estabelecendo um profícuo diálogo entre disciplinas como a História, a Arqueologia, a História da Arte, a Museologia, a Arquitetura, as Culturas Digitais. Temas como os da construção de identidades, refletidas também em paisagens patrimoniais, constituem tópicos da sua ação. Este plano alinha-se com o programa estratégico do CITCEM para 2020-2023, Migrações e Permeabilidades, ao procurar compreender como múltiplos níveis de mudança interagem com as paisagens culturais, incluindo as patrimoniais, ao longo do tempo, gerando registos patrimoniais renovados, reflexo de dinâmicas do passado e do presente e relevantes para o futuro.

O grupo Territórios e Paisagens, ao estudar a paisagem (as diversas paisagens construídas) e a organização do território que lhe está associado e investigando vestígios milenares da presença humana acumulados por processos de continuidade e mudança, recebe igualmente contributos de monta deste número temático.

O presente número, acolhendo contributos de autores/as com diferentes *backgrounds* disciplinares e debruçando-se sobre paisagens urbanas e não urbanas, a par de paisagens naturais patrimonializadas ou paisagens literárias (também elas património), nacionais e internacionais, e sobre espaços que acolhem também patrimónios materiais e imateriais classificados como da Humanidade, reflete a adoção de novos olhares e novos métodos, alguns dos quais com recurso a ferramentas da cultura digital, que se revelam capazes de renovar os Estudos Patrimoniais a nível internacional, e por isso merece o melhor dos reconhecimentos.

Uma palavra de agradecimento é, pois, devida a todos os que tornaram possível a edição desta «CEM» 11, incluindo as coordenadoras do presente volume, Maria Leonor Botelho e Ana Rita Albuquerque, os autores que generosamente para ela contribuíam, os membros do seu Conselho Consultivo, os especialistas que viabilizaram as tarefas de avaliação científica de cada artigo, a Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e os Bolseiros de Investigação e de Gestão de Ciência e Tecnologia do CITCEM envolvidos no trabalho exigente de produção, agora semestral, desta importante «janela» do CITCEM, aberta para a comunidade académica e científica, mas também para a sociedade em geral.

Amélia Polónia

(Coordenadora Científica do CITCEM)

APRESENTAÇÃO

«PAISAGENS PATRIMONIAIS»

O décimo primeiro número da revista «CEM» subordinado ao tema Paisagens Patrimoniais enquadra-se no campo de ação do grupo de investigação do CITCEM Património Material e Imaterial que procura catalisar temáticas comuns, dando prioridade a abordagens interdisciplinares e colaborativas nesta área. O CITCEM tem vindo a organizar encontros científicos com forte incidência nos estudos de património e sua gestão, tal como o *Congresso Internacional Genius Loci: Lugares e Significados* (2016), o *V Congresso Internacional de Cidades Criativas* (2017), o *Lost and Transformed Cities: a digital perspective* (2016, coorganização com o CHAIA e o IHC) ou o *Fórum Fórum Património e Paisagem* (2018, coorganizado com o CEAU), abrindo oportunidades para uma reflexão inter, pluri e transdisciplinar. O CITCEM congrega investigadores de diferentes áreas, como a História, a Geografia, a Arqueologia, a Demografia, a Literatura, a Arte, a Museologia, o Cinema e a Cultura Digital. A FLUP e o seu Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) têm igualmente reforçado a sua oferta formativa nestas áreas, com cursos como o mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual e o doutoramento em Estudos de Património, com áreas de especialização em Arqueologia, História da Arte e Museologia.

Partindo da assunção do carácter inter e multidisciplinar do património e do(s) seu(s) lugar(es) na sociedade contemporânea, assumiu-se como objetivo deste número da revista «CEM» promover uma reflexão sobre as paisagens patrimoniais, entendidas enquanto representações, visuais ou mentais, e no âmbito da produção das novas conceptualizações na área dos Estudos de Património.

A apreensão que se tem das diversas Paisagens Patrimoniais resulta da representação que delas fazem os vários atores, leia-se da interação do investigador, dos profissionais do património e da comunidade fruidora, fundamental na coconstrução do património e da paisagem patrimonial. Convocamos Carlos Alberto Ferreira de Almeida quando este afirma que «a ligação do Património à

comunidade é uma radicalidade, mas ele só o é, verdadeiramente, quando esta o assume e toma consciência dele». ¹ Françoise Choay em *Património e Mundialização* ² foi uma das primeiras autoras a tomar consciência do alargamento do campo de ação do património e do «complexo de Noé» que hoje identificamos. Diante de um tão complexo campo de ação, os estudos em património mais recentes têm procurado dar resposta a múltiplos caminhos.

Neste sentido, foi nosso objetivo abrir caminho a novas abordagens, valorizando-se a apresentação de propostas que refletissem e afirmassem valores prospectivos em torno do património, o seu lugar no presente e seu papel no futuro, cruzando múltiplas dimensões providas das áreas do conhecimento da História, da História da Arte, da Arqueologia, da Antropologia, dos Estudos de Património, da Geografia Cultural, da Cultura Visual, da Arquitetura ou da Sociologia. Este objetivo foi alcançado. No presente volume temático encontramos artigos providos de várias áreas científicas com particular enfoque na História da Arte, nos Estudos Literários, nos Estudos do Urbanismo e da Geografia, mas também no campo Teoria e História da Arquitetura e, até, no campo da Antropologia se considerarmos a sua importância para o estudo do património imaterial. Respondendo ao repto lançado, apresentamos neste número da revista «CEM» um conjunto de textos que, através do conhecimento, promovem a valorização de bens que, por esta ação, se tornam patrimoniais.

Partimos nós, e os autores dos textos, do pressuposto que a patrimonialização resulta do conceito de reconhecimento. Ora, este está no sujeito e não no objeto, leia-se no bem patrimonial. Assumimos que a patrimonialização é um processo de construção social e cultural resultante da produção de múltiplas representações pelos diferentes grupos sociais e pela evolução dos valores patrimoniais que permite evidenciar o papel das comunidades locais na coprodução do património e na transformação do *genius loci*. No presente volume são dadas ao prelo propostas que não só consideramos inovadoras, como também se assumem pela sua diversidade geográfica, cronológica e tipológica. O caráter internacional dos estudos consubstancia-se pelas diferentes nacionalidades dos seus autores, mas particularmente pela diversidade de geografias tratadas. Embora a maioria dos estudos reporte à patrimonialização de bens em território português, outros há que nos remetem para distintas geografias como o Brasil, a Dinamarca (Gronelândia) e a Espanha (Catalunha). Consideramos este aspeto particularmente importante pois contribui seguramente para o cruzamento de experiências ao nível do conhecimento produzido em torno das paisagens patrimoniais e suas ações de valorização.

¹ ALMEIDA, 1998.

² CHOAY, 2010.

Entendemos por Paisagens Patrimoniais bens de diversa natureza, sejam eles urbanos (Centros e cidades históricas ou Paisagem Histórica Urbana) ou naturais (Paisagem Cultural), físicos ou virtuais. A riqueza e variedade das contribuições selecionadas neste dossier temático refletem as diferentes perspectivas e sensibilidades num enquadramento multidisciplinar e interdisciplinar, possibilitando a construção coletiva de abordagens inovadoras. Embora não pretenda fornecer uma visão geral exaustiva da pesquisa no âmbito das paisagens patrimoniais e dos estudos do património, esta edição apresenta artigos científicos que refletem a diversidade tipológica dos bens, enquanto campo alargado para a produção do conhecimento ou ainda da paisagem patrimonial como reveladora da diversidade cronológica do objeto de estudo. Trata-se aqui o património arquitetónico e o urbano, o património paisagístico *per se*, mas também aquele que o património de origem literária identifica e reconhece. O património imaterial está presente em diversos estudos, bem como a patrimonialização da memória, das práticas, das experiências ou dos rituais. Além do próprio objeto patrimonial estudado, leia-se «paisagem patrimonial», convém referir que através do seu reconhecimento e conseqüente valorização pela produção de conhecimento científico está-se desde já a contribuir para a sua memória e salvaguarda e, *quicá*, para o desenho de futuras e novas paisagens patrimoniais.

O compromisso para com o património tem hoje uma dimensão territorial importante e está ancorado na interação entre os diferentes atores do projeto patrimonial. O artigo de Raquel Carvalho e Teresa Marques intitulado *Paisagem cultural de transumância: A Rota da Serra da Estrela para as Campinas de Idanha*, através da proposta de novas linhas de investigação no âmbito da paisagem cultural gerada pelas Rotas da transumância, põe em evidência a inclusão dos valores patrimoniais e a gestão eficiente dos recursos naturais pelas comunidades locais na teorização da paisagem e gestão do património.

O património é um processo cultural que permite viver experiências ligadas ao afeto e à emoção. O valor do afeto, da emoção e sobretudo da experiência, como elementos fundamentais na paisagem patrimonial contribuem para a análise da nossa relação com o passado, assim invocado e convocado. O artigo de Isabella Roberto sobre as relações entre a *Shoah e a literatura e o campo concentracionário enquanto lugar de memória* permite abordar a morte, o trauma e a violência como elementos transformadores do património. Sublinhamos também a reflexão sobre os autores literários como representantes da voz dos excluídos.

O artigo de Tiago Trindade Cruz abre perspectivas sobre as paisagens patrimoniais digitais, sobre a possibilidade de digitalizar e documentar edifícios históricos visíveis e invisíveis através das novas metodologias. O autor aborda as possibilidades do património virtual e digital em termos da visualização e vivência

da paisagem patrimonial enquanto memória e contemporaneidade, tendo como modelo para a abordagem o convento de Monchique no Porto.

O património urbano tem sido abordado desde a sua dimensão material ligada à História da Arquitetura e aos valores culturais. Recentemente a recomendação da Paisagem Histórica Urbana (PHU, UNESCO 2011) permitiu uma mudança de paradigma no pensamento aplicando o conceito de paisagem ao património urbano. Neste dossier vários autores apresentaram diferentes abordagens aplicadas à paisagem urbana e à paisagem histórica urbana. Ariadne Ketini Costa da Alcântara aborda no seu trabalho o conceito de paisagem histórica urbana aplicada à cidade de São Luiz do Maranhão, admitindo que essa categoria é resultado de uma acumulação de processos históricos e económicos, traduzida a partir de narrativas institucionais legitimadas através do ato da classificação. O entendimento do espaço urbano como produto das relações sociais vivenciadas num determinado período ou contexto histórico fomenta a conceção de paisagem urbana. O artigo de João Luís da Mota Torres Fernandes analisa as múltiplas valências patrimoniais inerentes aos bairros construídos na cidade no âmbito das operações do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), reconhecendo-os como estruturas enquanto testemunho de um período definitivo para a consolidação da identidade nacional no pós-25 de abril de 1974, desenvolvendo a ideia da importância da integração e da valorização dos edifícios tendo em conta o seu contexto histórico, urbano e também social.

A questão de património e identidade aparece também na valorização do Românico como ativação patrimonial abordado no trabalho de Maria Gargante Llanes sobre a valorização do Românico Catalão pelo movimento de afirmação catalã e enquanto instrumento de suporte para a construção de uma base simbólica, identitária e diferenciadora.

A questão da reflexão sobre a paisagem e o património num espaço de fronteira é extremamente atual. O trabalho de Maria Isabel Lopes de Mendonça sobre a raia de Ribacôa permite interpelar e pesquisar os fatores históricos que determinaram a sua configuração, aferindo como a organização do povoamento entre 1762 e 1960 se consubstancia no desenho da paisagem contemporânea aos mais diversos níveis.

As abordagens que se apresentam neste número da revista «CEM» são diversificadas e apresentam diferentes modelos metodológicos. Neste contexto, há estudos que acabam por constituir um ponto de situação sobre o que se fez até hoje sobre determinado tema ou bem. É o caso do artigo apresentado por Inês de Carvalho Costa sobre o património mundial em risco e as paisagens culturais iminentes, onde se analisam quais as geografias e tipologias mais afetadas, as causas de risco, destruição, obstáculos e instrumentos usados ao nível da sua salvaguarda. A análise dos estudos que se publica permite também compreender

que alguns deles refletem também uma investigação madura sobre o tema ao passo que outros permitem adivinhar um percurso de investigação da parte do autor que se espera vir a ser promissor. Muitos resultam de um aturado trabalho de campo e da análise de fontes diversas que incluem documentos normativos nacionais e internacionais, elementos estatísticos, obras literárias, mapas, entrevistas, artigos de jornais ou ainda elementos iconográficos. Os artigos de Carmen Matos Abreu, com *Ficção e fruição de paisagens naturais: o Douro de Oitocentos representado por Edward Quillinan*, ou de Clara Maria Marques Santos e Cunha Silva, *Um novo olhar sob(re) a paisagem literária – breves apontamentos a propósito de Nova Safo*, recorrem às paisagens literárias para aprofundar os conhecimentos sobre as paisagens culturais. Com uma metodologia da literatura cruzada com a geopoética e a geocrítica, o artigo de Maria José Dias *Uma geografia de rosto humano* apresenta simultaneamente o lugar que o património paisagístico ocupa numa obra literária, mas também uma análise dos contornos humanos que as diferentes geografias físicas e culturais produziam.

No presente volume da «CEM» há ainda propostas que procuram criar metodologias inovadoras como vemos no trabalho de Ana Moya sobre a dimensão imaterial da paisagem histórica urbana através do estudo de caso do bairro lisboeta da Mouraria e a abordagem das paisagens somáticas e das experiências sensoriais. A importância da cartografia e a exploração de fontes gráficas no estudo das paisagens patrimoniais é abordada de maneira muito diferente em outros dois trabalhos. O artigo Cristiana Vieira, Ana Catarina Antunes e Sónia Faria contribui para aprofundar o conhecimento na área da botânica e ao valor boticário das plantas assim como da história da cidade do Porto oitocentista. A inovação deste trabalho reside na elaboração de um estudo relacional com outros espaços com vocação botânica. O artigo da Mariana Raquel Salino Carvalho aborda a cartografia como método para o estudo e interpretação da transformação do espaço urbano do Porto nomeadamente numa área menos central, como a de Paranhos.

Na secção *Varia* incluímos três artigos. O artigo de Ana Regina Pinho sobre as crianças austríacas em Portugal no pós-guerra (1947-1958), permite abrir pistas de reflexão para a questão da memória e da migração na reconfiguração dos processos de patrimonialização. A relevância de um ritmo musical brasileiro contemporâneo, abordado no trabalho de Mariana Beatriz Marques Fernandes, propõe aprofundar os aspetos do próprio estilo musical e a sua cadeia de valores associada, contribuindo para reflexões pertinentes no campo do património cultural imaterial enquanto criador de novas paisagens patrimoniais. Finalmente o artigo sobre as imagens e as representações das práticas turísticas no fiorde de Ilulissat na Gronelândia da Andréa Poiret permite-nos abrir perspetivas sobre o futuro do património natural em situação de catástrofes naturais,

mas também por ação do turismo de massas, refletindo sobre que instrumentos utilizar neste contexto.

Os artigos dados ao prelo foram alvo de dupla arbitragem científica. Foi constituída uma Comissão Científica internacional integrada por investigadores e atores reconhecidos pelos seus contributos no campo alargado dos estudos de património, associando-os deste modo a este número da «CEM». O rigor da avaliação realizada e as sugestões pertinentes que dela adveio contribuíram seguramente para a qualidade do número que agora se publica, esperando que este abra novos campos de investigação em estudos do património, das suas representações e, acima de tudo, da assunção e valorização das paisagens patrimoniais.

Maria Leonor Botelho
Ana Rita Albuquerque
janeiro 2020

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – *Património. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos.
- CHOAY, Françoise (2010) – *Património e Mundialização*. Editora Licorne.

PAISAGENS

PATRIMONIAIS

PAISAGEM CULTURAL DE TRANSUMÂNCIA:

A ROTA DA SERRA DA ESTRELA PARA AS CAMPINAS DE IDANHA

RAQUEL CARVALHO*

TERESA PORTELA MARQUES**

Resumo: *A paisagem cultural de transumância reflete um profundo saber do território. Baseia-se na atividade pastoril que envolve a deslocação espacial, periódica e sazonal dos gados entre os pastos de montanha e os de vales e zonas baixas, com a finalidade de lhes assegurar alimento. Destacamos uma rota com grande expressão em Portugal, a da Serra da Estrela – Campinas de Idanha-a-Nova, sendo a produção de lã a força motriz da atividade. Tendo o seu auge na Idade Média, sobreviveu até aos anos 1950, na região da Beira Interior. Cientes de que a mudança é uma dinâmica inerente à paisagem, não podemos, no entanto, deixar de ressaltar o modo como o uso de recursos naturais endógenos revela o profundo entendimento de um ecossistema complexo, contribuindo para a construção do património cultural e paisagístico identitário da região.*

Palavras-chave: *paisagem cultural; transumância; rota; património.*

Abstract: *The transhumance cultural landscape reflects a deep knowledge of the territory. Based on pastoral activity, involves spatial, periodic and seasonal movements of livestock between mountain pastures, valleys and lowlands, to provide food. We highlight an important Portuguese route: Serra da Estrela – Idanha-a-Nova, where wool production was the main activity's driving force. The activity reached its peak in the Middle Ages and survived until the 1950s in Beira Interior region. Aware that change is an inherent dynamic in landscape, we cannot, however, disregard that over generations, the use of endogenous natural resources, shows an understanding of the ecosystem, contributing to the region's cultural and landscape identity heritage.*

Keywords: *cultural landscape; transhumance; route; heritage.*

INTRODUÇÃO

As paisagens culturais são o resultado de reorganizações consecutivas do território, de forma a adaptar a sua estrutura e uso às constantes necessidades das sociedades¹. Encontra-se nesta definição uma visão clara, prática e atual, comum à grande parte das paisagens culturais. Mas o conceito de paisagem cultural permanece em debate, não sendo consensual a sua definição e utilidade. Tema central em diversos contextos científicos e nas diferentes tutelas de gestão da paisagem e do património, o seu entendimento é sensível a mudanças de paradigmas absorvendo, assim, as naturais transformações que se processam ao longo dos tempos.

* FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto/CIBIO-Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos. raqueljcarvalho@gmail.com.

** FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto/CIBIO-Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos. teresamarques@fc.up.pt.

¹ ANTROP, 2005.

Termo e conceito são relativamente recentes. Desenvolvido por geógrafos alemães nos finais do séc. XIX, o conceito de paisagem cultural foi aprofundado na escola de Berkeley, Estados Unidos da América, por Carl Sauer, nos anos de 1920, tendo a UNESCO, através do Comité do Património Mundial, catapultado este conceito para um reconhecimento a nível mundial² em 1992³,

A consciência da existência de uma identidade cultural que exprime valores, crenças, técnicas, tradições e conhecimento herdado é atualmente aceite e valorizada, sendo a paisagem cultural representativa e ilustrativa das singularidades identitárias. É neste âmbito que trazemos a paisagem cultural para o debate científico, num tempo de crescente homogeneidade de paisagens, resultado de processos de globalização e da expansão da urbanização.

Fruto de um saber construir e gerir, testado ao longo de mais ou menos gerações, a paisagem revela, entre outras, duas características fundamentais e interdependentes: dinâmicas e mudanças. Neste sentido, o estabelecimento de um equilíbrio entre a proteção e valorização dos bens culturais e naturais de uma determinada paisagem, e os benefícios sociais, económicos e ecológicos que nela podem ser gerados, é um objetivo fundamental para a sustentabilidade da paisagem cultural. Paisagens culturais expressam uma interligação entre uma determinada comunidade e o meio envolvente. A adaptação a novos desafios de desenvolvimento deve ser considerada e ponderada como alavancas importantes para a perduração de valores ao longo dos tempos. Um dos aspetos mais relevantes da paisagem cultural é a sua capacidade de evidenciar determinada identidade e expressar o carácter de uma região ou lugares.

A paisagem cultural da rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas da Idanha é representativa de uma prática tradicional da atividade agro-pastoril mediterrânica. Foi construída com base numa atividade social que, em tempos, teve um papel preponderante na sociedade e, em especial, na atividade económica associada aos lanifícios, que está hoje em declínio ou mesmo quase em extinção na região. Contudo, a paisagem ainda integra uma carga intangível rica, suscitando a oportunidade de reflexão e ponderação sobre a reabilitação de processos basilares desta paisagem, a gestão do seu património natural e cultural ou a integração de novas formas, processos e funções que respeitem as necessidades da comunidade e contextos atuais económicos, sociais e culturais. Pretende-se, assim, compreender e explicitar fenómenos, significados e interações entre Homem e meio envolvente que criaram esta paisagem em particular. Para tal, e recorrendo a um corpo de conhecimento histórico, geográ-

² CARVALHO & MARQUES, 2019.

³ Neste ano, as orientações técnicas para aplicação da Convenção para a Proteção do Património Mundial Natural e Cultural com vista à inclusão de bens na Lista do Património Mundial passam a integrar as “paisagens culturais” enquanto categoria independente.

fico e social já estabelecido pela revisão de literatura e trabalho de campo, irão ser apresentadas reflexões sobre o modo de construção desta paisagem cultural, ao longo do tempo, e a sua interpretação atual. Deste modo, estruturamos o presente artigo de forma a que, numa primeira análise, se descreva a atividade de transumância, em geral, a sua evolução histórica e social e consequentes alterações impostas à paisagem. De seguida, focaremos a análise na rota da Serra da Estrela para as Campinas de Idanha, decifrando os atributos que caracterizam e expressam esta paisagem cultural.

A ATIVIDADE DE TRANSUMÂNCIA

Prática comum e ancestral na Europa mediterrânica, a transumância pode caracterizar-se como uma modalidade pastoril que envolve a deslocação espacial, periódica e sazonal dos gados, entre os pastos de montanha e os de vales e zonas baixas, com a finalidade de assegurar a sua subsistência alimentar. Reflete uma racionalização da criação de gados em função da capacidade de oferta de pastos das regiões. As áreas de pasto complementares são procuradas quer na sua contiguidade espacial quer em áreas de regiões distintas⁴. Podendo envolver diferentes tipos de gado, a transumância em Portugal teve maior expressão nas rotas associadas à Serra da Estrela, predominando os rebanhos de cabras e ovelhas, destacando-se nesta atividade o gado ovino. Os rebanhos transumantes eram especialmente destinados à produção de lã, em oposição ao gado «estante» (o que ficava nas povoações e imediações) que se destinava, principalmente, à produção de carne e leite⁵. Hoje, praticamente extinta em Portugal, a transumância mantém-se ativa em países como Espanha, França, Itália, Grécia e Roménia⁶.

O património construído e imaterial associado à atividade de transformação da lã (desde a manufatura artesanal à indústria de lanifícios) representa vários atributos da paisagem de transumância, sendo representativo da história dos lanifícios e do património da região. A sua importância económica desde cedo é relatada: «E das muitas ovelhas que neste reino há, dão também testemunho as muitas lãs que se delle sempre tiraram para Flandres, e para Inglaterra [...]»⁷. Na Serra da Estrela, as localidades de Manteigas e Covilhã destacaram-se como importantes centros de produção e transformação de lã. O naturalista alemão Heinrich Friedrich Link, no relato da viagem realizada a Portugal entre 1797 e 1799, realça a qualidade da lã da região da Serra da Estrela. Nos relatórios da Expedição Cientí-

⁴ CALADO PINHEIRO, 2008.

⁵ TRINDADE, 1965.

⁶ SOARES DE SOUSA *et al.*, 2005.

⁷ Duarte Nunez do Leão, Cit. por RIBEIRO, 1941: 74.

fica à Serra da Estrela da «Sociedade de Geographia de Lisboa», realizada em 1881, é referido: «[...] importantíssimo centro industrial da Covilhã, que tem constantemente procurado justificar o cognome de Manchester portugueza [...]»⁸.

Tal como noutras tipologias de paisagens culturais, esta paisagem de transumância exhibe património construído e intangível, reunindo tradições, artefactos, estruturas sociais distintas e conhecimento local especializado. Enquanto sistema, a paisagem de transumância reúne elementos complementares, tanto no espaço (habitats/paisagens) como no tempo, desde a produção de gado à transformação da lã. Iremos centrar-nos na rota de transumância em si e na paisagem construída pela atividade de pastoreio.

NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE TRANSUMÂNCIA, EM PORTUGAL

Antes de nos debruçarmos sobre a descrição da expressão física e dos aspetos imateriais desta paisagem cultural, importa analisar a história da transumância, fundamental para a leitura da paisagem e para futuras reflexões sobre a mesma. Analisemos, então, a atividade de pastoreio, primordial no estudo da paisagem de transumância. A pastorícia sempre teve um papel preponderante na subsistência das populações. As suas raízes remontam ao nomadismo, quando as tribos se deslocavam segundo percursos determinados pelas estações do ano, determinados pela existência de pastos frescos para os seus rebanhos. Com o assentamento das populações e correspondente desenvolvimento da agricultura, apenas um segmento da população, os pastores, continua a efetuar migrações periódicas de acompanhamento dos rebanhos⁹.

A importância da atividade pastoril e a necessidade da sua regulamentação com finalidades profícuas para as populações, desde cedo é indiciada. Atendendo à história de Roma Antiga, o território seria dividido de forma a manter uma parte para os rebanhos: «Rómulo teria dividido o território romano em três partes: *ager regius* (do rei) *res sacra* (domínio religioso) e *ager privatus* (lotes particulares). Havia ainda uma parte indivisa *ager publicus* ou *pascua publica*, onde os patrícios criavam o rebanho comum»¹⁰.

É durante a Idade Média que a transumância de gados na Península Ibérica atinge o seu auge. A sua importância económica atrai a proteção das monarquias feudais. Após a Reconquista, a instalação das Ordens Militares terá permitido assegurar condições de segurança para a plena prática da transumância. Em Castela,

⁸ RIBEIRO & FERREIRA, 1886: 28.

⁹ CHAMBINO, 2008.

¹⁰ TRINDADE & RIBEIRO, 1981: 13.

em 1178, no «Foro de Cuenca» é instituída a Declaração de «Proteção Real» e em 1273 a constituição da poderosa e conhecida Mesta – «Honrado Concejo de La Mesta de Pastores», pelo rei Afonso X, rei de Castela e Leão¹¹. O interesse pela lã explica o protecionismo que a Mesta adquiriu, em detrimento das atividades agrícolas, favorecendo a agricultura extensiva que permitia pastoreio. A importância da existência de uma rede de caminhos para o gado, com a formação das «cañadas reales», que ainda hoje se podem testemunhar, foi regulamentada em 1273.

Em Portugal, a organização da atividade de pastoreio e da transumância, encontra semelhanças com Castela, sobre a qual, provavelmente se baseou, pela proximidade geográfica e cultural e pela troca de experiências. Assim, são conhecidas as pequenas assembleias regionais de pastores (rafalas em Portugal, mestas em Castela), os funcionários (alcaldes – oficiais maiores do concelho – jurados e cavaleiros da rafala), o mesmo modo de marcar e agrupar as rezes, as mesmas regulamentações relativas a obrigações de pastores e donos de gado¹² diferindo, no entanto, o nível superior hierárquico: em Portugal, pertence ao rei e autoridades municipais enquanto que em Castela ao Honrado Conselho da Mesta de Pastores.

A importância económica desta atividade determinou uma política régia de proteção aos criadores do gado lanígero visando, em especial, as áreas afetadas à transumância. Estas regiões encontram-se apontadas em foros e forais desde o século XII, sendo três as principais: a Serra da Estrela, o Alentejo (particularmente os campos de Ourique) e Idanha. Os gados transumantes chegavam a Portugal vindos também de Castela, existindo disposições régias e outros documentos que o testemunham. Já no reinado de D. João I (1385-1433) documentos do ano de 1404 contêm o itinerário dos rebanhos do Mosteiro de Santa Maria de Guadalupe para Manteigas e Seia, na Serra da Estrela, atravessando a ponte de Alcântara e seguindo pelas canadas da Idanha e Castelo Branco¹³.

Na própria toponímia da Serra da Estrela encontramos ligações a reminiscências do passado. A “Nave da Mestra” acolhia rebanhos da Mesta Espanhola e, sob a “Lapa do Mosteiro”, pastavam os gados vindos de Guadalupe que encontravam, na Serra da Estrela, pastos de Verão a menores distâncias do que na restante península.

Até ao século XVI e apesar de existirem descrições em forais, as deslocações do gado eram mal regulamentadas, originando conflitos entre pastores e agricultores. As medidas de proteção aos rebanhos transumantes permanecem semelhantes às estabelecidas anteriormente sem, contudo, se sobreporem à atividade agrícola nem ao gado criado com estabulação, cuja importância se mantinha. A necessidade de estabelecer medidas mais restritivas vai surgindo com o

¹¹ SOARES DE SOUSA *et al.*, 2005.

¹² TRINDADE, 1965.

¹³ CALADO PINHEIRO, 2008.

aumento de conflitos, tanto com rebanhos de Portugal como com rebanhos de Castela, que se geravam entre os criadores de gado e os agricultores, quer pela determinação das áreas de pasto quer pela conservação dos caminhos necessários para chegar a essas áreas. Em Portugal, o direito de compáscuo permitia o uso de pastos comuns (terras não cultivadas – baldios e maninhos) para a pastagem de rebanhos. Estes terrenos, tanto nas terras altas como nas terras baixas, eram determinados previamente e acordados com os respetivos proprietários. De Castela, vinham rebanhos transumantes pelas «cañadas reales» que transpunham a fronteira para pastos nacionais. Até cerca de 1641, os usos e privilégios de Castela eram respeitados em Portugal¹⁴, tendo a regulamentação da transumância ganho destaque durante o domínio Filipino. Sobre a regulamentação nas leis extravagantes, posteriores às Ordenações Manuelinas (1521), são definidos direitos e deveres dos pastores transumantes¹⁵. Os pastores possuíam assim uma «guia» com o local de origem e destino (baldios e maninhos)¹⁶, devendo o percurso ser seguido pelas canadas assinaladas por oficiais das câmaras.

Após a Restauração da independência (1640) assiste-se a tentativas de revogação dos privilégios concedidos aos pastores, mas os privilégios filipinos, anteriormente concedidos, ainda prevaleciam assim como concessões favoráveis à exploração extensiva de prados naturais.

Em Espanha, no final do século XVIII, Jovellanos¹⁷, defendia uma nova política de fomento agrário. Os privilégios dos pastores e os pastos comuns e terrenos abertos começavam a ser vistos como responsáveis pela decadência da agricultura, um entrave ao progresso desta atividade, reações estas que também ecoavam em Portugal. Com as ideias do Liberalismo, iniciou-se a decadência da atividade da transumância.

No final do século XIX, a abolição do direito de compáscuo (no âmbito do código civil de 1867), levou à redução da transumância, principalmente as grandes rotas para o Alentejo. Os terrenos baldios eram também considerados como entraves ao progresso económico e agrícola, tendo sido, conseqüentemente, levadas a cabo ações de alienação e aforamentos com a finalidade de transformar os terrenos «incultos» em cultivados. Em 1886 são criados os Serviços Florestais visando, inicialmente, a arborização nas serras do Gerês e da Estrela. Com a instituição do Regime Florestal, deu-se uma viragem estratégica da administração florestal para o interior serrano do País. A Administração Florestal de Manteigas, criada em

¹⁴ KLEIN, 1936.

¹⁵ RIBEIRO, 1941.

¹⁶ Baldios correspondem a terrenos comunitários, para uso dos habitantes (pasto, estrume, lenhas, saibro, pedras) geralmente ligados à vida agrícola. Os Maninhos são tratos de terreno inculto quer fosse propriedade comum (baldio) ou particular.

¹⁷ Escritor, jurista e político espanhol.

1888, pretendia lidar com a necessidade de correção hidrológica, devido à forte pluviosidade e aos grandes declives, o que conduziu à entrega ao Estado de 7.000 ha de terrenos incultos para arborização¹⁸. O avanço da arborização continuou com a submissão de vários baldios ao Regime Florestal tendo, também, sido impulsionada com os planos da Junta de Colonização Interna, já no século XX.

De facto, no século XX, a implantação da República e a Primeira Guerra Mundial aceleraram a transformação da paisagem serrana do interior podendo destacar-se 3 processos subsequentes que fomentaram grandes transformações no território; as desamortizações dos baldios, a florestação e a colonização interna¹⁹.

Em 1936 é criada a Junta de Colonização Interna²⁰ com a finalidade de executar os planos de aproveitamento dos baldios, nomeadamente para atividades agrícolas ou florestais de produção. Com a «Lei do Povoamento Florestal»²¹ de 1938, as atividades de florestação conheceram um novo impulso, integrado num movimento de «fomento e conservação florestal» europeu e norte-americano, desenvolvido a partir do início do século XX. Foi sendo realizada uma arborização massiva das zonas serranas que eram, por excelência, de natureza baldia, o que contribuiu para a redução de áreas disponíveis para a atividade da transumância.

Já na segunda metade do século XX, a intensificação da industrialização, e do seu impacto socioeconómico, conduziu a mudanças no tecido social, como o intenso despovoamento do interior nos anos de 1960 a favor dos centros urbanos e da emigração. A população rural, progressivamente fragilizada e envelhecida, deixa de manter a trilogia rural: agricultura, silvicultura e criação de gado, ou seja, o tradicional modo de vida agro-silvo-pastoril. Assente em economias de subsistência, as baixas produtividades agrícolas dificultavam o desenvolvimento do comércio e a acumulação de riqueza²². O desenvolvimento tecnológico e os novos meios de transporte e de comunicação trouxeram, também ao meio rural, novas oportunidades de conversão de uma vida árdua para uma vida mais confortável. O transporte do gado passou a realizar-se em camiões ou comboio e a sua alimentação a recorrer a forragens e a pastagens semeadas, a instalação de vedações permitiu controlar o gado e dispensar o pastor, a introdução de adubos químicos permitiu desvalorizar ou desfazer o vínculo da produção agrícola com a produção animal, as novas medidas da Política Agrícola Comum (PAC), a que Portugal se submeteu na década de 1980, vieram favorecer a agricultura em detrimento da atividade pastoril. Todas estas mudanças afetaram de forma drástica a atividade transumante, conduzindo-a ao seu declínio.

¹⁸ REGO, 2001.

¹⁹ ESTÉVÃO, 1983.

²⁰ DL n.27:207 de 16 de novembro de 1936.

²¹ Lei n.º 1971 de 1938.

²² SANTOS, 2015.

A SERRA DA ESTRELA: UMA PAISAGEM PARTICULAR, PONTO NEVRÁLGICO DAS ROTAS DE TRANSUMÂNCIA EM PORTUGAL

A atividade de transumância de rebanhos em Portugal, está associada principalmente à Serra da Estrela. A partir desta, as rotas efetuavam-se para Norte, Oeste, Sul e Sudeste. Os rebanhos do Sabugueiro desciam para a Idanha, os de Mangualde da Serra para Coimbra, os das terras de Celorico da Beira para o Douro e os das abas ocidentais da serra – Oliveira do Hospital, Nelas, Santa Comba, Canas de Senhorim, entre outras localidades – demandavam para a Serra de Montemuro²³.

O clima e a altitude, o relevo e a hidrografia, os solos e a disponibilidade de pastos geram o ciclo de transumância e regram o seu itinerário e destino. São, assim, forças motrizes naturais que se aliam a outra força de natureza económica – o mercado da lã – que justificam esta organização social e espacial que o Homem desenvolveu, construindo a paisagem cultural cuja história e identidade ainda hoje subsiste.

A criação de gado ovino está preferencialmente localizada nas regiões planas e associada à cultura do trigo, em sistemas de rotação. O gado ovino, pasta nos baldios onde predominam os matos baixos de urzes, carquejas, tojos e sargaços²⁴ ou explora a matriz agrícola, não conflituando com o gado caprino que explora as áreas de charneca, além de fornecer leite aos pastores e cães. As ovelhas pastam nos terrenos que se encontram em pousio, alimentando-se de ervas espontâneas. Já nas zonas altas, os rebanhos pastam também nos pequenos prados naturais, nos lameiros. Na Serra, a fraca aptidão dos solos e a altitude, ambos fatores limitantes da produção agrícola, proporcionam a prática da pastorícia extensiva. Assim, pelas suas condições menos favoráveis à agricultura (geralmente locais com turfeiras – habitats com abundância permanente de água), dão assim lugar à atividade pastoril em detrimento da agrícola, que ganha com a presença de pastagens frescas e água abundante para o gado.

A Serra da Estrela constitui um dos locais de excelência para as pastagens de Verão. Os rebanhos abandonam os pastos secos das suas regiões de origem e procuram, na Serra, as extensas áreas aplanadas e com disponibilidade de água, com pastagens dominadas por herbáceas. De facto, na Serra da Estrela, a água é relativamente abundante, como noutras serras graníticas, surgindo prados espontâneos de cervunais (arrelvados perenes dominados pela gramínea *cervum*, também conhecida como nardo – *Nardus stricta*). Estes pastos, nos pontos de maior altitude, são muito ricos em proteínas e contribuem para a produção de leite, sendo o destino, ainda hoje, dos gados durante os meses de Verão. Nas zonas

²³ AMARAL, 1970.

²⁴ TORRES MANSO, 2015.

montanhosas, o pastoreio de percurso²⁵ é favorecido pela existência dos terrenos de uso comunitário – baldios – beneficiando da fonte de nutrientes alimentares. Junto das povoações da serra, as pastagens incluíam pousios, alqueives e restolhos de terrenos cultivados, prados (espontâneos ou semeados, como os lameiros) ou mesmo ao longo dos caminhos. Os pastos de prado das povoações permitiam alimentar principalmente gado bovino, que eram a grande força de auxílio dos trabalhos agrícolas.

Durante o Inverno, quando estas pastagens da Serra ficam cobertas pela neve, a procura de pastagens disponíveis para o gado obriga à deslocação para zonas de menor altitude. A Sul e Sudeste da Serra da Gardunha, a paisagem converte-se. Das montanhas e relevos íngremes, da forte presença da água à superfície, dos povoamentos aglomerados a dispersos, passa-se para planuras que muito se assemelham à paisagem do Alentejo. Aqui ganha forma uma nova paisagem, de baixos ou quase inexistentes relevos, mas profundamente ligada à Serra da Estrela pela atividade pastoril, pelos saberes e tradições.



Figs. 1 e 2. Paisagem da Serra da Estrela em contraste com as planícies de Idanha, em pleno Verão (2018).

²⁵ Sistema de pastoreio em que os rebanhos se deslocam diariamente por terrenos sem uso agrícola.

O tipo de povoamento característico na região da Beira Baixa (povoamento concentrado, segundo a classificação de Amorim Girão²⁶) está diretamente relacionado com os fatores geográficos e agroclimáticos. O relevo monótono e ondulado, aliado a um solo com fraca aptidão agrícola, reúne condições para explorações de tipo extensivo, favoráveis a médias e grandes propriedades. A exploração consiste, essencialmente, no cultivo de cereais (trigo e centeio), na cultura da oliveira (início séc. XX), sobreiro, azinheira e na criação de gado lanígero e caprino²⁷. A falta de água obriga a longos períodos de pousio. Esta situação favorece o pastoreio, libertando áreas de cultura agrícola para o pasto do gado pois, com o pousio, crescem ervas nos alqueives e restolhos do cereal ceifado. As unidades agrárias (montes) são extensas, sem cercas e divisões interiores, por pertencerem a um mesmo proprietário. São estes «campos abertos»²⁸, sujeitos a afolhamento que favorecem a economia pastoril. Propriedade pouco dividida e em termos de área, o concelho de Idanha era em meados do séc. XX, o quarto maior (1.417 Km²) em Portugal²⁹.

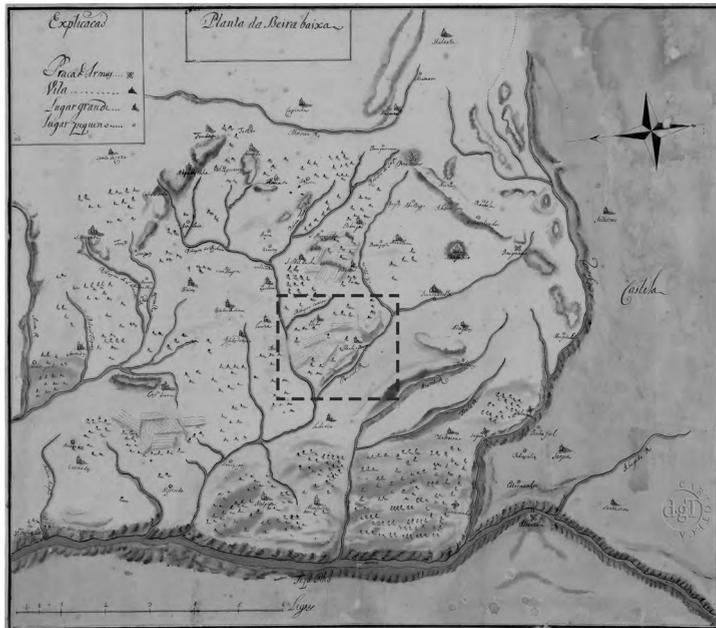


Fig. 3. Planta da Beira Baixa, sec. XVIII. Salienta-se a zona de Idanha-a-Nova, caracterizada com áreas de cultivo. O povoamento concentrado e áreas de campo extensas, favoreciam a economia pastoril.

Fonte: © CA 102, *Direcção-Geral do Território*, 2018.

26 GIRÃO, 1958.

27 DUARTE, 1956.

28 *Openfields* – coletivismo agrário.

29 RIBEIRO, 1941.

A movimentação transumante, a partir da Serra da Estrela, pode ser classificada consoante a época do ano em que se realiza e a altitude do local de destino. Quando ocorre a deslocação das pastagens serranas para as terras baixas acontece a invernada ou transumância descendente. Quando os rebanhos sobem para as pastagens da serra, denomina-se transumância ascendente ou transumância estival³⁰. As rotas de transumância podem também ser distinguidas quando à sua duração³¹: (1) migração de longa duração (cerca de seis meses): dos agostadouros³² das terras altas da Serra da Estrela para as terras baixas do Alentejo; (2) migração de média duração (três a cinco meses): (a) da Serra da Estrela para as campinas da Idanha, (b) da Serra da Estrela para a região do Alto Douro, (c) da Serra da Estrela para o baixo Mondego.

A ROTA PARA AS CAMPINAS DE IDANHA-A-NOVA

A via pecuária mais importante da região é a que liga o Sabugueiro (e pontos mais altos da Serra da Estrela) às campinas de Idanha-a-Nova³³. São duas paisagens distintas, de condições climáticas severas e relevos adversos, que se complementam sazonalmente e, por isso, tão importantes para este modo de vida. Em 1941, Orlando Ribeiro esboça em planta, o trajeto desta rota (ver Fig. 4).

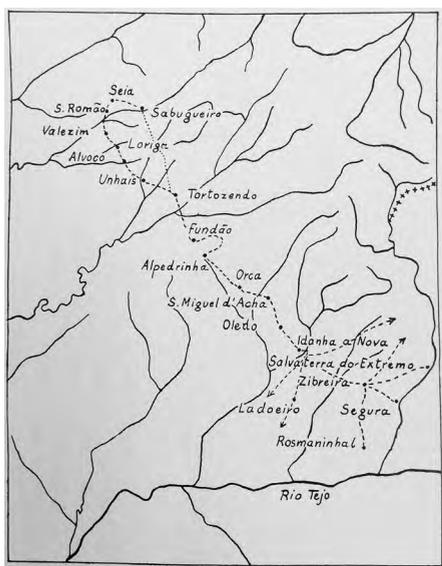


Fig. 4. Via pecuária entre o Sabugueiro e as campinas de Idanha. Esboço de Orlando Ribeiro (1941).

³⁰ FERREIRA & CUNHA, 2006; RIBEIRO, 1991.

³¹ DAVID DE MORAIS, 1998.

³² Os agostadouros são aqui considerados sinónimo de restolho.

³³ RIBEIRO, 1941.

Durante a invernada, o percurso inicia-se no Sabugueiro (cota aproximada 1100m), atravessando a serra pela Nave de Santo António ou, caso o estado do tempo não o permitisse, contornavam a serra pela vertente poente³⁴, até Tortosendo (ponto comum de ambos os percursos). Comparando as duas alternativas, o percurso pelas cotas mais altas da Serra compreende uma variação de 1350m em altitude, percorrendo cerca de 30 Km em extensão. Pela vertente poente da Serra, do Sabugueiro até Tortosendo, o percurso varia cerca de 700m em altitude, sendo mais extenso, totalizando cerca de 43km. A partir de Tortosendo, a rota atravessa a Cova da Beira, sem grandes declives, em cotas aproximadas de 400m, subindo então a Serra da Gardunha por Alcongosta (700m) e Alpedrinha descendo posteriormente até atingir a zona de «Campo» de relevo suave, onde as cotas rondam uma média de 350m. A rota segue até Idanha-a-Nova. Pela vertente poente da Serra da Estrela até Idanha-a-Nova o percurso totaliza 102km. A deslocação demorava cerca de 5 dias. A maioria dos pastores ficava em Idanha-a-Nova, mas outros seguiam para sul e sudeste, dividindo os rebanhos pelas campinas, conforme a extensão de pasto. Um destino mais além, de eleição no concelho, eram os Alares – Rosmaninhal³⁵.

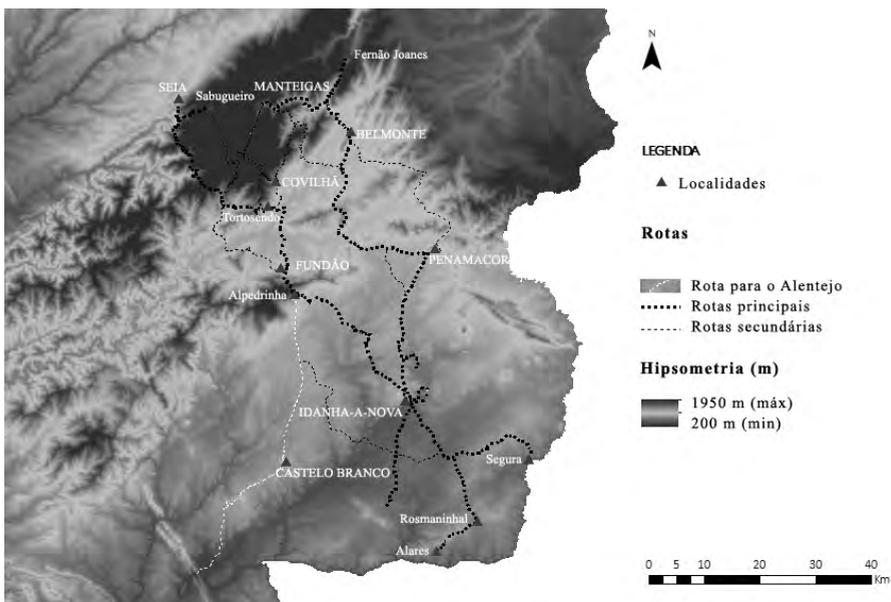


Fig. 5. Mapa das rotas mais frequentes de transumância, da Serra da Estrela para a Beira Baixa. Este mapa tem por base o levantamento das rotas publicadas em (Calado Pinheiro, 2008).

³⁴ A alternativa de rota pela vertente poente é indicada como principal em estudos mais recentes. CALADO PINHEIRO, 2008.

³⁵ RIBEIRO, 1997.

As deslocações na transumância efetuavam-se, como vimos, periodicamente e de forma sazonal, dependendo sempre das condições climatéricas. De novembro a março os gados permaneciam nas terras baixas e, quando a neve começava a derreter na serra (o que habitualmente coincidia com o mês de abril), iniciava-se a subida dos rebanhos que aí permaneciam até outubro. Durante os meses quentes de julho e agosto, juntavam-se rebanhos vindos de fora, com cerca de 1.500 a 3.000 cabeças, guardados por pastores serranos, seguindo proporções de cerca de 1500 ovelhas para mais de 20 homens e 7 a 8 cães, burros com mantimentos, utensílios de cozinha e rede de bardo³⁶.

OS ATRIBUTOS DA PAISAGEM CULTURAL

A análise da evolução da atividade de transumância permite perceber a história da paisagem e, neste caso, como é que mudanças de origem económica e política se expressaram fisicamente na paisagem, anulando pressupostos necessários a essa atividade. Analisemos agora os atributos desta paisagem cultural, que podem ser de natureza tangível ou intangível. Estes refletem os valores atribuídos à paisagem, pela comunidade local e vivenciados também pelo visitante. Qualificam a paisagem cultural e correspondem a significados e valores partilhados³⁷, compondo a significância e expressando a identidade da paisagem. Evocam memórias, associações e sentimentos, essenciais para o bem-estar humano. Enquanto elementos físicos, necessitam do seu contexto espacial sob o risco de uma vez isolados, perderem coerência e permanecerem como exemplos isolados de algo sem a sua associação original, dificultando a legibilidade da paisagem. Como já referimos, vamos incidir nos atributos relacionados com a rota de transumância.

Um dos principais atributos desta paisagem cultural são os caminhos das rotas da transumância – as canadas – ou seja, os caminhos destinados ao trânsito de gado. As ligações no espaço são materializadas pelos caminhos (corredores) que aliam as áreas de pasto de montanha às áreas de pasto em vales e terras baixas, incluindo áreas agrícolas. Trindade (1981), nos estudos de história medieval portuguesa, quando descreve a atividade de transumância como uma organização pastoril, põe em destaque as canadas como o primeiro traço distintivo que testemunha esta organização. Estes caminhos constituem uma marca comum na Europa mediterrânica. Na Itália romana, designavam-se «calles», na Itália medieval «tratturi» e em Espanha, consoante os reinos, denominava-se «cabañeras» (Aragão), «carreradas» (Catalunha) e «cañadas» (Castela)³⁸. Esta rede de cami-

³⁶ RIBEIRO, 1941.

³⁷ RIBEIRO, 1998.

³⁸ TRINDADE & RIBEIRO, 1981.

nhos foi sendo estabelecida ao longo dos tempos. Muitos troços coincidem com antigas vias romanas, outros atravessam campos e muitos deles coincidem com atuais vias rodoviárias. Os rebanhos seguiam por caminhos pastoris, segundo o mesmo rumo, sazonalmente. Cabia às autoridades municipais assinalar as canadas, que não tinham, necessariamente, limites permanentes.



Figs. 6 e 7. À esquerda, caminho dos «ovelheiros» no Rosmaninhal. À direita, canada dos serranos, delimitada com muros de pedra, em Idanha-a-Nova.

O trajeto realizava-se ao longo de terrenos baldios, maninhos e caminhos encanados «balizados», percebendo-se, assim, que, facilmente, poderia invadir terrenos agricultados e entrar em conflito com agricultores. Estas canadas são referidas em vários documentos municipais e regulamentavam quer os locais de passagem dos gados quer os procedimentos e quantias de pagamento à Câmara: «os gados passageiros poderem paçar por este termo por as canadas que a camara designar vindo [...] antes que entrem neste [...] dous dias dum entrada e outro de saída [...] pagando quinhentos reis [...]»³⁹.

³⁹ ADCB, 1780: fl14.

O abandono das maiores rotas de transumância conduziu ao natural desaparecimento destes caminhos. Atualmente, os percursos dos pastores são celebrados em eventos de origem popular, folclórica, evocam as memórias desta atividade e reproduzem alguns trajetos, inseridos num contexto educativo, lúdico, religioso, e fortificando o património vernacular da região.



Fig. 8. Benção dos rebanhos durante a Festa da Transumância (2016), Folgosa da Madalena.

O estudo deste sistema, que representa um modo de construção e gestão da paisagem, revela-se uma fonte de informação fundamental para compreender os resultados da transumância, que incluem as relações económicas, sociais e culturais entre regiões. Fazem parte dele as «devesas», ou seja, as áreas de pasto destinados ao gado estante, geralmente cercadas⁴⁰, os locais associados à criação de gado, os mercados de gado e mesmo locais de transformação da lã (como o património industrial construído).

Os atributos incluem também, como património material pastoril, bens móveis – instrumentos do pastor como chocalhos e bardos – e bens imóveis, como os bebedouros para os animais, os abrigos de pastores aproveitando as Lapas da Serra ou as construções dos «búfios»⁴¹.

⁴⁰ COELHO & BARBOSA, 1999; TRINDADE, 1965.

⁴¹ Abrigo redondo em pedra e terra, com tecto em falsa cúpula, CHAMBINO, 2008.



Figs. 9 e 10. À direita, Lapa no vale do Zêzere, cavidade natural formada sob enorme lage de granito convertida em abrigo. À esquerda, Búfio de São Roque, Rosmaninhal.

Os marcos de orientação dos caminhos dos pastores pontuam a Serra da Estrela. Mantendo a sua função original, muitos deles servem para assinalar os caminhos agora convertidos em trilhos turísticos.



Fig. 11. «Mariolas», sistema de sinalização dos caminhos, consistindo no empilhamento de pedras soltas em pontos estratégicos, para orientação dos pastores.

O património imaterial revela-se nos saberes associados ao pastoreio, nas técnicas de produção de lã, no fabrico artesanal do queijo, nas associações religiosas que se espelham nas capelas, santuários ou esculturas que pontuam a paisagem. Não podemos deixar de referir a imagem bucólica do pastor e dos rebanhos no campo ou nos cervunais da Serra, como um atributo imaterial, cultural e cénico desta paisagem.

A paisagem de transumância traduz um sistema de sustentabilidade criado ao longo de gerações, a partir das quais podemos extrair estratégias aplicáveis no presente. Tal como noutras tantas paisagens culturais, esta tipologia de paisagem, de carácter agro-pastoril, constitui uma paisagem representativa de modos de vida tradicional.

REFLEXÕES FINAIS

Paisagens de transumância são paisagens culturais que evoluíram ao longo dos séculos pela adaptação das atividades pastoris a climas adversos e ecossistemas frágeis de montanha⁴² e abrangem paisagens de contrastes geomorfológicos, botânicos, climáticos, no modo de ocupação do território, numa relação dinâmica agro-pastoril, de simbiose entre ambas.

Criada a partir de uma gestão eficiente dos recursos naturais, efetivada pelas comunidades locais, poderemos dizer que as paisagens culturais, de carácter rural, correspondem a modelos de baixa vulnerabilidade a distúrbios e alterações se continuamente geridas com objetivos agro-silvícolas que assegurem a correta gestão dos fluxos de água, da biomassa existente e de outros processos naturais que levam a que a paisagem tenha maior resiliência. Pelo contrário, ao quebrar a relação de equilíbrio, quer pelo abandono das áreas rurais quer pela diminuição da população ativa, a vulnerabilidade aos riscos é maior, assistindo-se, hoje, ao flagelo de incêndios que assolam grande parte destes territórios. Os modelos económicos atuais, que envolvem grandes áreas produtivas e mecanizadas, obrigam a uma simplificação dos processos naturais. Pelo contrário, a paisagem cultural da transumância, oferece um modelo de adaptação dos ecossistemas e economia a longo prazo.

Hoje em dia, os fenómenos de globalização, as céleres variações nos mercados económicos, as inovações tecnológicas, o investimento nas acessibilidades, que muitas vezes fomentam a pressão turística sobre o território, o crescimento desordenado da urbanização, o abandono de técnicas tradicionais de uso do solo, por se considerarem obsoletas quando comparados com novas possibilidades mais produtivas e rentáveis, geram grandes mudanças na paisagem, frequentemente incompatíveis com a preservação da identidade local. Neste âmbito, o conceito de “paisagem cultural” é de fácil compreensão. De facto, podemos considerar que todas as paisagens são culturais, uma vez que são objeto de vivência e interpretação humana. Mas “paisagem cultural” é um conceito útil na distinção de paisagens específicas: «Encerra em si a ideia de qualidade e importância histórica e cultural, uma paisagem que é humanizada mas que se distingue das restantes por refletir modos de vida e/ou apropriações específicas, que qualificam uma entidade única, diferenciada pelo valor sócio-económico, ecológico, cultural que a caracteriza»⁴³.

Neste sentido, paisagens culturais integram bens naturais, culturais, interpretando o tempo, o meio ambiente e as forças culturais como geradores de uma identidade. Não se quer, com isto, sugerir musealizar a paisagem, sabendo-se que

⁴² HERZOG *et al.*, 2005.

⁴³ CARVALHO & MARQUES, 2019: 94.

a escala temporal de mudanças económicas e tecnológicas na paisagem é muito mais pequena que a escala temporal para desenvolvimento de adaptações socio-culturais e ecológicas face a stress ambiental⁴⁴. Será de considerar construir uma base sólida e prática de informação, fundamentada nos valores e dinâmicas da paisagem cultural, que permita orientar intervenções integradas na inevitável mudança cultural, social e tecnológica, promovendo o equilíbrio entre mudança e preservação, de forma a que, o resultado final, permita então, que os valores e dinâmicas de uma dada paisagem cultural, que definem a sua identidade e que a distinguem enquanto «paisagem de valores», perdurem.

Na paisagem cultural de transumância que analisamos, a produção de lã constituía a força motriz económica de toda a atividade que, ao longo de séculos, foi sendo apurada nas suas relações sociais com o meio envolvente e no uso eficiente dos recursos naturais endógenos, com efeitos profícuos também para a atividade agrícola. Se nas áreas de montanha os gados pastavam especialmente nos terrenos baldios, de matos baixos, em prados naturais e lameiros, nas áreas de planície pastavam nos pousios dos campos agrícolas, fertilizando os mesmos e aumentando o rendimento de colheitas; por sua vez, o gado caprino, de menor expressão no rebanho, explorava as áreas de charneca, dominada por matos, produzindo leite para pastores e cães. As dinâmicas complementares no espaço expressavam-se, também, no tempo. O uso diferenciado dos campos, nas zonas baixas, durante o Inverno, e na montanha, durante o Verão, exprimiam, também, este profundo conhecimento e respeito pelos recursos disponíveis.

As mudanças de paradigmas e estratégias políticas conduziram, progressivamente, à extinção da atividade: os pastos comuns passaram a ser arrendados, iniciaram-se processos de arborização na serra, plantações de oliveiras e montados de sobre e azinho, vedação de campos que diminuíram a área disponível para a transumância. O rendimento agrícola que o Estado promovia conduzia ao aumento de terras cultivadas, ao parcelamento, diminuindo os baldios, os incultos, os pousios ou prados naturais, essenciais à continuação da atividade.

Apesar destes processos, decorridos especialmente a partir de finais do século XIX ou já nos princípios do século XX, as condições geográficas da Beira Interior e o contínuo desenvolvimento e modernização da indústria de lanifícios, permitiu manter a atividade transumante, a nível local, para produção da lã.

A modernização tecnológica e as novas facilidades trazidas pela globalização, trouxeram melhorias de vida para as populações, mas também remeteram estas culturas vernáculas a componentes pontuais em culturas globais. A preservação da identidade num contexto de mudanças, nos mais variados quadrantes, afigura-se como um objetivo atual, suportado pela evolução de políticas interna-

⁴⁴ FARINA, 2000.

cionais que fazem apelo ao reconhecimento da diversidade, assumida como identitária e, cada vez mais, fator de marketing territorial⁴⁵. A lã constituiu e ainda constitui, uma significativa mais-valia nacional, não só em termos culturais, mas também em termos económicos. A sua produção é considerada, ainda, um fator importante para a reserva genética da raça merina. A Europa Ocidental detém ainda uma indústria de lanifícios relevante e tecnicamente evoluída, sustentada por uma matéria prima considerada cara e cuja produção é complexa. A produção e a transformação da lã encerram um processo de evolução que não pode ser descurado enquanto património e produto competitivo económico.

A certificação de produtos derivados do leite (queijo DOP Serra da Estrela, queijo DOP da Beira Baixa) são exemplos do reconhecimento de valor e da necessidade de conservar as matérias-primas, assim como os processos originais de produção e transformação. Valorizar as economias locais, recorrendo a produtos diferenciados pela qualidade e valor, deve ser uma aposta para o património local e regional. Apesar do crescente reconhecimento da dimensão viva dos locais com valor patrimonial, o papel ativo das comunidades locais deve ser entendido como essencial nos processos de reconhecimento de bens e de gestão da paisagem cultural. A conservação e perpetuação da paisagem cultural resulta da manutenção contínua de processos e padrões conduzidos por motivos culturais e económicos que mantêm fluxos de energia e informação e que permitem a reorganização dos diferentes mosaicos da paisagem, através da gestão continuada. Lidamos, hoje, com a ameaça de extinção de recursos naturais não renováveis e de acentuadas alterações climáticas pelo que será relevante, como legado, o capital cultural gerado nestas paisagens, uma vez que revelam um profundo conhecimento sobre o equilíbrio entre valores económicos, sociais e recursos naturais e humanos existentes.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pela bolsa de doutoramento (SFRH/BD/111160/2015). Este trabalho está a ser desenvolvido no CIBIO- InBIO, financiado pela FCT através de fundos nacionais.

⁴⁵ DIAS, 2013.

BIBLIOGRAFIA

- ADCB (1780) – *Livro de Posturas Municipais*. Mç486, Livro 1, Fl 14. Castelo Branco.
- AMARAL, Abílio Mendes do (1970) – *Os pastores da Serra da Estrela: etnografia, foro, privilégios, transumância*. Viseu: Tip. Beira Alta.
- ANTROP, Marc (2005) – *Why landscapes of the past are important for the future. Rural Landscapes: past processes and future strategies*. «Landscape and Urban Planning», ISSN 0169-2046. 70: 1-2 p. 21-34. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016920460300207X>>. [Consulta realizada em 06/06/2014].
- CALADO PINHEIRO, Elisa, coord. (2008) – *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha) – Reconhecimento e valorização patrimonial*. Covilhã: Museu de Lanifícios, Universidade da Beira Interior, 2 vols.
- CARVALHO, Raquel; MARQUES, Teresa Portela (2019) – *A evolução do conceito de paisagem cultural*. «Revista de Geografia e Ordenamento do Território», ISSN 2182-1267, 16: p. 81-98. Disponível em: <<http://www.cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/viewFile/2019.16.004/pdf>>.
- CHAMBINO, Eddy (2008) – *Pastores, guardiões de uma paisagem*. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova/Centro Cultural Raiano.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; BARBOSA, Maria do Rosário (1999) – *Forais e Foros da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.
- DAVID DE MORAIS, J. A. (1998) – *A Transumância de gados serranos e o Alentejo*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- DIAS, L. T. (2013) – *Paisagem*. «CEM Cultura, Espaço & Memória», n.º 4, p. 7-9. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12805.pdf>>. [Consulta realizada em 29/08/2019].
- DIRECÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO – *Planta da Beira Baixa*. Cartografia antiga. CA 102.
- DUARTE, Aniceto Dos Santos (1956) – *Indústrias agrícolas dos meios rurais da Beira Baixa. Alguns aspectos técnicos, económicos e de higiene, segurança e salubridade*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros.
- ESTÊVÃO, João Antunes (1983) – *A florestação dos baldios*. «Análise Social», p. 1157-1260. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/41010446>>. [Consulta realizada em 01/02/2019].
- FARINA, Almo (2000) – *The Cultural Landscape as a Model for the Integration of Ecology and Economics*. «BioScience» 50: 4 p. 313. Disponível em <<https://academic.oup.com/bioscience/article/50/4/313-320/270737>>. [Consulta realizada em 02/03/2019].
- FERREIRA, Luísa; AZEVEDO, Leonel (2010) – *Foral Manuelino de Castelo Branco: 1510*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco.
- FERREIRA, Rui; CUNHA, Lúcio (2006) – *Rotas de transumância serrana para a Beira Baixa: Itinerários e património associado*. «Iberografias», p. 305-327. Disponível em <www.cei.pt>. [Consulta realizada em 08/09/2018].
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1958) – *Atlas de Portugal*. 2.ª ed. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos.
- HERZOG, Felix et al. (2005) – *Policy Options to Support Transhumance and Biodiversity in European Mountains: A Report on the TRANSHUMOUNT Stakeholder Workshop*. «Mountain Research and Development» Landquart/Zurich, Switzerland, 25: 1, p. 82-84. Disponível em <[URL:http://www.bioone.org/doi/full/10.1659/0276-4741%282005%29025%5B0082%3APOTSTA%5D2.0.CO%3B2](http://www.bioone.org/doi/full/10.1659/0276-4741%282005%29025%5B0082%3APOTSTA%5D2.0.CO%3B2)>. [Consulta realizada em 22/11/2017].
- INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – Florestas. Disponível em <<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/regflo/q-e>>.

- ____ (a) – *Plano Sectorial da Rede Natura*. Disponível em <<http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/resource/doc/rn-plan-set/hab/hab-6230>>.
- KLEIN, Julius (1936) – *La mesta: estudio de la historia económica española 1273-1836*. Madrid: Revista de Occidente.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1939) – *Reconhecimento dos baldios do Continente*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- MONTEIRO, Augusto José (1992) – *Manteigas na segunda metade do século XVIII: Os Homens e a Indústria*. Manteigas: Câmara Municipal de Manteigas.
- REGO, Francisco Castro (2001) – *Florestas Públicas*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Direcção Geral das Florestas.
- RIBEIRO, Francisco da Silva; FERREIRA, Luiz Feliciano Marrecas (1886) – *Expedição científica à Serra da Estrela em 188: secções auxiliares: topographia, acampamento: relatórios*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, Imprensa Nacional.
- RIBEIRO, Luís Paulo Faria Almeida (1998) – *The cultural landscape and the uniqueness of place – a greenway heritage network for landscape conservation of Lisbon metropolitan area*. Amherst MA: Universidade de Massachussets. Tese de Doutoramento em Arquitectura Paisagista.
- RIBEIRO, Orlando (1941) – *Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela*. «Sep. da Rev. da Faculdade de Letras», Tomo 7. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- ____ (1991) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. 6.^a ed. rev. e ampliada. Lisboa: Sá da Costa.
- ____ (1997) – *Orlando Ribeiro e as terras de Idanha*. Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano.
- SANTOS, Henrique Pereira (2015) – *Evolução da paisagem rural do continente português no século XX*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- SOARES DE SOUSA, Joaquim *et al.* (2005) – *A Transumância para o Montemuro: Um pretexto para o Desenvolvimento Rural*. «Millenium – Revista do Instituto Politécnico de Viseu». 31, p. 174-189.
- TORRES MANSO, F. (2015) – *Pastoreio em Territórios de Montanha*. «Trifólia – Newsletter da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens.» 6. Disponível em <http://sppf.pt/images/trifolia/TRIFOLIA_6_2015.pdf>. [Consulta realizada em 03/10/2017].
- TRINDADE, Maria José Lagos (1965) – *Alguns Problemas do Pastoreio, em Portugal, nos séculos XV e XVI*. «Do Tempo e da História», 1 (1/5) p. 113-134.
- TRINDADE, Maria José Lagos; RIBEIRO, Orlando (1981) – *Estudos de história medieval e outros*. 1a ed. Lisboa: Fac. Letras, Coop. Ed. História Crítica.
- UNESCO World Heritage Centre (2017) – *The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO.

SHOAH E LITERATURA DE TESTEMUNHO: O CAMPO CONCENTRACIONÁRIO ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA

ISABELLA ALESSANDRA CORTADA ROBERTO*



Pintura a óleo de David Friedmann, representando uma fila de prisioneiros de um campo de concentração na «marcha da morte», de Gleiwitz para Blechhammer (1947)¹.

Resumo: *Lembrar e esquecer são ações que implicam seleção de informação, o que significa dizer que também não há memória sem esquecimento. Sendo a memória colectiva uma construção social e um factor de identidade de uma comunidade, então como viver com esquecimentos impostos? Como conviver diante do apagamento (desmemória)? Contra os silêncios e os não-ditos, é possível pensar em memórias subterrâneas que expressam o testemunho dos excluídos, dos esquecidos da memória oficial. Vários foram os autores que «consagraram» assim, em forma de literatura, as suas experiências de dor e de trauma resultantes da Shoah. São os seus testemunhos de vida e exemplos de escrita que aqui trazemos em confronto, recorrendo também a um enquadramento teórico que encontrará fundamentação privilegiada em nomes como Michael Pollack, Theodor Adorno, Giorgio Agamben, Hannah Arendt ou Walter Benjamin.*

Palavras-chave: *Testemunho; Memória; Trauma; Shoah.*

* ISAG / Universidade de Santiago de Compostela. Estudos Literários / Inter-Artes. Contacto: isabella.cortada@gmail.com. Isabella Roberto tem mestrado em Estudos Anglo-Americanos (FLUP) e está inscrita em doutoramento, área de Estudos Ingleses Avançados (literatura e música) (USC). É professora, tradutora e produz investigação no campo dos estudos literários e inter-artes.

¹ David Friedman (1893-1980). O artista foi deportado juntamente com a mulher e um filho a 16 de outubro de 1941, de Praga para o gueto de Lodz, na Polónia. Após a evacuação do gueto em finais de agosto de 1944, Friedmann foi separado da família. Mulher e filho não sobreviveram. Friedmann foi então deportado para Auschwitz-Birkenau e depois para o campo de Gleiwitz I. Sobreviveu à penosa «marcha da morte» para Blechhammer, tendo sido finalmente libertado pelo exército russo a 25 de janeiro de 1945.

Abstract: *To remember and to forget are actions that involve selection of information, which means that it is impossible to remember without forgetting. Being the collective memory a social construct and a factor of identity for any community, how are we supposed to live with forgetfulness? How are we to live upon the deletion of the past (de-memorizing)? To counteract the silences and the unsaid it is possible to think of underground memories that express the spoken word of the excluded and the neglected from the official memory. Shaping a new writing and a new literature, innumerable authors consecrated thus their experiences of pain and trauma caused by Shoah. It is their examples of life and writing that we bring forward into confrontation, resorting to a conceptual frame that will also be supported by such thinkers as Michael Pollack, Theodor Adorno, Giorgio Agamben, Hannah Arendt or Walter Benjamin.*

Keywords: *Witness; Memory; Trauma; Shoah.*

INTRODUÇÃO

«A morte é um mestre que veio da Alemanha»²: repetida até à exaustão a frase do poema *Todesfuge* (*Fuga da Morte*) publicado em 1948 dói até aos ossos e fere como agulha cravada na carne. *Leitmotiv* da lírica de Paul Celan, a sua leitura submete a uma perigosa experiência, uma travessia arriscada por terrenos deslizantes entre a linguagem e os acontecimentos traumáticos da Shoah, sem cair no palavreado dócil e, na linha do mais puro sentido adorniano³, sem a pretensão de tornar Auschwitz assimilável, digerível, representável. Prisioneiro durante 18 meses num campo de extermínio alemão, Celan pôs termo à vida, a 20 de Abril de 1970, em Paris, saltando da ponte Mirabeau para o rio Sena. Em 1942, também o escritor austríaco Stefan Zweig, incapaz de lidar com o crescimento da intolerância e do autoritarismo na Europa e sem esperança no futuro da humanidade, escreveu uma carta de despedida e suicidou-se com a mulher, Lotte, na cidade de Petrópolis, Brasil, onde se refugiara. Porque a dor não apaga a memória. Ou o contrário.

É, pois, o conceito de sublime que ganha novas dimensões e articulações, uma estética do corpo e da dor que inicia um novo olhar sobre o real e ensaia um equilíbrio entre o belo e o objecto. Uma linguagem que se funde numa escrita de dor e concretizada na dor, em contiguidade com uma vida também ela dolorosa. A dor da vida e a dor do texto mostram-se através desta poesia traumática e desta

2 «Der Tod ist ein Meister aus Deutschland», «a morte é um mestre que vem da Alemanha» é um conhecido verso do poema *Todesfuge*, de 1948, de Paul Celan, traduzido para português como *Fuga da Morte*, por João Barrento e Y. K. Centeno, fazendo parte da colectânea de poesia reunida de Paul Celan com o nome *Sete Rosas mais Tarde: Antologia Poética*, edição bilingue de 1993 pelas edições Cotovia. Grande parte da obra de Celan prende-se inevitavelmente com o massacre dos judeus nas máquinas da morte. Essa fragmentação e aniquilação da vida humana e do seu valor, infinitamente precário, encontra um correlato com a linguagem e a sua desintegração, aliada à mística da negação, numa Europa que perdera o seu otimismo histórico.

3 Theodor Adorno sentenciou, em 1951, no seu ensaio *Crítica Cultural e Sociedade*, que após a experiência de Auschwitz não mais seria possível escrever poesia. Desse ponto de vista, Paul Celan faria parte dessa pléiade de homens visados por Adorno, cujo ofício da escrita não mais faria sentido, num mundo também ele carente de sentido. Contudo, a poesia de Celan atesta essa possibilidade, ainda que a transfiguração da sua arte lhe tenha tornado a vida insustentável.

língua da poesia, de Hölderlin e da tradição, mas também da ignomínia e da infâmia, da humilhação e do crime histórico. A dor das palavras e nas palavras... um uso na poesia e feito de poesia para permitir encarar o passado de frente; enquanto tal não for feito, a ferida não cessará de cicatrizar. Nesta fuga de uma não-existência, juntam-se a Celan e Zweig, Primo Levi e Walter Benjamin. Ellie Wiesel, Vidal-Naquet e Jorge Semprún resistiram ulteriormente para dar voz a uma biografia do inenarrável. Que ainda o é.

CONCRETIZAÇÃO: A LITERATURA DE TESTEMUNHO

Abrir o baú das lembranças pode ser doloroso e delicado, mas é necessário para permitir a reflexão sobre a relação dos alemães com a sua história, um caminho de longo curso que somente no seu final poderá dar lugar a um esquecimento apaziguado. Bem diferente de um esquecimento que oculta o passado e deixa feridas permanentemente abertas. O silêncio, o não esclarecimento das questões e o desconhecimento desse passado colocam uma outra problemática: o de servir de fermento para as argumentações que negam os acontecimentos. É nesta linha de raciocínio que se equaciona a conhecida posição de Vidal-Naquet⁴ sobre as teses negacionistas (revisionistas) do holocausto. De forma veemente, enuncia com que armas se deve colocar o historiador diante dos defensores da mentira e da não-memória:

Estabeleci uma regra para mim: podemos e devemos discutir sobre os revisionistas; podemos analisar seus textos como fazemos com a anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar seu lugar específico na configuração das ideologias, questionarmo-nos sobre o porquê e como apareceram, mas não discutir com os revisionistas [...] não tenho o que lhes responder e não responderei. Esse é o preço da coerência intelectual⁵.

Enfaticamente, o autor afirma que não aceita debater com quem baseia os seus argumentos numa memória pautada por pressupostos históricos reconhecidamente falsos e que negam a lógica científica, sabendo que poucos factos são tão inquestionáveis quanto tudo aquilo que se insere no holocausto, fartamente documentado, testemunhado e lembrado.

É sabido que a sonegação da informação, da experiência e a imposição do esquecimento são mecanismos necessários para consolidar o anestesiamiento colectivo e a desresponsabilização histórica, contribuindo para a implantação de uma memória reciclada que interessa sobretudo ao poder dominante e que, claro

4 VIDAL-NANQUET, 1994.

5 VIDAL-NANQUET, 1994: 11.

está, se afasta ainda mais do passado histórico e real. Mas não há esquecimento sem memória. Para esquecer o que viu e o que viveu, o sujeito tem que conhecer, e se conhece lembra; só então poderá exercer o direito a esquecer. Ou seja, esquecer como opção após reflectir para amadurecer um esquecimento consensual. E de que falamos quando falamos em esquecimento? De memórias recicladas ou de apagamento? De silêncios ou de não-ditos? E sendo então a memória colectiva uma construção social e um factor de identidade de uma comunidade, como viver com esquecimentos impostos? Como lembrar ou esquecer o que não se permite conhecer? O perdão e a amnistia justificam-se desde que a ofensa tenha sido reconhecida publicamente. E no entanto, como perdoar aos que não pediram perdão?

O apagamento pode, pois, ser um eficiente narcótico de paralisia, fomentando até o esvaziamento das tensões sociais, desmobilizando certas forças políticas de contestação e servindo de porto seguro com os seus apegos a lugares e situações previsíveis, confortáveis e «congeladas» no tempo. Também, nesse particular, tão importante quanto o estudo do conteúdo das memórias é a opção da vítima pelo silêncio. Muitas vezes, lembranças traumatizantes esperam anos pelo momento propício para serem expressas, devendo, por isso, o silêncio e os não-ditos ser encarados como um imperativo ético, uma forma de se respeitar a vontade de silêncio do outro.

Segundo Michael Pollak, existem duas razões principais para esse silêncio: uma de ordem política e outra de ordem pessoal. No primeiro caso, conforme o autor, «o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais»⁶. No âmbito pessoal, o crítico explica que, em face das lembranças traumatizantes, «o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas»⁷. Em determinadas situações, essas vítimas não encontram espaço na sociedade para dar o seu testemunho e, por não encontrarem possibilidade de amenizar a sua dor ou de transformá-la em fala, acabam por optar pelo silêncio. Contra isso importa reconhecer que o horror dos campos nazistas impôs urgência na necessidade de compreender aquele acontecimento.

Elie Wiesel, em seu romance autobiográfico *Noite*⁸, relata os dez meses em que esteve prisioneiro no campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau, inscrevendo assim, na dor, a sua lembrança do inenarrável:

Nunca esquecerei esta noite, a primeira noite no campo, que fez da minha vida uma noite longa e sete vezes aferrolhada. Nunca mais esquecerei as pequeninas caras

⁶ POLLAK, 1989: 5.

⁷ POLLAK, 1989: 6.

⁸ WIESEL, 2006.

das crianças cujos corpos eu tinha visto transformarem-se em espirais sob um azul mudo. Nunca mais esquecerei estas chamas que consumiram para sempre a minha fé. Nunca mais esquecerei este silêncio nocturno que me privou, para a eternidade, do desejo de viver. Nunca mais esquecerei estes momentos que assassinaram o meu Deus e a minha alma, e os meus sonhos [...]»⁹.

Mais dilacerante ainda é o eco das profundezas emanado por Primo Levi em seu testemunho literário, *É isto um Homem?*, de 1947, onde é feita a seguinte constatação, logo após as filas de selecção e de desinfectação, quando o homem está nu:

Então pela primeira vez nos apercebemos de que a nossa língua carece de palavras para exprimir esta ofensa, a destruição de um homem. Num ápice, com uma intuição quase profética, a realidade revelou-se-nos: chegámos ao fundo. Mais para baixo do que isto não se pode ir: não há nem se pode imaginar condição humana mais miserável»¹⁰.

Levi morreu em 11 de Abril de 1987, na sequência de uma queda no vão da escada interna do prédio de três andares onde vivia. Especula-se, até hoje, se se terá suicidado. À época, Elie Wiesel dissera a propósito: «Primo Levi morreu em Auschwitz há quarenta anos».

Nesse sentido, a linguagem tem uma função importante para aqueles que passaram por uma situação traumática ou que vivenciaram um episódio violento: possibilita conferir significado a tais experiências e conduzir a uma organização coerente e racional dos factos envolvidos. Facilita ao sujeito organizar os seus pensamentos e vivências e, por conseguinte, traduzi-los e comunicá-los aos ouvintes ou aos leitores. Narrar sobre a vivência nos campos de concentração é uma tarefa árdua para o sobrevivente. Porque esta é uma experiência que leva o indivíduo ao limite da sua humanidade e é tão degradante que destrói o maquinário da linguagem, impossibilitando, conseqüentemente, a representação desses acontecimentos na sua totalidade.

Actualmente a reflexão sobre a Shoah não só consolida um campo de pesquisa como vem estendendo o seu alcance a várias disciplinas que confluem nas múltiplas abordagens sobre a literatura de testemunho. Surgem, paralelamente, as primeiras indagações: como manter ideais de humanismo depois dos campos de concentração e de extermínio? Como pode a arte relacionar-se com o horror dessa experiência humana? Como resposta recorre-se tradicionalmente a uma assertiva que faz parte do ensaio *Crítica Cultural e Sociedade*, de 1951, de um filósofo já aqui evocado, Theodor Adorno:

⁹ WIESEL, 2006: 41-42.

¹⁰ LEVI, 2008: 25.

A crítica cultural encontra-se diante do último estágio de dialéctica entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um acto bárbaro e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que se tornou impossível escrever poemas¹¹.

O pensador da Escola de Frankfurt falou em poesia, mas poderia ter dito música, filosofia, artes plásticas... Podia ter perguntado, também, se ainda seria possível comer, caminhar, ler, trabalhar, amar... A imensa perda de sentido humano que ocorreu naquele campo de concentração nazi leva inexoravelmente ao silêncio. Como puderam seres humanos infligir tanto sofrimento a outros seres humanos é a questão que se impõe. Talvez sem nunca se saber a resposta. Quando uma dor sem limites como essa toma conta de nós, não temos o que dizer, as palavras caem na sombra do sem-sentido. Ou seja, é impossível representar a barbárie e simultaneamente associar testemunho e ficção.

Ao longo de vários anos Adorno volta a discutir a mesma frase, chamando a atenção para questões relacionadas com a própria literatura de testemunho: por um lado, o imperativo de obliterar o esquecimento e de impedir a repetição de Auschwitz, consciente de que a limpeza dos destroços resultantes das tragédias pessoais e colectivas passa inevitavelmente pela palavra; é através da linguagem que podemos tentar salvar o que ainda tem salvação e arquitectar uma nova maneira de viver; por outro lado, o perigo de esse acontecimento se tornar assimilável através da estilização artística, já que resistir à barbárie implicaria imprimir na própria forma literária marcas daquela violência e mal-estar, docilizando uma escrita que deveria ser da dor.

A assertiva adorniana apresenta, no entanto, uma questão central para a literatura: a relação entre esta e o mal, tomando emprestada uma expressão de Georges Bataille e incentivando, assim, à necessidade de reflectir sobre a tensão entre catástrofe e representação. E se ela é importante na construção do conhecimento em outras áreas do saber, nos estudos literários ela é essencial para esboçar o perfil da literatura de testemunho. Como narrar o horror dos campos de concentração, se os que viveram ao cúmulo não sobreviveram para contar? E se os que sobreviveram enfrentam o dilaceramento entre a culpa por terem sobrevivido e o imperativo ético de narrar sem trair a verdade? Perante a barbárie da Shoah, que desafia as formas de pensar, como conciliar no discurso a atitude de não desistir do conhecimento e de ser fiel à natureza do experienciado?

A testemunha terá que falar do que viu e daquilo por que passou sem se instalar no presente com tranquilidade, apenas porque a sua experiência está irremediavelmente marcada pelo trauma. E aqui cabe lembrar a atitude de muitos sobreviventes dos campos que se negam a dar o seu depoimento porque a

11 ADORNO, 2002: 20.

lembança transporta consigo a consciência do horror e o medo do repetível; como por exemplo, o autor Jorge Semprún que, além de ter adiado até 1994 a vontade de testemunhar sobre essa fase da sua vida, hesitou entre dois títulos para o livro que viria a escrever a propósito: *A Escrita ou A Vida – L'Écriture ou la Vie*, no original de 1994 – e o preterido «A Escrita e A Morte». O escritor interroga-se no plano literário sobre a possibilidade de encontrar a frase e a imagem adequadas, sobre o poder de expressão da palavra e os impasses de traduzir o vivido, de dizer o indizível. Já não mais estamos no plano elevado do belo, mas percorreremos incrédulos os subterrâneos do horror. Segundo Walter Benjamin, outro pensador da Escola de Frankfurt, a tradição dos oprimidos ensina-nos que o «estado de excepção» em que vivemos é na verdade a regra geral. Para tal é necessário construir um conceito de história que corresponda a essa verdade e possibilite um efectivo combate ao fascismo, em detrimento do progresso, considerado como a norma histórica. Com a ascensão de Hitler ao poder, Benjamin instala-se em Paris onde escreve as suas principais obras. Em vão tenta fugir para os Estados Unidos, deixando-se vencer por tanto horror e sofrimento. Em Port Bou, no limite das suas forças humanas, decide pôr termo à vida ingerindo uma grande quantidade de morfina. Era a noite de 25 de Setembro de 1940.

Podia dizer-se que Walter Benjamin foi mais uma vítima da violência da história. Viveu duas traumatizantes guerras mundiais que moldaram a sua visão do mundo e a sua concepção filosófica em torno do papel das vítimas, investindo à memória e ao testemunho. Em suas reflexões sobre a história expressou o seu maior temor: que a modernidade, porque equiparada à noção de «progresso», apagasse todo o passado e sobretudo que a violência pudesse converter toda a história humana numa redundante sucessão de massacres. Benjamin percebeu que a transmissão de representações colectivas ao longo do tempo e do espaço tornar-se-ia cada vez mais vaga e descontínua. Conforme expõe na Tese VI,

[...] o dom de atizar através do passado a chama da esperança pertence apenas ao historiógrafo perfeitamente convencido de que diante do inimigo, e no caso de este vencer, nem sequer os mortos estarão em segurança. E este inimigo não tem cessado de vencer¹².

Por isso questiona-se: que fazemos com as vítimas da violência? Que rumo para os perdedores, os vencidos, como lidar com os despojos da história? Podemos conceber ainda alguma esperança para eles? Já foi tudo dito sobre a sua dor e a sua morte?

¹² BENJAMIN, 2012: 133.

Contudo, é na esfera da filosofia política, e sobretudo no volume I da trilogia *Homo Sacer* intitulado *O Poder soberano e A Vida Nua*, de Giorgio Agamben¹³, que se encontra uma interpretação consistente da vinculação entre a era moderna e a violência do universo concentracionário. Para o autor, o Estado moderno funda-se sobre um poder soberano de natureza distinta, um poder que para se constituir define os homens portadores de vida nua (*Zoé*) – os excluídos – e os homens portadores de vida qualificada (*Bíos*) –, os indivíduos com direitos e deveres políticos. Ou seja, a sua própria existência faz-se por um movimento de exclusão inclusiva, em que ao legislar sobre o caos (natureza pré-jurídica da vida humana), o soberano capta a vida nua, dando-lhe existência política; mas também se faz de inclusão exclusiva, já que, ao soberano cabe, igualmente, o poder de decidir sobre a normalidade ou a anomia da vida social e, conseqüentemente, de decretar o estado de exceção (suspensão da vigência da lei), instituindo a existência de uma vida aniquilável sem que se configure um crime¹⁴. Contudo, a zona de exclusão habitada pelos homens portadores de vida nua é constante e necessária para definir o lugar dos incluídos, o espaço político.

Por isso o campo de concentração é metáfora da modernidade com expressão máxima em Auschwitz:

Em vez de tentar definir o campo a partir dos eventos que aí se desenrolaram, perguntamos antes: o que é um campo, qual a sua estrutura jurídico-política, por que determinados eventos puderam ter aí lugar? Tal leva-nos a encarar o campo de concentração não como um facto histórico e uma anomalia pertencente ao passado (mesmo que, eventualmente, ainda verificável), mas, de algum modo, como a matriz oculta, o Nómos do espaço político em que vivemos¹⁵.

O testemunho, o que resta de Auschwitz, vem agora da zona da vida nua e aponta para outra concepção da literatura de testemunho que se sustenta sobre uma interpretação do séc. XX como um processo histórico e social de sistemática exclusão. E contudo, justificar a sobrevivência não é fácil, ainda menos no campo, de tal forma que alguns sobreviventes preferem ficar em silêncio. Para outros, a única razão de viver é não permitir que o testemunho

¹³ AGAMBEN, 2007. Seguimos aqui a tradução brasileira, embora haja uma edição portuguesa de 1998 pela Relógio D'Água.

¹⁴ O termo latino «sacer» contém em si duas determinações de significado aparentemente opostas: «sagrado» e «matável». Agamben procura compreender o sentido da sacralidade da vida enquanto princípio inviolável e elemento político originário. Assim, as justaposições de «sacer» indicam aquele que está fora tanto do direito humano, na medida em que é sagrado, quanto do direito divino, por ser matável, sem que haja a justificação do sacrifício.

¹⁵ AGAMBEN, 2007: 173.

morra¹⁶. Os relatos dos sobreviventes trazem à baila um outro saber, disseminado pelas histórias particulares, privadas, fora de uma ordem institucionalizada, de um saber hegemónico. Os judeus diante da condição de gueto e de campo de concentração e morte, só podem viver fora da lei – da ordem imposta. O corpus das narrativas da Shoah engendra-se, pois, de forma paradigmática, como pequenos relatos que subvertem o saber que se constitui a partir da noção de ordem e de totalidade. Eis, pois, que a memória judaica se relaciona com aquilo que está ameaçado, com o que permanece em estado de intempérie e com o que a história dos vencedores exila no esquecimento.

Na mesma esteira de interpretações sobre a era moderna e a tragédia do holocausto, Hannah Arendt, em seu livro *Eichmann em Jerusalém*¹⁷, recorre a duas expressões para descrever a violência das práticas nazistas: «a banalidade do mal» (subtítulo do livro) e «massacre administrativo». E de que forma se interligam? No livro Arendt narra o julgamento de Eichmann ocorrido em 1961 e partilha com o leitor a sua perplexidade perante alguém que fala da perseguição aos judeus, das deportações, dos campos de concentração e da solução final como se falasse de uma qualquer acção de estado, seja de políticas de abastecimento, de transporte, seja de educação... essa banalização leva a autora a perceber que nos projectos e nas acções que promoveram a ascensão do estado liderado por Hitler, a questão dos judeus, como tudo o resto, era racionalmente administrada. Não só os fornos crematórios, mas também a remoção, o confinamento, o confisco de bens, a execução de judeus e não apenas deles mas de todos os «excluídos», parecem ser meros procedimentos administrativos, programados com racionalidade através de complexos cronogramas. Trata-se de uma descrição e quantificação em arquivos e tabelas da própria produção de morte, passível de ser avaliada em termos da sua eficácia.

Ou seja, a banalidade é fomentada e instrumentalizada pelo avanço da técnica e da ciência modernas, pela burocratização crescente de todos os aspectos

¹⁶ Sobre o tópico da testemunha, ler também de Agamben o vol. III de *Homo Sacer, O que resta de Auschwitz. O Arquivo e o Testemunha*: «No campo, uma das razões que podem impelir um deportado a sobreviver consiste em tornar-se uma testemunha» (2008: 25). Para Agamben importa discutir as implicações éticas dos campos de concentração de Auschwitz e para tal lançará mão de uma distinção de dois tipos de homens presentes nos campos: o primeiro grupo, que é a exceção, são os sobreviventes, e o segundo grupo, os muçulmanos, que são a regra (*ibid*: 49). Essa distinção tem que ver com as condições físicas e psicológicas de cada um, os primeiros, por mais debilitados que estivessem, ainda conservavam traços «humanos». Ou seja, podiam ser vistos a conversar, a andar e a trabalhar; já os muçulmanos eram homens apelidados de não-humanos, exatamente porque se encontravam num certo estado de anestesia e apatia para com o mundo e com o outro, que os tirava da condição de humanos. Agamben entende ainda que o testemunho do sobrevivente traz consigo uma lacuna e que esta retira a validade daquele que testemunha. Em tudo o que os sobreviventes contarem, por mais honestos que forem em seus relatos, residirá sempre um ponto de interrogação. Dito isto, na medida em que os testemunhos pertencem aos sobreviventes e estes são a exceção, eles sobreviverão por habilidade ou sorte; a regra são os muçulmanos, e estes já não podem falar, perderam essa faculdade e pereceram nos campos de concentração.

¹⁷ ARENDT, 1999.

da vida, incluindo os que são feitos de dor e de horror. O Mal é apenas a outra face do Bem e, como ele, sujeito ao mesmo tipo de tratamento lacônico e automatizado, absolutamente racionalizável, não passando pelo crivo da sentimentalização empática... também porque a vida moderna não se compadece de pausas no «ter-que-fazer», de recusas perante ordens inquestionáveis. O holocausto só poderia ter acontecido nessa época e nesse século de transformação do homem em número. A posição de Arendt engendra-se, assim, numa corrente interpretativa que entende a Shoah como evento típico da era moderna e que só se tornou possível devido ao desenvolvimento das técnicas de racionalidade administrativa e do conhecimento científico, identificando o universo concentracionário como o espaço subjacente ao Estado moderno e tomando a reflexão sobre ele para apurar uma análise da sociedade contemporânea.

É dessa face da modernidade que nos fala a literatura de testemunho. E sendo o holocausto a barbárie do séc. XX, essa literatura não tem fronteiras étnicas, geográficas ou linguísticas. Para considerá-la a partir de critérios estéticos é preciso reconhecer que o horror nos chega em diferentes vozes e línguas, trata-se de descrever como as marcas da convivência com o horror se inscrevem na forma literária, o modo como os procedimentos de construção do texto aludem à catástrofe e ao aniquilamento. Escrever significa conviver com a mudez, com o domínio da língua e dos seus limites, implica a necessidade de criar um alinhamento entre a testemunha e o ouvinte, entre escritor e leitor para que o discurso seja resistência ao silêncio e à morte. A Shoah foi um sismo tão traumático que causou dano a todos os seus instrumentos de medição. Como seria possível, pois, expressá-la através da arte? Como podem a liberdade artística e a ética da dor confluir nessa abordagem? As respostas, se existirem, só poderão ser encontradas na obra de cada autor.

CONCLUSÃO

Acreditamos que um dos nossos compromissos para este milénio deveria ser um compromisso para com os relatos dos testemunhos, construídos por vestígios ou fragmentos de memórias que, a contrapelo de práticas e políticas de esquecimento, nos fazem reflectir sobre a possibilidade de tradução da experiência de extermínio e de um saber estranho que dali é originado. Essas são as marcas das narrativas contemporâneas, não só aquelas que têm na Shoah seu tema ou recorte, mas também aquelas que tratam da errância do sujeito, da memória escamoteada, da hiper-memória, das ilusórias fronteiras entre o discurso e o meta-discurso.

As vidas silenciadas nos campos nazistas, mesmo pelo confisco dos bens particulares para soterrar a memória, ressurgem como corpos-arquivos pelas

mãos e vozes dos narradores. Esses arquivos fragmentários, o corpo judaico disseminado, podem ser configurados como uma metáfora da narrativa na contemporaneidade e o carácter indizível da experiência da Shoah seria a condição peculiar dessa escrita, pelo que a linguagem nasceria de um vazio, de um silêncio e de uma reescrita dolorosa do real. A questão da literatura de testemunho não está, por conseguinte, na existência ou não da realidade, mas na capacidade de percebê-la, de simbolizá-la e de traduzi-la. Ao visitar o episódio da Shoah, delinea-se para o escritor e para o leitor uma empresa impossível de ser compreendida na sua totalidade. Cercar o facto histórico em sua barbárie e contorná-lo pela palavra ou pela arte, costurando textos e registos infames é o mesmo que lançar-se numa tarefa que, de antemão, já se anuncia como incompleta, residual e bárbara.

Para que a memória de muitos não se perca no olvido, foi e é preciso ainda exumar os fragmentos dos corpos, dos arquivos, fazer a arqueologia do sofrimento e construir relatos que aliviem o narrador e reafirmem naquele que ouve, lê ou olha, a possibilidade de traduzir a condição contemporânea. O esquecimento do flagelo seria para as vítimas como uma segunda morte. Relembrar é, nessa perspectiva, uma espécie de vindicação e de homenagem às vidas silenciadas pelo extermínio, sem cair, contudo, e invocando novamente Adorno, na tentação de transformar essa lembrança de horror em mais um produto cultural a ser consumido. Tornar Auschwitz em mercadoria arriscaria a tornar leve e fácil a sua integração na cultura enquanto facto histórico¹⁸, pelo contrário, a arte deve ser pensada contemporaneamente enquanto luta contra o esquecimento e contra a força totalitária da ordem instituída; por isso a intervenção do artista deverá partir de um posicionamento político de tradução da realidade, um dever de memória. A palavra é, até ver, o único recurso disponível quando tudo em volta se desmorona, é meio para a recuperação de sentido onde ele deixou de existir. O silêncio absoluto é o silêncio da morte. É imperativo calar o silêncio.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor (2002) – *Crítica Cultural e Sociedade*. In *Indústria Cultural e Sociedade*. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Paz e Terra. Disponível em <<http://www.charlizine.com.br/wp-content/uploads/industria-cultural-e-sociedade-Adorno.pdf>> [consulta realizada em 23/03/2019].

¹⁸ Ataques como os sucedidos ao filme «A Vida é bela» de Roberto Benigni exemplificam também esse medo de que o horror da Shoah possa ser relativizado, esquecido ou tornado produto de consumo como qualquer outro. Para quem pensa assim, o riso fácil e quase pueril do filme é um sacrilégio. É possível rir-se das feridas, mas rir-se da Ferida é inconcebível.

- AGAMBEN, Giorgio (2007) – *Homo Sacer I. O Poder Soberano e a Vida Nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG Disponível em <http://www.minhateca.com.br/helena/Documentos/Gr-Pesquisa-Filosofia-Juridica-Contemporanea/Agamben/AGAMBEN*2-Giorgio.-Homo-Sacer-O-Poder-Soberano-e-a-Vida-Nua.pdf> [consulta realizada em 22/03/2019].
- ____ (2008) – *Homo sacer III. O que Resta de Auschwitz. O Arquivo e a Testemunha*. Tradução de Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfiOEAL/que-resta-auschwitz-giorgio-agamben>> [consulta realizada em 22/03/2019].
- ARENDT, Hannah (1999) – *Eichmann en Jerusalén. Un Estudio sobre la Banalidad del Mal*. Tradução de Carlos Rebalta. Barcelona: Editorial Lumen.
- BENJAMIN, Walter (2012) – *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Tradução de Maria da Luz Moita, Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- CARUTH, Cathy (1996) – *Unclaimed Experience: Trauma, Narrative, and History*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- FRIEDLANDER, Saul (1992) – *Probing the Limits of Representation. Nazism and The «Final Solution»*. Cambridge: Mass., Harvard University Press.
- HUPPAUF, Bernd (1997) – *War, Violence and The Modern Condition*. Berlin: de Gruyler.
- LACAPRA, Dominik (1998) – *History and Memory after Auschwitz*. London: Cornell University Press.
- LEVI, Primo (2008) – *Se Isto é um Homem*. Tradução de Simoneta Cabrita Neto. Lisboa: Editorial Teorema.
- ____ (2009) – *Os que Sucumbem e os que se Salvam*. Tradução de José Colaço Barreiros. Lisboa: Editorial Teorema.
- POLLAK, Michael (1989) – *Memória, esquecimento, silêncio*. «Revista Estudos Históricos». Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, p. 3-13.
- SCHINKEL, Willem (2010) – *Aspects of Violence: A Critical Theory*. Basingstoke: New York, Palgrave Macmillan.
- SONTAG, Susan (2003) – *Olhando o Sofrimento dos Outros*. Tradução de João Lima. Lisboa: Gótica.
- VIDAL-NAQUET, Pierre (1994) – *Os Assassinos da Memória*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Papyrus Editora. Disponível em <<http://www.pt.scribd.com/doc/90271973/vidal-naquet-Pierre-os-assassinos-da-memoria>> [consulta realizada em 21/03/2019].
- WIESEL, Elie (2006) – *Noite*. Lisboa: Texto Editores. Disponível em <<http://www.saude-mental.net/pdf/vol8-mov6-leituras1.pdf>> [consulta realizada em 22/03/2019].

O DESENHO DIGITAL E AS PAISAGENS PATRIMONIAIS.

CONVENTO DA MADRE DEUS DE MONCHIQUE, NO PORTO

TIAGO TRINDADE CRUZ*

Resumo: *Este artigo é parte de uma reflexão mais ampla em torno do desenho digital e das novas metodologias de investigação em História da Arquitetura. Tendo como objetivo refletir sobre o conceito de Paisagem Patrimonial, parte-se da antiga estrutura monástica de Monchique, na cidade do Porto, como laboratório experimental de investigação arquitetónica e urbana. Sabemos que a tecnologia digital permite reconstituir elementos de outras épocas, cuja passagem do tempo transformou ou fez desaparecer. Neste contexto, e com recurso ao desenho digital, procura-se reconhecer o património edificado e as estruturas urbanas através de uma interpretação sincrónica e diacrónica, atenta aos diferentes períodos históricos e às suas especificidades.*

Palavras-chave: *paisagem patrimonial; desenho digital; Convento de Monchique.*

Abstract: *This article is part of a broader reflection on the digital drawing and new research methodologies in the History of Architecture. Aiming to reflect on the concept of Heritage Landscape, it starts from the old monastic structure of Monchique, in the city of Porto, as an experimental laboratory for architectural and urban research. It is known that digital technology makes it possible to reconstruct elements from other eras, whose time has transformed or disappeared. In this context, and using digital drawing, the recognition of the built heritage and urban structures is sought through a synchronic and diachronic interpretation, attentive to the different historical periods and their specificities.*

Keywords: *heritage landscape; digital drawing; Convento de Monchique.*

1. INTRODUÇÃO

O convento de Monchique partilha do importante papel que as instituições monásticas e conventuais desempenharam em Portugal, desde a sua formação enquanto nação. Relevantes no desenho do território e na construção da paisagem, destacam-se pelo seu carácter de excepcionalidade, desde logo na perceção que delas temos como marcos simbólicos da cidade e na sua afirmação como «pólos de desenvolvimento da estrutura e da vivência urbana»¹. Para além disso, os conventos são identificados como elementos promotores da autoridade da igreja, refletindo também os princípios da implantação das Ordens religiosas mendicantes no

* CITCEM – FLUP. Tiago Cruz (1985) é mestre arquiteto pela FAUP (2010). Frequenta atualmente o doutoramento em Estudos do Património, especialização em História da Arte, na FLUP, com o tema «História da Arquitetura e Desenho Digital. Novas metodologias e abordagens: o demolido, a ruína e o transformado». É apoiado por Bolsa de Investigação FCT: SFRH/BD/132302/2017. Foi estudante visitante na Universidad Rey Juan Carlos (Madrid) e participou em congressos e reuniões científicas internacionais na Europa e nos EUA. up200406407@g.uporto.pt.

¹ ROCHA, 2006-2007: 528.

nosso país, cuja localização resulta da convergência de «diversos poderes, incluindo as próprias Ordens, a Santa Sé, os homens-bons e a clerezia local»².

Escolhido para este estudo pelas suas características morfo-tipológicas e pela relevância para a forma e para o funcionamento da cidade, o antigo convento de Monchique caracteriza-se pelos seus valores arquitetónico, urbano, simbólico, histórico, artístico e de memória. Ao longo dos tempos passou por constantes mutações formais e funcionais, enfatizando-se a necessidade de o explorar nas suas matrizes e fundamentos, numa leitura holística e sincrónica de «forma e função». Antes da ocupação conventual, aquele lugar acolheu uma sinagoga e uma residência senhorial. Tal como sucedeu com outras estruturas conventuais, no Porto e no resto do país, após a dissolução das ordens religiosas e do encerramento deste convento (1834), instalaram-se novos usos, com espaços ligados à indústria, ao comércio e aos serviços.

Posto isto, impõe-se explorar abordagens que nos permitam, recuperar, analisar e interpretar a herança perdida ou invisível dentro da própria paisagem urbana, levando-nos a questionar acerca do papel do convento na construção da paisagem patrimonial de Monchique. Novos pontos de vista permitem abordar outras linguagens, metafóricas ou imaginárias, traduzidas numa nova perceção da paisagem. Pretende-se ler e entender, não apenas os vestígios físicos existentes, mas também a sua memória cripto-artística. «Em arquitetura, muito para além do que pode suspeitar o projetista-arquiteto, desenham-se e testemunham-se o pensamento, o gosto e as pretensões de uma época. É por isso que a lição de arquitetura é extraordinariamente rica e multimoda, mas também muito críptica»³.

1.1. METODOLOGIA E OBJETIVOS

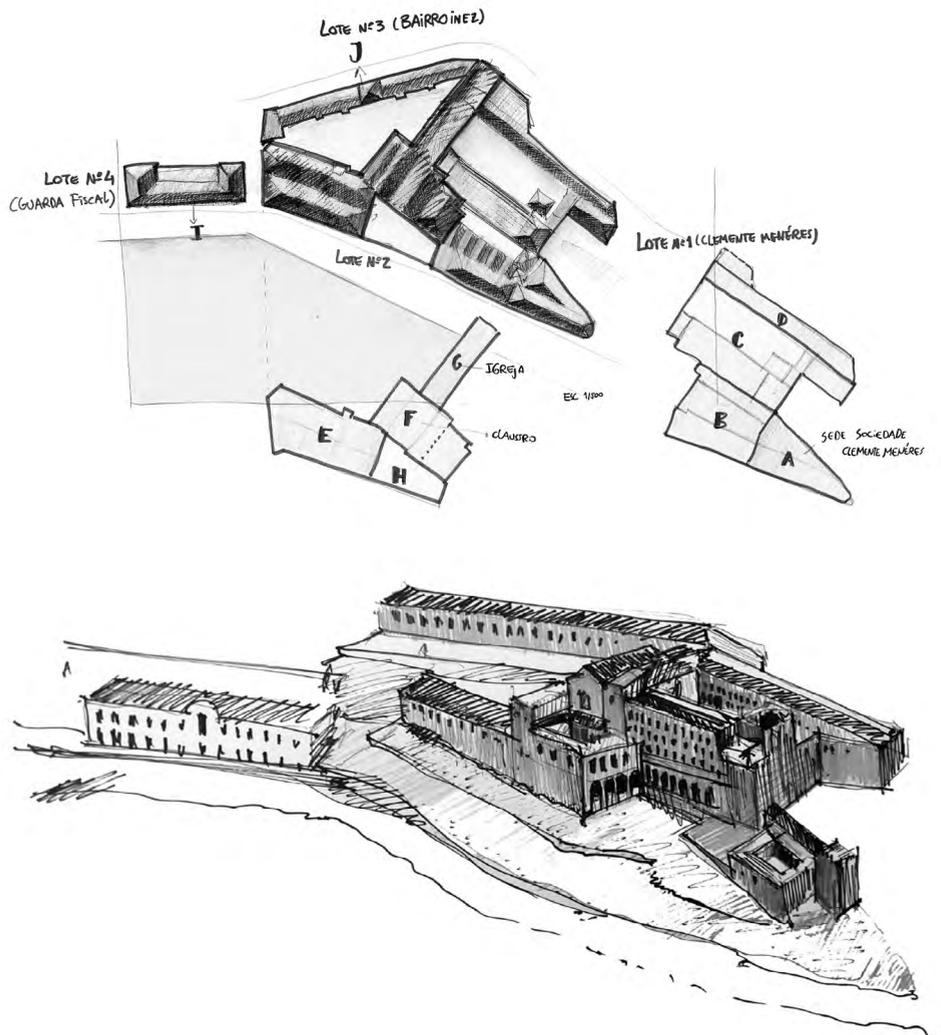
Na sequência de uma reflexão acerca da inclusão de métodos e recursos digitais na aproximação ao património edificado e à paisagem, selecionou-se um conjunto de ferramentas baseadas nas TIC e no desenho digital. Apoiadas em metodologias interdisciplinares, estas ferramentas promovem a interseção de fontes documentais e cartográficas, sistematizando e cruzando os dados recolhidos, quer se trate de cartografia, gravura, fotografia ou fontes escritas, seguindo as orientações das Cartas e Convenções Internacionais que informam estas matérias. Como resultado, podemos obter uma leitura histórico-artística, cultural, económica e social de grande complexidade e rigor.

Pretende-se abordar as propriedades fundamentais do desenho, tal como a escala ou a proporção, sendo também desenvolvidos exercícios interpretativos,

² AFONSO, 2013: 23.

³ ALMEIDA, 2001: 66.

não intrusivos, como as hipóteses de reconstituição virtual ou os estudos métricos. O desenho digital difere do tradicional por diversos fatores, nomeadamente por adotar uma linguagem codificada que pode prescindir de uma existência matérica. No entanto, há um tipo de fundamentação transversal às duas tecnologias. «A argumentação utilizada para a validação dos meios digitais na prática do desenho não contraria a argumentação da validação do desenho tradicional, apenas é demonstrativa de que é mais uma ampliação dos processos disponíveis» (Figs. 1, 2 e 3)⁴.



Figs. 1 e 2. Desenhos de estudo. Tiago Cruz. 2020.

⁴ SIMÕES, 2002: 21.



Fig. 3. Representação tridimensional do edificado atual. Tiago Cruz. 2020.

O objetivo principal é explorar a relação intrínseca entre o desenvolvimento das tecnologias digitais e a sua aplicabilidade à criação de meios para o conhecimento, salvaguarda e difusão do património edificado e da paisagem patrimonial. Recorrendo ao desenho digital, ambiciona-se a sua aplicação futura em soluções de carácter interativo/imersivo, em produtos de realidade aumentada ou virtual, baseados na aturada pesquisa documental e nos levantamentos métricos e fotográficos já realizados. Neste momento ensaiam-se novas ferramentas que se pretende, possam contribuir para o reconhecimento da importância do fenómeno conventual e monástico na patrimonialização da paisagem, entendida enquanto processo de construção social, mas também cultural.

2. MONCHIQUE E A CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM PATRIMONIAL

2.1. O SÍTIO DE MONCHIQUE

A Paisagem Patrimonial de Monchique, bem como o ofício antrópico a ela inerente, têm por base a ideia de paisagem como elaboração mental que os homens realizam através dos fenómenos da cultura⁵. Partindo do reconhecimento e

⁵ MADERUELO, 2006: 12.

promoção do carácter dinâmico das cidades vivas feitas pela «Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana», da UNESCO (2011), identificamos os conventos como peças-chave neste ecossistema. Segunda esta mesma recomendação, este tipo de paisagem deverá ser protegido na sua globalidade. A qualidade do ambiente humano deverá ser preservada, fomentando-se um uso sustentado, bem como o reconhecimento do seu carácter dinâmico, a par com a promoção da sua diversidade social e funcional (Art. 11º). Trata-se de um lugar classificado e que deverá ser protegido⁶.

Diferentes estratigrafias concorrem para a conformação desta paisagem histórica urbana. O conjunto a que agora chamamos convento abrange edificações levantadas entre os séculos XVI e XXI, não sendo, na sua totalidade, coevas ao desempenho da função religiosa. Resultado de diferentes épocas e intencionalidades, colocam-nos dificuldades em obter uma leitura integrada e contínua de todo o conjunto. Para além disto, diferentes estados de conservação acentuam a percepção de descontinuidade: elementos em ruína (corpo dos dormitórios e do refeitório) coexistem, lado a lado, com construção nova (unidade hoteleira recém-inaugurada).

Retomando o que antes afirmamos, a ação do homem em Monchique resultou de diferentes programas e motivações, o que constitui um obstáculo para uma leitura integrada do que terá sido o convento, concebido inicialmente para funcionar numa relação de equilíbrio e interdependência entre diferentes partes, articuladas com a topografia e com a paisagem, nas suas múltiplas dimensões. Com o passar do tempo estas relações foram-se alterando, em transformações que se estenderam à envolvente do complexo, quer falemos da abertura de novos arruamentos ou de novas construções na vizinhança. Assim, os limites da nossa área de estudo não se cingem à antiga cerca, na identificação de permanências funcionais ou formais do antigo convento. Ultrapassando esta linha perimetral, reforça-se a necessidade de perceber os edifícios no seu contexto territorial.

Como vimos, estudar a paisagem patrimonial de Monchique é um exercício que pressupõe o estudo das ocupações anteriores ao convento. Com uma cronologia de construção muito dilatada, a área correspondente à antiga cerca encerra testemunhos documentais de ocupação desde, pelo menos, o século XIV, quando aqui existiu uma judiaria, com a sua sinagoga. Posteriormente, a

⁶ Na Carta Geotécnica da cidade (2003), Monchique integra as «Zonas do subsolo com interesse patrimonial: Património arqueológico», o «Centro Histórico Classificado e Respetiva Área de Proteção» e a área correspondente a «Intervenções Arqueológicas na Cidade do Porto». A consulta do PDM (2018) mostra a sua integração em área classificada como Zona Especial de Proteção / Zona Automática de Proteção (ZEP/ZAP). Por outro lado, situa-a no centro de outras dinâmicas territoriais, como a integração na Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Massarelos.

partir do século XV, este sítio foi ocupado por uma casa senhorial, o paço nobre. Embora não saibamos com exatidão que elementos terão sido aproveitados das pré-existências, está comprovado que a construção do convento tirou partido da estrutura do paço, utilizado previamente como habitação dos seus fundadores. De igual modo, ocupações posteriores à extinção do convento reutilizaram elementos desta estrutura.

A explicação do papel dos conventos e mosteiros como construtores de paisagem implica, assim, uma leitura informada do território onde se implantam, observando-o nas suas características elementares, incluindo a topografia, a hidrologia e os aspetos geomorfológicos. Perceber as formas e a sua configuração, no sentido de lhes identificar princípios culturais, funcionais e estilísticos, bem como entender o seu enquadramento histórico e geográfico, é uma tarefa morosa e exigente. A escolha de um sítio para a implantação de um convento nunca é obra do acaso e não é feita de forma arbitrária. Procurando responder a questões de ordem diversa, tanto no domínio da Antropologia, da História, da memória e da tradição, como de caráter geográfico ou de organização dos recursos físicos e humanos, dita o estabelecimento de uma relação profunda com o «sítio», que é marcado com perenidade⁷.

Cumprindo, no seu todo, um programa que responde a um corpo de exigências próprias da vida religiosa em comunidade, o convento vê destacado o papel da sua igreja nesta estrutura. «Ancorada no seu lugar, enquadrada no seu ambiente natural e humano, uma igreja no seu “sítio” é, pois, um extraordinário testemunho de civilização»⁸. No lugar que vieram ocupar a igreja e o convento de Monchique, existiu uma sinagoga, epicentro de uma comunidade judaica no século XIV. A escolha do sítio recaiu, deste modo, num lugar já previamente santificado, num ato de uma contínua «ocupação cultural-devocional»⁹.

2.2. A SINAGOGA

A sinagoga foi construída entre 1380 e 1388¹⁰, fora da muralha da cidade, sendo tida por alguns autores como a mais importante do velho Porto e seus subúrbios¹¹. Não sabemos o que aqui terá existido antes, nem, com certeza, o quando e o porquê de se ter constituído esta judiaria em Monchique¹². Sabemos, no entanto, que os judeus que para aqui vieram no século XIV, terão estado

⁷ ALMEIDA, 2001: 66.

⁸ ALMEIDA, 2001: 67.

⁹ REBELO, 2001: 124.

¹⁰ BARROCA, 2000/III: 89-90.

¹¹ CORRÉA, 2012: 71.

¹² DIAS, 2003: 431.

instalados inicialmente na parte alta do morro da Sé, no interior da «cerca velha», na rua das Aldas¹³ e, de permeio, na rua da Munhota, junto a S. Francisco¹⁴. Segundo César Silva¹⁵, foram as circunstâncias que ditaram a procura dos judeus por esta zona para viver: com um grande crescimento no Porto do século XIII, o bairro de Miragaia, assistia a uma intensa atividade mercantil, com o crescimento da construção naval e do tráfego marítimo, tornando esta zona apelativa para os judeus.

Com a passagem do tempo, a judiaria de Monchique foi-se tornando pequena, tendo os judeus começado a expandir-se para fora do seu recinto, o que deu origem a conflitos e discussões com a população cristã. Terá sido este ponto que fez com que o rei D. João I (1385-1433) tenha ordenado à Câmara do Porto que transferisse a habitação dos judeus para um lugar mais amplo da cidade. Assim, a partir de 1388¹⁶, a comunidade judaica passou para a Judiaria do Olival, junto a um lugar denominado Porta do Olival¹⁷,

2.3. O PAÇO

Com a saída dos judeus deste lugar, os terrenos foram doados pelo rei D. João I, em 1410, ao cavaleiro do reino Gil Vaz da Cunha,¹⁸ como reconhecimento dos muitos e valiosos serviços prestados à Coroa, sendo-lhe dada autorização para construir morada¹⁹. Em 1433, Gil Vaz da Cunha passa a propriedade para Fernão Vasques Coutinho, Cavaleiro da casa de D. Duarte e de D. Afonso V e marido de D. Maria da Cunha²⁰, que ali construiu uma casa senhorial. Relembramos aqui as palavras de Sousa Reis quando nos diz que, desde remotas eras, as margens do rio Douro sempre foram apetecidas para a habitação «dos grandes»²¹.

No entanto, esta edificação não foi pacífica, estando na origem de forte controvérsia entre D. Fernão Coutinho e o Senado do Porto, entre 1443 a 1447, com este a opor-se às obras, invocando o privilégio que impedia a estadia dos nobres dentro da cidade. O fato de a casa ser de grande imponência²² poderá ter contribuído para as reações inflamadas do Senado da cidade.

¹³ Denominada atualmente rua do Arco de Santa Ana (FREITAS, 1972: 3).

¹⁴ FERREIRA, 2016: 708.

¹⁵ SILVA, 2017: 23.

¹⁶ MARÇAL & TAVARES, 2014: 105.

¹⁷ REMÉDIOS, 1908: 36.

¹⁸ CARNEIRO, 1908: 133.

¹⁹ FERREIRA, 1948: 286-287.

²⁰ FERREIRA-ALVES, 2002: 130.

²¹ REIS, 1999: 154.

²² SILVA, F., 2002: 52.

Após a morte de D. Fernão, a casa passa para o seu filho Pedro da Cunha Coutinho que, intercedendo junto do Rei, pede que os 45 dias repartidos em três períodos se convertam num. Será D. Manuel I (1495-1521) quem permite que Pedro da Cunha Coutinho possa continuar com as obras na casa de Monchique²³. No dia 21 de novembro de 1503, em carta régia, autoriza-se, finalmente, a sua vivência na cidade, sendo alegando o grande investimento que tinha sido feito nas mesmas²⁴.

O Paço medieval de Monchique, também referido como antiga Casa-Torre dos Cunha, é caracterizado como tendo sido sumptuoso²⁵. Esta tipologia construtiva destaca-se como habitação por excelência da nobreza²⁶. Por outro lado, a sua importância para a leitura da paisagem construída, vem também do facto de a residência senhorial fortificada se assumir como manifestação evidente da sedentarização progressiva da sociedade peninsular²⁷.

2.4. O PORTO QUINHENTISTA E A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE MONCHIQUE

A temática da cidade do Porto no século XVI, tem vindo a ser explorada pela investigação mais recente, em estudos que versam os múltiplos aspetos da sua vivência económica, social e cultural²⁸. No plano urbanístico e arquitetónico, o momento da criação e afirmação das cercas conventuais é entendido como fator decisivo no fazer cidade²⁹. Mantendo uma estrutura funcional similar à que tivera na Idade Média³⁰, o Porto quinhentista reflete a integração das cercas conventuais na definição e promoção do fenómeno urbano, espelhando a importância assumida por estas instituições, no nosso país, entre os séculos XVI e XVIII.

O convento de Monchique (1535-1538) foi fundado no paço que os fidalgos Pedro da Cunha Coutinho e sua mulher D. Brites de Vilhena possuíam naquele lugar. Tendo-se decidido por esta área da qual eram senhores, dever-se-á ter em conta que esta era, à época, não obstante a sua localização privilegiada, um arrabalde da cidade do Porto, fora dos muros citadinos³¹. A autorização papal para a fundação deste convento franciscano feminino foi pedida a 18 de julho de 1533, tendo sido (mesmo antes da concessão da autorização) assinado um contrato

23 FERREIRA-ALVES, 2002: 132.

24 FERREIRA-ALVES, 2002; SILVA, 2002: 52.

25 CARNEIRO, 1908: 133.

26 SILVA, 2002: 35.

27 BARROCA, 1997: 16.

28 AFONSO, 2013: 124.

29 BARROS, 1998; CASANOVA, 2014; PEREIRA, 2007; ROCHA, 2006-2007.

30 BARROS, 1998: 416.

31 NOVAES, 1913: 98-99.

com o arquiteto Diogo de Castilho para a construção da igreja, dando-se início à transformação da casa nobre em residência conventual³².

O complexo conventual foi sendo disposto em cascata ao longo da encosta – em diferentes planos comunicantes por escadas –, desenvolvendo-se desde o cimo de Monchique até ao rio Douro, numa sucessão de edifícios que se completavam, na forma e função. A disposição irregular deste conjunto conventual de grandes dimensões estava distribuída por vários corpos de volumetria escalonada, diferenciados, resultado da adaptação à topografia acidentada do terreno. Esta seria uma das características mais marcantes do complexo edificado: faceando o rio Douro na sua margem direita, e com implantação numa das suas vertentes, na encosta da antiga rua de D. Miguel (atual rua da Restauração), ergue a sua nobre fachada «[...] senhoralmente, para o sul»³³. Desenvolvendo-se entre a marginal e a rua da Restauração, a sua delimitação atual é feita pelas seguintes ruas: Rua de Sobre-o-Douro³⁴, Calçada de Monchique³⁵ e Rua de Monchique³⁶. No ano de 1789, Agostinho Rebelo da Costa descreve-nos o que seria a relação do edificado com a envolvente: os «Dormitorios, e a maior parte desse Convento, cahe sobre o Rio Douro, descobrindo das suas janelas o largo passeio de Miragaia, o dilatado curso do mesmo Rio, e os Navios, que por elle navega»³⁷.

O convento, atualmente marginado a sul pelo Douro teve, no passado, como limite nesse quadrante da sua cerca, o cais de Monchique, estrutura assente em estacaria de madeira, ainda visível em período de maré vazia. O cais terá sido edificado nos séculos XVIII e XIX, aproveitando pedra proveniente da demolição da muralha fernandina, sendo obra da iniciativa da Real Companhia Velha, em contrapartida ao monopólio da venda dos vinhos³⁸. O local foi profundamente alterado com a abertura da Rua Nova da Alfândega/Rua de Monchique, nos finais do século XIX, o que teve também efeitos na regularização do curso do

32 BASTO, 1964: 117-141. Diogo de Castilho (1490-1574) terá vivido alguns anos no Porto, nas décadas de 1520 e 1530, tendo muito provavelmente projetado o convento de S. Bento da Avé-Maria e a rua das Flores e estando associado, com João de Ruão, à obra da Serra do Pilar (AFONSO, 2018: 24 e 96). O número de estudos sobre este autor é muito extenso. Destacamos a entrada no «Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses» (VITERBO, 1988; 170-183 e 530-534) e a dissertação de mestrado de Maria de Lurdes Craveiro (1990).

33 CARNEIRO, 1908: 133.

34 A rua de Sobre-o-Douro corresponde, de uma forma provável, a uma antiga via romana, na continuação de uma estrada que vinha de sul (FERREIRA, M., 2016: 1019). Segundo Cunha e Freitas, trata-se da *Via Vêtera*, mencionada, em 1258, nas Inquirições de D. Afonso II (1975: 3). De acordo com Manuel Ferreira, esta cumpriu um papel essencial por ser, antes da abertura da rua da Restauração, por onde se ia para a Foz e Matosinhos (2016: 1019). Era a antiga «[...] estrada que vae da cidade para o ditto logar de massarelos, chamado de Sobre-o-Douro» (SIMÕES, C., 1926a: 310).

35 A Calçada de Monchique parte da Rua de Miragaia e sobe até à Rua da Bandeirinha.

36 A rua de Monchique integra hoje a um troço da marginal ribeirinha, entre o Cais das Pedras e a Rua Nova da Alfândega e que conduz ao Passeio Alegre, na Foz. «Em parte corresponde ao antigo *Caminho de Miragaia* a que se refere a vereação de 5 de Junho de 1405» (FERREIRA, M., 2016: 709).

37 COSTA, 2001: 119.

38 FERREIRA, M., 2016: 708.

rio e na contenção das águas em período de cheia; o nível de ocupação subiu vários metros³⁹.

Na sua globalidade, a construção do convento abarcou vários períodos de edificação, sendo que podemos definir três grandes momentos: 1534-1634; 1634-1734 e 1734-1834 (Fig. 1)⁴⁰.

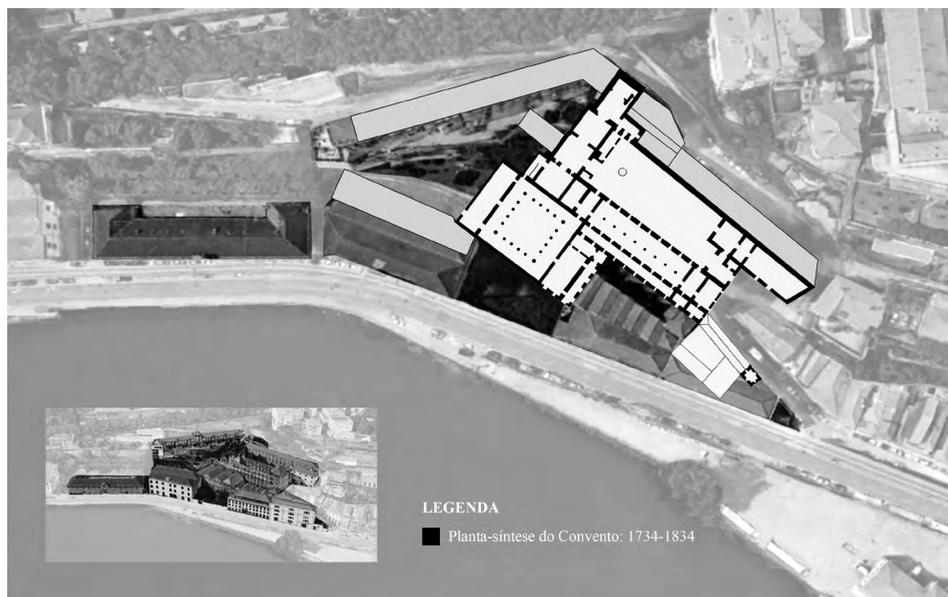


Fig. 4. Planta de construção do convento (fase 3) sobreposta à vista aérea atual do local. Tiago Cruz sobre imagem do Google Earth. 2020.

2.5. A EXTINÇÃO DO CONVENTO DE MONCHIQUE E O PORTO OITOCENTISTA

No ano de 1834, no âmbito da Reforma geral eclesiástica, segundo o Decreto de 30 de maio, promulgado por D. Pedro IV, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas (independentemente da sua denominação, instituto ou regra), ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo. Em agosto do mesmo ano, as freiras de Monchique foram transferidas para outros cenóbios da cidade, encerrando-se o convento, abando-

³⁹ A proximidade com o rio Douro, elemento essencial nas trocas comerciais da cidade, foi causa de cheias e inundações frequentes da cidade. Veja-se a notícia que delas dá Rebelo da Costa, nomeadamente, nas que atingiram o convento de Corpus Christi, do outro lado do rio Douro, no século XVIII (2001: 224).

⁴⁰ MORAES, 2013: 128.

nando-se a igreja que lhe estava anexa e dispersando-se os seus bens por vários proprietários⁴¹. A sua ocupação posterior incluiu um arsenal militar, a casa da moeda, um depósito do trem militar e da pólvora, uma intendência da marinha, uma repartição de obras da alfândega e armazéns.

O convento foi por diversas vezes colocado à venda. Apesar disso, nunca foi arrematado, tendo-se decidido pelo seu leilão em 5 lotes, no ano de 1874. «Foi nessa altura, que Clemente Menéres e Norberto Coelho arremataram dois lotes (n.ºs 1 e 5) para a sua casa comercial (mais tarde Clemente assumiu a quota de Norberto). Os outros foram arrematados por William Wawke (n.º 2), que instalou lá uma fundição, e Henry Burnay (n.ºs 2 e 3)»⁴².

O desenvolvimento urbano do Porto oitocentista liga-se ao processo de extinção das casas religiosas e à consequente expropriação das cercas conventuais em Portugal, que introduziram transformações, continuidades e descontinuidades no desenho da cidade.

2.6. O SÉCULO XX

Ao longo do século XX, sucedem-se os testemunhos de vários autores dando conta do estado de abandono e degradação do convento e de muitos dos seus elementos de maior relevância histórico-artística, nomeadamente a igreja, com o desmantelamento da sua cobertura e o claustro principal, que veio a ser demolido. Não obstante, parte do complexo edificado manteve uma intensa atividade industrial e de armazém.

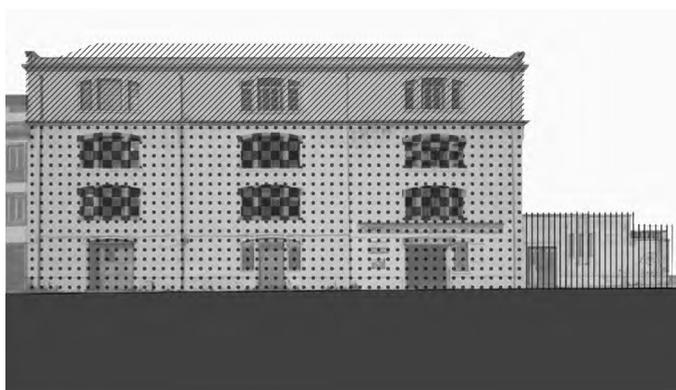
Uma das faces mais visíveis da transformação que o conjunto sofreu ao longo do século XX está presente na ocupação do lote da atual Sede da Sociedade Clemente Menéres, no gaveto com a calçada de Monchique. Com recurso ao desenho digital, foi já possível estudar a cronologia da sua construção (Fig. 5, 6 e 7).

Durante o século XX, destaca-se ainda o processo de modificação pelo que passou o atual Bairro Ignez, exemplo paradigmático de mutação funcional do edificado. Este setor do antigo convento, adquirido em 1908 por Ignez Guimarães foi, ainda antes de ser adaptado a bairro operário, uma fábrica ligada à produção de cortiça⁴³. Após a degradação na década de 1990, foi reabilitado, ao abrigo do programa RECRUA, pelo arquiteto Fernando Távora, tendo em vista a sua transformação em residência para estudantes *Erasmus*.

⁴¹ SIMÕES, C., 1926b: 332.

⁴² ALVES, 2007: 118; CARNEIRO, 1908: 133.

⁴³ MORAES, 2013: 129.



LEGENDA

1942	1921	1908	Antes 1908



Figs. 5, 6 e 7. Leitura estratigráfica de um dos setores do convento. Alçado e fotomontagens. Tiago Cruz. 2020.

2.7. O SÉCULO XXI E OS NOVOS DESAFIOS DO LUGAR

O século XXI traz novos desafios à ocupação deste lugar, nomeadamente com o desenvolvimento de uma nova relação entre a cidade e o rio Douro e a pressão decorrente da afirmação da cidade do Porto como destino turístico internacional. Assim, nesta frente de rio, cuja atratividade é reforçada pela proximidade ao centro histórico, inscrito pela UNESCO na lista Património Mundial (1996) e pela vizinhança de importantes equipamentos, como o Centro de Congressos da Alfândega, prevê-se a instalação de dois hotéis (um deles já em processo de abertura ao público).

Nestas circunstâncias, impõe-se refletir sobre o estado atual do lugar e do seu advir, entendendo o património e o seu papel ativo na promoção e concretização de um desenvolvimento sustentado, apoiado em valores como a identidade e a autenticidade (Documento de Nara sobre a Autenticidade, 1994), bem como na generalidade das cartas e na doutrina internacional que enquadram a reflexão em torno do património, do turismo cultural e da paisagem. Isto tem impacto na própria ideia que temos da paisagem de Monchique, nomeadamente, num maior reconhecimento da componente humana e numa possibilidade de relação que ultrapassa o mero binómio relação-ação em que se situa. Dando ênfase a esta ideia, a «Convenção Europeia da Paisagem» (Florença, 2000) designa a «paisagem» como «[...] uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos» (Art. 1)⁴⁴. Por outro lado, a «Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana», da UNESCO (2011), agiliza a contextualização das dinâmicas socioculturais num abrangente sistema territorial, promovendo a ideia de uma integridade dinâmica, que vai evoluindo ao longo do tempo⁴⁵.

Iñaki Abalos deixa-nos a seguinte ideia-chave: «A paisagem não é mais esse bonito fundo sobre o qual se destacam belos objetos escultóricos chamados de arquitetura, mas o lugar no qual pode instalar-se uma nova relação entre os não-humanos e os humanos»⁴⁶. Neste alinhamento, Françoise Choay reforça a importância da «participação coletiva na produção de um património vivo»⁴⁷. É essencial estarmos atentos «[...] às perdas antrópicas que o processo de mundialização tende a induzir»⁴⁸. É preciso ligar o desenho do edificado à sua dimensão antropológica e identitária para as comunidades. «Património é tudo o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e tem notório significado na

⁴⁴ <https://rm.coe.int/16802f3fb7>.

⁴⁵ CAMPOS & MUTINHO, 2018: 21.

⁴⁶ ABALOS, 2004: 2.

⁴⁷ CHOAY, 2015: 50.

⁴⁸ CHOAY, 2006: 33.

existência e na afirmação das diferentes comunidades»⁴⁹. Nem sempre este tipo de reflexão está presente nas Humanidades Digitais, não podendo, no entanto, ser ignorado no presente estudo.

3. PAISAGENS PATRIMONIAIS DIGITAIS

Nas últimas duas décadas, a disseminação das ferramentas digitais e o desenvolvimento potenciado pela tecnologia contribuíram para revolucionar os processos de investigação em torno do património edificado e da paisagem patrimonial, permitindo ultrapassar constrangimentos próprios dos processos de investigação mais tradicionais. A revolução instrumental a que nos referimos tem vindo a mudar profundamente os modos de estudo e o conhecimento da arquitetura e do urbanismo, corporizando uma ampla evolução, não exclusivamente de cariz tecnológico, mas sobretudo de âmbito cultural e social. A adoção da «Charter on the Preservation of Digital Heritage», pela UNESCO em 2003, contribuiu decisivamente para a expansão do conceito de património cultural, passando este a abranger obras culturais e produtos informativos criados digitalmente ou convertidos a este formato.

O que significa então falar de uma paisagem patrimonial digital em Monchique? Como ponto de partida, «falar de património é necessariamente falar de investigação, de inventário, de interpretação dos objectos materiais e imateriais, de centros históricos, de conjuntos de monumentos, de edifícios e dos seus objectos, de documentos, de tradições e da paisagem que os contém»⁵⁰. Devemos encará-lo num sentido ativo, operativo e de exploração. O alargamento do campo semântico de Património, nomeadamente ao digital, tem vindo a concretizar-se no aumento das categorias de objetos a serem protegidos, bem como na promoção da interrelação entre o território e o construído. Património «tornou-se numa categoria aberta, não só à assimilação de novos conteúdos, configurações e significados, mas também à reestruturação dos consolidados pela tradição»⁵¹.

No entanto, como nos diz o preâmbulo dos «Princípios de Sevilha», vivemos numa época de «luzes e sombras» no que se reporta à utilização de alguns meios resultantes do desenvolvimento tecnológico em prol da investigação/visualização do património edificado. É ainda necessário melhorar práticas de trabalho, com uma articulação cuidada e refletida entre diferentes contextos disciplinares. Sabemos que o património edificado e as paisagens urbanas do presente e do passado podem ser recriadas digitalmente como imagens, com recurso a experiências

⁴⁹ ALMEIDA, 1998: 407-408.

⁵⁰ ROSAS, 2008: 55.

⁵¹ CHOAY, 2006: 10.

imersivas em realidade virtual ou até com modelação 3D sobreposta à realidade, com a realidade aumentada. Mas, como podemos comunicar a amplitude da pesquisa que ela traduz? Como podemos apresentar ao público em geral dados autênticos de forma atraente e significativa? E qual é a melhor forma de transmitir a incerteza ou a falta de dados inerentes aos processos de investigação?

O processo de investigação digital assume, cada vez mais, uma importância central. É, por isso fundamental, um cumprimento rigoroso, mas crítico dos princípios definidos nas cartas e doutrinas internacionais que informam as matérias diretamente relacionadas com o Digital Heritage e com a apresentação/desenho digital de Sítios de Património Cultural⁵². Paralelamente deverão também tidos em conta os modelos nacionais e internacionais já concretizados, que atestam o valor e a validade destas metodologias de investigação em História da Arte e da Arquitetura, nomeadamente o trabalho desenvolvido no projeto «Lx Conventos»⁵³, com acolhimento no Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o projeto SANTA-CRUZ⁵⁴, iniciado em 2018 e com conclusão prevista para 2021.

3.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação digital dos bens arquitetónicos assume-se como caminho fundamental para o (re) conhecimento da paisagem patrimonial nas suas múltiplas transformações. Como vimos, os valores do património urbano podem ser estudados com recurso a interpretações históricas sincrónicas e diacrónicas, que deverão concorrer para evidenciar as suas características atuais e que permitam indagar em torno do que terá de ser preservado, bem como no lançamento de pistas acerca do papel criativo do arquiteto na era digital. Sendo que as cidades e as suas paisagens patrimoniais são encaradas como resultado de longos processos de sobreposição e de circunstâncias (sociais, económicas e políticas)⁵⁵, o território deverá ser entendido como um palimpsesto: «El territorio no es un dato, sino el resultado de diversos procesos. Se modifica espontaneamente»⁵⁶. As ferramentas digitais, com recurso a técnicas não invasivas, são essenciais neste ponto pois permitem estudar as estruturas arquitetónicas e urbanas, com respeito intrínseco

52 Nomeadamente a «Carta de Londres» (2006 e 2009), os «Princípios de Sevilha» (2011), a «Carta de Berlim» (2015), a «Carta ICOMOS para Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural» (2008) e a «Carta ICOMOS sobre o Turismo Cultural» (1997).

53 LX Conventos Homepage, <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/>, acedido em 2019/09/30.

54 SANTACRUZ Homepage, <https://santacruz.ces.uc.pt/en/home/>, acedido em 2019/09/30.

55 «Cities are dynamic organisms. There is not a single “historic” city in the world that has retained its “original” character: the concept is a moving target, destined to change with society itself. And this is natural: social structures and needs evolve, the physical fabric adapts constantly» (BANDARIN & OERS, 2014: ix).

56 CORBOZ, 2005: 27.

pelas suas características e cumprindo os critérios de reversibilidade. Assistimos, no passado a outras revoluções (revolução cognitiva, agrícola, do conhecimento e industrial), mas nenhuma tão rápida e com a capacidade de transferir maior valor em menos tempo.

Dessa forma, a digitalização, documentação e interpretação de edifícios históricos com novas metodologias materializadas em modelos 3D de alta fidelidade tornam-se fontes heurísticas e relevantes hipóteses de trabalho na produção de conhecimento no campo do património edificado, quer falemos no seu estudo, conservação e divulgação.

Por outro lado, somos sensíveis ao alerta dado por Choay quando refere que, no contexto da mundialização, o novo papel do arquiteto, amputado da sua competência de desenhador, tomada pelo computador, tende a «[...] tornar-se um produtor de imagens [...]»⁵⁷. Conscientes desta necessidade de estarmos atentos, a presente investigação desdobra-se noutras linhas de pesquisa em que se questiona a imagem e o seu sentido interpretativo.

Desenvolvidas num ambiente que tem como propósito fomentar uma investigação coerente sobre a relação entre cultura, espaço e memória, as ferramentas digitais deverão contribuir, de forma ativa, para a formulação de uma resposta positiva aos desafios da sociedade moderna. Por outro lado, não devemos esquecer-nos que todo este processo e esta aproximação deverão ser feitos num contexto que promova o fortalecimento da ligação entre as comunidades e o seu Património Cultural, numa perspetiva de acesso, preservação e difusão do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

- ABALOS, Iñaki (2004) – *O que é a paisagem?* «Arquitextos», ano 5, maio/2004. São Paulo: Vitruvius.
- AFONSO, José Ferrão (2013) – *A imagem tem que saltar: a igreja e o Porto no século XVI (1499-1606). Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT.
- ____ (2018) – *A Herança do Muratore*. Porto: Dafne Editora.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – *Património. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos.
- ____ (2001) – *História da Arte em Portugal – o Românico (Vol. 1)*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALVES, Jorge Fernandes (2007) – *De pedras fez terra: um caso de empreendedorismo e investimento agrícola no Nordeste Transmontano (Clemente Meneres)*. «Revista da Faculdade de Letras: História», III série, vol. 8. Porto: FLUP, p. 113-156.
- BANDARIN, Francesco & OERS, Ron Van (2014) – *Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century*. Madrid: Abada Editores.
- BARROCA, Mário (1997) – *Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)*. «Revista de História das Ideias – A Cultura da Nobreza», 19. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 39-103.

⁵⁷ CHOAY, 2015: 42.

- ____ (2000/III) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, Amândio (1998) – *Em proveito dos mosteiros e enobrecimento da Cidade. Os conventos de S. Bento de Avé Maria e de Santa Clara e as alterações urbanísticas do Porto na segunda metade do século XVI*. In *Atas do I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, p. 393-425.
- BASTO, Artur de Magalhães (1964) – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: CMP.
- CAMPOS, Joana Capela de & MUTINHO, Vítor (2018) – *Paisagem urbana histórica, A Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra*. «Lugares e Territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial. Iberografias», 33. Guarda/Lisboa: CEI-Centro de Estudos Ibéricos e Âncora Editora, p. 19-41.
- CARNEIRO, José Augusto (1908) – *O Hospital da Misericórdia do Porto, Convento de Monchique, e seus fundadores*. «O Tripeiro», 1.ª Série, Ano 1, n.º 9. Porto, p. 133-134.
- CASANOVA, Maria José (2014) – *Conventos suprimidos e a construção de uma nova ordem urbana no Porto*. In MARADO, Catarina, ed. – «*Monastic architecture and the city*». Coimbra: Centre for Social Studies, p. 203-207.
- CHOAY, Françoise (2006) – *Património e a Mundialização*: Casa do Sul Editora.
- ____ (2015) – *As Questões do Património: Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- CORBOZ, André (2005) – *El Territorio como Palimpsesto*. In RAMOS, Ángel, ed. – *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, p. 25-34.
- CORRÊA, Emílio da Silva (2012) – *Judaísmo e Judeus na Legislação Portuguesa. Da Medievalidade à Contemporaneidade*. Tese de mestrado em História e Cultura das Religiões, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- COSTA, Agostinho Rebelo da (2001) – *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto (3.ª ed.)*. Lisboa: Frenesi.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (1990) – *Diogo de Castilho e a Arquitectura da Renascença em Coimbra*. Tese de mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- DIAS, Geraldo (2003) – *Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade*. In *Os reinos ibéricos na idade média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, (Vol. 1). Porto: Civilização Editora, p. 426-440.
- FERREIRA, José Augusto (1948) – *O Porto e a Residência de Fidalgos – Subsídios para a sua História*. «Boletim Cultural», Vol. XI, fase. 3-4, Porto: CMP, p. 286-287.
- FERREIRA, Manuel do Carmo (2016) – *Prontuário de toponímia portuense (2 volumes)*. Edições Afrontamento.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim (2002) – *Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique*. «Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património». Porto: FLUP, p. 129-147.
- FREITAS, Eugénio Andrea Cunha e (1972) – *Toponímia Portuense*. «O Primeiro de Janeiro», 24. Mar.1972.
- ____ (1975) – *Toponímia Portuense*. «O Primeiro de Janeiro», 3 Out. 1975.
- MADERUELO, Javier (2006) – *El paisaje: génesis de un concepto*. Madrid: Abada.
- MORAES, Marta Casimiro (2013) – *Ao encontro do espaço partilhado: a reconfiguração da habitação popular analisada a partir do caso do Bairro Ignez, na cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

- NOVAES, Manuel Pereira de (1913) – *Collecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa IV, Anacrisis Historial* – I.ª Parte, vol. 2. Porto: Bibliotheca Publica Municipal do Porto.
- PEREIRA, Ana Cristina (2007) – *Os conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- REBELO, Elvira (2001) – *Da clausura ao século: o destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*. Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- REIS, Henrique Sousa (1999) – *Manuscritos inéditos da BPMP. II Série* – 6. Biblioteca Pública Municipal do Porto (manuscrito em 1872). Porto: Edição CMP.
- REMÉDIOS, Mendes dos (1908) – *Como viviam os Judeus em Portugal*. «O Tripeiro», 1.ª Série, Ano 1, n.º 3. Porto, p. 35-37.
- ROCHA, Manuel (2006-2007) – *O Mosteiro-Cidade na génese e desenvolvimento urbano: uma interpretação do espaço*. «Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património», 5-6. Porto: FLUP, p. 527-548.
- ROSAS, Lúcia (2008) – *A Valorização do Património Regional*. In *O património cultural da região de Bragança/Zamora / II Seminário Internacional Bragança. O património cultural da região transfronteiriça do Douro / III Seminario Internacional Zamora*. Bragança e Zamora, p. 51-57.
- SILVA, César Santos (2017) – *Na Rota dos Judeus no Porto*. Porto: Cordão de leitura.
- SILVA, Fernando Moreira da (2002) – *O Convento de Monchique*. «O Tripeiro», Série VII, Ano XXI, n.º 2. Porto, p. 52-55.
- SILVA, José Custódio Vieira da (2002) – *Paços medievais portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- SIMÕES, Catão (1926a) – *Convento ou Mosteiro de Monchique no Porto*. «O Tripeiro». Porto, 3.ª Série, Ano 1, n.º 20 (140), p. 310.
- ____ (1926b) – *Convento ou mosteiro de Monchique no Porto*. «O Tripeiro». Porto, 3.ª Série, Ano 1, n.º 21 (141), p. 332-333.
- SIMÕES, Sílvia (2002) – *O Desenho na era digital: rupturas e continuidades*. «Margens e confluências». Guimarães, ESAP, n.º 4, p. 80-103.
- TAVARES, Maria José Ferro (2014) – *Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Média: onomástica familiar e mobilidade*. «Sefarad», vol. 74:1, p. 89-144.
- VITERBO, Sousa (1988) – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: IN-CM.

A QUINTA, A CAPELA E O PORTAL: ANÁLISE DO POTENCIAL DE UMA PAISAGEM HISTÓRICA INSERIDA NO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

ARIADNE KETINI COSTA DE ALCÂNTARA*

Resumo: *A Quinta das Laranjeiras, propriedade do comerciante e militar José Gonçalves da Silva, faz parte da paisagem dos arredores da cidade de São Luís do Maranhão desde o momento da sua construção, em 1789, até os dias atuais. Localizada no final do antigo Caminho Grande, atual rua Oswaldo Cruz, a Quinta possui uma capela particular e um imponente portal ornamentado com pedras de lioz, que reproduz o brasão de armas do comerciante português. Funcionando como pontos balizadores dos limites desse sítio, esses elementos arquitetônicos permaneceram durante os séculos XIX e XX como referência da evolução urbana de São Luís, mesmo depois das várias etapas de descaracterização da Quinta e do seu entorno. Nesse sentido, este artigo pretende discutir o conceito de paisagem histórica urbana atribuindo à Quinta das Laranjeiras o potencial patrimonial necessário para um estudo de caso que compreenda as derivações dessa categoria. Utilizando como parâmetros as definições da UNESCO e do IPHAN sobre paisagem cultural, analisaremos a formação de uma estratificação de sentidos que foram acumulados através dos processos históricos e econômicos, além de pontuar os efeitos do tombamento da Quinta das Laranjeiras.*

Palavras-chave: *Paisagem histórica urbana; Quinta das Laranjeiras; tombamento; São Luís.*

Abstract: *Quinta das Laranjeiras, owned by the merchant and military José Gonçalves da Silva, is part of the landscape of the outskirts of the city of São Luís do Maranhão from the time of its construction, in 1789, until the present day. Located at the end of the old Caminho Grande, now Oswaldo Cruz street, the Quinta has a private chapel and an imposing portal decorated with lioz stones, which reproduces the coat of arms of the Portuguese merchant. Functioning as landmarks of the boundaries of this site, these architectural elements remained during the 19th and 20th centuries as a reference for the urban evolution of São Luís, even after the various stages of the uncharacterization of the Quinta and its surroundings. In this sense, this article intends to discuss the concept of historical urban landscape attributing to Quinta das Laranjeiras the necessary patrimonial potential for a case study that understands the derivations of this category. Using UNESCO and IPHAN definitions of cultural landscape as parameters, we will analyze the formation of a stratification of meanings that have been accumulated through the historical and economic processes, in addition to punctuating the effects of the toppling of Quinta das Laranjeiras¹.*

Keywords: *Historical urban landscape; Quinta das Laranjeiras; tumbling; São Luís.*

A Quinta das Laranjeiras, também conhecida como a Quinta do Barão, é a denominação de um complexo de estruturas localizado no trecho final do antigo Caminho Grande, atual rua Oswaldo Cruz, que entre os séculos XVII e XIX era reconhecido como espaço limítrofe da área urbana de São Luís. Reconhecida pelo tamanho da propriedade e pela beleza das árvores frutíferas que ultrapassavam

* Universidade Federal de Pelotas. E-mail: ariadne.ketini@gmail.com.

¹ Translated with www.DeepL.com/Translator (free version).

seus muros e enfeitavam a rua, esse sítio urbano teve a Capela de São José, que ficava anexa ao terreno da quinta, e o portal de entrada tombados em 1939 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Desde sua fundação até o momento do registro patrimonial, a Quinta foi incorporada aos referenciais de limite da cidade, e sobreviveu às transformações ocasionadas pela evolução urbana que teve como auge a década de 1960. Através desse estudo de caso, esse artigo pretende analisar o conceito de paisagem histórica urbana, admitindo que essa categoria é resultado de um acúmulo de processos históricos e econômicos, traduzido a partir de narrativas institucionais legitimadas através do ato da classificação. O exercício de estratificação que trará a superfície esses significados será orientado pela sobreposição de fotografias e mapas que, uma vez dispostos em sequência cronológica, apresentam um panorama evolutivo do processo de urbanização pelo qual passou o ambiente estudado. Busca-se, portanto, a origem desse espaço e a lógica da sua produção, bem como os mecanismos que propiciaram a manutenção e o desaparecimento de elementos que compõem essa paisagem.



Fig. 1. Capela de São José, 1939.

Fonte: Acervo Digital do IPHAN.



Fig. 2. Portal de entrada da Quinta das Laranjeiras, 1939.

Fonte: Acervo Digital do IPHAN.

PAISAGEM HISTÓRICA URBANA: UM CONCEITO A SERVIÇO DAS PRÁTICAS PATRIMONIAIS

A nova abordagem sobre o espaço urbano inaugurada na década de 1970 pela visão dialética da Geografia Crítica, oportunizou seu entendimento como produto das relações sociais, preterindo definições absolutas em favor da noção

de espaço relacional. Nesse novo campo de possibilidades, Milton Santos propõe que o espaço seja um resultado historicamente obtido, e que a comprovação mais notável desse processo é a materialidade traduzida nas técnicas. Além da técnica, o espaço é percebido por Santos através do tempo, assim «as técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física [...] O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência»². É justamente o entendimento do espaço urbano como produto das relações sociais vivenciadas em um determinado período ou contexto histórico que fomentou a concepção de paisagem urbana. Santos defende que o uso do termo indique um «conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza»³.

A paisagem urbana revela dinâmicas e embates próprios de uma conjuntura social, como afirma Sidney Vieira, «expressa os antagonismos e contradições da sociedade que o produziu, denotando uma paisagem própria do processo de produção em um dado momento histórico»⁴. Referindo-se ao materialismo histórico como uma lente de análise pertinente ao espaço urbano, Vieira cita ainda que a paisagem é fruto concreto dos processos de produção humana, e que sua observação permite conclusões sobre a complexidade das relações de trabalho e consumo⁵. Concordando com essa ideia, Ana Fani Carlos indica que a paisagem é a manifestação do espaço construído, e que essa operação dialética é «fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, e que aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos, etc.»⁶.

Esse ambiente conceitual que define a paisagem urbana como fruto de relações sociais pode ainda agregar outras dimensões de análise. Podemos admitir, portanto, que a paisagem não é constituída apenas por uma matriz natural, mas também pela interferência humana, pois o que enxergamos hoje é fruto de sucessivos processos dinâmicos, da sobreposição de camadas de significados que revelam uma linha evolutiva da urbanidade da cidade. Nesse sentido, a paisagem pode ser considerada uma categoria polissêmica, pois de acordo com o contexto de aplicação do conceito ela assume diferentes conotações. Para nosso estudo de caso, iremos considerar a associação entre a paisagem e o patrimônio cultural, e a recente definição da categoria paisagem cultural. Sobre os recentes debates

² SANTOS, 2006: 34.

³ SANTOS, 2006: 66.

⁴ VIEIRA, 2003: 8.

⁵ VIEIRA, 2003: 9.

⁶ CARLOS, 1994: 48.

acerca do tema, Rafael Winter Ribeiro afirma que «a utilização da noção de paisagem cultural para a atribuição de valor de patrimônio apresenta um campo fértil e deve suscitar uma rica discussão na área de identificação e preservação do patrimônio cultural»⁷.

A evolução da categoria paisagem dentro dos documentos e mecanismos de gestão do patrimônio cultural pode ser compreendida, inicialmente, através da Carta de Atenas de 1931, quando já se demonstrava uma preocupação com as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que incidiram, ao longo da história, sobre o perfil físico da cidade. Para a valorização dos monumentos, a Carta de Atenas afirma que «em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo»⁸. No âmbito da 12.^a Sessão da UNESCO, realizada em Paris em 1962, «relativa a proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios», essa noção de paisagem já aparece atrelada aos sítios históricos, e sua preservação atribuiria mais valor ao bem cultural, pois «esse fenômeno tem repercussão não apenas no valor estético das paisagens e sítios naturais ou criados pelo homem, mas também no interesse cultural científico oferecido pela vida selvagem».⁹ Esse percurso do reconhecimento da paisagem como recurso do patrimônio tem seu auge em 1992 com a instituição a paisagem cultural como categoria de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, ato que transcendia a dicotomia entre o patrimônio natural e cultural firmada pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de 1972¹⁰.

A 16.^a Sessão da UNESCO, realizada em Santa Fé (Estados Unidos), foi a primeira reunião deliberativa para tratar da paisagem cultural como uma categoria autônoma que reunia aspectos naturais e culturais. No documento final, segundo cita Ribeiro, «as paisagens são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo apresentadas pelo meio ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças sociais, econômica e cultural, que nelas interferem»¹¹. Posteriormente, a Declaração de Québec, assinada no Canadá em 2008, recomendava a preservação do *spiritu loci*, através da integração de elementos tangíveis (monumentos, objetos, edifícios, vestígios arqueológicos, paisagem) e intangíveis (tradições, técnicas, oralidades, memórias, valores, rituais) de bens culturais. O espírito do lugar complementa a ideia de paisagem ao apresentar uma visão mais ampla dos monumentos, sítios e paisagens culturais, pois essa declaração considera que,

7 RIBEIRO, 2007: 9.

8 IPHAN, 2004: 14.

9 IPHAN, 2004: 85.

10 SCIFONI, 2016.

11 RIBEIRO, 2007: 41.

*O patrimônio cultural intangível confere um significado mais rico e mais completo ao patrimônio como um todo, e deve ser considerado em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro para monumentos sítios, paisagens, rotas e acervos de objetos*¹².

A superação de antagonismo entre o natural e o cultural, e a integração de valores tangíveis e intangíveis se aproximam de uma definição mais completa de patrimônio, como recurso para a memória e para a vida.

No âmbito da política de preservação do patrimônio cultural do Brasil, a paisagem foi incorporada no primeiro instrumento jurídico, o Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, que determinou a inscrição de bens materiais nos Livros do Tombo. O tombamento marca, assim, o «início de um processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política cultural do país [...] o “patrimônio nacional” foi considerado um dos meios de construção do imaginário sócio político da nação»¹³. Entre esses instrumentos, o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico é apresentado como ferramenta de acautelamento de áreas naturais e lugares edificados pelo homem, que adquirem valor paisagístico, a exemplo de jardins, cidades, conjuntos arquitetônicos, entre outros que se integrem a ambiente. Os bens inscritos nesse instrumento revelam a transformação do conceito de paisagem ao longo da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como órgão máximo da preservação do patrimônio no país¹⁴.

Na fase inicial da atuação do SPHAN, entre as décadas de 1930 e 1960, os processos de tombamento de bens com características paisagísticas não deixam muito clara a justificativa para sua inclusão no Livro do Tombo. Para Rafael Ribeiro essa conjuntura pode ser explicada pela falta de um protocolo de tombamento uma vez que esse instrumento é aplicado a partir de um juízo de valor, que nem sempre foi direcionado especificamente ao paisagismo¹⁵. A instituição de um Livro de Tombo que incluía o aspecto paisagístico foi em grande parte favorecida pela atuação de arquitetos, que ocupavam a maioria dos cargos técnicos do IPHAN. Para esses o paisagismo, que era diferenciado da noção de paisagem natural, era considerado como parte essencial do conjunto arquitetônico, o que

¹² ICOMOS, 2008.

¹³ PEREIRA, 2012: 161-162.

¹⁴ De acordo com a cronologia institucional utilizaremos nesse trabalho as siglas SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que corresponde a atuação do órgão até 1946; DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), entre 1946 e 1970; IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), compreendido entre 1970 e 1979; SPHAN/ Pró-Memória, entre 1979 e 1990; IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), entre 1990 e 1994; retornando a denominação IPHAN em 1994, sigla que permanece até os dias atuais (REZENDE et al., 2015).

¹⁵ RIBEIRO, 2007: 67.

justifica essa denominação para a maior parte dos bens tombados¹⁶. Para Sônia Rabello, quando o Decreto-lei n.º 25 se refere ao tombamento dos bens naturais, deixa claro que «quanto mais permanente e imutável for a natureza das coisas naturais, mais elas se afinarão com o instituto do tombamento, já que sua finalidade básica é a conservação»¹⁷. No entanto, a política de preservação que vigorou por muitos anos no IPHAN foi pautada justamente na atribuição de valor aos bens culturais que eram ao mesmo tempo exemplares de obras de caráter humano, com ênfase para sua originalidade arquitetônica e sua integração ao ambiente natural em que foi construído. Por essa razão os conjuntos arquitetônicos foram privilegiados nos registros iniciais da instituição (entre as décadas de 1930 e 1960), colocando em segundo plano, até a década de 1980, o patrimônio natural. O primeiro bem a receber a denominação de patrimônio paisagístico foi o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos: conjunto arquitetônico, paisagístico e escultórico, tombado em 1938; seguido do Jardim e Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado no mesmo ano¹⁸.



Fig. 3. Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, Congonhas (MG).

Fonte: www.portal.iphan.gov.br.



Fig. 4. Jardim do Valongo fotografado por Augusto Malta, sem data/Revista Municipal de Engenharia, janeiro/dezembro 1997, p. 155.

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/revista-municipal-de-engenharia>.

A QUINTA, A CAPELA E O PORTAL: A CONSTITUIÇÃO DE UMA PAISAGEM HISTÓRICA URBANA

O termo paisagem histórica urbana foi registrado no âmbito internacional das políticas de preservação pela primeira vez na 36.^a Sessão do Patrimônio Mundial da Unesco, em 2011, quando foi assinado o documento intitulado «Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana», com objetivo de sugerir estraté-

¹⁶ FONCESA, 2005: 110.

¹⁷ RABELLO, 2009: 85.

¹⁸ PHAN, 1938-2018.

gias de proteção e gestão de áreas históricas urbanas, afetadas pelos processos de desenvolvimento locais e pela falta de planejamento urbano. Embora, como cita Luciana Féres, o termo «paisagem histórica urbana possa gerar controvérsias e até desagrade muitos pesquisadores e especialistas», ele busca suprir uma lacuna em relação à gestão da paisagem e do patrimônio urbano¹⁹. Nesse sentido, as Recomendações definiram paisagem histórica urbana como, « área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de “centro histórico” ou “ensemble” para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica»²⁰. Dialogando com a noção de paisagem cultural, esse novo conceito foi pensado, como indica texto oficial da 36.^a Sessão, para instituir diretrizes de gestão da paisagem, de acordo com as especificidades do seu caráter urbano. A inclusão da denominação histórica atende justamente à necessidade de compreender a dinâmica dos processos sociais e econômicos que determinaram sua atual configuração, o que orienta a análise da diversidade cultural inclusa em seu aporte material.

É sob esse prisma do significado de paisagem histórica urbana que a Quinta das Laranjeiras assume dentro do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís do Maranhão, tombado em 1974, uma possibilidade de análise do processo de evolução urbana da cidade para além dos limites do seu núcleo de fundação colonial²¹. Além da expressividade do tamanho e beleza das benfeitorias da propriedade, sua excepcionalidade é justificada por ser o único exemplar de quinta ou sítio reconhecido como morgado, e por ter sido judicialmente instituído por vínculo. Para esclarecer melhor o vocabulário jurídico da época, recorreremos a Raphael Bluteau que define «o morgado, ou bens de morgado, bens vinculados de sorte que sem se poderem alienar, nem dividir, o sucessor justamente os possua na mesma forma e ordem que o instituidor tem declarado»²². Bluteau define ainda o vínculo como «ato de incorporar por escrituras, clausulas de maneira que não se possa alienar, aforar, vender, repartir pelos filhos»²³. A denominação de quinta, incorporada pelos habitantes das colônias portuguesas, condiz com um «tipo de estrutura orgânica que foi consolidada no período medieval, sendo composta por uma unidade central, que muitas vezes herdou diretamente o nome do assento da antiga *domus* ou paço ou residência do senhor, ou ao assento da grande casa ou solar»²⁴.

¹⁹ FÉRES, 2017: 9.

²⁰ UNESCO, 2011.

²¹ A cidade de São Luís do Maranhão foi fundada em 1612 pelos franceses, e teve sua efetiva colonização e estruturação urbana iniciada em 1614 como a expulsão dos gauleses, após a Batalha de Guaxenduba, comandada pelo general português Alexandre Moura (MEIRELES, 2008: 52).

²² BLUTEAU, 1728: 580.

²³ BLUTEAU, 1728: 496.

²⁴ CARNEIRO, 2016: 33.

Dessa forma compreendemos que o espaço constituído com Quinta das Laranjeiras é resultado, primeiramente, da cultura fundiária praticada na América Portuguesa que, diferente do Reino, foi marcada por uma maior flexibilidade da Coroa, dada a abundância das terras e a necessidade da produção voltada para o mercado externo²⁵. Baseada nos forais seiscentistas, as datas de terra e sesmarias eram unidades de concessão fundiária que permitiam, no caso da primeira, que o governador da capitania doasse porções de terras para a construção de casas de moradia e, no caso da segunda, lotes de terra para o cultivo agrícola. É nesse contexto sócio histórico que a trajetória de José Gonçalves da Silva como proprietário de terra se inicia. Logo ao desembarcar do porto de São Luís, em 1787, solicita ao governador da capitania do Maranhão, José Telles da Silva, a concessão de terras junto ao rio Cururupu, no interior da capitania. Na solicitação da carta de data e sesmaria, José Gonçalves indicava que iria «cultivar frutos, e fará caminhos públicos e particulares onde farão necessários para pontes, fortes e portos e [ribeiras] e havendo rios sobre as ditas terras tornará público que através do rio caudaloso que necessita de barcos para sua passagem»²⁶. Além das terras produtivas no interior da capitania do Maranhão o Barateiro passou a demarcar espaços de dominação econômica e social através da compra e construção de edificações voltadas para o estabelecimento de casas comerciais, arrendamento e aluguel para outros empreendimentos, que foram vinculados ao sítio urbano.

Quanto a sua trajetória pessoal, ficou registrado em seu testamento, escrito em 1821, que José Gonçalves da Silva desembarcou no Maranhão em 1777, após ter passado alguns anos aprendendo os misteres da profissão de caixeiro na praça comercial de Lisboa²⁷. Após sua chegada se inseriu nas redes de comércio local através da negociação de produtos de importação e exportação, e por praticar os menores preços do mercado local, resultado dos acordos comerciais que mantinha com as principais casas de comércio em Lisboa, passando a ficar conhecido como «O Barateiro». Porém a carreira de negociante de grosso trato foi apenas uma das várias facetas assumidas por ele na tentativa de se inserir nos grupos sociais de destaque na cidade de São Luís. A ocupação de cargos na governança local e a escalada nos patamares militares indicam a pretensão de se distinguir socialmente. A rápida integração às redes de comércio local foi possibilitada pela ousada visão para investimentos diversificados, aspecto que Jorge Pedreira considera central na caracterização do homem de negócios que «não consistia em uma única atividade, mas em uma conjunção de atividades, que, para além do comércio por grosso, da importação e exportação, das transações bancárias, incluía diversas outras modalidades de investimentos»²⁸.

²⁵ FERLINI, 2005.

²⁶ AHU_1787.

²⁷ PEDREIRA, 1992: 431.

²⁸ AHU_1797: 5.

O comércio em larga escala e a diversidade de seus investimentos, somaram-se à posse de terras e escravos para concretizar o status de negociante de grosso trato o que, em suma, já indicava uma condição de destaque perante a sociedade local. O recrudescimento da figura do mercador é discutido por autores como Ângela Xavier Barreto e António Manuel Hespanha que referenciam a legislação pombalina a partir de uma maior abertura para a «nobilitação de comerciantes e industriais»²⁹. As taxonomias que marcavam as distinções sociais passam a fazer sentido também para os setores ligados ao comércio. Fernanda Olival analisando os processos de habilitações nas ordens militares observa que, durante a vigência das «Companhias Pombalinas», houve uma redefinição das hierarquias dentro de uma perspectiva econômica, portanto, «os serviços financeiros eram, nestes casos, considerados tão dignos como muitos outros para serem recompensados pela Coroa através de honras, não obstante o estatuto de quem os realizava»³⁰. Ao alcançar certa representatividade local, José Gonçalves passou a se integrar aos diversos círculos sociais obrigatórios para quem almejava ser considerado como membro da elite local, no entanto, a externalidade da sua condição econômica foi acrescida pela instituição de uma morada nobre.

Em 1797, quando faz sua justificação para ocupação da profissão de negociante de grosso trato, procedimento necessário para a concessão do título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, José Gonçalves fez questão de achar testemunhas que atestassem sua distinção econômica e social como:

*Um dos maiores negociantes da dita Cidade de onde comerceia para essa Corte, e para o Porto, remetendo avultadas porções de Efeitos próprios do País em navios seus, e da praça, de que resulta ser um dos Vassalos Americanos mais úteis ao Estado, e comércio, que tem feito assaz florescer naquela parte da América [...] é caixa e administrador do contrato de carnes verdes sendo o primeiro inventor do contrato do pescado seco, para o fornecimento, e fortuna daquela Cidade, de que em outro tempo era muita falta e, além disto é o suplicante um dos Lavradores mais abastardo e diligentes na cultura das terras pois que em quatro grandes Fazendas que possui e faz trabalhar assiduamente mais de 400 escravos animando deste modo a mesma Agricultura, por meio da qual se aumentam as potencias e Estados*³¹.

Apesar da notoriedade das suas posses e condição de comerciante bem-sucedido, o Barateiro decidiu investir ainda em outra forma de visibilidade: instituiu a maior quinta dentro da cidade de São Luís. A preservação do patrimônio e a constituição de um morgado nos moldes portugueses, tendo como herdeira sua

²⁹ HESPANHA, 1993.

³⁰ OLIVAL, 2000: 74.

³¹ AHU_1807: 6.

filha primogênita Maria Luísa do Espírito Santo, parece ser uma clara estratégia de constituição de uma espécie de tradição familiar, pautada na fortuna, na perpetuação do nome e na conservação das mercês adquiridas. Obviamente, o Morgado das Laranjeiras não pode ser comparado às propriedades instituídas nos mesmos padrões em Portugal, porém, sua fundação em terras coloniais indica as prerrogativas da busca por enobrecimento, «cuja identidade no tempo é assegurada pela propriedade fundiária, pelo direito a desempenhar ofícios, por títulos ou por quais quer outros direitos relativamente exclusivos»³². Em 1812, José Gonçalves documentaria em uma escritura pública a vinculação do morgado, com a indicação de que filha Maria Luiza fosse a administradora da «Quinta com casas nobres, e seus acessórios e vinte escravos cita no fim da Rua Grande que rende anualmente 500 contos de réis», e de outros imóveis que na forma da jurisprudência não podiam ser alienados, nem divididos (ver tabela 1).

Tabela 1. «Bens que Pretende Vincular José Gonçalves da Silva do Maranhão»

1	Cinco propriedades de casas citas na Rua da Palma da dita cidade do Maranhão que rendem anualmente200\$000
2	Uma propriedade de ditas na dita rua com rendimento100\$000
3	Uma dita de ditas na Rua do Giz seu rendimento210\$000
4	Um armazém na Praia do Desterro, seu rendimento150\$000
5	Uma propriedade de casas na Praia Grande, rende140\$000

Fonte: AHU, 1807.

A ausência do inventário, tipologia documental que faz a descrição dos bens legados no testamento, efetivado por ocasião do seu falecimento, em 22 de novembro de 1821, impossibilita uma descrição mais detalhada da estrutura da casa principal e demais equipamentos da Quinta das Laranjeiras. No entanto, através de uma série de mapas e fotografias podemos reconhecer a propriedade e sua evolução na malha urbana de São Luís entre os séculos XIX e XX. Dessa forma podemos recuperar as indicações de Nelson Brissac que em seu livro *Paisagens Urbanas* afirma que os usos de registros artísticos que representam a paisagem configuram um campo de análise, tornando-se uma ferramenta fundamental para descrever a paisagem. Resultado de uma série de transformações e ações dinâmicas, a cidade pode ser definida pela sobreposição de imagens que, em sua maioria, surgem de manifestações da arte. O desenho de Johannes Vingboons, de

³² MONTEIRO, 2003: 83.

1665, que representa a planta da cidade de São Luís elaborada, em 1615, pelo Engenheiro-Mor Francisco Frias de Mesquita, apresenta os contornos da cidade e a orientação que sua expansão deveria tomar. A indicação dos conjuntos de lotes de terras inseridos nas porções das quadras marcadas na porção inicial da cidade, determinava que para fora desses limites os caminhos e bosques deveriam ter usos distintos do residencial. A demarcação em amarelo na figura 5 indica o local onde futuramente seria solicitada, por José Gonçalves da Silva, o terreno para implantação de uma quinta de recreação, com área propícia para pomares, poços, hortas e tanques de abastecimento. Ainda sobre a planta de Vingboons, destacamos, em vermelho, a extensão do antigo Caminho Grande e sua comunicação com o interior da ilha de São Luís, o que fez dos terrenos da Quinta um ponto estratégico na dinâmica da cidade.

Na planta da cidade de São Luís do Maranhão, de 1858, figura 6, é possível ter uma ideia mais clara do lugar da Quinta na malha urbana da cidade na segunda metade do século XIX, período de plena expansão em direção ao final Caminho Grande (indicada pela linha vermelha na figura 5). As quintas ou sítios urbanos ocupavam dois tipos de funções que poderia ser social, dependendo da sua localização, se mais próximas ao centro administrativo da cidade; ou econômica, se implantadas nos arredores da ilha com acesso aos rios Bacanga e Anil. Segundo Olavo Pereira da Silva, «esses núcleos desempenhavam importante papel na vida econômica e social da cidade, destacando-se como centros de processamento de matérias-primas regionais, como o algodão, o arroz, a cera e o couro»³³. No caso da Quinta das Laranjeiras a ocupação com o beneficiamento de produtos locais deu lugar as atividades cotidianas e de lazer. Para tanto seu fundador e proprietário construiu, segundo César Marques, uma casa de moradia com muitos quartos, a exemplo das edificações urbanas, e com fachadas alpendradas e abertas com peitorais em alvenaria³⁴.

As estruturas arquitetônicas que deram visibilidade ao tamanho da propriedade em que estava implantada a Quinta das Laranjeiras, permaneceram como símbolos da opulência econômica do século XIX. A Capela de São José, construída em 1811, foi inaugurada com a bênção do bispo D. Luís de Brito Homem, em 1815, o que para o período se traduzia como uma honra dada apenas às famílias de alta nobreza. Em seu pedido de autorização para rezar no oratório público a primeira missa, José Gonçalves da Silva faz sua justificativa baseado nos seus «títulos de Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Brigadeiro dos Reais Exércitos», que na condição citada pede a bênção para que um capelão passe a ministrar os sagrados sacramentos para sua família e vizinhança³⁵.

³³ SILVA, 1998: 127.

³⁴ MARQUES, 1870: 111.

³⁵ APEM_1815: 4.

Quanto ao portal de entrada da Quinta, contava com um dos mais belos exemplares de brasão esculpido em pedra de lioz, que representava as das famílias Gonçalves e Silva, e uma inscrição do ano de 1811 na verga da porta, ornamento que demarcava a fundação de uma casa nobre.



Fig. 5. Desenho de Johannes Vingboons de 1665, que representa a planta elaborada em 1615 pelo Engenheiro-Mor Francisco Frias de Mesquita.

Fonte: REIS, 2000.

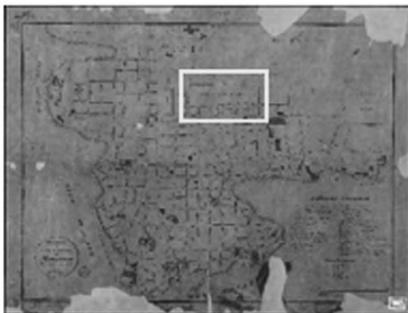


Fig. 6. Planta da cidade de São Luís do Maranhão, de J. Veiga, 1858.

Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.



Fig. 7. Detalhe da planta da cidade de São Luís do Maranhão, que mostra a área da Quinta das Laranjeiras, de J. Veiga, 1858.

Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.



Fig. 8. Detalhe de ornamento do portal de entrada da Quinta das Laranjeiras, 1939.

Fonte: Acervo Digital do IPHAN.



Fig. 9. Vista interna do portal da Quinta das Laranjeiras, 1939.

Fonte: Acervo Digital do IPHAN.

O TOMBAMENTO DA QUINTA DAS LARANJEIRAS: OS VALORES PATRIMONIAIS DA PAISAGEM HISTÓRICA URBANA

O processo de tombamento da Capela de São José e do Portal Armoriado da Quinta das Laranjeiras foi o primeiro registro de inclusão de um bem isolado no âmbito da política de preservação do SPHAN. Solicitado pelo escritor e historiador maranhense Raimundo Lopes da Cunha, em 1939, o tombamento das estruturas pertencentes a Quinta foi cercado de conflitos de interesses que revelam como esse instrumento de preservação era desconhecido da população. A notificação inicial registrava a intenção do SPHAN de incluir no livro de Tombo de Belas Artes a «seguinte obra de arquitetura religiosa de vossa propriedade: Capela

das Laranjeiras, sita à rua Oswaldo Cruz»³⁶. A resposta de José Barreiros Coelho, então proprietário da quinta, corresponde aos efeitos negativos que um possível acautelamento pode surtir, quanto às restrições do direito à propriedade privada. Sua preocupação fica expressa na resposta à notificação, pois este sugere que:

*Embora me pareça que a capela de que se trata não é uma obra de arquitetura religiosa que se revista dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, estou pronto para anuir ao tombamento projetado, desde que fique excluído o terreno ao lado direito da referida capela, com cerca de 12 metros de frente, ao qual não faz parte, propriamente, o edifício em apreço*³⁷.

A resposta do Departamento de Estudos Históricos do SPHAN recomenda que Raimundo Lopes elabore um documento sobre a possibilidade de considerar o desmembramento da Capela de São José do terreno anexo. O parecer do historiador sobre a questão se tornou uma síntese elucidativa sobre o valor da Quinta das Laranjeiras para a história da cidade de São Luís pois, naquele momento, diante dos únicos vestígios que sobraram da propriedade, era de suma importância manter sua unidade. Lopes se apoia no valor de antiguidade, e reafirma a expressividade das,

*Características arquitetônicas, magnificamente conservadas dessa capela do começo do século XIX e mantendo ainda as feições tradicionais da arquitetura colonial. Assim constitui ela não só o mais notável das capelas senhoriais particulares do Maranhão, mas também o mais íntegro dos templos tradicionais de São Luís*³⁸.

O escritor inclui ainda na pauta do tombamento o portal de pedra de lioz que demarca a entrada da Quinta, pois a supressão dessa edificação desvirtuaria a concepção de integridade que essa propriedade atribuía a esse trecho do antigo Caminho Grande. O documento de tombamento cita ainda estruturas que fazem parte da dinâmica social em que estava envolvido sitio urbano, pois « o terreno ao lado, cuja exclusão o proprietário reclama, pode se ver, pela planta e pelas fotografias, quanto é difícil separa-lo da Capela e, por outro lado, que ele encerra um terraço com escadaria, que ambienta o aspecto tradicional da capela»³⁹. A Quinta das Laranjeiras ocupa atualmente uma área fruto de um longo período de evolução urbana da cidade de São Luís que teve como referencial o antigo Caminho Grande. Suas estruturas arquitetônicas externas, reconhecidas como

36 IPHAN_1939-1940: 3.

37 IPHAN_1939-1940: 1.

38 IPHAN_1939-1940: 5-6.

39 IPHAN_1939-1940: 6.

patrimônio material, são balizas de uma paisagem urbana que se configura como histórica visto que são produtos de um acúmulo de processos históricos e econômicos e que por isso podem ser desvendadas como camadas de significados.



Fig. 10. Portal da Quinta das Laranjeiras, 1948.

Fonte: Arquivo Digital do IBGE.



Fig. 11. Vista do portal da Quinta das Laranjeiras, 1954.

Fonte: Acervo Digital do IPHAN.

BIBLIOGRAFIA

- BLUTEAU, Raphael (1728) – *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, arquitetônico...*vol. 5. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- CARLOS, Ana Fani (1994) – *A (re) produção do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP.
- CARNEIRO, Manuel Almeida (2016) – «Si bene aedificaveris, bene habitaveris». *Entre a casa agrícola e a quinta de recreio no espaço rural do Porto (séculos XVIII-XIX)*. Tese de doutoramento Departamento de História – Estudos Avançados do Património, Universidade Aberta, Porto.

- FERLINI, Vera Lúcia (2005) – *A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII*. In: BICALHO, Maria Fernanda & Ferlini, Vera Lúcia, orgs. – *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda.
- FÉRES, Luciana R. (2017) – *Paisagem Cultural e Paisagem Urbana Histórica: Reflexões acerca dos conceitos e os desafios da gestão do conjunto moderno da Pampulha patrimônio cultural da humanidade*. In: *Anais do Simpósio Científico do ICOMOS*. Belo Horizonte, MG.
- FONCESA, Maria Cecília Londres (2005) – *O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN.
- HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto (1993) – *A representação da sociedade e do poder*. In: HESPANHA, António M., org – *História de Portugal: O antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MARQUES, César Augusto (1870) – *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Frias.
- MEIRELES, Mário M. (2008) – *História do Maranhão*. 4.^a edição. São Luís: Êtica.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2003) – *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- OLIVAL, Fernanda (2000) – *O Brasil, as Companhias Pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de setecentos*. Anais do XX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, Lisboa.
- PEDREIRA, Jorge (1992) – *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*. «Análise Social», vol. XXVIII, Lisboa, p. 407-440.
- PEREIRA, Júlia Wagner (2012) – *O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos, orgs. – *Patrimônio Cultural. Políticas e perceptivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.
- PEIXOTO, Nelson Brissac (1996) – *Paisagens urbanas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- RABELLO, Sônia (2009) – *O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- RIBEIRO, Rafael Winter (2007) – *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPE-DOC.
- SANTOS, Milton (2006) – *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SCIFONI, Simone (2016) – *Paisagem cultural*. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia, orgs. – «Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural». 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, (verbete).
- SILVA F. Olavo Pereira (1998) – *Arquitetura Luso-brasileira no Maranhão*. Belo Horizonte: Formato.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves (2003) – *O centro vive*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Tese de doutoramento.

DOCUMENTOS OFICIAIS

- ICOMOS (2008) – *Declaração de Québec*. Disponível em: www.icomos.org.br. Acessado em 28 de abril de 2018.
- UNESCO (2011) – *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana*. 36.^a Conferência Geral da UNESCO, Paris. Disponível em: http://psamlisboa.pt/wpcontent/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf. Acesso em 29 abril de 2018.
- IPHAN (2004) – *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN.

DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

IPHAN (1938-2018) – *Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento*. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acessado em 28 de abril de 2018.

____ (1939-1940) – *Processo de Tombamento n.º 210, Capela da Quinta das Laranjeiras*. Arquivo Central do IPHAN, Seção Histórica, Rio de Janeiro.

APEM (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO) (1815) – *Autos de Ereção de Capela. José Gonçalves da Silva*, caixa 25, documento n.º 45, dezembro de 1815.

AHU (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO) (1807) – *Documentos avulsos da Capitania do Maranhão. Requerimento de José Gonçalves da Silva, ao príncipe regente D. João, a solicitar mercê para vincular parte dos seus bens*, caixa 153, documento n.º 10972, 16 de maio de 1807.

____ (1797) – *Documentos avulsos da Capitania do Maranhão. Representação de José Gonçalves da Silva ao príncipe regente D. João, queixando-se das violências e injustiças praticadas pelo ouvidor e pelo capitão-general do Maranhão contra os comerciantes e os contratadores das carnes verdes*, caixa 93, documento n.º 7702, fl. 5, 2 de maio de 1797.

____ (1787) – *Documentos avulsos da Capitania do Maranhão. Requerimento de José Gonçalves da Silva à rainha D. Maria I, solicitando confirmação da sua carta de data de sesmaria de terras junto ao rio Cururupuaçu*, caixa 69, documento n.º 5992, 30 de maio de 1787.

OPERAÇÕES SAAL PORTO – VALOR PATRIMONIAL E PROPOSTA DE SALVAGUARDA

JOÃO LUÍS DA MOTA TORRES FERNANDES*

Resumo: *O presente estudo pretende tornar explícitas as múltiplas valências patrimoniais inerentes aos bairros construídos na cidade do Porto no âmbito das operações do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Reconhecendo-os estruturas enquanto testemunho de um período definitivo para o estabelecimento da identidade nacional – pós 25 de Abril de 1974 – sustentar-se-á o apelo e validade da salvaguarda destas arquiteturas através da análise de outros casos de estudo relevantes para a valorização da Habitação Social enquanto forte contributo para o enriquecimento cultural nacional, concluindo com a apresentação de metodologias de gestão patrimonial aplicáveis ao caso em questão.*

Palavras-chave: SAAL; gestão de património; habitação social; Porto.

Abstract: *The present study aims to explicit the various positive heritage values inherent to the dwellings built in the city of Oporto as part of the operations undertaken by the Service of Local Ambulatory Support (SAAL). Acknowledging these structures as testimony of a defining moment for the establishment of national identity – post 25th April 1974 – the appeal and validity of the safekeeping of these architectures will be grounded on the analysis of other case studies, relevant to the appreciation of Social Housing as a strong contribute towards the enrichment of national culture, finalizing with a presentation of heritage management methodologies applicable to the case in question.*

Keywords: SAAL; heritage management; social housing; Porto.

1. ESTADO ATUAL

O Plano Diretor Municipal da cidade do Porto¹ identifica apenas os Bairros SAAL Bouça e S. Vítor como detentores de estatuto de Imóvel de Interesse Patrimonial, possivelmente pela sua autoria – obra do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Nenhum outro Bairro SAAL surge referenciado, pelo que se podem levantar desde logo algumas questões: se a autoria determina a necessidade de classificação, criam-se constrangimentos relativamente à legitimidade do método de seleção – por um lado, retiram-se os Bairros do contexto abrangente segundo o qual foram edificados, por outro, muitos outros arquitetos de referência estiveram envolvidos em projetos SAAL de elevada qualidade e erudição arquitetónica.

Também os Planos de Reabilitação Urbana da cidade apresentam algumas discrepâncias: se as delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do Bonfim²

* Estudante do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual da FLUP.

¹ CMP, 2012.

² CMP, 2014a: 7.

e Miragaia³ incluem no seu perímetro os Bairros de São Vítor e de Miragaia, a da Lapa⁴ exclui de modo claro os Bairros da Bouça e Lapa. É importante salientar a terminologia utilizada no documento relativo ao Bonfim, referindo-se aos Bairros de Habitação Social como *ilhas*, demonstrando um ainda existente preconceito em relação às arquiteturas que compõem esta tipologia de habitação. Idealmente, o estatuto de Imóvel de Interesse Patrimonial aplicar-se-ia a todas as concretizações do SAAL na cidade e as ARU deveriam englobá-las sempre que possível. A inexistência de uma política profunda e global de proteção sobre estes imóveis desde o término do projeto SAAL, em 1976⁵, incorre na possibilidade de degradação dos bens patrimoniais em questão.

2. SUSTENTAÇÃO

Para compreender a premência do reconhecimento patrimonial dos Bairros SAAL é necessário reportar a alguns precedentes que expressam os mesmos valores que o conjunto de edificações em estudo, já contemplados pela UNESCO nas suas ações de salvaguarda e classificação.

A candidatura da obra arquitetónica de Álvaro Siza Vieira (ASV)⁶ a Património Mundial da UNESCO evidencia a universalidade da obra do arquiteto de modo claro e conciso. O documento de candidatura remete para critérios definidos pela UNESCO para a inscrição de bens patrimoniais nas Listas Indicativas de cada país⁷ – neste caso para o i, ii e iv, diretamente relacionados com a arquitetura e capazes de demonstrar a sua preponderância a nível mundial:

A obra de ASV expande-se ao longo de cerca de 50 anos, compreendendo períodos de adversidade política e social no panorama português – Estado Novo e sequente transição para um regime democrático. A sua produção arquitetónica determina uma perfeita assimilação dos conteúdos e práticas preconizadas pelo movimento Moderno em diálogo com a tradição construtiva nacional, gozando de reconhecimento enquanto referência de destaque mundial, o que, por sua vez, concorre para o entendimento da sua obra arquitetónica enquanto exemplo do génio criativo humano (i, iv). A capacidade de coadunação entre linguagens arquitetónicas internacionais e tradicionais e a valorização do sítio – *Genius Loci* – e práticas humanas determina um avultado contributo para o desenvolvimento da arquitetura e planeamento urbano, enquanto reflexo da mundivisão vigente de um período particular da História – nacional e internacional (ii).

³ CMP, 2014b: 7.

⁴ CMP, 2014c: 7.

⁵ Cf. VIEIRA & COUTINHO, 2014: 7.

⁶ UNESCO – *Ensemble of Álvaro Siza's Architecture Works in Portugal*.

⁷ UNESCO – *The Criteria for Selection*.

Em 2016, 17 obras arquitetónicas de Le Corbusier foram inscritas na Lista de Património Mundial da UNESCO⁸, formando um *corpus* arquitetónico que abrangia 7 países e uma baliza cronológica de mais de 5 décadas. Demonstrativos do imenso impacto e contributo do arquiteto para a evolução da arquitetura a nível mundial, enquanto catalisador do Movimento Moderno, uma das obras indicadas é a Unidade de Habitação de Marselha.

Esta arquitetura é determinante para corroborar a legitimidade de classificação de estruturas de Habitação Social enquanto Património Mundial – é um marco da História da Arquitetura e impõe um modelo de complexo habitacional social que proliferará ao longo de todo o século XX. A disposição horizontal das fiadas de apartamentos que compõem o edifício terá enorme expressão e diáspora geográfica, assim como o renovado entendimento de sentido e vida comunitária, definindo também zonas comuns destinadas a encontros sociais e outro tipo de atividades.

As Propriedades Residenciais Modernistas de Berlim assumem-se como outro *corpus* arquitetónico importante para a legitimação da classificação proposta, composto por seis unidades residenciais de valor patrimonial determinante no contexto das experiências de planeamento urbano aplicado às novas necessidades da Habitação Social, no início do século XX. Inscritos em 2008⁹, são produções de alguns dos mais preponderantes arquitetos alemães da primeira metade do século XX, estabelecendo novos modelos para esta tipologia habitacional.

Bruno Taut e Walter Gropius são apenas dois dos arquitetos contemplados pelo conjunto classificado, pelo que se poderia dar resposta ao primeiro critério da UNESCO – cada uma das unidades habitacionais apresentadas corresponde à materialização de conceitos e valores arquitetónicos de vanguarda, preconizados pelos seus produtores. No entanto, a candidatura remete diretamente para os segundo e quarto critérios, aludindo à natureza pioneira do conjunto no âmbito da habitação social e o sentido impacto que o seu legado deteve enquanto modelo estabelecido. O conjunto destes complexos habitacionais, edificados ao longo das 4 primeiras décadas do século XX, espelham a materialização de um intenso programa político de índole social pelo que, não obstante as naturais disparidades arquitetónicas e de escala programática com os bairros SAAL, se podem entender como um importante precedente de classificação.

No contexto nacional, a legislação promulgada através da Lei Base 107/2001 definiu um compêndio de critérios de ponderação para a classificação de um bem patrimonial como Bem de Interesse Nacional¹⁰.

⁸ UNESCO – *The Architectural Work of Le Corbusier, an Outstanding Contribution to the Modern Movement*.

⁹ UNESCO – *Berlin Modernism Housing Estates*.

¹⁰ Vd. Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: Título IV, artigo 17.º.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E APLICAÇÃO AO CASO DE ESTUDO

O espírito cooperativo do Projeto SAAL poderá encontrar em 1957, na exposição «O Cooperativismo Habitacional no Mundo», um dos seus antecedentes nacionais mais determinantes. Vocacionada para apresentar e difundir modelos de habitação desenvolvidos no estrangeiro, a exposição foi complementada por conferências, resultando do geral um sentimento de que o sentido evolutivo da habitação adviria do diálogo entre os responsáveis pela sua projeção e construção e aqueles que dela usufruiriam¹¹. Este sentimento despoletará diversas incursões para a sua valorização, descritas com grande pormenor na obra de José Bandeirinha anteriormente referenciada, e das quais se destaca o nome de Nuno Teotónio Pereira, mas também o de Nuno Portas, futuro fundador do SAAL.

Os anos circundantes à Revolução de Abril foram economicamente penosos para a sociedade portuguesa, fruto da confluência de fatores diversos, como uma generalizada desconfiança de investidores estrangeiros motivada pela instabilidade da política económica antecedente ao 25 de abril, um desequilíbrio abrupto na balança de importações e exportações causada pela descolonização e a parca diversidade de rendimentos comerciais internacionais, ao que se juntou a dificuldade de integração social dos retornados¹². Importa referir que estas circunstâncias se refletiam na problemática da habitação, à data da revolução, num défice de 600.000 fogos¹³, pelo que se tornava imperativo desenvolver organismos capazes de lidar rapidamente com a grave crise que se desenvolvia, motivando assim a criação do Serviço Ambulatório de Apoio Local através de um Despacho de 2 de julho de 1974, da Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo do I Governo Provisório¹⁴, assinado por Nuno Portas, figura de proa e impulsionador de novas metodologias cooperativas de intervenção e projeção das habitações que viriam a materializar-se sobre a tutela do SAAL¹⁵. Até à sua extinção em outubro de 1976, o SAAL seria responsável pelo desenvolvimento de projetos respeitantes a cerca de 40.000 famílias¹⁶, números demonstrativos da pertinência e necessidade da sua instituição e, por conseguinte, da sua relevância no panorama histórico nacional.

A candidatura da obra arquitetónica de ASV a Património Mundial Cultural assume-se como o principal precedente para uma possível candidatura dos Bairros SAAL com a mesma finalidade. Se os Bairros da Bouça e São Vítor são passíveis de ser classificados Património Mundial Cultural, no âmbito da inscrição da

11 BANDEIRINHA, 2007: 63-64.

12 INFOPEDIA – Instabilidade socioeconómica pós-25 de abril.

13 BANDEIRINHA, 2007: 68.

14 CAVALCANTI, 2014: 38.

15 Para esclarecimentos mais aprofundados relativamente ao processo de projeção e construção dos bairros SAAL, sugere-se a consulta da obra referenciada de José Bandeirinha e da tese de Doutoramento de Rafaela Cavalcanti.

16 SARDO, 2014: 3.

obra arquitetónica do seu criador na Lista Indicativa nacional, é possível alegar que, uma vez que se inserem num projeto de vanguarda e amplitude operativa como o SAAL, também os restantes Bairros poderiam constar da Lista Indicativa portuguesa para Património Cultural Mundial. Urge relembrar as equipas de arquitetos envolvidos nos projetos SAAL na cidade do Porto:

Operação SAAL	Arquitetos
Miragaia	Fernando Távora; Bernardo Ferrão; Jorge Barros
Leal	Sérgio Fernandez
São Vitor	Álvaro Siza Vieira; Domingos Tavares; Francisco Guedes; Adalberto Gonçalves Dias; Eduardo Souto Moura
Massarelos	Manuel Fernandes de Sá; Rui Sousa Louro
Franco	Rolando Torgo
Contumil	Célio Costa
Antas	Pedro Ramalho
Maceda-Acácio	Alcino Soutinho; Manuel Mendes
Lapa	Alfredo Matos Ferreira; Beatriz Madureira; Jorge Barros
Bouça	Álvaro Siza Vieira; António Madureira; Anni Gunther Nonell
Boavista	João Araújo Resende; João Godinho
Chaves de Oliveira	Manuel Lessa

A qualidade dos arquitetos elencados é reconhecida e vários assumem-se como baluartes da arquitetura portuguesa. A encomenda destes Bairros a individualidades consagradas demonstra, em primeiro lugar, uma renovada atitude perante obras de cariz social, contrapondo uma natural e invariável economia de custos a conceções espaciais e riscos de arquitetos de renome e alunos da Escola Superior de Belas Artes do Porto¹⁷.

17 Cf. CAVALCANTI, 2014: 106.

As integrações da Unidade de Habitação de Marselha e das Propriedades Residenciais Modernistas de Berlim na Lista de Património Mundial da UNESCO abrem uma clara possibilidade de inscrição dos Bairros SAAL na Lista Indicativa nacional. Tratam-se de construções que se inserem numa longa lógica evolutiva da Habitação Social e se a sua escala é global, pelo impacto que detiveram na História da Arquitetura, o SAAL deve ser entendido como uma concretização dos conceitos e novas abordagens que deles advieram à escala nacional, regional e local. Os Bairros SAAL materializaram-se no contexto de grande instabilidade política e social do pós 25 de Abril de 1974 e enquadraram-se segundo uma tutela singular, rejeitando qualquer tipo de dogmatismo em detrimento de uma política de cooperação e flexibilidade perante as especificidades comunitárias, antecipando muitas das concretizações da *Carta Internacional para salvaguarda das cidades históricas*, de 1987. O seu curto tempo de existência poderá ter ditado uma menor relevância a nível internacional, não devendo por isso diminuir-se a qualidade das suas operações e vanguarda ideológica.

Relativamente a parâmetros classificativos indicados pela UNESCO:

i – Existe uma lista determinante de arquitetos de qualidade reconhecida envolvidos nas edificações, dos quais Álvaro Siza Vieira, Fernando Távora, Eduardo Souto Moura, Domingos Tavares e Sérgio Fernandez se podem destacar pela preponderância que detêm no campo arquitetónico nacional.

ii – Todo o projeto SAAL – e o principal motivo que o torna uma incursão inovadora no campo da Habitação Social – baseia-se na estrita cooperação entre as comunidades locais e as Brigadas Técnicas, encarregues de estabelecer sinergias com as mesmas e com a tutela dos projetos de construção. A constante comunicação entre ambas esferas de utilizador e construtor, providenciando aos locais poder real sobre o produto final, ditou uma verdadeira correspondência dos projetos às necessidades fundamentais das populações em questão. É um exemplo de excelência de *intercâmbio de valores humanos em desenvolvimentos arquitetónicos e planeamento urbano*.

iv – Os Bairros SAAL da cidade do Porto assumem-se como exemplos determinantes de conjuntos habitacionais sociais, pelo nível de concretização alcançado pela coadunação de ambas as necessidades tutelares e comunitárias. Em nenhuma outra cidade o projeto SAAL encontrou possibilidades de materialização como no Porto, provindas da abertura e vontade participativa das comunidades visadas, da localização privilegiada dos Bairros na malha urbana e ainda pela familiaridade da ESBAP com as áreas intervencionadas, facilitando e agilizando todo o processo. Em termos arquitetónicos e urbanísticos, as habitações construídas valorizam a funcionalidade da planta e equipamentos constituintes, bem como facilitam e fomentam a vida comunitária e a criação de relações de vizinhança entre os residentes e os quarteirões da sua envolvente.

Espaços como pequenos alpendres, terraços e áreas comunitárias valorizadas demonstram a procura pelo desenvolvimento do espírito comunitário que tanto contribuiu para a valorização dos bairros construídos, mas acautelando sempre a necessidade de privacidade, que se reflete na organização espacial das habitações [Figura 4].

vi – O SAAL responde a questões fundamentais da Revolução de Abril. 1974 Demarca uma mudança total do panorama nacional, motivando novas abordagens de ação social. Através da construção de complexos de habitação dignos, em constante interação com as comunidades respetivas, o projeto SAAL materializou os valores de liberdade e solidariedade que o novo regime democrático preconizava. Cada Bairro assume-se como testemunho de um período preponderante da história nacional enquanto concretização arquitetónica de um dos mais celebrados e incontornáveis marcos da identidade portuguesa, corporizando o espírito de abril, pelo que o valor expresso neste critério em tudo se torna evidente.

No que concerne à autenticidade, uma vasta maioria dos Bairros SAAL Porto permanecem habitados pelas mesmas famílias que os viram ser edificados. O contacto recorrente e vivo entre os membros da mesma comunidade permanece inalterado, o que aliado à falta de sistemas de apoio e desenvolvimento promoveu uma aparente reclusão da mesma em relação ao exterior. Por outro lado, este recolhimento permitiu a manutenção de uma vivência e espírito comunitário que contribuiu para a autenticidade de todos os complexos.

No espectro nacional, os Bairros SAAL do Porto correspondem à totalidade dos critérios assumidos na Lei 107/2001:

a) São estruturas habitacionais de grande número de fogos, constituindo complexos de valor imobiliário preponderante pela dimensão, qualidade arquitetónica e prestígio resultante do reconhecimento internacional dos arquitetos que os projetaram;

b) São várias as figuras de proa da arquitetura nacional envolvidas no desenvolvimento e criação dos Bairros;

c), d) e g) A preponderância dos Bairros enquanto materialização e testemunho das conquistas sociais advindas do término do regime salazarista é notória, sendo que se definem por um espírito de solidariedade e de capacitação do povo em matérias referentes à sua habitação, que até então lhes havia sido negada, demarcando na memória coletiva nacional o advento de um novo regime democrático;

e), f) e h) Assumem-se como concretizações arquitetónicas e urbanísticas da maior qualidade e erudição, assegurando um elevado padrão estético e concetual a todas as suas edificações; inserem-se ainda no longo percurso diacrónico da evolução das arquiteturas de Habitação Social, cujo aprofundamento científico no âmbito nacional seria pertinente;

i) Pela falta de interesse e sensibilização generalizada, o seu estado de preservação encontra-se deteriorado, existindo riscos reais relativamente a danos irreversíveis.

Torna-se assim evidente que os Bairros SAAL do Porto comportam em si mesmos todas as características necessárias para validar um projeto de salvaguarda capaz de assegurar o seu indispensável contributo patrimonial para a construção e compreensão da identidade nacional.

4. PROPOSTA DE SALVAGUARDA

Antecedendo qualquer programa de intervenções, a salvaguarda destes equipamentos deveria iniciar-se com a criação de um inventário geral: obra referenciada de José Bandeirinha apresenta uma proposta de inventariação, bem como a tese de Doutoramento de Rafaela Cavalcanti e ainda os materiais desenvolvidos em 2014 pelo Museu de Arte Contemporânea de Serralves (em colaboração com o Canadian Centre for Architecture) para a exposição «O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974–1976», podendo ainda mencionar-se algumas páginas da plataforma em linha do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Em termos mais operativos, políticas de investimento privado desassociado de supervisão do Estado podem provocar efeitos nocivos para a manutenção da autenticidade patrimonial dos bens que se procuram salvarguardar. A readaptação de estruturas de habitação social para outras funções condena a memória patrimonial que as mesmas detêm, vazando-se-lhe parte do seu conteúdo significativo e reduzindo-a a signo edificado. A autenticidade assume-se como diretriz intransponível das práticas de salvaguarda¹⁸, pelo que qualquer tipo de intervenção dirigida aos Bairros SAAL Porto deveria respeitá-los enquanto núcleos sociais e identitários, incentivando a manutenção das suas funções enquanto complexos habitacionais para famílias de baixo rendimento:

A reutilização de edifícios consiste, ainda, de forma bem evidente, numa proposta de os fazer desaparecer, preparando-os para serem contentores de um novo uso a partir da suspensão das suas características prévias. [...] Estamos mais próximos da substituição do Imperador Justiniano, nos mosaicos de Ravenna, pela figura de George Bush, do apagamento definitivo da figura de Trotsky ao lado de Lenine ou da reutilização dos barcos rabelos para passeios turísticos no Douro, retirados do drama-tismo do ciclo do port wine¹⁹.

¹⁸ Cf. ICOMOS, 1994: 2 [Artigo 4º].

¹⁹ COSTA, 2003: 90.

A necessidade de ajustar as arquiteturas às carências das comunidades é imperativa, mas são necessárias soluções capazes de assegurar a autenticidade do bem patrimonial – se as estruturas precisam de equipamentos, deve optar-se pela construção de corpos anexos que não perturbem a volumetria original, de linguagem contemporânea perfeitamente distinguível da obra primeira, ressaltando-se a sua reversibilidade e assegurando que não produz qualquer efeito prejudicial à estrutura original²⁰. A prática do *pastiche* deve ser rejeitada por completo, pelo que o cunho contemporâneo sobre as estruturas intervencionadas em nada as danifica, pelo contrário, contribui para a elevação do seu discurso urbanístico, enquanto exemplos da profícua coexistência do passado com o presente²¹.

A inclusão dos moradores na definição de estratégias de salvaguarda dos Bairros seria fundamental para o seu sucesso. São os principais beneficiários destes esforços²², assim como os que melhor compreendem as necessidades dos equipamentos e comunidade, pelo que a sua participação ativa traria um renovado sentido de pertença e identidade relativamente ao Bairro e à vizinhança – os projetos da Vizinhança de Reidvale, fundado em Glasgow na década de 1970, e da reabilitação da Rua Kale, em Bursa na década de 80, são exemplos de sucesso e reconhecimento internacional, pelo que corroboram a necessidade de cooperação entre as entidades tutelares e os utilizadores dos Bairros a intervir²³. Um outro caso de sucesso, recente, é a renovação do complexo habitacional da Vila d'Este, situado na freguesia de Vilar de Andorinho do concelho de Vila Nova de Gaia, e a analisar em maior detalhe *infra*.

As localizações privilegiadas dos Bairros na cidade do Porto²⁴ favorecem a sua integração em dinâmicas à escala da cidade, recomendada desde a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972²⁵. A permeabilidade que estabelecem com a envolvente malha urbana, diversificada, favorece o descongestionamento económico do seu tecido, uma vez que se encontram dispersos pela cidade, em estreita relação com outros núcleos de diferentes níveis económicos, promovendo correlações que beneficiam a sua manutenção²⁶, como o desenvolvimento das microeconomias a eles associadas, proporcionando um aumento da sua qualidade de vida²⁷.

²⁰ ICOMOS, 1964: 3 [Artigo 12º].

²¹ Cf. ICOMOS, 1987: 3 [Artigo 10º].

²² ICOMOS, 1987: 2 [Artigo 3º].

²³ Vd. ALMEIDA, 1998: 13.

²⁴ VIEIRA & COUTINHO, 2014: 7.

²⁵ UNESCO, 1972: 3 [Artigo 5º, alínea a].

²⁶ Cf. EPP, 1996: 575.

²⁷ UE, 2009: 2 [Artigo 4º].



Fig. 1. Mapa das Operações SAAL em análise.

As Operações em estudo encontram-se demarcadas a sombreado, sendo diferenciado o sombreado do projeto da urbanização de Miragaia, uma vez que não se concretizou. Decidiu-se mantê-la, não obstante, dada a dimensão prevista para a área de intervenção.

Fonte: Produzido através da plataforma Google Maps.

Nos antípodas destas intervenções pontuais na malha da cidade, que possibilitam a permeabilidade destes bairros à restante cidade – que, de resto, se torna evidente através da própria organização dos edifícios e arruamentos –, encontra-se o complexo habitacional de Vila d’Este. Trata-se de um conjunto de 109 edifícios, que comportam 2085 e nos quais residem cerca de 17000 habitantes²⁸. Os números são indicativos do desajuste existente no risco e planeamento urbanístico do complexo, edificado entre 1984 e 1986.

A própria Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia reconhece o enorme erro de planeamento urbanístico²⁹ que nele comporta, tendo promovido diversas intervenções ao longo das seguintes décadas: um investimento de 20 milhões de euros³⁰ catalisou profundas alterações sociais através de incentivos à vivência e integração social, desporto e cultura³¹ e renovações de infraestruturas, bem como outros mais focados na área da educação, formação profissional e lazer, justificativos de um posterior investimento, de valor igual, aplicado em duas fases. Mais ainda, todas as intervenções foram discutidas em fórum local, com o contributo de diversas entidades participantes: Associação de Proprietários, Associação de

28 GAIURB_2011: 1.

29 GAIURB_2011: 1.

30 GAIURB_2011: 2.

31 GAIURB_2011: 4.

Moradores, Associação de Condomínios, Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, Paróquia de Vilar de Andorinho, Associação Metropolitana de Serviços, Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Gaiurb³². Não só a requalificação estrutural dos edifícios, mas também uma aposta focada no desenvolvimento pessoal e profissional da população habitante, em muito incrementou a qualidade de vida dos moradores.

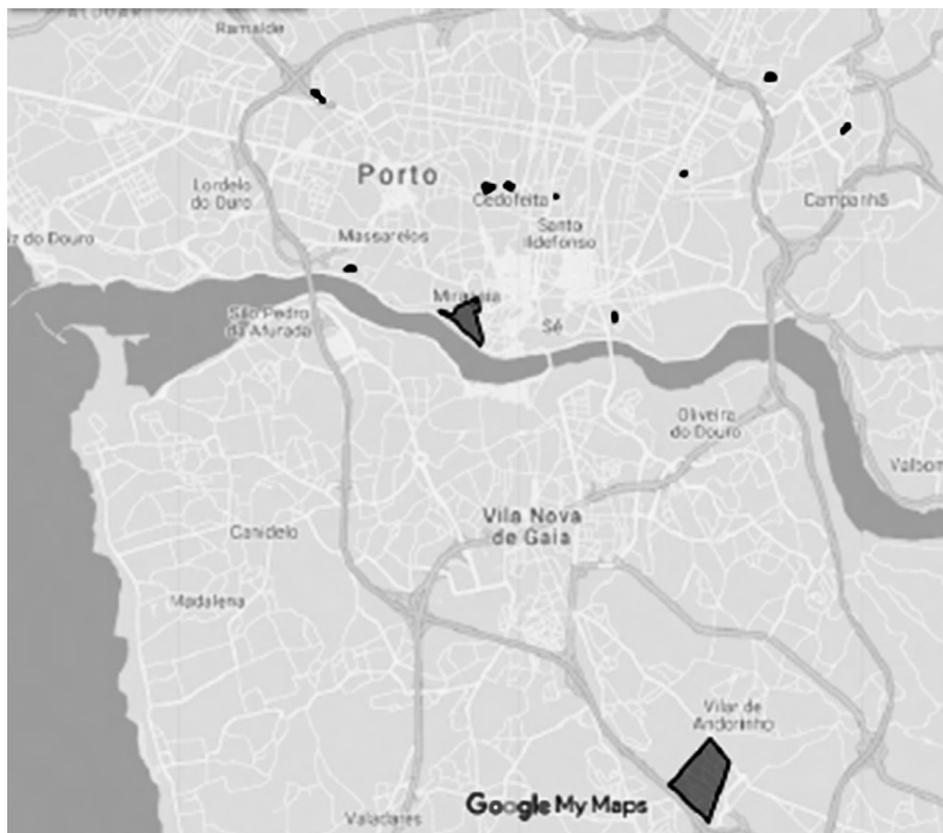


Fig. 2. Mapa das Operações SAAL em análise e do complexo habitacional de Vila d'Este. As áreas das Operações em estudo e o complexo habitacional de Vila d'Este estão sombreadas para uma identificação mais fácil.

Fonte: Produzido através da plataforma Google Maps.

A gestão patrimonial depende de fundos e contribuições monetárias, pelo que o investimento por parte de terceiros ou a rentabilização do bem patrimonial se tornam incontornáveis para a sua salvaguarda³³. A sua comunicação deveria captar o interesse de um público familiarizado com o tema e de um mais abrangente,

³² GAIURB_2011: 8.

³³ Como contraponto, veja-se o programa de Demonstração de Revitalização Urbana, desenvolvido pelo governo

inconsciente e desconhecedor da temática abordada. O diálogo que se pretende encetar deve ser aberto a todas as comunidades, pelo que qualquer equipamento de divulgação deve disponibilizar informação na maior quantidade possível de línguas e permitir o fácil acesso físico à mesma³⁴. Uma forte presença em diversas plataformas e redes sociais seria determinante para uma rápida divulgação de atividades afetas a este esforço – publicação de textos científicos referentes ao tema, visitas guiadas programadas aos locais, *workshops* vocacionados para questões de índole patrimonial, serviços educativos destinados a faixas etárias mais jovens, entre qualquer outro tipo de manifestação cultural de íntima relação com o *Bairro*. Todas elas deveriam pender da aprovação de um núcleo de trabalho composto por moradores, especialistas técnicos e membros da tutela Municipal³⁵, assegurando o consentimento das comunidades³⁶ e estabelecendo-se normas relativamente à aplicação dos lucros económicos advindos das práticas turísticas inerentes a todo o projeto – previsto pela Lei Base 107/2001. O equilíbrio entre a salvaguarda destes espaços e o impacto negativo de fenómenos de gentrificação teria de ser calculado, procurando impedir o desvirtuamento das comunidades visadas³⁷.

Outra etapa essencial para a comunicação destes núcleos patrimoniais passaria pela criação de Centros Interpretativos, capazes de circunstanciar e valorizar elementos de destaque de cada *Bairro*. Na possibilidade de reaproveitar uma unidade habitacional desabitada para esta finalidade, seria necessário ressaltar a autenticidade dos espaços através da rejeição de recriações *pastiche* de época no seu interior, mantendo unicamente os espaços arquitetónicos originais, utilizando estruturas amovíveis como suporte de documentação de época e outros recursos que possam auxiliar a compreensão do visitante: correspondência, cronologias explicativas, Bilhetes Postais Ilustrados, registos fotográficos, desenhos ou documentação dos projetos originais e dos de reabilitação, etc. A recriação em escala dos Bairros e da sua envolvente através de maquetes com peças móveis, à semelhança de um sistema existente na Casa da Memória de Guimarães, poderia assumir-se como importante ferramenta didática para serviços educativos destinados aos mais jovens, permitindo o contacto e experiência com noções de planeamento urbano. Não sendo permitida a reapropriação de uma habitação para a instalação deste equipamento, deveria proceder-se à edificação de uma estrutura de linguagem contemporânea, capaz de albergar as ferramentas necessárias para a melhor comunicação possível do bem patrimonial.

dos Estados Unidos da América que, entre 1992 e 1996, disponibilizou cerca de 1,29 Biliões de dólares para aplicações no setor da Habitação Social, in EPP, 1996: 570.

³⁴ Cf. ICOMOS, 2008: 4 [Princípio 1º, pontos 4 e 5].

³⁵ Cf. ICOMOS, 2008: 7 [Princípio 6º, ponto 1].

³⁶ Cf. ICOMOS, 1999: 5 [Princípio 4º, ponto 1].

³⁷ ICOMOS, 1999: 4 [Princípio 2, ponto 6].

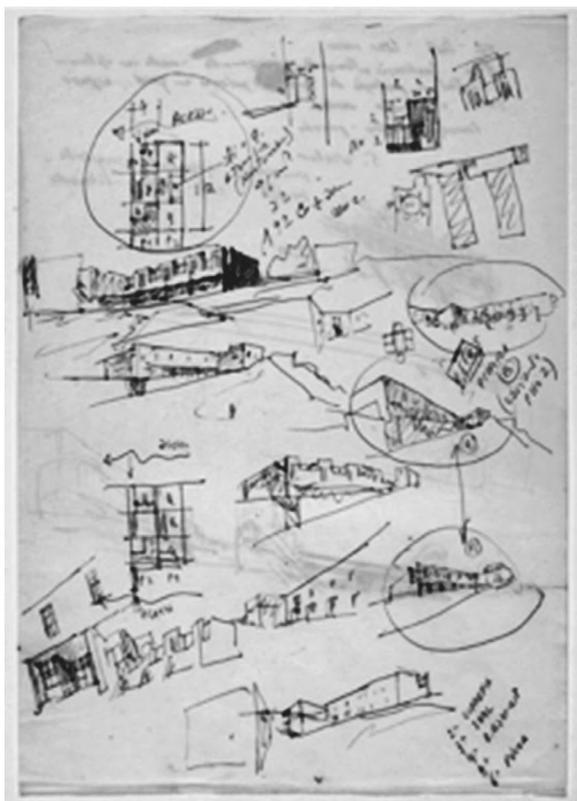


Fig. 3. Desenhos do projeto do Bairro SAAL São Vitor, Porto 1974-1977, Álvaro Siza Vieira, Tinta s/ papel, 29,7 x 21 cm, MoMA, Nova Iorque.

Fonte: Disponível em <<https://www.moma.org/collection/works/161432>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019 às 21:00 h].

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto SAAL enquadra-se nos mais elevados parâmetros reguladores da salvaguarda e manutenção patrimonial, correspondendo a critérios legitimados pela documentação internacional redigida sob a alçada da UNESCO e ainda aos parâmetros de ponderação assumidos pela legislação portuguesa para a classificação e proteção de bens patrimoniais. Demonstra-se assim a sua preponderância enquanto bem cultural de interesse e, sobretudo, como contributo fundamental para o desenvolvimento da arquitetura portuguesa, assumindo-se como *corpus* de referência para projetos do mesmo âmbito.

Testemunho preponderante do seu tempo e pioneiro no campo operativo do Estado em matérias de cooperação com práticas de associativismo comunitário, as operações do SAAL foram limitadas pela sua própria natureza experimen-

lista, alicerçada em parca documentação jurídica. A cooperação, os arquitetos e técnicos envolvidos e o sentimento de responsabilidade tutelar moveram o projeto em consonância com o pensamento crítico levantado pela alvorada do 25 de Abril, criando uma das mais particulares expressões arquitetónicas em Portugal, no século XX. O preconceito de *Bairro Social* surtiu por demasiado tempo um efeito pejorativo sobre a fortuna crítica destes equipamentos que, aliado ao fraco incentivo ao investimento económico, resultou no progressivo esquecimento do seu papel fulcral na redefinição da malha urbana da cidade do Porto e enquanto marco físico e concetual do triunfo da Liberdade da sociedade civil.

As operações SAAL Porto são um exemplo premente de como a interação local entre os diversos agentes e utilizadores do património resulta na concretização de muitos dos preceitos das boas práticas patrimoniais proteladas internacionalmente. A proposta de salvaguarda apresentada expõe como principal contributo a manutenção de um dos aspetos mais determinantes dos bairros visados, a sua autenticidade, não apenas material mas sobretudo *intangível*³⁸. De um ponto de vista diacrónico, é esta a valência (e o sentimento de pertença que a própria desperta nas comunidades) que maior interesse suscita nestas intervenções. Catalisando a edificação dos bairros em lugares nos quais as comunidades já residiam, o SAAL valorizou a afetividade dos habitantes com o seu lugar, valorizando-o enquanto fator fundamental para o projeto arquitetónico, o que, por conseguinte, imbiu as comunidades de possibilidades interventivas conclusivas para o seu próprio desenlace.

Constituem-se desta forma como um verdadeiro produto colaborativo das comunidades que os habitam e das entidades responsáveis pela sua edificação, concorrendo para as resoluções presentes na Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana³⁹. Neste sentido, também os processos de desenvolvimento urbano preconizados pelas Operações em estudo, o seu contributo para a evolução da prática arquitetónica e urbanística nacional, o testemunho e reconhecimento da sua concretização material e dos seus agentes, e ainda a sua base cooperativa de atuação, permitem apreender o quadro das Operações SAAL Porto como uma paisagem patrimonial em si mesmo.

As concretizações do projeto SAAL na cidade do Porto são um bem absolutamente determinante para a consagração da identidade portuguesa e a sua salvaguarda programada é justificável e de grande necessidade.

³⁸ UNESCO, 2011: 3 [Ponto 3].

³⁹ Das quais se entende destacar, em termos operativos, as propostas de etapas de abordagem b), d), e) e f) da *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1998) – *Património – O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Edições Etnos.
- AYGEN, Zeynep (2013) – *International Heritage and Historic Building Conservation: Saving the World's Past*. Nova Iorque: Routledge Institute.
- BANDEIRINHA, José (2007) – *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CAVALCANTI, Rafaela Campos (2014) – *A Arquitectura dos Cravos: da experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Porto*. Recife (Brasil): Universidade Federal de Pernambuco. Tese de doutoramento.
- CMP (2012) – *1.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal*. Disponível em <<http://bit.ly/2F3TmSo>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- ____ (2014a) – *Área de Reabilitação Urbana do Bonfim*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Disponível em <<http://bit.ly/2DZTKID>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- ____ (2014b) – *Área de Reabilitação Urbana de Miragaia*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Disponível em <<http://bit.ly/2Dz9b6h>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- ____ (2014c) – *Área de Reabilitação Urbana da Lapa*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Disponível em <<http://bit.ly/2DYLvGl>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- COSTA, Alexandre Alves (2003) – *O Património entre a Aposta a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade*. «Jornal Arquitetos», n.º 213.
- EPP, Gayle (1996) – *Emerging Strategies for Revitalizing Public Housing Communities*. In *Housing Policy Debate*. Fannie Mae Foundation, Vol. 7, n.º 3, p.563-588. Disponível em <<http://bit.ly/2rxXzvs>>. [Última consulta realizada em 20/8/2019].
- GAIURB (2011) – *A nova Vila d'Este*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- ICOMOS (1964) – *Carta de Veneza sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios*. Veneza (Itália). Disponível em <<http://bit.ly/2DDCXHd>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- ____ (1987) – *Carta Internacional para salvaguarda das cidades históricas*. Toledo/Washington (Espanha/Estados Unidos da América).
- ____ (1994) – *Documento de Nara sobre a Autenticidade*. Nara (Japão). Tradução de António de Borja Araújo.
- ____ (1999) – *Carta Internacional sobre o Turismo Cultural – Gestão do Turismo em sítios com Património significativo*. México.
- ____ (2008) – *Carta ICOMOS para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural*. Québec (Canadá). Disponível em <<http://bit.ly/2Bklaj0>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- INFOPEDIA – *Instabilidade socioeconómica pós-25 de abril*, disponível em <<https://bit.ly/2tlcA5a>>. [Última consulta realizada em 31/12/2019].
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – *Diário da República: Série I-A*, n.º 209. Disponível em <<http://bit.ly/2G8xLcT>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- MACS (2014) – *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação 1974-1976*, cat. exp., Porto: Fundação Serralves.
- MOORE, Rowan (2017) – *In Liverpool, a rare housing story to celebrate*. «The Guardian». Disponível em <<http://bit.ly/2G94dM3>>. [Última consulta realizada em 20/8/2019].
- POLLOCK, Jenny (2001) – *Landmark social housing left to crumble*. «The Guardian». Disponível em <<http://bit.ly/2DtX2jQ>>. [Última consulta realizada em 20/8/2019].

- UE (2009) – *Carta de Bruxelas sobre o papel do Património Cultural na Economia, e para a criação de uma rede europeia do seu reconhecimento e difusão*. Bruxelas (Bélgica).
- UNESCO (1972) – *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris.
- ____ (2011) – *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Paris. Disponível em <<https://bit.ly/2umdcbo>>. [Última consulta realizada em 23/1/2019].
- ____ – *Berlin Modernism Housing Estates*. Disponível em <<http://bit.ly/2G3rcs1>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- ____ – *Ensemble of Álvaro Siza's Architecture Works in Portugal*. Disponível em <<http://bit.ly/2Dx-FqUq>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- ____ – *The Architectural Work of Le Corbusier, an Outstanding Contribution to the Modern Movement*. Disponível em <<http://bit.ly/29ReNrN>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- ____ – *The Criteria for Selection*. Disponível em <<http://bit.ly/1qszLAp>>. [Última consulta realizada em 23/8/2019].
- SARDO, Delfim (2014) – *Roteiro da exposição «O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974-1976»*. Porto; Montreal, Canadá: Museu de Arte Contemporânea de Serralves; Canadian Centre for Architecture. Disponível em <<https://bit.ly/2QbOUJI>>. [Última consulta realizada em 31/12/2019].
- VIEIRA, Ana & COUTINHO, Andreia (2014) – *O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974-1976*. Porto: Fundação de Serralves.

ABREVIATURAS

- ASV Álvaro Siza Vieira
CMP Câmara Municipal do Porto
DR Diário da República
MACS Museu de Arte Contemporânea de Serralves
UE União Europeia

«DESCUBRIR» Y «DESCUBRIRSE» EN EL ROMÁNICO: UN EJEMPLO CATALÁN DE PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD*

MARIA GARGANTÉ LLANES**

Resumo: *O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo de caso sobre a identificação entre arte românica e identidade nacional na Catalunha, associação que surgiu no enquadramento da emergência dos movimentos nacionais no final do século XIX, mas que se recupera em um século mais tarde quando se inicia o processo para a declaração das igrejas românicas do Vale de Boí como património da humanidade pela UNESCO. A identificação do românico como uma «arte nacional» vem reforçada, neste caso, por tratar de uma arte românica situada no coração dos Pirinéus, com o forte valor simbólico que tem a montanha como «berço» da nação catalã. Analisaremos o processo de candidatura a Património Mundial da Humanidade e os seus efeitos no contexto de um território pequeno, de população escassa e dependente em grande parte do turismo.*

Palavras-chave: *património; românico; identidade; UNESCO.*

Abstract: *The aim of this work is to present a case study on the identification between Romanesque art and national identity in Catalonia, an association that emerged in the framework of the emergence of national movements at the end of the 19th century, but that was recovered a century later when the process for the declaration of the Romanesque churches of the Boí Valley as a world heritage site by UNESCO began. The identification of the Romanesque with a «national art» is reinforced in this case because it is a Romanesque art located in the heart of the Pyrenees, with the strong symbolic value of the mountain as the «cradle» of the Catalan nation. We will analyse the World Heritage process and its effects in the context of a small territory, with a scarce population and dependent to a great extent on the seasonality of tourism.*

Keywords: *heritage; Romanesque; identity; UNESCO.*

PATRIMONIO E IDENTIDAD: ROMÁNICO Y NACIÓN EN LAS MONTAÑAS CATALANAS

De los monumentos que Portugal tiene declarados como Patrimonio Mundial por la UNESCO, Guimaraes tienen la significación especial de considerarse la «cuna» del país, por haber sido el lugar natal de Alfonso Henriques, primer rey de Portugal. En la página web de la UNESCO, la frase que encabeza la descripción del centro histórico de Guimaraes es: «The historic town of Guimarães is associated with the emergence of the Portuguese national identity in the 12th century»¹.

* Quiero hacer constar mi agradecimiento a varias personas que me brindaron su ayuda y conocimientos: en primer lugar, al Dr. Llorenç Prats, por la tutorización y observaciones siempre sugerentes. Al alcalde del Valle de Boí, Joan Peralada, a Cristina Castellà, del Centre del Romànic, a Josep Lluís Farrero, a Sabina Lapedra, a Francesc Ribes, a Carme Polo, a Mn. Llorenç Utgés, a Mn. Pere Cañada, a Imma Lorés, a Montserrat Pagès. A Xavier Roigé i a Oriol Beltran (que junto a Llorenç Prats evaluaron el TFM en que se basa este artículo).

** CITCEM, maria.gargante@uab.cat.

¹ <https://whc.unesco.org/en/list/1031>.

Asimismo, el documento de inscripción, en el apartado «Statement of Significance» insiste en lo siguiente:

The historic town of Guimarães is associated with the definition of the Portuguese national identity and language in the 12th century. The town is exceptionally well preserved, illustrating the different phases of the evolution of particular building types from the medieval settlement to a modern township, and particularly from the 15th to the 19th centuries, and consistently built in traditional building materials and techniques. Because of the role of Guimarães in the exploration of new territories, the specialized building techniques developed there in the Middle Ages were introduced to Portuguese colonies, becoming their characteristic feature.

Por lo que el bien mencionado será inscrito en la lista de Patrimonio de la Humanidad bajo los criterios ii, iii y iv, de los que nos interesa especialmente resaltar el criterio iii:

Criterion iii The early history of Guimarães is closely associated with the establishment of Portuguese national identity and the Portuguese language in the 12th century.

Esta vinculación entre patrimonio e identidad nos lleva a relacionar, como objetivo principal de este trabajo, estos dos mismos conceptos en el caso del proceso de declaración de otro bien cultural como Patrimonio de la Humanidad, que tuvo lugar en noviembre del año 2000 y que son el conjunto de iglesias románicas del Valle de Boí, un pequeño municipio situado en el Pirineo catalán. Quizás no tendría demasiado sentido realizar una comparación estricta con el caso de Guimaraes, puesto que en nuestro caso se trata de un conjunto de iglesias rurales y no un centro histórico urbano –la comparación quizás habría sido pertinente con el centro histórico de Tarragona (antigua «Tárraco» romana) que también se declaró el mismo día que las iglesias del Valle de Boí. Pero nos interesaba poner el foco en un proceso que tiene como referencia la identificación del arte medieval (especialmente el románico) con el nacimiento de una determinada conciencia nacional (que será «redescubierta» como tal en Catalunya entre finales del siglo XIX y principios del siglo XX)².

Curiosamente, en Portugal, después del «descubrimiento» y valorización del arte manuelino como «arte nacional» a mediados del siglo XIX, a principios del siglo XX obras como las de José Figueiredo y Reynaldo dos Santos, que afirmaba que Portugal «sempre falou românico», constituyen la base sobre la que el Estado Novo realizará un proceso de apropiación e instrumentalización del arte romá-

² A propósito de los procesos de patrimonialización y la identificación entre patrimonio e identidad destacamos, para nuestro estudio, a MÁRMOL, 2012, FRIGOLÉ, 1980 y THIESSE, 2001.

nico en clave identitaria. Avala esta cuestión una obra como *O Roteiro da Arte Portuguesa*, Editado por el Ministerio de Educación Nacional a mediados de 1955, como parte de la denominada *Campanha Nacional da Educaçao de adultos*. En dicha obra el románico, más que como un estilo artístico, era considerado una «essência» y una «constante de sentimento» que conformaban una personalidad definitoria del arte portugués.

La tesis oficializada por el Estado Novo era que:

A durabilidade do românico «representa uma resistênciã do nosso temperamento à introduçao do estilo gótico». O românico seria simples, rude e continha, acrescentamos nós, a ruralidade que era, desde o século XIX, um dos traços mais reconhecidos da identidade portuguesa³.

Es así como la «magnificación» en Catalunya del arte románico ha de entenderse por su «coincidencia» cronológica como primera manifestación creativa propia de lo que podemos denominar el surgimiento o el origen de la «nación catalana», en la configuración hacia el año 1000 de una serie de condados independientes del poder franco. El historiador del arte Xavier Barral considera que solo así – a través de la indentificación «patriótica» con un estilo artístico como el románico – puede entenderse la realización, entre 1985 y 1998, de un proyecto editorial tan descomunal como fue *Catalunya romànica*, llevado a cabo por en grupo editorial Enciclopèdia Catalana y con veintisiete tomos de gran formato, con voluntad exhaustiva e ilustrados en color⁴. El románico seguía siendo pues el estilo más celebrado y representativo del arte catalán, cién años después que el movimiento cultural de la «Renaixença» le diese esa categoría.

Precisamente, si nos situamos en la segunda mitad del siglo XIX, será en el marco europeo de interés por la edad media como fuente de la búsqueda de las distintas identidades nacionales, que hemos de situar la restauración del monasterio de Ripoll, que después de su destrucción durante la invasión napoleónica, era un edificio derruido con más elementos góticos y barrocos que románicos, pero que el arquitecto Elies Rogent «recrearà» como una gran basílica románica de cinco naves – que eran las que había tenido (para perderlas después) durante la época románica – de las que finalmente solo se construirán tres.

El románico pirenaico también tendrá su lugar en la literatura más afamada de la época, como la de Jacint Verdaguer, el poeta más importante de Catalunya en esos tiempos, que en su obra *Canigó* (1886) construye un epílogo formado por el «diálogo» entre los campanarios de dos monasterios pirenaicos al pie de la montaña del Canigó, Sant Martí del Canigó y Sant Miquel de Cuixà. El tono

³ ROSMARINHO, 2016: 338.

⁴ BARRAL, 2001: 560-562.

elegíaco que narra la decadencia de estos dos monasterios no va reñida con la exaltación de los mismos y de sus campanarios altivos como símbolo e resistencia y, de algún modo, de «renacimiento» («Renaixença» en catalán, que es también el nombre del movimiento cultural en el que se inscribe esta época y la identificación del románico con la nación)⁵.

Ya a principios de siglo XX, el arquitecto modernista Josep Puig i Cadafalch, con el ánimo de demostrar la existencia de este «arte nacional» con personalidad propia pero también influyente en Europa, empieza a estudiar el románico catalán y situarlo en la historia del románico europeo⁶. En 1909 escribía en *L'arquitectura romànica a Catalunya*:

*L'àrea geogràfica del nostre estudi no és un país constituït en Estat actual [és una] terra partida en dos Estats, part a Espanya, part a França, [que] té una història artística orgànica [que és] un reflex d'una unitat nacional, d'una agrupació natural d'hommes amb pensament col·lectiu*⁷.

Digamos que lo que sucede con el patrimonio artístico no se diferencia de otros procesos de representación y de legitimación simbólica de las ideologías – legitimación de unos referentes simbólicos a partir de unas fuentes de autoridad o sacralidad. Contamos en este caso, pues, con ciertos criterios de legitimación extracultural fijados por el Romanticismo que participan de un principio de universalidad – la «naturaleza», la «historia» y el «genio»: «La fuerza que detentan la naturaleza, la historia y la genialidad en orden a legitimar la realidad social proviene del hecho de que están más allá del orden social y de sus leyes»⁸.

En el año 1907, con el ánimo de conocer y estudiar los monumentos románicos del país, el Institut d'Estudis Catalans –organismo de reciente creación entonces- organiza la «Missió arqueològica-jurídica a la ratlla d'Aragó», en la que una serie de personajes destacados de la intelectualidad catalana de la época recorrieron los pueblos del Valle de Boí durante el mes de septiembre, «descubriendo» las iglesias y las pinturas murales que conservaban. El objetivo era recopilar información que sirviera de base a futuros estudios histórico-artísticos. Los integrantes de la «misión» eran Josep Puig i Cadafalch, renombrado arquitecto modernista y futuro presidente de la Mancomunitat, Guillem M. de Brocà, experto en temas jurídicos, el antes mencionado Josep Gudiol, conservador del Museo Episcopal de Vic, el arquitecto Josep Goday y el fotógrafo Adolf Mas, que con

⁵ Esta identificación del arte medieval con el resurgimiento de la conciencia nacional y su relación con la montaña (y especialmente los Pirineos) ha sido estudiada profusamente por ROMA CASANOVES, 2004.

⁶ PLADEVALL, 2013.

⁷ Asimismo, hemos de tener en cuenta que Josep Puig i Cadafalch tendrá también una trayectoria política, llegando a ser presidente de la Mancomunitat –órgano de gobierno en Catalunya-, sustituyendo a Enric Prat de la Riba en 1917.

⁸ PRATS, 2009: 64.

noventa kilos de material fotográfico se encargó de la plasmación gráfica del periplo pirenaico. Las carreteras para acceder al Pirineo desde el interior del propio país eran tan precarias, que llegaron al Valle de Boí desde Francia –viajan en tren de Barcelona a Narbona y de allí a Toulouse, desde donde se dirigirán hacia el sur y entraran de nuevo en Catalunya. Los escritos de Josep Gudiol constituyen una crónica magnífica no solamente de las vicisitudes y anécdotas del viaje, sino de la emoción que suscitaron en el grupo los «tesoros» descubiertos, que constituían en cambio «piezas inservibles a ojos de los pobres rectores de las parroquias pirenaicas»⁹. Las pinturas románicas de Santa María de Taüll estaban completamente ocultas detrás de un retablo barroco y el magnífico Cristo en Majestad de Sant Climent apenas se intuía detrás de un retablo gótico.

De los resultados de dicha expedición surgieron numerosas publicaciones que daban a conocer estas obras. Y este «descubrimiento» contribuyó a aumentar la codicia de los coleccionistas y a poner sobre la mesa el eterno conflicto entre difusión y conservación. La confluencia en un mismo momento histórico del descubrimiento de piezas excepcionales, junto a un activo mercado internacional de compra de antigüedades alimentado por coleccionistas que pretendían eternizar su memoria realizando donaciones a los grandes museos europeos y norteamericanos y, finalmente, todo ello combinado con un territorio pobre habitado por una sociedad rural necesitada y con poca instrucción, acabaron siendo los ingredientes para la «tormenta perfecta».

La primera evidencia dramática de esta cuestión fue comprobar que unos restauradores italianos estaban arrancando las pinturas murales de la colegiata de Mur, en otro lugar de Pirineo, para el industrial, coleccionista y comerciante de antigüedades Lluís Plandiura, que a su vez las mandará a los Estados Unidos, donde hasta hoy se exhiben en el Museum of Fine Arts de Boston. La imposibilidad de impedir la venta de dichas pinturas a través de la ley, impulsó a la Junta de Museos de Barcelona a iniciar una gran campaña de salvaguardia de las otras pinturas murales dispersas por el Pirineo, y de las que las existentes en el Valle de Boí constituían las de más calidad.

El procedimiento consistía en adquirir las pinturas mediante la obtención de un crédito –se pagaron un total de 9.000 pesetas por los frescos de Taüll–, contratar a los restauradores italianos encabezados por Franco Steffanoni – los mismos que habían arrancado las pinturas de Mur – para proceder a los nuevos arranques, ya que los restauradores autóctonos no conocían la técnica del «strappo» o arranque sobre tela. En el Valle de Boí, el arranque fue supervisado por el conservador de los museos de Barcelona, Emili Gandia, quien llevó las pinturas a la ciudad¹⁰.

⁹ GUARDIA & LORÉS, 2013: 75.

¹⁰ PAGÈS, 2013: 157.

Las pinturas fueron llevadas al Museo de Arte de Barcelona, donde se expusieron a partir de 1922, con un tipo de museografía que pretendía recrear contextos y situar la obra en un espacio que recordara la arquitectura de la propia iglesia y en el que se suponía una forma inédita de presentar las pinturas y de la cual el Museo actual aún no es deudora – la primera guía del Museo será hecha por Folch i Torres en 1926.

Fueron trasladadas a su emplazamiento definitivo – el Palau Nacional construido para la Exposición Universal de 1929 – en 1934, pero no pudieron inaugurarse por la inminencia de la Guerra Civil, cuando fueron trasladadas fuera de Barcelona y se expusieron en 1937 en París, donde se programaron dos exposiciones: «*L'Art Catalan du xe au xve siècle*» (Jeu de Paume) y en motivo de la Exposición Internacional y «*L'Art Catalan à Paris*», en el *château* Maisons-Laffitte, obteniendo un notable impacto internacional¹¹.

El definitivamente denominado Museo Nacional de Arte de Catalunya (MNAC) no reabrió sus puertas hasta 1995, donde las pinturas se exponen hasta hoy.

PRIMERAS RESTAURACIONES Y LA CONSOLIDACIÓN DE UN IMAGINARIO

En 1931 y coincidiendo con la Segunda República, se produjo la primera declaración de las iglesias de Sant Climent y Santa Maria de Taüll como Monumento Histórico Artístico. En 1962 esta declaración se extenderá a las iglesias de Sant Joan de Boí y Santa Eulàlia de Erill-la-Vall.

En 1955 el mismo General Franco inauguraba el primer parque nacional de Catalunya, el Parque de Aigües Tortes y Sant Maurici, lo que también fue un revulsivo para empezar a pensar en la zona en clave turística¹². Fue pues a finales de los años cincuenta que el artista Ramon Millet realizó una copia del Cristo en Majestad de la iglesia de Sant Climent y de la Virgen en Majestad de la iglesia de Santa Maria, que fueron colocadas en sendos ábsides, imitando la colocación de las pinturas originales. Será a partir de este momento que se empiezen a museizar las iglesias y se ponga de manifiesto la voluntad de «devolverlas» al aspecto que se pretendía «originario». Precisamente, la restauración de las iglesias románicas del valle a partir de este momento se realizó con la intención de «liberarlas» de sus añadidos barrocos, siendo el caso del cimborrio de Santa Maria de Taüll el ejemplo más vistoso, puesto que el barroco era percibido como una intrusión «anómala» dentro del paisaje pirenaico.

¹¹ PAGÈS, 2013: 158.

¹² SÁNCHEZ, 1993.

La presencia de reformas barrocas era vista en paralelo a la decadencia y mal estado de conservación que sufrían dichas iglesias hasta la segunda mitad del siglo XX. En un artículo aparecido en la revista *Destino* en el año 1966 Ramón Moix se refiere al hecho que Santa Maria había «sufrido» numerosas reformas durante la época moderna, que desvirtuaban su carácter románico originario: «Añadidos del peor barroco, muros transversales que tapiaban las columnas, añadido de una claraboya muy antiestética en el centro»¹³ y el mismo autor considera, a pesar de todo, que gracias al hecho que Santa Maria hubiera desarrollado las funciones de parroquia, Sant Climent había podido conservarse de forma más íntegra.



Santa Maria de Taüll, antes (1920). Fuente: Fons Fotogràfic Salvany de la Biblioteca de Catalunya. A la derecha, fotografía del estado actual de la iglesia restaurada (fotografía de la autora, año 2015).

EL CAMINO HACIA LA UNESCO DE UN PEQUEÑO MUNICIPIO CATALÁN

La mayoría de activaciones patrimoniales no las lleva a cabo la «sociedad» o un «sujeto colectivo», sino los poderes constituídos, que son los que elaboran el discurso al servicio – consciente en mayor o menor medida – de unas ideas y unos valores concretos, a pesar que, como afirma Prats, «mediante la imagen del “sujeto colectivo” se pretenda naturalizar dichos procesos»¹⁴. El papel de la sociedad estará limitado al hecho de adherirse o negarse a ello, o a intervenir a la hora de consensuar en proyecto en algún aspecto que, estructuralmente, ya estará conformado. Eso no significa que no haya activaciones patrimoniales a cargo de la sociedad civil, pero estas han de contar con el apoyo o la aprobación del poder, lo que conduce a la afirmación que «sin poder, el patrimonio no existe»¹⁵.

¹³ MOIX, 1966: 37-43.

¹⁴ PRATS, 2009: 68.

¹⁵ PRATS, 2009: 69.

Cuando hablo con Carme Polo, periodista que había trabajado para la UNESCO y que fue nombrada directora técnica del proyecto de inscripción del Valle de Boí, en seguida me dice: «Tienes que hablar con Josep Grau. Él fue el visionario. Él tuvo la idea...». Josep Grau i Seris era entonces Presidente de la Diputación de Lleida (máximo organismo provincial), cargo que ostentó hasta 1999. Nos cuenta:

Los políticos de esa época pensábamos en el futuro [...]. Yo iba a muchas reuniones fuera, y pensaba: «si lo hacen en otras partes de España, porque no podríamos tener patrimonio de la Humanidad también en la provincia de Lleida?» Llamé al alcalde del Valle de Boí, Joan Peralada, y le dije lo mismo.

Coincidiendo con una visita a Andorra de Federico Mayor Zaragoza – entonces Director General de la UNESCO – en 1998, el presidente de la Diputación de Lleida y el alcalde del Valle de Boí aprovechan para establecer un primer contacto. Se rumoreaba que Andorra podría presentar una candidatura a la UNESCO que incluyera también su patrimonio románico, lo que dificultaría enormemente las posibilidades del Valle de Boí por su proximidad geográfica. Un periodista interpeló a Mayor Zaragoza sobre la posibilidad de que el Valle de Boí «donde hay tantas iglesias románicas» fuera patrimonio mundial, a lo que este simplemente respondió que una declaración de esta índole no se realizaba por cuestión de cantidad sinó de calidad.

En el Valle se pusieron en marcha y se firmó un convenio con la diócesis de Urgel para reunir fuerzas para impulsar la candidatura. Antes de trasladar el proyecto a nivel estatal, el primer interlocutor era la Generalitat de Catalunya, cuyo director general de patrimonio en aquella época era Marc Mayer, que según Carme Polo «lo supo vender muy bien a España» y añade «No sabemos si ahora sería tan fácil, tal como está la situación política entre España y Catalunya...».

El primer proyecto presentado fue: *D'on venim, què és la Vall de Boí i cap on volem dirigir-la. Paisatge cultural romànic*. Esta primera idea de «paisaje cultural» fue evaluada por el comisario R. Fowler, que visitó el Valle de Boí a principios del año 2000, pero su informe fue negativo¹⁶. Según Carme Polo:

Lo que se había pretendido destacar era la idiosincrasia paisajística de todo el territorio, donde cada pueblo tiene su propia montaña, con lo que cultural y socialmente significa de usos comunales e incluso de carácter identitario. [...] Pero por aquel entonces, la idea de “paisaje cultural” iba más en sintonía con espacios como las terrazas de arroz de las Filipinas.

¹⁶En la sesión del Comité del Patrimonio Mundial celebrada en Santa Fe en 1992, se introdujo la categoría de «Paisajes culturales» y el primero en ser declarado como tal fue el paisaje maorí de Tongariro National Park, en Nova Zelanda, en 1993 y que ya había sido declarado Patrimonio Mundial tres años antes en su dimensión cultural. GONZÁLEZ VARAS, 2015: 193.

Aún así, la Carta de Cracovia del año 2000 incluía en su artículo noveno que «Los paisajes como patrimonio cultural son el resultado y el reflejo de una interacción prolongada en distintas sociedades entre el hombre, la naturaleza y el medio ambiente físico» y señala el papel integrador de naturaleza y cultura, de aspectos «humanos y naturales», «valores materiales e intangibles»¹⁷. De este modo, la patrimonialización de la naturaleza y la de la cultura coinciden y convergen en el reconocimiento de la necesidad de protección conjunta de ambos tipos de espacios.

Siguiendo pues las recomendaciones del ICOMOS a propósito de reformular la candidatura enfocándola únicamente hacia las iglesias románicas, se redactó en un mes un nuevo proyecto titulado: *Romànic català de la Vall de Boí* que comprendía solamente las iglesias y su entorno. Se llevaron a cabo toda una serie de actividades promocionales, como una exposición fotográfica sobre dichas iglesias, expuesta en la Maison de la Catalogne de París y en Madrid, donde fue inaugurada por la entonces Ministra de Cultura Esperanza Aguirre.

Pero el comisario «definitivo» enviado por la UNESCO fue esta vez el francés Olivier Poisson, cuyo informe se convirtió en clave para que la declaración fuera posible. Según el testimonio de un vecino del Valle:

Se tomó la tarea con gran interés. Hablaba catalán. Se le notaba preocupado porque no encontraba argumentos claros para apoyar la petición del Valle, porque las iglesias no albergaban las pinturas románicas originales y esto complicaba seriamente el asunto. Pero el día antes de partir, los dioses protectores del Valle le inspiraron para vincular la arquitectura de las iglesias románicas con el «nacimiento» de Catalunya¹⁸.

El proceso siguió adelante y el alcalde Peralada recuerda como «a nivel de prensa, nosotros eramos los simpáticos, por ser los más pequeños». Finalmente, la UNESCO proclamó las iglesias de la Vall de Boí como Patrimonio Mundial el 30 de noviembre del año 2000. La noticia se extendió por el valle al son de aquellos campanarios milenarios que a partir de ahora entraban a formar parte del «patrimonio de la humanidad».

Cuando Carme Polo, la directora técnica del proyecto de candidatura hace balance del éxito del proceso, señala las diferencias con la candidatura de la Tarragona (Tàrraco) romana, que fue inscrita al mismo tiempo que el románico del Valle de Boí, pero que no había contado con la implicación de la población local – aunque quizás también sería interesante precisar hasta que punto la «población» del Valle se sintió realmente implicada en el proceso o si en cambio los actores sociales se limitaron a secundar el proyecto o a dejarlo en manos de

¹⁷ GONZÁLEZ VARAS, 2015: 193.

¹⁸ RIBES, 2013: 79. Texto traducido del catalán al castellano por la autora.

«personas entendidas». En cualquier caso, Carme Polo insiste en que «ser de un lugar pequeño hace que la vivencia sea más intensa y estos procesos se viven tanto en las esperanzas como en los miedos. Y en Tarragona no había la misma vivencia». Y añade: «El reto de la candidatura y de una vez conseguida la declaración no era solamente que vinieran los turistas, sino tener la capacidad de que la gente del lugar quiera saber porqué aquello es tan importante».

La declaración de patrimonio mundial fue el impulso necesario para consolidar el proceso de puesta en valor de este conjunto patrimonial que se había iniciado en el año 1992, cuando desde el Ayuntamiento y el Patronato del Valle de Boí se habían puesto en funcionamiento las primeras acciones de promoción turística de las iglesias románicas del municipio.

A partir del año 2000 se restauraron las iglesias de Sant Climent de Taüll (2001), la Nativitat de Durro (2003), Santa Maria de Cardet (2006) y el campanario de Sant Feliu de Barruera. Se consolidó la estructura arquitectónica de Santa Maria de Taüll (2007) y se realizaron excavaciones arqueológicas en Sant Climent de Taüll (2010), donde en noviembre de 2013 se inauguró una proyección digital de las pinturas. La última iglesia en restaurarse fue l'Assumpció de Còll.

De 2000 a 2006 la gestión de las iglesias iba únicamente a cargo del municipio. A partir de 2006 se reciben aportaciones económicas de los departamentos de Medio Ambiente, Cultura y por parte de la Diputación de Lleida. De este modo, podemos afirmar que la declaración de Patrimonio de la Humanidad comportó el compromiso de todas las administraciones vinculadas al conjunto patrimonial para garantizar su conservación y difusión.



Turistas en el exterior de Sant Climent de Taüll. Fotografía de la autora, realizada en 2015.

Y PORQUÉ EL ROMÁNICO DEL VALLE DE BOÍ ES PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD?

Las nueve iglesias del municipio que conformaban la candidatura son Sant Feliu de Barruera, Sant Joan de Boí, Santa Maria de Taüll, Sant Climent de Taüll, Santa Eulàlia d'Erill-la-Vall, La Nativitat de Durro, Sant Quirc de Durro, Santa Maria de Cardet y l'Assumpció de Còll. En términos de categorías de bienes culturales, respecto a las que están definidas en el artículo primero de la Convención del Patrimonio de la Humanidad de 1972, se trata de un grupo de *monumentos*. En el epígrafe intitulado «Características», el expediente de declaración dice:

En su conjunto, las iglesias del Valle de Boí son un ejemplo de arte románico particularmente homogéneo. Además, preservan en el centro de las poblaciones la calidad de vida de una comunidad rural en un grado remarcable. Es importante la integración de cada una de las iglesias a la población a la cual pertenece. Normalmente se levantan fuera del núcleo propiamente medieval (han sido añadidas a un núcleo ya preexistente). Las relaciones espaciales y funcionales de las iglesias y los pueblos a las cuales pertenecen son a la esencia de esta propuesta de inscripción.

Después de examinar la nueva propuesta de inscripción, el ICOMOS recomienda que las iglesias sean inscritas a la Lista el patrimonio mundial sobre la base de los criterios ii y iv:

Criterio ii El desarrollo importante del arte y la arquitectura románica de las iglesias del Valle de Boí testimonia los profundos intercambios culturales dentro de la Europa medieval y en particular a través de la cordillera de los Pirineos.

Criterio iv Las iglesias del Valle de Boí son un ejemplo particularmente puro y homogéneo de arte románico en un paisaje rural que ha permanecido prácticamente intacto.

El ICOMOS propone, asimismo, que se haga una pequeña modificación en el nombre, con la finalidad de dar una información más precisa sobre su naturaleza exacta, quedando definitivamente «Las iglesias románicas catalanas del Valle de Boí»¹⁹.

Según las observaciones del comisario del ICOMOS e historiador del arte Olivier Poisson, el dossier de demanda de inscripción contenía algunas declaraciones exageradas sobre la unicidad o singularidad absoluta del conjunto, del tipo: «El Valle de Boí conserva la concentración más grande de arte románico en

¹⁹ Dichas recomendaciones están hechas en base al informe realizado por el Dr. Olivier Poisson en el mes de octubre del año 2000, cuya consulta agradezco a la Dra. Inma Lorés, de la Universitat de Lleida.

Europa. El conjunto de iglesias, excepcionalmente muy conservado, constituye un ejemplo único de la tradición cultural que floreció en la Cataluña del siglo XII». Por el contrario, considera que una de las principales calidades del conjunto de iglesias es su tipicidad y representatividad (evocadora en cuanto que unidad geográfica e histórica). Así pues, según él: «Junto a los grandes monumentos románicos como Santiago de Compostela o la catedral de Módena, las iglesias del Valle de Boí son un monumento a la cotidianidad, una evocación del entorno, de los trabajos y de los días».

Sobre los criterios de inscripción, el experto parte de la base que el dossier de solicitud presentaba las iglesias para que fueran admitidas según los criterios (i), (iii) y (iv), pero él propone una idea diferente sobre los criterios a partir de los cuáles el conjunto tendría que ser admitido. En primer lugar, considera que las iglesias del valle de Boí no pueden ser admitidas según el criterio (i) porque no son lo bastante excepcionales por sí mismas en cuanto a la arquitectura y en este sentido, la disociación de las pinturas de su emplazamiento original es un hecho determinante. El criterio (iii) tampoco le parece el más pertinente, porque el valle de Boí tampoco puede considerarse un testimonio único o excepcional de los valores de la civilización europea en su conjunto (existen conjuntos comparables en otros valles pirenaicos o alpinos, en el Massif Central francés, etc). No se trata pues de un fenómeno exclusivamente «autóctono», sino más bien de arraigo y de adopción de unas formas nacidas más allá del Pirineo y la difusión de las cuales no se limita a un solo país.

Es por eso que recomienda sustituir el criterio (iii) por el criterio (ii), dado que el desarrollo del arte románico en la Catalunya de los siglos XI y XII testimonia un intercambio de influencias considerable, que aporta en la zona reconquistada a los sarracenos las novedades artísticas de Italia y más allá, lo que añadido al fenómeno del «genius loci» y de sus propios habitantes, tendrá un gran desarrollo en el cual el Pirineo jugaría un papel de vía de intercambio.

Finalmente, la referencia al criterio (iv) resultaría más sólida, puesto que a pesar de su carácter de iglesias destinadas a acoger una pequeña comunidad parroquial, esto no es obstáculo para que puedan ser consideradas un ejemplo de significación universal.

EL DÍA DESPUÉS: CASI 20 AÑOS

Con la proclamación como Patrimonio de la Humanidad el Valle de Boí pasó de los poco más de 50.000 visitantes que tenía antes del año 2000 hasta la cifra récord de 157.000 en 2007, en una progresión que supuso un fuerte impulso para la industria turística del territorio (hoteles, comercio, actividades relaciona-

das con el turismo, taxis...). Después, coincidiendo con el inicio de la crisis económica, el número de visitantes se estancó e incluso decreció a partir de 2008, lo que comportó recortes en los horarios de apertura de las iglesias, el personal que las abría y atendía a los visitantes, etc²⁰.

Después de unos años de crisis manifiesta, finalmente llegaba lo que era visto como «salvación» para recuperar el empuje turístico. La prensa del 3 de marzo de 2013 daba esta noticia: «Taüll tendrá un pantocrátor virtual». Y subtitulaba «Este verano -2013- uno de los símbolos de Cataluña volverá a Sant Climent de Taüll». Se referían a la elaboración de un sofisticado «video mapping», que pretendían conseguir que el visitante hiciese un viaje hasta diciembre de 1123, cuando la iglesia fue consagrada y se convirtió en todo un símbolo de poder de los señores de Erill, que habían obtenido grandes botines de guerra con la reconquista. La proyección se basaría en una hipótesis, porque en realidad era imposible saber exactamente como era la totalidad de la decoración pictórica de Sant Climent de Taüll en el siglo XII. Este sofisticado sistema sería posible gracias a la financiación de la entidad bancaria «La Caixa», que a través de su obra social y el programa «Romànic Obert», se había comprometido a invertir más de un millón de euros en las iglesias románicas del Valle durante un período de cinco años, y la obra «estrella» sería la proyección digital de las pinturas de Sant Climent, que tradicionalmente ya era la iglesia más visitada, por su mayor excepcionalidad.



Video mapping en la iglesia de Sant Climent de Taüll. Proyección digital de las pinturas.

Fuente: Centre del Romànic de la Vall de Boí (2013).

²⁰ VISA, 2012.

A pesar de las críticas que ejercieron una parte de los vecinos de la población, que criticaban la destitución de la copia realizada por el pintor Ramon Millet a finales de los años cincuenta – en un caso curioso de lo que podríamos denominar «aferramiento a la reproducción» – estas mismas críticas se fueron diluyendo a partir de la inauguración de dicha proyección, a finales de 2013, lo que contribuyó a ser un nuevo atractivo y revulsivo para visitar de nuevo la iglesia – y las cifras de visitantes dan fe de que el «video mapping» permitió una cierta «recuperación» o al menos «tomar aire» después de la crisis.

En definitiva y a fin de cuentas, respecto a la valoración que se hace del románico como activación patrimonial, es general la coincidencia al considerar que: «fue un revulsivo en cuanto a obtener notoriedad y posicionamiento en el mundo. También ha contribuido a crear un sentido de ciudadanía y de pertenencia, de saber que aquello que tenemos es importante». Pero al mismo tiempo, también aparecen posiciones críticas, como la de este vecino de Barruera: «Si no vas ofreciendo novedades, la oferta pronto se agota. Quién ha visto el románico, pues ya lo ha visto y no volverá si no hay una novedad muy destacable». Considera que hace falta más promoción, «ir un escalón más allá; falta una estrategia de mantenimiento y de pensar más a largo plazo. Hay gente que vienen a esquiar y que no han visto nunca el románico, a pesar de pasar literalmente por el delante de Sant Climent!». Y añade: «El parque no lo promociona nadie y, en cambio, recibe 350.000 visitas anuales. Y el románico, aún promocionándose, recibirá 100.000 a lo sumo. Falta más capacidad de atracción».

Un reto para el futuro es también conseguir alargar las estancias de los visitantes en el Valle, de forma que no sea sólo un destino de medio día, sino que ofrezca suficientes actividades y propuestas para quedarse más tiempo (combinando las visitas al románico, los itinerarios por caminos rurales y senderos tradicionales, las actividades de deportes de montaña, etc.).

En definitiva, después de casi veinte años de Patrimonio Mundial, el Valle de Boí:

- Ha acontecido un referente de turismo cultural de calidad.
- Ha descartado las especulaciones inmobiliarias.
- Ha hecho una apuesta clara por la sostenibilidad.
- Ha conseguido que el crecimiento responda a criterios sólidos y equilibrados²¹.

En cualquier caso, en todo este periodo derivado de la declaración del románico del Valle como Patrimonio Mundial, el turismo ha sido una de las principa-

²¹ Estos puntos se basan en un estudio realizado en 2010 en motivo de los diez años de la declaración, pero consideramos que continúan vigentes en gran medida (POLO, 2010).

les puntas de lanza del Valle de Boí. Y es que no hay proyecto patrimonial que no se sustente en mayor o menor medida en el turismo «genéricamente» cultural, pero que en el Valle de Boí combina patrimonio cultural con patrimonio natural (el binomio románico-parque) y todavía podemos añadir otro tipo de turismo de ocio o deportes en el caso de la nieve. El turismo se apoya también en el patrimonio en un sentido amplio, vinculado a valores como la identidad y la autenticidad.

EPÍLOGO: EL RETORNO DE LAS PINTURAS. UNA OPORTUNIDAD PERDIDA?

En su informe como comisario del ICOMOS previo a la declaración de la UNESCO, el historiador francés Olivier Poisson dedica una parte a las pinturas murales de las iglesias, trasladadas a Barcelona desde los años veinte, dado que según él este traslado es un punto importante a la hora de valorar el dossier de demanda de inscripción. Poisson considera que si las pinturas se encontraran todavía «in situ», Santa Maria y Sant Climent merecerían ser inscritas según el criterio (i) e incluso también las de San Juan de Boí, que a pesar de ser menores en calidad, tienen un gran interés por la cantidad de superficie conservada, así como por su iconografía. Así pues, hay que señalar que el hecho que las pinturas estén hoy en un museo y no a su emplazamiento original afectó de entrada y de forma negativa la demanda de inscripción. Poisson afirma literalmente que los valores del conjunto se ven «debilitados, pero no destruidos». Debilitados porque el vínculo físico entre las pinturas y las iglesias hoy no existe, pero no destruidos porque las pinturas se conservan en una institución museística de reconocimiento mundial, y donde están identificadas según su procedencia -y pone el ejemplo de la consideración de los valores del Partenón de Atenas en relación con los mármoles conservados al Museo Británico. Es por eso que Poisson considera que las pinturas formarían parte del bien a evaluar, a pesar de estar físicamente separadas. También indica que esta situación de desvinculación física entre las iglesias y las pinturas podría ser reversible en un periodo más o menos largo.

En 2019 se cumplió el centenario del inicio del arranque de las pinturas y quizás hubiera podido ser un buen momento para reflexionar sobre la cuestión de si tendrían que volver las pinturas a su lugar de origen. Se trata de una pregunta incómoda puesto que para contestarla no se trata sólo de determinar si en el Valle de Boí se dan las condiciones objetivas de preservación, conservación y difusión. No se trata sólo de una «cuestión técnica» sino que se trata fundamentalmente de una cuestión política, porque si la respuesta a la pregunta fuera afirmativa afectaría de manera significativa al MNAC, una de las principales instituciones patrimoniales de nuestro país. Por lo tanto la pregunta no es sólo si las

pinturas tendrían que volver a Taüll, si no si el MNAC puede prescindir de esta parte fundamental de su colección.

Por otra parte, tiene sentido recuperar este viejo debate en el siglo XXI? Para algunos, será quizás precisamente el gran debate del siglo XXI, abanderado simbólicamente por una Grecia cargada de sólidos argumentos cuando reclama insistentemente al British Museum la devolución de los mármoles del Partenón. Pero para la mayoría de especialistas en románico catalán, la discusión es más de carácter político que no historiográfico, porque en este segundo supuesto no tendría razón de ser²². De esta manera, la presidenta de los «Amigos del Arte Románico» y profesora titular de la Universidad de Barcelona, Francesca Español, afirmaba ya hace años que entendía la posición de la gente del territorio: «En el Valle de Boí han hecho compatible la naturaleza con la cultura y esto les ha permitido vivir allá y no tener que marcharse: las personas son lo más importante», pero como especialista no admite ni un solo matiz:

Las obras no estarán en ninguna parte tan protegidas como en el museo». En el caso de las pinturas murales, además, son tan y tan delicadas, tan y tan débiles, que un nuevo arranque podría tener consecuencias fatales. El debate es anacrónico, sobre todo si tenemos en cuenta que las nuevas tecnologías hacen innecesario el regreso.

La misma especialista pone como ejemplo la solución que se aplicó en su momento para restituir las pinturas de la colegiata de Santa María de Mur, donde desde el 2008 se puede apreciar una réplica exacta de sus pinturas originales, una calcomanía espectacular creada con una técnica fotográfica avanzada, de tal forma que es prácticamente imposible distinguirla de la obra auténtica. También en Santa María de Taüll se han reproducido pinturas en los muros laterales a partir de esta técnica, denominada de «papel gel».

Otro argumento de peso contrario a la devolución de las piezas románicas lo da Manuel Castiñeiras, profesor del Departamento de Arte y Musicología de la Universitat Autònoma de Barcelona, medievalista y exjefe de la colección de arte románico del MNAC:

Algunas experiencias de regreso han sido del todo decepcionantes. En Aragón, hay casos incluso dramáticos: obras que se han echado a perder porque las condiciones climáticas no eran las adecuadas. [...] Si las pinturas de Taüll estuvieran en Francia, sí que podríamos hacer un discurso de reclamación. Pero es que estamos hablando de unas obras que no senhan marchado del territorio; no se han marchado de Cataluña²³.

²² Aún está pendiente de resolución el litigio por las pinturas murales de la sala capitular del monasterio aragonés de Sixena, que se encuentran en el MNAC y que son reclamadas por el gobierno de Aragón, en un conflicto sobretodo político con Catalunya.

²³ PALAU, 2011.

Asimismo, el catedrático Xavier Barral es preguntado por esta cuestión en el mismo reportaje y se expresaba así de contundente:

Encuentro absurdo que las iglesias pidan hoy pintura románica; lo que tendrían que querer es pintura contemporánea. Tal y como se entienden actualmente los grandes museos nacionales, es decir, como sedes donde se atesora lo más preciado del patrimonio artístico, arqueológico o científico de un país, es ingenuo pensar que el MNAC se desprenderá del núcleo duro de su colección²⁴.

Cierto es, pues, que su retorno al Valle es muy difícil – y no hay desde hace tiempo una nueva reclamación que haya reabierto la polémica. Pero como afirmaba Santos M. Mateos, la historia puede aún no estar cerrada²⁵:

Bien es verdad que si ya fue un hito en la historia del patrimonio su arranque y traslado en los años 20, el camino de retorno sería una segunda muestra del interés incondicional por su conservación en las mejores condiciones posibles. Y el mejor sitio para aproximarse a ellas de forma omnicompreensiva se encuentra en la Vall de Boí. ¿Ha llegado el momento que ICOMOS incluía como recomendación en el informe de evaluación de la candidatura?: «L'ICOMOS est conscient de la nécessité d'assurer des conditions de conservation et de protection complètes de l'art roman des églises de la Vall de Boí, telles qu'elles sont fournies par le MNAC de Barcelone. L'ICOMOS espère cependant que les autorités responsables garderont toujours à l'esprit cette situation dans l'espoir que certains de ces trésors artistiques puissent un jour retrouver leur emplacement d'origine».

En cualquier caso – y si exceptuamos casos más «politizados» como la reciente polémica por las obras del monasterio de Sixena – es curioso señalar que otros conjuntos importantes de pintura románica existentes en el MNAC – y procedentes de otros valles pirenaicos como la Vall d'Àneu (con conjuntos tan interesantes como Sant Pere del Burgal, Santa Maria d'Àneu o Sant Pere de Sorpe) – no han sido nunca «reclamados», por lo que podemos considerar que la significación especial del Valle de Boí – alentada por el proceso de declaración de la UNESCO – ha contribuido a «abanderar» una causa y también a «sectorializar» patrimonialmente, puesto que al turista de hoy no se le ocurre visitar arte románico en comarcas meridionales (porque asocia la mayor presencia del románico con el territorio «de montaña» y especialmente el Pirineo, con el Valle de Boí a la cabeza) aunque pueda haber la misma cantidad de románico (o incluso más) en

²⁴ PALAU, 2011.

²⁵ MATEOS, Santos M. – «El vídeo mapping de Sant Climent de Taüll. De la copia aumentada al patrimonio audiovisual», *Miradas desde la copa. Portal de Comunicación y Patrimonio Cultural* (<http://www.comunicacionpatrimonio.net/>).

otras comarcas, produciéndose una disonancia entre la «escasez real» y la «escasez percibida» de un elemento patrimonial.

Y es que en definitiva, la asociación del arte románico catalán con su «origen» en los Pirineos – por donde llegan las influencias europeas – y su consiguiente relación con el nacimiento de la nación catalana, sigue explotándose en una declaración pendiente aún hoy en día como es la portada románica del Monasterio de Ripoll, que fue inscrita ya en la lista indicativa en 2015 y que según el dossier de inscripción:

Fundamenta su valor universal excepcional en base a los criterios ii, iii y vi establecidos: dar testimonio de un intercambio de influencias considerable durante la época medieval; aportar un testimonio excepcional sobre una tradición cultural: el arte románico, y estar directamente vinculado a acontecimientos históricos y de creencias que tengan una significación universal.

BIBLIOGRAFÍA

- BARRAL, Xavier (2001) – *L'art i la política de l'art*. Barcelona: Galerada.
- CUBILLO AMORES, Miguel Ángel (2007) – *Eduardo Torroja: ¿Se olvida o se omite su relación con el Régimen?*. «Ripacurtia», núm. 5.
- DI GIOVINE, Michael (2009) – *The heritage-scape. UNESCO: World Heritage and Tourism*. Lexington books.
- FONTOVA, Rosario; POLO, M. Carme (1999) – *Romànic de la Vall de Boí*. Barcelona: Disseny Cultural.
- FRIGOLÉ, Joan (1980) – *Inversió simbòlica i identitat ètnica: una aproximació al cas de Catalunya*. «Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia». Barcelona, n.º 1.
- GARCIA QUERA, Núria (2010) – *Josep Maria Espinàs i Camilo José Cela. Des d'un viatge a peu pel Pirineu (1956) fins a dues opcions literàries interdependents* (treball de fi de carrera inèdit). Universitat Oberta de Catalunya.
- GONZÁLEZ VARAS, Ignacio (2015) – *Patrimonio cultural. Conceptos, debates y problemas*. Madrid: Cátedra.
- GUÀRDIA, Milagros; LORÉS, Imma (2013) – *El Pirineu romànic vist per Josep Gudiol i Emili Gandia*. Tremp: Garsineu Edicions.
- ICOMOS, (2000) – *Évaluation de l'organisation consultative*. Disponible en <<https://whc.unesco.org/fr/list/988/documents/>>. [Consulta realizada el 4/07/2019].
- MÀRMOL, Camila Del (2012) – *Pasados locales, políticas globales. Procesos de patrimonialización en un valle del Pirineo catalán*. Alzira: Germania.
- MATEOS, Santos M. – *El vídeo mapping de Sant Climent de Taüll. De la copia aumentada al patrimonio audiovisual*. «Miradas desde la copa. Portal de Comunicación y Patrimonio Cultural». Disponible en <<http://www.comunicacionpatrimonio.net/>>. [Consulta realizada el 25/08/2019].
- MOIX, Ramon (1966) – Memoria de Bohi. Un pueblo que espera la muerte. «Destino», n.º 1482. Barcelona: enero.

- PAGÈS, Montserrat (2013) – *La pintura mural romànica de Catalunya, avui*. «Catalan Historical Review», n.º 6. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- PALAU, Maria (2011) – *Romànic, teu o meu?* «El Punt Avui» (07/08/2011). Disponible en <<http://www.elpuntavui.cat/cultura/article/19-cultura/441002-romanic-meu-o-teu.html>>. [Consulta realizada el 01/09/2019].
- PLADEVALL, Antoni (2013) – *Josep Puig i Cadafalch*. In *Diccionari d'Historiadors de l'art català*. Institut d'Estudis Catalans. Disponible en <https://dhac.iec.cat/dhac_p.asp?id_personal=307>. [Consulta realizada en 30/07/2019].
- POISSON, Olivier (2000) – *Rapport de la mission d'évaluation de la proposition d'inscription sur la liste du patrimoine mondial des églises romanes de la Vallée de Boí (Catalogne, Espagne)*.
- POLO, Carme (1999) – *Paisatge cultural romànic català de la Vall de Boí* (Dossier de demanda d'inscripció a la llista de Patrimoni Mundial).
- _____ (2010) – *La Vall de Boí, un model de gestió i conservació. La consolidació de la Vall de Boí com a Patrimoni Mundial*. Ajuntament de la Vall de Boí.
- PRATS, Llorenç (2003) – *Patrimoni + Turismo = Desarrollo?* «Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural». Universidad de La Laguna: Instituto Universitario de Ciencias Políticas y Sociales.
- _____ (2005) – *Concepto y gestión del patrimonio local*. «Cuadernos de Antropología Social», 21. Universidad de Buenos Aires.
- _____ (2009) – *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- _____ (2011) – *La viabilidad turística del patrimonio*. «Pasos. Revista turismo y patrimonio cultural», n.9. Universidad de La Laguna: Instituto Universitario de Ciencias Políticas y Sociales.
- RIBES JUANATI, Francesc (2013) – *La Vall de la fi del món*. Lleida: Pagès editors.
- ROMA CASANOVES, Francesc (2004) – *De Paradís a Nació. La muntanya a Catalunya*. Valls: Cossetània.
- ROSMANINHO, Nuno (2016) – *Propaganda artística no Estado Novo. Arte portuguesa na Campanha Nacional da Educação de adultos*. In PENA RODRÍGUEZ, Alberto; PAULO, Heloísa, ed. – *A cultura do poder: a propaganda nos estados autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 331-343.
- SÀNCHEZ, Llorenç (1993) – *L'aventura hidroelèctrica de La Ribagorçana. ENHER i la seva influència en la transformació socio-econòmica de l'Alta Ribagorça*. Associació d'Amics de l'Alta Ribagorça.
- THIESSE, Anne-Marie (2001) – *La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil.
- VISA, Lluís (2012) – *Los recortes llegan al románico de Vall de Boí*. «El País» (15/01/2012). <https://elpais.com/ccaa/2012/01/14/catalunya/1326567163_902390.html>. [Consulta realizada el 15/07/2019].

A RAIÁ DE RIBACÔA: PERSPETIVAS DE INVESTIGAÇÃO COMPREENDENDO O PERÍODO DE 1762-1960

MARIA ISABEL LOPES DE MENDONÇA*

Resumo: *O estudo das dialéticas da organização do povoamento na raia de Ribacôa, compreendendo o período entre 1762 e 1960, surge da necessidade de sistematização e interpretação das arquiteturas do território em diálogo tensional com a sua condição fronteiriça. A região ribacudana (concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida e Sabugal) constituirá o foco de análise e problematização acerca da modelação contemporânea da paisagem, coordenada no âmbito das ações estatais objetivadas de acordo com o sentido ocupacional e produtivo do espaço.*

A leitura sobre a ação dos diversos agentes ao longo dos séculos recuperará aspetos da evolução da ocupação humana¹ que se constituem como base metodológica para a compreensão do processo de construção territorial.

Numa perspetiva de compreensão holística, demonstrar-se-á que as incursões exploratórias realizadas sobre fontes primárias e o aprofundamento teórico deverão complementados por levantamentos locais, nomeadamente aos assentamentos humanos em articulação com o seu espaço vital que integra as estruturas da água, as construções de apoio à ação militar, bem como o sistema de circulações rodoviário, ferroviário e fluvial, as indústrias e as explorações agrícolas.

Palavras-chave: *Arquiteturas do território; povoamento; modelação contemporânea da paisagem; industrialização*

Abstract: *The research about the dialectics of the organization of the settlements in Ribacôa's ray, comprising the period between 1762 and 1960, arises from the systematization and interpretation of the territory's architecture in a tensional dialogue with its border condition. The mentioned region (roughly confined to the municipalities of Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida and Sabugal) will thus constitute the main aspect of analysis and problematization related with contemporary landscape modeling, which is coordinated with state actions aimed according the productive and economic possibilities of the region.*

The discourse about the action of several agents over the centuries will recover aspects of the evolution of human occupation that constitute a methodological basis for understanding the territorial process.

In a perspective of holistic understanding, it will be demonstrated that exploratory incursions including primary sources and the theoretical field must be complemented by local surveys, namely those showing the human settlements in articulation with its vital space that integrates the water structures, the constructions supporting the military actions as well as the circulation system, the industries and the farms.

Keywords: *Territory architectures; settlement; contemporary landscape and environment modeling; industrialization.*

* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Recebeu os prémios Ricardo Spratley e Viana de Lima 2016-2017. Realizou o Mestrado Integrado em Arquitetura pela FAUP, concluído com a dissertação «Viver num espaço de fronteira. O território e o povoamento no Alto Côa». É bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a tese de doutoramento «A raia de Ribacôa: dialéticas da organização do povoamento e da construção da paisagem», orientada por Marta Oliveira (CEAU-FAUP) e Virgílio Borges Pereira (FLUP e CEAU-FAUP). mmendonca@arq.up.pt.

¹ Como a que se estabelece, em termos metodológicos, por exemplo, nos trabalhos de André Evangelista Marques, a propósito da diocese de Braga (quando incluía a região transmontana). EVANGELISTA MARQUES, 2013: 23-30.

INTRODUÇÃO

Ribacôa, território pouco populoso e distante de importantes centros urbanos do nosso país, apresenta cristalizadas marcas de ocupação humana de tempos muito remotos. No entanto, reportando-nos, apenas, a um tempo mais próximo, constata-se que são relativamente mal conhecidos os séculos XVIII, XIX e XX. Por isso, revelando-se importante proceder à sua sistematização com vista a um conhecimento mais rigoroso das dinâmicas territoriais, operadas em Portugal e, sobretudo, ao nível da região, apresentamos as diretrizes de um programa de trabalhos inseridos numa investigação de doutoramento, aludindo às suas principais temáticas e práticas metodológicas.

Podemos afirmar que a paisagem ribacudana emana de uma tendência de evolução fundada nos lugares povoados na proto-história e na romanização, havendo vestígios arqueológicos a confirmar a estreita relação da construção da paisagem rural a partir das formas mais antigas de povoamento². Destacam-se, neste âmbito, os sistemas defensivo e de circulação entre Espanha e o Atlântico, o parcelamento agrário de provável origem romana e um povoamento devedor da ação das Ordens de Cister³ e Santa Cruz⁴.

Concomitantemente, os séculos XVIII, XIX e XX parecem ser pontuados por sucessivos impulsos de dinamização territorial, imbuídos de um certo pragmatismo e racionalismo próprios da época, e, portanto, distintos em alguns aspetos dos termos de povoamento que caracterizam os períodos anteriores. Isto é, a reorganização económica, exponenciada pelas políticas económicas pombalinas e marianas, incrementou um conjunto de relações entre o interior do país e os núcleos urbanos mais importantes, levando a uma adequação das formas de organização territorial antiga.

Atendendo à singularidade destas permanências, propomos identificar as dinâmicas associadas à construção de vias de comunicação, ao melhoramento urbano e ao controlo da fronteira e interpretar as suas correlações com as questões de desenho subjacentes à adaptação das lógicas precedentes. Esta investigação compreende, por isso, a criação de uma cartografia da região que correlaciona dados referentes às transformações territoriais no período de 1762-1960, na perspectiva de estabelecer um modo de ler e conhecer a paisagem na sua evolução.

A formulação do discurso atenderá à seleção de fontes primárias (dispersas por vários arquivos) que contemplam cartografia histórica de vilas, de espaços de batalha, da rede viária e do controlo da fronteira, bem como a análise das Memórias Paroquiais, de relatos do período das invasões francesas, relatórios de obras públicas e fotografias, por nos informarem do aspeto geral da paisagem ribacudana.

² VILAÇA, 1995: 103-120; COSME, 2002: 94-142; OSÓRIO, 2000: 26-116.

³ BALCÃO VICENTE, 1996: 55-215.

⁴ MARTÍN VISO, 2005: 109; MENDONÇA, 2017: 127-142.

A importância de uma leitura integrada, que relaciona os povoados com o espaço periurbano, valorizando o património abandonado e alertando para as novas possibilidades de intervenção arquitetónica contemporânea, permitirá analisar em pormenor alguns lugares, respetivas manchas urbanas e envolvente ambiental. A investigação pressupõe, por isso, levantamentos, análises e reflexões sobre a articulação dos assentamentos com o seu espaço vital, contemplando estruturas da água (fontanários destacados na cartografia setecentista e oitocentista; moinhos), construções de apoio à ação militar e ao controlo da fronteira (casas da Guarda Fiscal, barreiras, caminhos), explorações agrícolas (quintas agrícolas de Luzelos, Milheiro, Bizarril) e atividades económicas (culturas de sequeiro, da amoreira, do vinho, a mineração, que impulsionaram grandemente o desenvolvimento urbano de Figueira de Castelo Rodrigo, Vilar Formoso, Sabugal).

Relativamente aos momentos particulares que pretendemos incluir nesta investigação – que se insere no âmbito de uma tese de doutoramento –, a sua seleção resulta da constatação de períodos mais profícuos ao nível da reprodução cartográfica, da expansão urbana e da implementação de medidas económicas atinentes à gestão e ao aproveitamento dos recursos naturais de Ribacôa; ao mesmo tempo, pretendemos orientar a pesquisa para períodos da História de Portugal que, neste âmbito, são menos desenvolvidos.

O TERRITÓRIO INSCRITO NUMA PERSPETIVA DE VALORIZAÇÃO INTERNA

Os aspetos mais significativos da transformação da paisagem entre 1762-1960 prendem-se, por um lado, com a natureza das intervenções arquitetónicas, nomeadamente as de cariz comercial/industrial e habitacional, com o sistema de circulações e com o desenho da dimensão cívica dos lugares. Perante a condição raiana deste território, por outro lado, não podemos descurar a leitura sistémica da organização dos povoados face à fronteira dependente, fixando uma «cartografia das guerras» que ocorreram durante a cronologia supracitada («Guerra Fantástica», «Invasões Francesas», «Lutas Liberais» e Guerra Civil Espanhola).

Efetivamente, no campo da ação militar, a maior parte das estruturas presentes, neste território em específico, foram edificadas durante os séculos XII-XV, tendo havido sucessivos melhoramentos, no caso da fortaleza de Alfaiares, no século XVI, tornando-a num dos mais eficazes estabelecimentos militares do período manuelino, e o mais importante da Beira Interior durante o período da Guerra da Restauração; ou, no caso da praça-forte de Almeida, cuja construção da estrutura abaluartada foi também iniciada durante a Guerra da Restauração, por volta de 1641, prolongando-se até ao final do século XVIII. As interven-

ções nestas duas praças foram fundamentais devido à sua posição estratégica dominante sobre os corredores naturais de ligação Portugal-Espanha.

Entre 1762 e 1763, por força do envolvimento de Portugal na «Guerra dos Sete Anos» (acontecimento que, em Portugal, ficou conhecido por «Guerra Fantástica»), a região foi ocupada pelas tropas franco-espanholas. Dada a documentação cartográfica referente à sua distribuição, podemos observar que a defesa da raia se estabelecia em locais que correspondem a corredores naturais, porque, devido ao relevo, os exércitos inimigos deveriam procurar os pontos de entrada facilitada no reino de Portugal (fig. 1: «Mapa de la frontera de Portugal que media entre los rios Duero y Tajo en que se manifiestan los Arroios, Caminos y Lugares que ocupò el Exercito del Rey»⁵). Em 1762, a cartografia identificava os caminhos e os lugares ocupados pelas tropas franco-espanholas⁶, dando destaque aos corredores naturais supracitados, isto é, as entradas no território nacional a partir dos eixos Forte da Conceição (Espanha)-Almeida e Perales (Extremadura, Espanha)-Alfaiates. Assim, o sistema de circulações, devedor do esquema vigente de rotas peninsulares, será analisado a partir deste documento e recorrendo aos dados arqueológicos que confirmam que as comunidades alicerçaram as estruturas de povoamento numa perspetiva defensiva, aspeto que remonta à tendência de evolução dos povoados proto-históricos, romanos e medievais que foi integrada e adaptada de acordo com os projetos, de índole mais pragmática, dos séculos XVIII e XIX.

Noutro âmbito, perante a consciencialização da dimensão produtiva do território, iniciada no final do século XVIII, em Portugal, a racionalização do espaço físico centrou-se, cada vez mais, sob a égide do Estado⁷. É o território que confere, de facto, ao projeto a sua eficácia, permitindo a elaboração de «arquitecturas e dispositivos do território» que participavam da organização e da codificação do espaço peri-urbano, situando na «escala da paisagem» a representação de fontes, chafarizes, estruturas militares (como as casas do corpo de Guarda da praça-forte de Almeida, implantadas fora da estrutura muralhada), indústrias, quintas agrícolas, veigas, pedreiras, pontos de atravessamento dos rios (pontes, vaus, açudes e barcas).

A necessidade de desenvolver a agricultura e a indústria por intermédio da criação de novas vias de comunicação está na génese da potencialização das competências dos engenheiros, iniciativa que, na época, segundo Antoine Picon, se traduziu num aspeto importante para as cartografias particulares do território que se efetuaram no século XIX.

⁵ Archivo Cartografico del Ejercito: Ar.I-T.6-C.1_10.

⁶ SERRÃO, 1984: 529-530.

⁷ MACEDO, 2012: 121-122.

Assim, no Pombalismo, a promoção dos espaços de produção e a comercialização interna, que fomentou e disciplinou o setor agrícola e industrial, encontra-se na origem dos projetos urbanos para Porto Covo, para a vila de Cuba⁸ e para Vila Real de Santo António⁹ – do mesmo modo que concebemos a existência e a possibilidade de levantamento de matrizes urbanas, em Ribacôa, do mesmo âmbito dos anteriores.

Durante o reinado de D. José I, manifestou-se o interesse pelos produtos explorados no Médio e no Baixo Côa – nomeadamente cereais e vinho –, o que coincidiu com a intenção de desenvolver a rota fluvial do Douro, nomeadamente o prolongamento desta até Barca d’Alva¹⁰, e com a criação da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro (1756), encarregue de dirigir empreitadas de estradas e caminhos nas quais se inclui a ligação Almeida-Figueira de Castelo Rodrigo-Barca d’Alva¹¹.

A demolição do Cachão da Valeira, em São João da Pesqueira, em 1792, tornou possível a navegabilidade do rio Douro até Barca d’Alva, favorecendo «a expansão vitícola nos espaços a montante do Cachão, cujos vinhos passam a competir mais facilmente com os da região demarcada»¹². Os territórios de Vila Nova de Foz Côa e de Figueira de Castelo Rodrigo usufruíram, por isso, dos efeitos favoráveis que a expansão da navegabilidade do rio Douro proporcionou, ao facilitar o escoamento não só de vinhos e de uvas, mas também de outros produtos.

Outro aspeto que orientou as políticas pombalinas relaciona-se com o controlo do comércio fronteiriço. Algumas povoações da raia, como Almeida, Vilar Torpim e Figueira de Castelo Rodrigo (até meados do séc. XIX) constituíam, assim, importantes lugares de controlo alfandegário, para garantir que as mercadorias, importadas ou exportadas, pagassem os respetivos direitos de entrada e saída¹³ – o mesmo princípio que instituiu o interesse na construção de cais fluviais e de acessos decorrentes da expansão da navegação fluvial do Douro até Barca d’Alva, localizada na fronteira com Espanha.

Por outro lado, as terras de Ribacôa orientaram-se para a criação de gado, razão pela qual encontramos inúmeras referências, nas Memórias Paroquiais, à criação de gado lanígero, particularmente em Almendra, Castelo Melhor, Castelo Bom, Castelo Rodrigo, Castelo Mendo, Escalhão, Sabugal¹⁴.

⁸ MOEDAS, 2012: 20-50.

⁹ ROSA MENDES *et al.*, 2010: 25.

¹⁰ MARTINS PEREIRA, 1991: 20-27.

¹¹ O Marquês de Pombal, ao mesmo tempo que promulgava novas diretrizes comerciais por todo o país, procurou atrair a burguesia do norte de Portugal para o negócio da pesca no Algarve, conseguindo o incentivo dos administradores da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro no negócio da captura e comercialização do pescado algarvio. HORTA CORREIA, 1997: 61-63.

¹² NUNES DE OLIVEIRA, 2010: 89.

¹³ TOMAZ, 1988: 355-388.

¹⁴ CAPELA, 2013: 189-595.

As Memórias Paroquiais são também indiciadoras da riqueza da região ao nível da produção de centeio, em grandes quantidades, e de algum trigo e cevada, no Baixo Côa; ao passo que de Vilar Formoso até ao Sabugal predominava quase exclusivamente o centeio. Outros produtos igualmente referenciados são os vinhos desta região beirão, havendo claras alusões à sua qualidade e quantidade de produção em Algodres (chamada, anteriormente, Algodres dos Vinhos), Almofala, Escalhão e Vermiosa. Também é dado destaque à criação de gado em Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida, havendo indicação no Inquérito Industrial de 1881 da existência de 2 fábricas de lanifícios em Almeida (tendo respondido ao Inquérito, apenas, 3 fábricas para todo o distrito da Guarda).

Ainda no plano de desenvolvimento económico do território, destacamos a fundação da Companhia Mineira de Cima-Côa, que, de acordo com uma Portaria de 1856, reconheceu a exploração de minas de ferro e chumbo na envolvente de Almofala – minérios de investimento necessário na «corrida ao armamento»¹⁵. O Inquérito Industrial de 1881 menciona, ainda, a amoreira como uma cultura relevante desta região raiana, sendo produzida em várias localidades, e que consistia na criação do bicho da seda utilizado na indústria têxtil. O casulo e o alimento eram, inclusivamente, adquiridos nos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Mêda e Figueira de Castelo Rodrigo, sendo escoados para o Porto ou vendidos a espanhóis, franceses e, principalmente, italianos.

Por sua vez, estas políticas económicas, iniciadas com o Marquês de Pombal, que se revelaram determinantes para o crescimento das referidas atividades económicas da região até meados do século XIX, estão na origem da adaptação da rede viária, da construção dos cais fluviais no Douro e do posto comercial de Barca d'Alva, da expansão urbana de F. Castelo Rodrigo, da criação das quintas agrícolas de Luzelos, Milheiro e Bizarril, do incremento da indústria têxtil e, posteriormente, da introdução do caminho-de-ferro.

AS IDEIAS DE PROGRESSO NA ADEQUAÇÃO DA PAISAGEM RURAL

Com o objetivo de fortalecer a economia interna e de reestruturar a coesão territorial do reino, um conjunto muito significativo de intervenções foi sendo executado, no século XIX, ainda no âmbito das premissas apontadas pelo Marquês de Pombal¹⁶. Como tal, embora o delineamento de um programa nacional de obras públicas se concretize efetivamente a partir da década de 40, os seus antecedentes incluem alguns planos precursores.

¹⁵ DGEG, Boletim de Minas, 1911.

¹⁶ A construção de novas estradas, preocupação vigente no final do século XVIII, foi interrompida pelas graves vicissitudes vividas aquando das Invasões Francesas, no dealbar do século seguinte. ANDRADE, 2004: 410.

O plano para a abertura e conservação das estradas reais, de Miguel Pereira Pinto Teixeira, em 1781¹⁷, abriu um debate sobre o papel das vias de circulação para o desenvolvimento do País que se prolongou pelo século XIX. Pinto Teixeira considerava necessário investir na mobilidade das populações, promovendo formas de viajar mais breves, económicas, seguras e cómodas, e, principalmente, defendia a dinamização do mercado interno, pelo transporte dos produtos provenientes do interior das províncias em direção aos centros urbanos consumidores. Como tal, concebeu, entre outras, a ligação estradal de Almeida a Coimbra, na rótula do eixo dominante Lisboa-Porto¹⁸.

Contudo, a concretização da referida estrada real só se efetivou aquando das invasões francesas. Após a ocupação francesa, em 1807, o general Paul Thiébault (1769-1846), chefe do Estado-Maior do exército francês, ficou incumbido por Napoleão Bonaparte de reparar a nova via militar e completar a ligação de Almeida a Ciudad Rodrigo¹⁹. De acordo com a cartografia (fig. 2: «Movement against the french troops occupying the position of Guarda [...]»²⁰), a retificação das estradas da região executada pelos franceses compreendia, aliás, dois pontos de atravessamento do rio Mondego nesta zona: em Casas do Rio, seguindo até Almeida, e entre Ratoeira e Aldeia Rica, na ligação até à Guarda – estrada que permitia acolher os exércitos franceses que cruzaram a fronteira perto do Sabugal e de Poço Velho/Vilar Formoso. A restante cartografia das invasões revela, em comparação com a cartografia do período da «Guerra Fantástica», uma perceção mais cuidada da topografia, dando destaque aos acidentes naturais, aos terrenos mais difíceis e rochosos, à representação dos rios, etc.

Num tempo em que se realizaram, sobretudo, batalhas e guerrilhas em terreno aberto, as operações militares foram também cruciais na transformação da paisagem rural. Neste contexto algumas operações urbanísticas resultaram da permanência do exército luso-britânico nalgumas povoações raianas, como é o caso dos quartéis militares de Freineda e Nave de Haver²¹.

Paralelamente em relação a estes acontecimentos, o interesse de constituir e de melhorar as infraestruturas na região dependeu também das atividades económicas que adquiriram maior expressão de desenvolvimento. Um inquérito de 1889, em acervo no Arquivo Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, e outros documentos como o registo de minas do concelho de Almeida, dão conta dos minérios existentes, ressaltando-se os focos localizados junto ao rio Côa, na proximidade das Casas Agrícolas de Luzelos, Milheiro e Bizarril (povoados cuja

17 MATOS, 1980: 491-500.

18 MARTINS, 2014: 420-427.

19 MARTINS, 2014: 428.

20 Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya: Maps & plans showing the principal movements... in which the British Army was engaged during the war from 1808 to 1814.

21 GREEN, 2016: 159.

fundação será mais antiga, mas cujos conjuntos arquitetónicos em ruínas remontam ao século XVIII), onde existiam, em maior número, jazidas de estanho, antimónio e alguma prata; junto ao rio Águeda, por sua vez, destaca-se a extração de chumbo, em filões próximos da localidade de Almofala.

Dada esta visão panorâmica do pulsar socioeconómico do território ribacudano, constatamos, todavia, que, no final do século XIX, Portugal debatia-se com uma série de dificuldades que prejudicaram, em parte, o desenvolvimento de infraestruturas de comunicação nos momentos subsequentes, verificando-se um grande atraso na construção de vias férreas relativamente a outros países, nomeadamente França e Inglaterra.

Em 1851, a ideia de criação de uma rede de transportes nacional assentava na construção de estradas ou canais e no melhoramento da circulação de alguns rios. A hipótese ferroviária, ainda que admitida, não foi concretizada (dizia respeito, na verdade, a uma só linha de Lisboa ao Carregado)²². Mesmo no início da década de 1850, apesar das possibilidades estudadas pelos defensores da construção de vias férreas, a rede de comunicações nacional continuava dependente, sobretudo, de estradas e rios navegáveis e da circulação marítima de cabotagem.

A proposta de lei sobre o «Sistema geral de comunicações do reino» é representativa da falta de organização de um plano geral para as ligações ferroviárias, surgindo, por exemplo, propostas muito mais ousadas e extemporâneas, como a ligação por um extenso canal do rio Zêzere ao rio Côa²³, encarada como forma privilegiada para o escoamento de produtos para toda a zona a Nascente da Serra da Estrela. As estradas, os canais e o melhoramento da navegabilidade dos rios eram, ainda em 1854, as alternativas defendidas.

Porém, durante este período, incrementaram-se as empreitadas de estradas, com o objetivo de concretizar acessos locais e ligações às futuras estações de caminho-de-ferro, constituindo um significativo programa de obras públicas para a região que permitiu o desenvolvimento das ligações da Guarda ao Sabugal e deste a Ciudad Rodrigo; bem como as conexões de Figueira de Castelo Rodrigo a Barca d'Alva e a Vila Nova de Foz Côa e a construção de uma grande ponte de bitola ferroviária sobre o rio Côa, perto de Malhada Sorda (1882) – conforme os relatórios e projetos de obras públicas em acervo no Arquivo Distrital da Guarda permitem verificar. Em 1887, foi também concluída a linha do Douro, que ligava o Porto a Barca d'Alva e esta a Salamanca. Antes da conclusão da linha do Douro, foi renovada a antiga estrada real (1863-1864) que ligava Figueira de Castelo Rodrigo a Barca d'Alva, completando-se igualmente a ligação da primeira localidade a Almeida²⁴.

²² ALEGRIA, 1990: 44-45.

²³ ALEGRIA, 1990: 58.

²⁴ Arquivo Distrital da Guarda: PT/ADGRD/ACD/DOP/II/009.

Os projetos deste tipo de intervenções são, ainda nesta altura, ilustrativos das potencialidades desta região, que procuraram ser incrementadas com um conjunto de pequenas ações de fomento económico desde o período pombalino, que procuravam proporcionar o escoamento de algumas matérias-primas. Isto é, os desenhos de estradas, sobretudo, demonstram a grande extensão de território que era cultivada predominantemente com centeio e trigo – dispendo inclusivamente de parte do cadastro das propriedades junto às estradas projetadas.

Do mesmo modo, a introdução do caminho-de-ferro procurava favorecer, uma vez mais, o escoamento das produções vitícolas de Vila Nova de Foz Côa e de Figueira de Castelo Rodrigo, mas não exclusivamente, como confirmam os registos de mercadorias referenciados²⁵. A estação de Barca d'Alva exonerou a sua atratividade, constituindo a principal recetora dos excedentes agrícolas e têxteis obtidos na região do Baixo Côa (enquanto as estações do Tua e do Pocinho abrangiam as áreas transmontanas e beiraltinas a Poente do Côa), dos quais destacamos o azeite (ainda que em menor número que aquele que era emitido na estação do Pocinho), a lã e os cereais (em Barca d'Alva este último correspondia a emissões de cerca de 2 toneladas)²⁶.

Como é possível constatar, o período de 1820 a 1890 compreende, acima de tudo, uma visão da capacidade funcional da estruturação do território, surgindo, como tal, um conjunto de medidas que procuraram exonerar esta possibilidade. Perante estes dados acerca da condição industrializada da paisagem ribacudana, poderemos incluir inúmeros projetos de modernização de infraestruturas, como já fomos referindo que traduzem a necessidade de otimizar a gestão das matérias-primas produzidas na região.

AS OPERAÇÕES DE MELHORAMENTO DA VIDA RURAL E OS PROCESSOS TERRITORIAIS NO DEALBAR DA CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS DITATORIAIS

Em concomitância com este enquadramento sobre uma perspetiva mais pragmática e progressista do conhecimento e intervenção sobre o território, não podemos esquecer a constituição da primeira Comissão Internacional de Limites, em 1855. Reforçando o controlo do Estado sobre os espaços fronteiriços e as comunidades que os habitam, seria possível controlar os espaços de produção mais importantes, junto à fronteira, e mitigar o contrabando, atividade que ganhou uma nova intensidade após a instauração do regime liberal em ambos os países, na origem de estudos e projetos reformistas que previam uma concertação da política comercial.

²⁵ MESQUITA PINA, 2003: 408-409.

²⁶ NUNES DE OLIVEIRA, 2010: 90-91.

Atendendo aos planos de demarcação dos limites fronteiriços e na senda do melhoramento das políticas comerciais e fiscais, apoiadas num vasto programa de obras públicas, desenvolveu-se a necessidade de conformar limites lineares, claramente visíveis e identificáveis da fronteira. O Tratado dos Limites de 1864, que estabeleceu a fronteira luso-espanhola na Península Ibérica, procedeu das experiências de delineamento dos grandes espaços fronteiriços do continente americano por portugueses e espanhóis em torno de 1750 a 1777²⁷. Assim, na região em apreço, o desenho da fronteira compreendeu o reconhecimento das características naturais do território, conjuntamente com a criação de espaços que impusessem e limitassem o controlo de intercâmbios.

O «Plano de la linea fronteiriza entre España y Portugal comprendida entre el rio Duero y el rio Tuevo o Erjas», à escala 1:10 000 (resultante do referido Tratado, embora tenha sido publicado, apenas, em 1903), estabeleceu a linha divisória dos dois países para a totalidade da região que nos propomos estudar. A criação dos referidos espaços de controlo implicava, a maioria das vezes, edificação de edifícios nos dois lados da fronteira. Em Barca d'Alva, junto à foz do rio Águeda, a ponte internacional do caminho-de-ferro liga os dois países, nos quais se procedeu igualmente à construção de armazéns, ocasionou a implantação de um posto da Guarda Fiscal (em lado português), de um Quartel de Carabineros (em lado espanhol) e outros espaços de apoio substancialmente utilizados durante a Guerra Civil Espanhola. Por outro lado, no âmbito do comércio de contrabando, procedeu-se à demarcação de um caminho na margem esquerda do rio Águeda, que conectava os vários pontos de atravessamento do rio e, em ambos os lados, encontram-se esconderijos das autoridades que controlavam estes pontos. Também se encontra identificado um muro demarcatório da fronteira nas imediações de Vilar Formoso e Poço Velho, localidades de intensa atividade de contrabandistas²⁸.

Para além dos rios Águeda e Tourões que entre Vilar Formoso e Barca d'Alva constituem os limites do território ribacudano, o desenho da fronteira tomou como referência o caminho entre Aldea del Obispo, Vilar Formoso e Nave de Haver, infraestrutura que apoiou as diferentes posições do exército luso-britânico aquando da batalha de Fuentes de Oñoro. Com a chegada do caminho-de-ferro a Vilar Formoso, em 1882 (representada nestes planos de demarcação da fronteira), uma série de serviços foram introduzidos nesta vila, nomeadamente uma sede da Guarda Fiscal, postos alfandegários, estação de comboios, tendo sido também criados equipamentos públicos na década de 60 do século XX.

²⁷ Uma política que, entre outros aspetos, incluiu a formação de infraestruturas e de assentamentos humanos constituídos por colonos portugueses e espanhóis. ARAÚJO, 2012: 41-76.

²⁸ A partir de incursões exploratórias do «Plano de la linea fronteiriza entre España y Portugal comprendida entre el rio Duero y el rio Tuevo o Erjas» (Archivo Cartografico del Ejercito).

Estas representações cartográficas da fronteira vão ser especialmente úteis aquando da constituição do Estado Novo e, sobretudo, durante o período da Guerra Civil Espanhola, entre 1936-1939, pois serviram de base ao estudo da fronteira – isto é, dos pontos de passagem existentes e como meio de projeção dos postos fiscais que efetivaram o controlo organizado do território por parte dos dois estados (fig. 3: «Frontera del rio Turones»²⁹).

Para além da organização do desenho da fronteira, as iniciativas do Estado passaram também, paulatinamente, pela definição de um programa de obras públicas que tinha como objetivo estabelecer um planeamento dos núcleos rurais, melhorar a economia interna e, em última instância, combater o contrabando resultante da vigência de um regime comercial restritivo.

O investimento no desenvolvimento de pequenos projetos de arranjo de núcleos rurais constitui uma das bases de ação da política estatal para as regiões de baixa densidade, predominantemente rurais, nos finais do século XIX até à implantação da República, entre 1885 e 1910. Estes aplicaram a noção de desenho urbano, ao qual se juntou a necessidade de inserção de canalizações, a pequenos lugares, dotando estes núcleos de alguns elementos sanitários básicos, como novos chafarizes, fontes, tanques, ou o arranjo do entorno da igreja ou capela principais. Recorrendo a alguns casos, levantados localmente e reunindo os projetos em acervos nos arquivos municipais de F. de Castelo Rodrigo, Almeida e Sabugal, será possível definir a dimensão da implementação destes projetos.

Numa perspetiva de continuidade com o período que antecede a 1.ª República, o Estado Novo, a partir da década de 30, começou por definir um programa de obras públicas, voltado para as regiões cuja economia e o nível de industrialização eram mais frágeis, na linha de continuidade com os referidos melhoramentos rurais. Assim, desenvolveu-se uma política de fomento rural que passou pela construção de equipamentos e de infraestruturas rodoviárias, pelo desenvolvimento da rede de comunicações postal e telefónica, pela instalação de cooperativas agrícolas (à parte dos projetos de Colónias Agrícolas, desenvolvidos pela Junta de Colonização Interna) e pela realização de obras de hidráulica agrícola, geral e urbanas, complementando os serviços de melhoramento rural aplicados a pequenos lugares (como Reigada, Freixeda, Nave, Mido, Ade, Souto) e os Planos de Urbanização das vilas de F. de Castelo Rodrigo, Vilar Formoso e Sabugal. Neste âmbito, devemos encetar o levantamento e o estudo comparativo de alguns projetos deste tipo que tiveram lugar em Ribacôa.

Com o término da Guerra Civil Espanhola, à qual se segue a 2.ª Guerra Mundial, a fronteira constituiu-se como um espaço de grandes fluxos, particularmente a partir da passagem em Vilar Formoso, que usufruía de bons acessos

²⁹ Archivo Cartografico del Ejercito: Ar.I-T.6-C.2_30-11.

rodoviários e da linha de caminho-de-ferro da Beira Alta. Em Ribacôa, devido à forte exposição fronteiriça relativamente a Espanha e à atração de outros centros urbanos nacionais, desenvolveram-se padrões sociais³⁰ que, principalmente nas décadas de 50 e 60, resultaram no abandono das atividades rurais, na emigração e na acentuação do estado de marginalização da região.

«PARA UM [TERRITÓRIO] DE HOJE»

Procurando demonstrar e sistematizar os sucessivos incentivos de desenvolvimento económico, desde 1762 até 1960, articulando-os com a expansão arquitetónica e urbana, compreendemos que, devido aos constrangimentos regionais, por um lado, e às políticas de desenvolvimento económico, por outro, não se atingiu uma industrialização homogénea da região que se traduzisse na melhoria das condições de vida das populações de Ribacôa.

Para além disso, apesar dos vários indícios de potencialidade relativamente à produção de determinadas matérias-primas, a debilidade urbana, o isolamento e as dificuldades em conseguir um crescimento baseado nas atividades económicas parecem ter constituído um entrave à manutenção de apoios de desenvolvimento coordenados sob a égide do Estado e pelas autoridades locais, sobretudo, a partir de meados do século XX. Por isso, reconhecemos o estado atual de esquecimento e de abandono do tecido económico e arquitetónico da região (Fig.4: Casas abandonadas da aldeia de Milheiro, F. de Castelo Rodrigo). Pretendemos, com o decurso desta investigação, contribuir para a construção de um discurso implicante da paisagem ribacudana que possa proporcionar a consciencialização da importância histórica, urbana e cultural das arquiteturas vigentes, bem como para a reflexão sobre as potencialidades da sua reabilitação.

Acreditamos, ainda, que a construção de um diálogo multifacetado sobre a relevância particular da região, que envolve a explicação sobre a construção moderna e contemporânea da paisagem ribacudana – ainda muito dependente das estruturas medievais –, destacando o desenvolvimento industrial e agrícola, bem como a dimensão cívica atinente à expansão e aos melhoramentos urbanos, poderá ser demonstrado não só com a operacionalização do conhecimento, numa perspetiva institucional, mas também pela transferência de resultados para as comunidades. Para além dos reconhecimentos realizados localmente (tanto no que respeita a material documental dos arquivos municipais e distrital e ao levantamento de dispositivos arquitetónicos), outro dos contributos poderá ser a mobilização de uma base de assento e de comunicabilidade para as autarquias que permita a conceção de um olhar crítico e inventivo sobre o território

³⁰ JABLONSKI, 2004: 2.

atual. De igual modo, gostaríamos de contribuir com uma base de assento que os agentes governamentais considerem pertinente, dadas as várias fragilidades económicas e sociais que a região apresenta, constituindo a formulação de um desafio de identificação de horizontes de transformação para o território e arquiteturas vigentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRIA, Maria Fernanda (1990) – *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (2004) – *Sobre a construção da imagem contemporânea de estrada*. In HEITOR, Manuel; ROLLO, M. Fernanda; BRANDÃO DE BRITO, José Maria, coord. – *Momentos de Inovação e Engenharia, Em Portugal no século XX – Grandes Temas*, vol. II. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- ARAÚJO, Renata (2012) – *A Urbanização da Amazónia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos*. «Anais do Museu Paulista». São Paulo: Universidade de São Paulo, vol. 20, n.º 1, p. 41-76.
- BALCÃO VICENTE, António (1996) – *Santa Maria de Aguiar – Um mosteiro de fronteira. Património rural e paisagem agrícola séculos XII-XIV*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- CAPELA, José Viriato (2013) – *As freguesias do distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias História e Património*, vol. 8, Braga: Universidade do Minho.
- COSME, Susana (2002) – *Entre o Côa e o Águeda: povoamento nas épocas romana e altomedieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- EVANGELISTA MARQUES, André (2013) – *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- GREEN, John (2016) – *The Vicissitudes of a Soldier's Life: or a Series of Occurrences from 1806 to 1815... A Concise Account of the War in the Peninsula*. London: Pickle Partners Publishing.
- HORTA CORREIA, Eduardo (1997) – *Vila Real de Santo António – Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- JABLONSKI, Jerónimo (2004) – *Puntos de interés geológico como patrimonio cultural y recurso socioeconómico*. Comunicação da Conferência «Territórios e culturas ibéricas: paisagens e territórios», Guarda: Centro de Estudos Ibérico.
- MACEDO, Marta (2012) – *Projectar e Construir a Nação. Engenheiros, Ciência e Território em Portugal no século XIX*. Lisboa: ICS.
- MARTINS, Carlos (2014) – *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica – o Porto do Douro e a Cidade do Porto*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, vol I. Tese de doutoramento.
- MARTINS PEREIRA, Gaspar (1991) – *O Douro e o vinho do Porto – de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2005) – *Una frontera casi invisible: Los territorios al Norte del Sistema. Central en la Alta Edad Média (SIGLOS VIII-XI)*. «Stud. hist., H.ª mediev» 23. Salamanca: Ediciones da Universidad.

- MATOS, Artur Teodoro de (1980) – *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MEIRELES PEREIRA, Maria da Conceição (1997) – *O contrabando luso-espanhol no século XIX: o discurso dos teóricos*. «Revista da Faculdade de Letras», História II Série, Vol. XIV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 563-589.
- MENDONÇA, M. I. (2017) – *Viver num espaço de fronteira. O território e o povoamento no Alto Côa*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- MESQUITA PINA, Maria Helena (2003) – *Alguns reflexos da implantação do caminho de ferro o Alto Douro no final do século XIX*. «Revista da Faculdade de Letras», Geografia, I série, vol. XIX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 397-414.
- MOEDAS, Sofia (2012) – *Vila de Cuba. Evolução urbana e estudo de um ensanche*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- NUNES DE OLIVEIRA, João (2010) – *Entre a tradição e a inovação: a agricultura da Beira Alta nos séculos XVIII e XIX*. «Revista Portuguesa de História», 4. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Universidade de Coimbra, p. 73-103.
- OSÓRIO, Marcos (2000) – *O Povoamento Romano no Alto Côa*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado.
- ROSA MENDES, António, et al. (2010) – *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal e Centro de Estudos de Património e História do Algarve da Universidade do Algarve.
- SERRÃO, Joel (1984) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. II.
- TOMAZ, Fernando (1988) – *As finanças do Estado pombalino, 1762-1776*. In MAGALHÃES, Joaquim Romero; ALBUQUERQUE, Luís de, coord. – *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, p. 355-388.
- VILAÇA, Raquel (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Série Trabalhos de Arqueologia, n.º 9. Lisboa: IPPAR.

FONTES MANUSCRITAS

- ACdE – Carta corográfica de la frontera (1904).
- ACdE – Mapa de la Frontera de Portugal que media entre los rios Duero y Tajo y en que se manifiestan los arroyos, caminos y lugares que ocupó el Ejercito del Rey (1762-1763).
- ACdE – Plano de la linea fronteiriza entre España y Portugal comprendida entre el rio Duero y el rio Tueño o Erjas (1903).
- BN – Mapa general del reyno de Portugal (séc. XVIII).
- IR – Observador Portuguez Histórico, e Político de Lisboa, desde o dia 27 de Novembro do anno de 1807 [...].
- ICGC – Maps & plans showing the principal movements ... in which the British Army was engaged during the war from 1808 to 1814 (1808-1840).

IMAGENS



Fig. 1. Mapa de la Frontera de Portugal que media entre los rios Duero y Tajo y en que se manifiestan los arroyos, caminos y lugares que ocupó el Ejercito del Rey. Escala 1:300000. Archivo Cartografico del Ejercito.

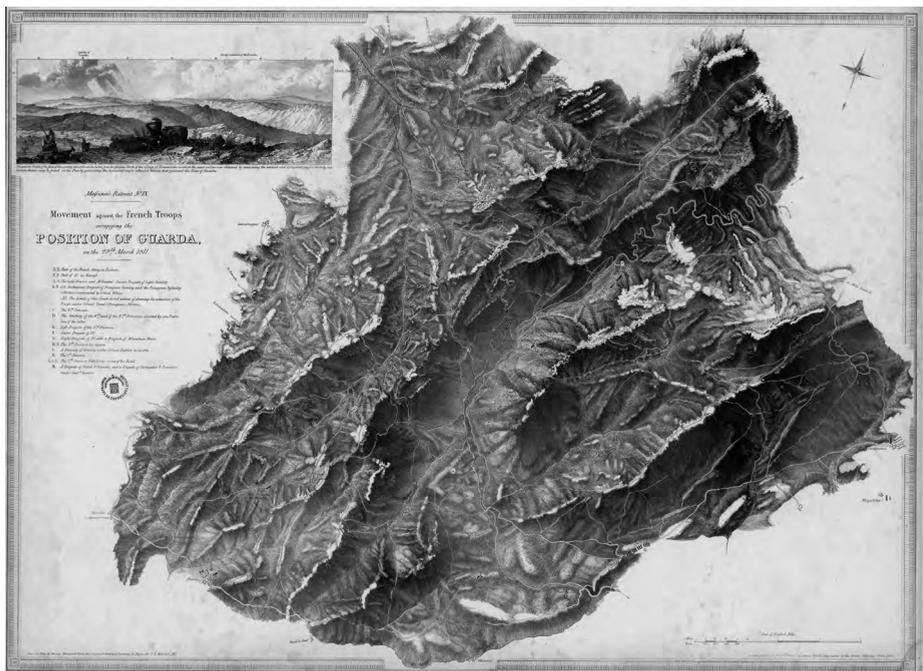


Fig. 2. Cartografia do período da 3ª invasão francesa. Movement against the French Troops occupying the position of Guarda on the 29th March 1811.

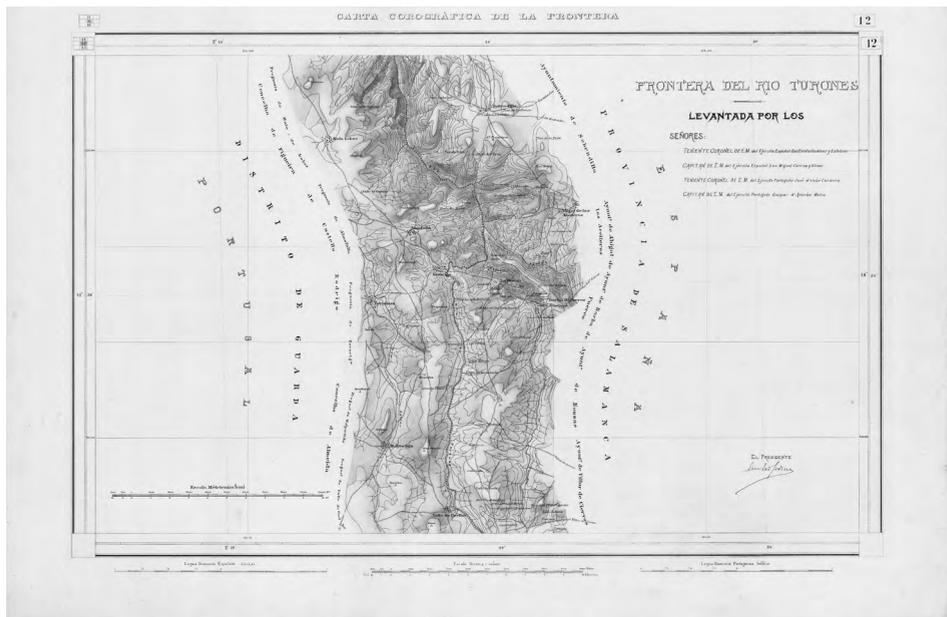


Fig. 3. Portugal e Hespanha: carta chorographica dos limites da fronteira (1906). Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha. Folha 12. Escala 1:50000.



Fig. 4. Aspeto da aldeia de Milheiro (Figueira de Castelo Rodrigo). Fotografia do autor (2019).

PATRIMÓNIO MUNDIAL E OS SÍTIOS CULTURAIS EM RISCO IMINENTE. PRIMEIRAS REFLEXÕES

INÊS DE CARVALHO COSTA*

Resumo: *Considerando o impacto internacional crescente das questões patrimoniais e assumindo o aumento dos bens reconhecidos mundialmente, será pertinente refletir sobre as hierarquias e a eficácia de proteção dos mesmos. Assim, partindo da Lista de Património Mundial em Risco da UNESCO (2018-2019), procurar-se-á esclarecer qual o grau de preservação, valorização e comunicação destes bens, através da análise da plataforma da UNESCO e de alguns textos fundamentais para o tema. Por fim, serão abordados os sítios culturais em risco iminente, através da análise das principais causas de ameaça e as suas consequências para a salvaguarda e preservação dos bens.*

Palavras-chave: *hierarquias; património mundial em risco; lista da Unesco.*

Abstract: *Considering the rising impact of heritage matters in the international community and assuming the growth of worldwide recognized sites, it is relevant to reflect about their hierarchies and effectiveness of protection. Therefore, starting from the analysis of UNESCO's List of World Heritage in Danger (2018-2019), it is proposed to clarify the degree of preservation, recognition and communication of these sites through the study of UNESCO's webpage and some fundamental texts for the issue. Ultimately, cultural sites in imminent danger will be addressed, through the analyses of main threats and their consequences for the safeguarding and preservation of the properties.*

Keywords: *hierarchies; world heritage in danger; UNESCO's List.*

NOTA INTRODUTÓRIA

A evolução do conceito de património¹ permitiu expandir as categorias de bens reconhecidos tendo por base os mais variados valores. Não obstante, este alargamento² culminou numa corrida à classificação que, para além de fomentar o Complexo de Noé³, esbateu as prioridades de preservação e salvaguarda desses mesmos bens.

Deste modo, afirma-se a necessidade de repensar quais as consequências destas alterações a nível internacional. Por exemplo, se numa fase inicial a classificação era entendida como ferramenta para a salvaguarda⁴, hoje ela é causa parcial de degradação⁵ e até mesmo alvo de destruição intencional⁶.

* Licenciada em História de Arte (2018) e Mestre em História da Arte, Património e Cultura Visual pela FLUP (2020).

1 CHOAY, 1999.

2 ALMEIDA, 1998.

3 O Complexo de Noé consiste na multiplicação incessante dos bens classificados, fenómeno que resulta da evolução e expansão do conceito de património que passa a abranger diversas tipologias de bens.

4 LOPES, 2015.

5 Pense-se nas consequências do turismo cultural. PEDERSEN, 2002.

6 Relembrem-se os ataques do ISIS a sítios reconhecidos como Património Mundial. QUNTAR, 2013.

Partindo da Lista de Património Mundial em Risco da UNESCO de 2018-2019 será interessante levantar quais as geografias e tipologias mais afetadas, as causas de risco, destruição, obstáculos e instrumentos⁷ para a salvaguarda, cruzando exemplos de estratégias e soluções.

Finalmente, propõe-se a revisão de alguns documentos normativos com o intuito de repensar a sua relevância para o tema. Paralelamente, explorar-se-ão alguns textos secundários a partir dos quais se fará um levantamento de problemáticas.

LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL EM RISCO | UNESCO (2018-2019)

Considerando que o Património Cultural consiste num conjunto de bens de importância coletiva que implica o reconhecimento de uma comunidade que escolhe preservá-lo, valorizá-lo, transmiti-lo ou não (destruição positiva)⁸ às gerações seguintes, como se definem os bens ameaçados ou propositadamente delapidados?⁹

Se o conceito de património foi alvo de constantes mutações que visavam o seu enriquecimento e assertividade, paira ainda uma incerteza no que diz respeito à teorização do património em risco. A definição dada pelo Ponto 4 do Artigo 11º da Convenção de 1972, oferece uma visão generalizada acerca da Lista de Património Mundial em Risco (LPMR) da UNESCO:

[...] a list of the property appearing in the World Heritage List for the conservation of which major operations are necessary and for which assistance has been requested under this Convention. This list shall contain an estimate of the cost of such operations. The list may include only such property forming part of the cultural and natural heritage as is threatened by serious and specific dangers [...] ¹⁰.

Um segundo princípio que pode nortear o esclarecimento desta realidade é o estudo dos critérios subjacentes à inscrição de um bem na LPMR, normas essas que divergem consoante a natureza do bem (natural ou cultural)¹¹.

⁷ Como a ONU e os capacetes azuis.

⁸ CHOAY, 2011.

⁹ Reconheça-se a importância do Acordo de Paris (2015) abandonado oficialmente pelos EUA em 2019, decisão que põe em risco a preservação do património mundial e o uso democrático de recursos, cuja defesa já era debatida desde a Declaração de Nairobi. IPHAN, 1982.

¹⁰ Sítio Oficial da UNESCO, [2019, a].

¹¹ A Convenção da UNESCO de 1972 distingue o património cultural (que abrange os monumentos, grupos de edifícios e sítios culturais) do património natural (que inclui formações naturais, geológicas, fisiográficas e sítios naturais). UNESCO, 1972.

Apesar de serem equivalentes em relevância, apresentar-se-ão aqui apenas as subcategorias referentes ao património cultural, a saber: risco confirmado (que implica o desgaste arquitetónico, a degradação estrutural, a deterioração da envolvente, a perda de autenticidade ou de importância cultural) e o risco potencial (por falta de manutenção, alterações jurídicas, conflitos armados, construção indevida ou mudanças climáticas)¹².

Dentro da própria Lista, constituída em 2018 e 2019 por 54 bens ameaçados¹³, existe uma divisão entre sítios culturais (37), naturais (17) e mistos (0). Em adição, surgem os bens transfronteiriços, como a Reserva Natural do Monte Nimba, que pela sua localização geográfica complexa (Costa do Marfim e Guiné) podem ser alvo de uma maior dificuldade de gestão.

Uma análise superficial desta listagem permite ainda destacar quais os países com maior número de bens inscritos e por isso mais afetados, como é o caso da República Democrática do Congo (5 sítios naturais), da Palestina (3 zonas culturais), da Síria (6 sítios culturais) e da Líbia (5 sítios culturais).

Embora as causas de degradação ou ameaça sejam indicadas na própria plataforma, a sua exposição nem sempre é clara e atualizada (tome-se o exemplo da Líbia cuja informação remonta a 2016 e é bastante reduzida em comparação a outros bens). Contudo, após o cruzamento de dados é possível afirmar que os perigos mais recorrentes derivam de: conflitos armados (Hatra); alterações climáticas (Tombuctu); falta de manutenção dos bens (Minarete de Jam); expansão urbana (Viena) ou industrial desmedidas¹⁴ (cidades antigas de Djenné); caça ilegal, pesca descontrolada e agricultura intensiva (Florestas tropicais da Sumatra).

Apesar dos esforços levados a cabo pela UNESCO, as instituições parceiras¹⁵ e os Estados Parte no sentido de integrar estes bens no quotidiano das populações (relembre-se a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 e as Convenções de Haia)¹⁶ existem ainda muitas fragilidades no que diz respeito à sua proteção e entendimento pelas comunidades.

De facto, apesar de indicado pelo Ministério da Cultura Português (Decreto-Lei n.º 309/2009)¹⁷ como elemento fulcral da dignidade humana para a democratização da cultura, o património é por vezes afetado pela difícil relação entre o passado e o presente de uma sociedade¹⁸. Pense-se, na arte pré-islâmica que é alvo de grupos religiosos extremistas¹⁹ que procuram a «purificação» dos seus

¹² Sítio Oficial da UNESCO, [2019, b].

¹³ É de salientar que aquando da redação deste artigo a LPMR era composta por 54 bens, porém, hoje é apenas constituída por 53. Sítio Oficial da UNESCO, [2019, c].

¹⁴ UNESCO, 2011.

¹⁵ Como o ICOMOS, o ICOM, o ICCROM, a NATO e a ONU.

¹⁶ UNESCO, 1972.

¹⁷ Ministério da Cultura, 2009.

¹⁸ KANE, 2015.

¹⁹ HARMANSAH, 2015.

territórios²⁰. Todavia, é importante não esquecer o papel do terrorismo cultural como ofensa à liberdade individual e coletiva, que visa a humilhação e a opressão dos povos, fragilizando assim a segurança nacional²¹.

Em acréscimo, este relacionamento é agravado pela dissonância entre as exigências de conservação e a satisfação das necessidades básicas das populações²², como acontece no caso do Iémen que, para além de ter três sítios culturais em risco, se depara com uma crise humanitária agonizante.

Visto como uma força exterior às nações, o Comité é pontualmente indicado como raiz para o confronto entre forças locais e internacionais ao afetar o direito privado e o estatuto económico dos Estados, através do possível carácter punitivo da inserção na LPMR²³. De facto, será da maior pertinência questionar se as comunidades alargadas possuem um conhecimento efetivo acerca das implicações por detrás da inscrição de bens nas Listas da UNESCO²⁴.

São múltiplos os obstáculos que impedem a salvaguarda eficaz dos bens, não obstante, um dos impedimentos advém da constatação de que o peso da cultura varia em sociedades distintas (pense-se no entendimento da mesma como qualidade de vida por Carlos Ferreira de Almeida²⁵, no significado flutuante do termo *heritage* consoante os idiomas²⁶ e na desvalorização da cultura como pilar da civilização na Constituição do Quénia)²⁷.

Esta discrepância tem sido largamente discutida levando a um desgaste gradual dos documentos normativos. Em acréscimo, constata-se um certo relaxamento perante algumas situações concretas (veja-se a escassez de informação referente à Líbia²⁸ na plataforma online da UNESCO ou a longa permanência de bens ameaçados na LPMR, como Abu Mena)²⁹.

A insuficiência das Cartas e Convenções é também comprovada pela sua inadequação às alterações climáticas. Neste sentido, no caso do património natural deveriam ser estabelecidas medidas de prevenção³⁰ que adaptassem os protocolos à imprevisibilidade ambiental que se vem a agravar³¹ e que põe em causa as tradições e a paz.³²

20 CAMPION, 2017.

21 BRODIE, 2015.

22 DEISSER & WAHOME, 2016.

23 LITTON, 2012.

24 KANE, 2015.

25 ALMEIDA, 1998.

26 CHOAY, 2011.

27 DEISSER & WAHOME, 2016.

28 BRODIE, 2015.

29 Desde 2001.

30 ICOMOS, 1987; ZANIRATO, 2010.

31 QUIGGIN, 2011.

32 SHORLEMER & MAUS, 2014.

No domínio cultural, a multiplicação e a brutalidade dos conflitos armados requerem uma abordagem particularmente complexa que solicita a revisão dos perímetros³³ de proteção dos bens (ZP e ZEP)³⁴.

No que diz respeito à segurança³⁵, são vários os autores que denunciam a luta desigual entre os defensores e os atacantes dotados de artilharia altamente avançada³⁶(exemplo da tragédia de Luxor)³⁷. Contudo, mesmo em contexto pacífico a segurança de alguns espaços depende quase totalmente do apoio financeiro da UNESCO e de outros Estados Parte para a contratação de guardas (note-se o caso de Bamiyan)³⁸.

Nesta linha de pensamento, apesar da existência de documentos que proíbem a sua ocupação para fins militares³⁹, na realidade estes sítios tornam-se por vezes em verdadeiros campos de batalha⁴⁰. A este propósito convém referir que parte da destruição é feita após o término dos conflitos devido à ausência de forças policiais⁴¹.

Ainda que durante os confrontos os bens devam ser abertos ao domínio internacional e os Estados Membros em disputa devam garantir a imunidade patrimonial de ambas as partes (Artigo 12º)⁴², existem ataques externos que dificultam a preservação dos sítios e a assistência internacional.

Felizmente, salvo raras exceções, a monitorização periódica⁴³ mantém-se apesar da dificuldade de aceder aos locais (veja-se o caso de Alepo). Na impossibilidade de agir diretamente, aplicam-se medidas alternativas como a realização de cursos à distância, treinos de atuação em caso de desastre⁴⁴ e parcerias com organizações sediadas no local, de forma a obter informação sobre o estado de conservação dos bens (como no caso de Jam)⁴⁵.

Apesar de altamente condenado, o tráfico ilícito de património cultural é dos crimes que mais tem vindo a aumentar desde os anos 70⁴⁶. Seja para o finan-

33 Diário da República Eletrónico, 2009.

34 O relatório da UNESCO de 2018 sobre o estado de conservação do sítio cultural do Vale de Bamiyan alertava para a necessidade de rever a legislação nacional afegã sobre a proteção de bens culturais, uma vez que a paisagem em causa não se encontrava inserida numa zona de proteção. Sítio Oficial da UNESCO, 2018.

35 Independentemente da existência da NATO e dos capacetes azuis (ICBS; UNESCO, 1954), alguns sítios culturais são protegidos apenas por um pequeno grupo de indivíduos. IKRAM, 2013.

36 ALI, 2013.

37 CAMPION, 2017.

38 Sítio Oficial da UNESCO, 2010.

39 UNESCO, 1954; HAGUE IV, 1907.

40 QUNTAR, 2013.

41 RASHID, 2016.

42 UNESCO, 1954.

43 ICOMOS, 2009.

44 QUNTAR *et al.*, 2015.

45 Devido à insegurança sentida em Jam entre 2007 e 2011, não foram realizadas missões da UNESCO ao local. No entanto, com a ajuda da Organização Afegã de Consulta de Terrenos (ALCO), foi possível obter informação acerca do estado de conservação do sítio cultural. Sítio Oficial da UNESCO, 2011.

46 STEIN, 2015.

ciamento de grupos terroristas⁴⁷ ou para o enriquecimento de coleções privadas (mercado dominado pelo Reino Unido, os EUA, o Dubai e o Paquistão)⁴⁸, a defesa destes bens passa pelo inventário, a legislação e a educação⁴⁹.

Todavia, assumindo que este tipo de crime envolve a deslocação de bens por diversos países, é preciso aceitar que a incompatibilidade legislativa tem de ser ultrapassada. A este propósito salienta-se a parceria entre a Itália e a Jordânia (apoiada pela UNESCO, a UNODC e a Interpol) para a diminuição da importação e exportação ilegal de propriedade cultural⁵⁰.

REVISÃO DE DOCUMENTOS NORMATIVOS

Apesar dos inúmeros documentos normativos relacionados com o património cultural, a sua salvaguarda, proteção e gestão, destacar-se-ão neste artigo apenas os exemplos diretamente ligados ao património mundial em risco.

Nos finais do séc. XIX, realizava-se a Primeira Conferência Internacional para a Paz em Haia, da qual resultou a Convenção relativa às Leis e Costumes de Guerra em Terra (1899)⁵¹. No documento em causa era abordada a problemática do tratamento dos edifícios religiosos, de arte, ciência, educação e caridade, como propriedade privada (Artigo 56º). O que implicava que, salvo em caso de ocupação militar, os bens deveriam ser poupados (Artigo 27º). A Convenção proibia ainda a pilhagem (Artigo 28º) e a apreensão de propriedade privada (Artigo 46º).

Os princípios enunciados na Conferência supracitada viriam a ser revistos em 1907 num período em que se previa a inevitabilidade de alterações. Todavia, é no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que se ganha uma consciência efetiva acerca das consequências da destruição cultural para a Humanidade. Os conflitos da década de 90 na Jugoslávia contribuíram para que se declarasse que o património não poderia ser utilizado para fins militares e que os Estados ocupantes tinham responsabilidade na salvaguarda e preservação dos bens do território ocupado⁵².

Na década de 60 foi redigida a Recomendação da UNESCO para a preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas (1968)⁵³, que alertava para os perigos da industrialização e do desenvolvimento urbano. O documento chamava a atenção para os possíveis efeitos negativos de alterações negligentes em edifícios ou conjuntos históricos.

47 UN, 2016.

48 STEIN, 2015.

49 UNESCO, 1970.

50 UN, 2016.

51 UNESCO, 1954.

52 *Idem*.

53 UNESCO, 1968.

Em 1970 a UNESCO redige a Convenção sobre os meios de proibir e impedir a importação, exportação e transferência ilícitas de bens culturais⁵⁴ que, apesar de assumir que o intercâmbio cultural é um veículo para o desenvolvimento, a tolerância e a convivência entre povos, reconhece que a proteção dos bens depende da cooperação internacional, da aposta no inventário, na investigação e na educação.

A Convenção da UNESCO de 1972 acerca da Proteção do Patrimônio Natural e Cultural Mundial⁵⁵ é um dos documentos normativos mais relevantes para a problemática, não só porque estabelece a criação da LPMR, mas também porque revela as principais causas de degradação e destruição, assumindo a sua multiplicação progressiva. O documento frisa ainda a obrigação ética de cada Estado de preservar o patrimônio da Humanidade, enquanto esclarece a criação dos Fundos e as hierarquias de ação e proteção dos bens.

Duas décadas mais tarde, as Nações Unidas produziram um documento de relevo para a proteção do patrimônio natural, a Declaração do Rio de Janeiro (1992)⁵⁶. Este manifesto debatia a necessidade de acordos internacionais para a salvaguarda da integridade ambiental do planeta. Em adição, a organização afirmava a igualdade de direito dos Estados de explorarem os seus recursos sem, contudo, prejudicarem a subsistência de outras geografias e das futuras gerações. Mais, o documento apelava ao desenvolvimento sustentável, à inclusão, à tolerância e ao empoderamento das geografias mais vulneráveis.

Numa cronologia próxima destaca-se a Convenção UNIDROIT acerca de objetos culturais roubados ou ilegalmente exportados (1995)⁵⁷, instrumento crucial para o entendimento dos processos de aquisição, transporte, requisição e devolução de propriedade cultural.

Finalmente, é relevante recordar a Convenção acerca da destruição intencional de Patrimônio Cultural da UNESCO (2003)⁵⁸. O acordo em causa começa por reconhecer o crescimento dos fenômenos de destruição propositada que têm como alvo não só os bens culturais, mas também os naturais. Em suma, a Convenção responsabiliza os Estados pela proteção do patrimônio e pela penalização dos responsáveis em caso de negligência ou de ofensa deliberada.

Apesar da necessidade de critérios e normas internacionais de proteção patrimonial, as últimas décadas comprovam a insuficiência dos documentos face à multiplicação das hostilidades e das catástrofes naturais.

⁵⁴ UNESCO, 1970.

⁵⁵ UNESCO, 1972.

⁵⁶ UN, 1992.

⁵⁷ UNIDROIT, 1995.

⁵⁸ UNESCO, 2003.

Das razões por detrás da lacuna entre teoria e prática destacam-se: os ataques perpetrados por organizações terroristas que não se regem pelo Lei internacional; a desvalorização do aquecimento global por parte dos líderes mundiais; a escassez de fundos destinados à proteção dos bens e o conflito de interesses associado ao crescimento económico e às relações políticas entre Estados (relembre-se que Francesco Bandarin, antigo Diretor da UNESCO, acusa o atual Comité de evitar o debate acerca da inserção de Veneza na LPMR)⁵⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo comprometera-se analisar as hierarquias e a eficácia da proteção, valorização e comunicação dos bens considerados Património Mundial, a partir do exame da LPMR da UNESCO de 2018-2019 e de alguns documentos normativos fundamentais para o tema.

Uma primeira investigação acerca da problemática em causa contribuiu para o reconhecimento de discrepâncias na proteção e preservação dos bens, não só devido à insegurança sentida em algumas regiões, mas também graças à escassez de financiamento para tal. Não obstante, a desigualdade continua a ramificar-se ao nível da comunicação dos bens, quer na plataforma online da UNESCO, quer pela comunicação social.

Apesar de se assumir desde o início que por vezes a classificação pode ter consequências nocivas para a proteção patrimonial (sobretudo devido ao terrorismo e ao impacto do turismo cultural), acredita-se que esta pode atuar de forma fulcral para a obtenção de assistência técnica e financeira de outros Estados.

O percurso da investigação permitiu ainda esclarecer qual a tipologia de bens mais vulnerável (cultural), quais as principais causas de risco (conflitos armados, alterações climáticas, expansão urbana e falta de manutenção dos bens) e as geografias mais afetadas (Médio Oriente, África Setentrional e Central).

Por fim, permanecem por aprofundar exemplos de: bens não inscritos na LPMR da UNESCO, mas que se consideram em perigo iminente (Veneza); bens perdidos devido a causas naturais (Museu do Rio de Janeiro) e obras roubadas ou ilegalmente exportadas (como as joias do Museu Grüne Gewölbe).

⁵⁹ BANDARIN, 2019.

FONTES

- ALI, Cheikhmous (2013) – *Syrian Heritage under threat*. «Journal of Eastern Mediterranean Archaeology & Heritage Studies» vol. 1, n.º 4, p. 351-366. Disponível em <<https://tinyurl.com/y8yas5rc>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- ALMEIDA, Carlos (1998) – *Património o seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos.
- BANDARIN, Francesco (2019) – *A former Unesco chief denounces its failure to protect Venice at Baku meeting*. «The Art Newspaper», 10 de julho de 2019. Disponível em <<https://tinyurl.com/tnwanur>>. [Consulta realizada em 31/12/2019].
- BRODIE, Neil (2015) – *Why no one talking Libya's Cultural Destruction?*. «Near Eastern Archaeology», vol. 78, n.º 3, p. 212-217. Disponível em <<https://tinyurl.com/yc9l8hj5>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- CAMPION, Kristy (2017) – *Blast through the Past Terrorist Attacks on Art and Antiquities as a Reconquest of the modern Jihad identity*. «Perspectives on Terrorism», vol. 11, n.º 1, p. 26-39. Disponível em <<http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/575>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- CHOAY, F. (Luís Sarmiento trad.) (2011) – *As questões do património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- CHOAY, Françoise (1999) – *A alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- DEISSER, Anne & WAHOME, Ephraim (2016) – *Access to heritage conservation as a human right in Kenya*. «Conservation of Natural and Cultural Heritage in Kenya», UCL Press. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctt1gxxpc6.8.pdf>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- Diário da República Eletrónico (2009) – Decreto-Lei n.º 309/2009. Disponível em <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/483153/details/maximized>>. [Consulta realizada em 15/12/2018].
- HAGUE IV (1907) – *Convention respecting the laws and customs of war on land*. Disponível em <<https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000001-0631.pdf>>. [Consulta realizada em 15/12/2018].
- HANNA, Monica (2013) – *What has happened to Egyptian heritage after the 2011 unfinished revolution?* «Journal of Eastern and Mediterranean Archaeology & Heritage Studies», vol. 1, n.º 4, p. 371-375. Disponível em <<https://tinyurl.com/y73tqxr5>>. [Consulta realizada em 16/12/2018].
- HARMANSAH, Omur (2015) – *ISIS, Heritage, and the Spectacles of Destruction in the Global Media*. «Near Eastern Archaeology», vol. 78, n.º 3, p. 170-177. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/10.5615/neareastarch.78.3.0170?seq=1>>. [Consulta realizada em 16/12/2018].
- ICOMOS (1987) – *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. Disponível em <<https://tinyurl.com/yd5dojda>>. [Consulta realizada em 15/12/2018].
- _____ (2009) – *World Heritage in Danger. Compendium II*. Disponível em <<https://whc.unesco.org/document/106357>>. [Consulta realizada em 17/12/2018].
- IKRAM, Salima (2013) – *Cultural Heritage in Times of Crisis: The View from Egypt*. «Journal of Eastern Mediterranean Archaeology & Heritage Studies», vol. 1, n.º 4, p. 366-371. Disponível em <<https://tinyurl.com/ybm7knvf>>. [Consulta realizada em 16/12/2018].
- IPHAN (1982) – *Declaração de Nairobi*. Disponível em <<https://tinyurl.com/y9rwkb6o>>. [Consulta realizada em 16/12/2018].
- KANE, Susan (2015) – *Archaeology and Cultural Heritage in Post-Revolution Libya*. «Near Eastern Archeology», vol. 78, n.º 3, p. 204-211. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/pdf/10.5615/neareastarch.78.3.0204.pdf>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- KARLSTRÖM, Anne (2013) – *Local heritage and the problem with conservation*. «Transcending the Culture-nature Divide in Cultural Heritage». Disponível em <<https://tinyurl.com/tyrno86>>. [Consulta realizada em 16/12/2018].

- LITTON, Sam (2012) – *The World Heritage «in danger» Listing as a taking*. «International Law and Politics» vol. 44, p. 219-265. Disponível em <<https://tinyurl.com/y74sqdve>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- LOPES, Ana (2015) – *Salvaguarda do Património: classificação e comunicação. Relatório de Estágio na DRCN*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Relatório de Estágio do Mestrado em História da Arte Portuguesa.
- PEDERSEN, Arthur (2002) – *World Heritage Manuals 1. Managing tourism at World Heritage Sites: a practical manual for world heritage sites managers*. Disponível em <<https://tinyurl.com/y7qtfakg>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- QUIGGIN, John (2011) – *Managing risk in the Murray-Darling Basin*. «Basin Futures». Disponível em <<https://tinyurl.com/y94qnvqk>>. [Consulta realizada em 15/12/2018].
- QUNTAR, Salam (2013) – *Syrian Culture Property in the Crossfire: Reality and Effectiveness of Protection Efforts*. «Journal of Eastern Mediterranean Archaeology & Heritage Studies», vol. 1, n.º 4, p. 348-351. Disponível em «<https://tinyurl.com/ycu6rslv>». [Consulta realizada em 13/12/2018].
- QUNTAR, Salam; HANSON, Katharyn; DANIELS, Brain; WEGENER, Corine (2015) – *Responding to a Cultural Heritage Crisis: The Example of the Safeguarding the Heritage of Syria and Iraq Project*. «Near Eastern Archaeology» vol. 78, n.º 3, p. 154-160. Disponível em <<https://tinyurl.com/yaw7l7wk>>. [Consulta realizada em 18/12/2018].
- RASHID International [2016] – *The intentional destruction of cultural heritage in Iraq as a violation of Human Rights*. Disponível em <<https://tinyurl.com/yyjhbqvx>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- SCHORLEMER, Sabine & MAUS, Sylvia (2014) – *Reflections on Climate Change, Heritage and Peace*. «Climate change as a threat to peace». Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/j.ctv2t4cvp>>. [Consulta realizada em 16/12/2018].
- Sítio Oficial da UNESCO (2010) – *State of Conservation. Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley*. Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/soc/457>>. [Consulta realizada em 23/12/2019].
- _____ (2011) – *State of Conservation. Minaret and Archaeological Remains of Jam*. Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/soc/291>>. [Consulta realizada em 22/12/2019].
- _____ (2018) – *State of Conservation. Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley*. Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/soc/3875>>. [Consulta realizada em 29/12/2019].
- _____ [2019, a] – *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/conventiontext/#Article11.4>>. [Consulta realizada em 24/12/2019].
- _____ [2019, b] – *World Heritage in Danger*. Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/158/>>. [Consulta realizada em 24/12/2019].
- _____ [2019, c] – *List of World Heritage in Danger*. Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/danger/>>. [Consulta realizada em 25/12/2019].
- STEIN, Gil (2015) – *The War-ravaged cultural heritage of Afghanistan: Na Overview of Projects of Assessment, mitigation, and preservation*. Disponível em <<https://tinyurl.com/ycynl2qc>>. [Consulta realizada em 18/12/2018].
- UN (1992) – *The Rio Declaration on Environment and development (1992)*. Disponível em <<https://tinyurl.com/qqh9ejv>>. [Consulta realizada em 31/12/2019].
- _____ (2016) – *Protecting Cultural Heritage: an imperative for humanity*. Disponível em <<https://tinyurl.com/y9py8b29>>. [Consulta realizada em 18/12/2018].

- UNESCO (1954) – *The 1954 Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the event of armed conflict and its two (1954 and 1999) Protocols*. Disponível em <<https://tinyurl.com/y4565v>>. [Consulta realizada em 16/12/2018].
- ____ (1968) – *Recommendation concerning the Preservation of Cultural Property Endangered by Public or Private works*. Disponível em <<https://tinyurl.com/y2t8toct>>. [Consulta realizada em 31/12/2019].
- ____ (1970) – *Unesco Convention on the Means of prohibiting and preventing the illicit import, export and transfer of ownership of cultural property*. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259749>>. [Consulta realizada em 18/12/2018].
- ____ (1972) – *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. [Consulta realizada em 13/12/2018].
- ____ (2003) – *Declaration concerning the intentional destruction of cultural heritage*. Disponível em <<https://tinyurl.com/utlq6p5>>. [Consulta realizada em 31/12/2019].
- ____ (2011) – *Recomendação sobre a Paisagem histórica urbana*. Disponível em <<https://tinyurl.com/y729gvgg>>. [Consulta realizada em 16/12/2018].
- UNIDROIT (1995) – *UNIDROIT Convention on stolen or illegally exported cultural objects*. Disponível em <<https://www.unidroit.org/instruments/cultural-property/1995-convention>>. [Consulta realizada em 31/12/2019].
- ZANIRATO, Sílvia (2010) – *Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade*. «Ambiente & Sociedade», vol. XIII, n.º 1, p. 151-164. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a10.pdf>>. [Consulta realizada em 15/12/2018].

FICÇÃO E FRUIÇÃO DE PAISAGENS DE OITOCENTOS:

ENTRE O PORTO E VILA REAL, POR EDWARD QUILLINAN

CARMEN MATOS ABREU*

Resumo: *O conjunto de Paisagens Patrimoniais circunscritas pelas margens e fronteiras do rio Douro, bem como todos os meandros antrópicos dos costumes e modos das gentes durienses durante a 2.ª invasão francesa no norte de Portugal, registam-se no romance *The Sisters of the Douro*, de Edward Quillinan. No palco narrativo entre o Porto e Vila Real, o texto está profundamente enriquecido por paisagens patrimoniais, urbanas ou campestres, oferecendo detalhes construtivos, topográficos, da flora ou fauna do percurso. Por imposição da estética romântica, assiste-se ao enredo amoroso de duas jovens portuguesas do Douro e dois oficiais ingleses, em que longas páginas das paisagens cultural e antrópica se aprofundam. Todo este conjunto histórico-patrimonial, onde a estética realista não se omite, deixa o registo de autenticidade, o que lhe permite ser considerado um documento histórico da geografia e património portugueses de Oitocentos, a partir do qual poderão ser recolhidos valores prospetivos a serem considerados.*

Palavras-chave: *paisagens patrimoniais; Edward Quillinan; processo antrópico; património português de Oitocentos.*

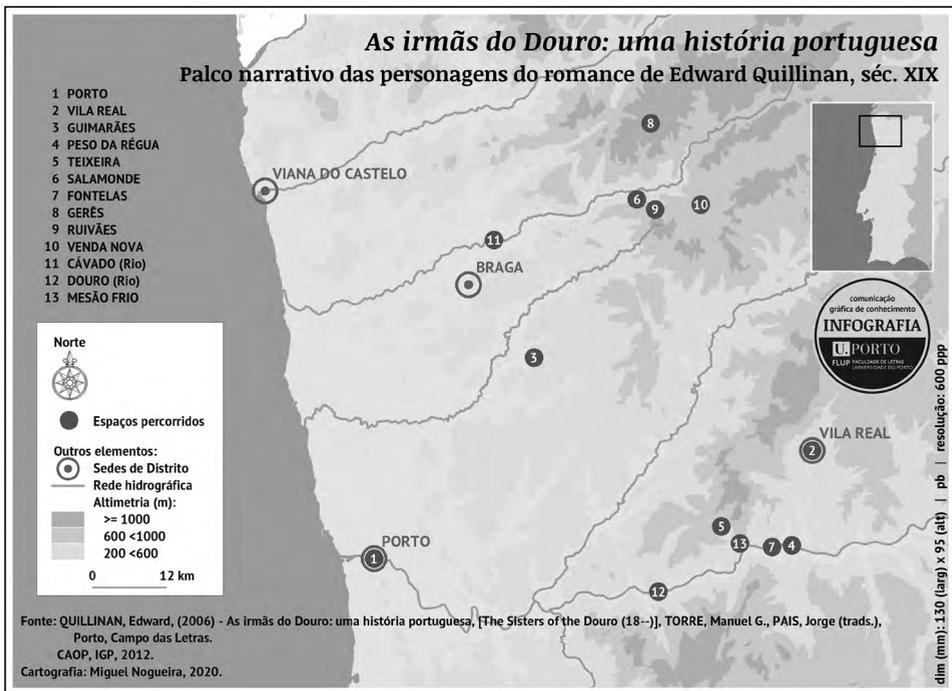
Abstract: *The Edward Quillinan's novel *The Sisters of the Douro* highlights a set of Heritage Landscapes confined by the banks of the Douro river, as well as all the anthropic process about customs and manners of the Douro inhabitants during the 2nd French invasion of northern Portugal. On the narrative stage between Porto and Vila Real, the text is deeply enriched by heritages of urban or country landscapes observed along the way, describing building and topographic details, including flora and fauna. Imposed by the romantic literary aesthetics, the reader also notices about a loving plot of two Portuguese young women from the Douro and two English officers, pages where deep and original cultural and anthropic perspectives are developed. This novel is generally considered a historic document of the Portuguese Patrimony of the nineteenth century. For this reason, and in accordance with the cultural and geographical framework provided by literary realism, it is acceptable that all those heritage values can be prospectively collected and considered.*

Keywords: *Heritage Landscapes; Edward Quillinan; anthropic process; Portuguese heritage of the nineteenth century.*

The Sisters of the Douro é um romance inglês que assoma a público em meados do séc. XIX, escrutinando as múltiplas tonalidades das naturezas geográfica, humana e cultural que povoavam o norte de Portugal, a par de registos patrimoniais com que as personagens se iam deparando ao longo de um percurso essencialmente estabelecido entre a cidade do Porto e a região duriense, ou, mais propriamente, Vila Real¹. Atentando na identidade do povo português, por vezes de feição comparatista com a do povo inglês, o texto dedica especial atenção aos modos, costumes

* CITCEM/FLUP, Portugal | G-ACERVOS, Univ. Fed. Bahia | CNPq, Brasil. Email: carmen.m.abreu@gmail.com.

e caracteres, focalizando-se embora numa família aristocrata residente no lugar da Teixeira, nas imediações de Mesão Frio. Preenchendo o horizonte de expectativas do público leitor da época romântica, e embora o fôlego descritivo dos objetos observados aponte para um gosto autoral cuja verosimilhança permite integrar o romance na estética realista, nesta ficção acentua-se, contudo, a vertente sentimental a partir da aproximação de duas irmãs portuguesas a dois militares ingleses, os oficiais Stanisforth e Wilmot. O enredo de *As irmãs do Douro*, também no parecer de Miguel de Alarcão, conjuga «a divulgação literária com o aproveitamento ficcional de uma situação histórica, sem esquecer a descrição paisagística e a relação de interação sociocultural entre estrangeiro e nativo»² – estratégias romanescas que se desenvolverão, e cuja cartografia dos locais percorridos pelas personagens³, que a seguir se poderá observar, certamente auxiliará ao quadro imaginário de leitura.



1 Como mera curiosidade e pelo contraste estabelecido com o romance em análise, relativamente aos percursos narrativos de Camilo Castelo Branco, Gaspar Martins Pereira escreve que «O Douro de Camilo não é uma paisagem nítida, descrita no pormenor das suas componentes naturais ou humanas. [...] A maior parte das vezes, o percurso seguido por de Camilo [sic] levou-o apressado de Vila Real para o Porto, [...]», pelo que «os instantâneos que captou e as sensações que teve nunca lhe deram para centrar o olhar, demoradamente, no cenário do Douro vinhateiro e nos seus dramas sociais e humanos», in PEREIRA, 2017: 11.

2 ALARCÃO, 1995: 111.

3 Uma nota do nosso devido agradecimento aos serviços de Infografia da FLUP, e mais exatamente à pessoa do seu responsável Dr. Miguel Nogueira, pela diligência e prontidão com que este mapa foi elaborado em fase já muito próxima desta edição.

Todavia, e antes disso, talvez fosse útil à compreensão deste ensaio referir-se, ainda que sumariamente, quem foi este escritor e porquê as suas motivações por Portugal. Edward Quillinan, nascido em 1791 na cidade do Porto, no seio de uma família irlandesa, e falecido em 1851 em Ambleside, Reino Unido, permaneceu em Portugal até aos sete anos, idade com que foi para Inglaterra estudar nas Roman Catholic Schools. Regressado a Portugal para tomar parte na firma comercial do pai, em 1807, porém, as invasões francesas obrigaram esta família a refugiar-se de novo, não na Irlanda, mas em Inglaterra. Genro do poeta romântico inglês William Wordsworth, com quem partilhava afinidades literárias, em 1845 Edward Quillinan retornou a Portugal. E neste romance não apenas se percebe o gosto e a ligação sentimental ao nosso país como o interesse pela literatura portuguesa – de notar que este escritor traduziu para inglês *Os Lusíadas* e a *História de Portugal* de Alexandre Herculano. Talvez a circunstância compulsiva de ir mudando de país lhe tenha estimulado a observação das paisagens, urbanas ou campestres, culturais ou antropológicas, afinal sempre consideradas nas suas relações antrópicas onde crenças e linguagens ou modos e costumes se incluem. E quando Eduardo Lourenço escreve que «Poucos países fabricaram acerca de si mesmos uma imagem tão idílica como Portugal»⁴, também será verdade afirmar-se que este romance, escrito pelo pensamento e caneta de um inglês, contribuiu para essa imagem do nosso país.

Passemos ao texto. No combate às invasões francesas no norte de Portugal, a presença dos referidos elementos do exército britânico na ajuda ao corpo militar português contra os franceses traz à memória um momento histórico do período de Oitocentos, quando a atmosfera de conflitos bélicos, em pontuais guerrilhas provocadas pelos invasores, foi geradora de uma onda de enorme insegurança, penalização e profundo desconforto social e político. Durante a incursão ao nosso país, refere o narrador, alguns soldados ingleses, «resmungando contra as desgraçadas estradas e o sol abrasador, outros gabando o bom vinho da região do Alto Douro»⁵, irão rumar do Porto até Vila Real. Ainda na cidade invicta, as referências narrativas ao seu património são várias. Relata-se, por exemplo, que um «oficial do séquito do marechal Soult»⁶, o Coronel Champlemonde, se dirige «do Palácio dos Carrancas, o alojamento do seu general [7], para o seu próprio, a Casa da Bandeirinha, perto do convento de freiras de Monchique. Ambos os edifícios se situam

4 LOURENÇO, 2009: 76.

5 QUILLINAN, (2006 [18--]): 36.

6 *Idem*, *ibidem*: 19.

7 «Na primeira metade do século XIX o Palácio dos Carrancas e os seus habituais moradores irão assistir e participar ativamente nos momentos históricos vividos durante esse período da Cidade do Porto». [...] No ano seguinte [1809] será a vez de um «hóspede» verdadeiramente notável, o general Soult invadir Portugal e escolher «para sua residência, o que era então considerado o melhor palacete da cidade [...] durante os quarenta e quatro dias que dura a ocupação» [...] «A retirada do Palácio dos Carrancas tomou um aspecto quase lendário dado o carácter teatral que se lhe atribuiu». *Vide: Os Carrancas e o seu Palácio*, 1984: 22-23, *passim*.

na parte alta da cidade e não muito longe um do outro»⁸, sendo que a localização do palácio dos Carrancas⁹ usufruía de um certo privilégio, pelo que,

[...] quando [o duque da Dalmácia] pensava que a aproximação do inglês era provável, ficava, de telescópio na mão, encostado ao balaústre de pedra que cercava a pequena casa que existe no Palácio dos Carrancas e desse posto altaneiro vigiava a barra e o mar, esperando a cada hora ver os navios de transporte ingleses¹⁰. (idem: 26).

Só que tal regalia tinha contrapartida, na medida em que

Enquanto o duque francês estava daquele modo de olhos postos no mar a partir daquela eminência de comando na margem direita do rio, outro olhar, tão agudo como o seu, estava mais bem direcionado a partir da margem esquerda. O comandante inglês [Wellesley], que ainda não era duque, observava com forte, mas controlado prazer o sucesso da sua ousada iniciativa do alto do mosteiro beneditino da Serra [11], um edifício que havia muito mais tarde de vir a ser, em ruínas, um nobre monumento ao valor português bem sucedido¹². (idem: 27).

Quanto à Casa da Bandeirinha, acrescenta-se mais adiante que «está rodeada em três dos lados por um muro alto, e havia sentinelas nos portões; além disso havia no pátio um anexo pequeno que tinha sido convertido em casa da guarda» (idem:20), imóvel da nobreza conhecido pelo palácio da Bandeirinha ou palácio das Sereias, e que em meados do séc. XX foi vendido à ordem italiana das Freiras Canossianas Missionárias.

Será interessante notar-se que embora as rivalidades relatadas tenham por base o fundamento político-social, nas descrições a que o leitor assiste os acometimentos de impiedade marcial não constituem o vórtice da problemática romanesca, pelo que a fiada de descrições, conforme se irá verificar, organizam uma moldura, por vezes de apurado pormenor, na qual a tela dos entusiasmos afetivos das personagens se incluiu. Tal ornato, amplamente entretecido pela auscultação atenta e reiterada, por parte dos oficiais ingleses, das ofertas da paisagem patrimo-

⁸ QUILLINAN, (2006 [18--]): 19.

⁹ A partir da «segunda década do século XVIII, na Rua de Cima do Muro à Porta Nova, vivia um agregado familiar de cristãos-novos, como muitos outros, dedicado ao pequeno comércio e à indústria caseira. Compunha-se de Francisco Gabriel [...], sua mulher Clara da Fonseca, e suas filhas Violante Maria e Mariana de Alvim», sendo que a última filha vem a casar com Luís de Almeida Moraes, continuadores dos negócios de família e futuros habitantes de «uma casa alugada no sítio do Carranca – já então assim designado – não muito longe dos terrenos onde se começara a construir o Hospital Novo, ao Carregal», atual Hospital de Santo António. *Os Carrancas e o seu Palácio*, 1984: 13-14, *passim*.

¹⁰ QUILLINAN, (2006 [18--]): 26.

¹¹ É nossa convicção que Edward Quillinan se estaria a referir ao «mosteiro agostino da Serra», atual Mosteira da Serra do Pilar. Acerca deste Mosteiro, remetemos para a revista MONUMENTOS n.º 9, setembro 1998, na qual se publicam vários e incontornáveis artigos das várias áreas do saber acerca deste monumento, permitindo-nos destacar o texto «A Fortaleza do Convento», do engenheiro militar Francisco Sousa Lobo, talvez aquele que melhor responda à curiosidade intelectual acerca da narrativa em contexto.

¹² QUILLINAN, (2006 [18--]): 27.

nial que ao longo do percurso se ia oferecendo, permitiu-lhes que sentissem «maior atracção pela beleza do extenso e estreito vale do que pela das suas mulheres, entre quem havia de facto poucas dignas de nota pelos seus encantos»¹³ – apesar de tudo, tal seria o encantamento motivado por uma paisagística que os deslumbrava.

Contracenando com múltiplos argumentos, em *As Irmãs do Douro: uma história portuguesa*, – título de tradução da obra original –, o leitor assiste então a projeções de descrição da topografia local portuguesa conforme os esquadrões britânicos iam progredindo no terreno durante as investidas defensivas, descrições analisadas e comentadas com alguma surpresa para o leitor que nunca perderá a noção de que o enfoque romanesco está contido na relação sentimental. Sabe-se que, iniciado o percurso rumo à zona duriense, o marechal Soult

*[...] assistia a sermões e procissões, beijava relíquias, prostrava-se devidamente nas ruas sempre que a campainha anunciava a passagem do Santíssimo Sacramento e chegava mesmo a ir a cavalo, seguido por todo o pessoal, com uma pompa de santidade digna de S. Luís na Síria, até à aldeia de Matosinhos no aniversário de S. Nicodemo. Aí chegado, desmontava junto do portão da área em que se ergue a igreja de Nossa Senhora das Bouças e fazia a romaria de joelhos à volta da igreja; depois, entrando, aproximava-se do altar e ajoelhava-se em edificante reverência perante a milagrosa imagem de madeira do nosso Salvador, esculpida por S. Nicodemo na Palestina e à saída da praia de Leça*¹⁴.

E assim se aclaram os modos, as crenças religiosas e o mito de uma tradição nortenha em torno do crucifixo de madeira¹⁵ aportado à então ainda praia de Leixões¹⁶, património imaterial ainda hoje celebrado na cidade de Matosinhos. Ao longo do texto, na progressão do exército inglês por entre veredas e recantos registam-se, com subtileza, mas alguma acuidade, vários acidentes de terreno cavados pelos cursos de alguns rios e ribeiros, com menções, entre demais, ao rio da Venda Nova, ao rio Ruivães, ao rio Cávado, ao rio Teixeira e, esperadamente, ao rio Douro. A partir das margens destes cursos de água a narrativa vai estabelecendo sucessivas fronteiras entre o belo natural e o temor da violência marcial prometida, ou talvez adivinhada. Mas perceba-se como. O périplo efetuado atra-

¹³ *Idem, ibidem*: 36.

¹⁴ *Idem*: 23.

¹⁵ «Aquele que é porventura o mais famoso náufrago da região do Porto deu à costa, segunda [sic] a lenda, no dia 3 de Maio do ano de 124. Desde então não mais deixou de operar milagres e está na origem daquela que é, há já muitos séculos, uma das maiores romarias do país a do Bom Jesus de Matosinhos. Para lá da lenda encontramos-nos perante aquela que é provavelmente a mais antiga escultura, existente em Portugal, de um Cristo crucificado em tamanho natural», CLETO, 2015: 15.

¹⁶ Como é sabido, nos finais do século XIX esta praia de Leixões deu lugar ao atual porto com o mesmo nome, investimento que, sendo embora atribuído ao fontismo, parece que «a sua construção já havia sido proposta nos princípios do séc. XVIII», pois «Foi no reinado de D. João V que se apresentou um projecto para aproveitamento das pedras de Leixões, consideradas já então muito favoráveis à construção de um porto artificial», in «Leixões e Pedras Rubras», s/d:409-410, *passim*.

vés de cidades, vilas e aldeias logo começa quando o narrador refere o trajeto apressado na perseguição do general Soult e seus milhares de soldados em direção à Galiza, exército que já se assumia em debanda, confrontando:

[...] um percurso difícilimo numa região agreste e desconhecida, com os britânicos a persegui-lo, com Silveira pela frente, com Wilson e outros chefes de entusiastas à sua direita, com o mar e a bandeira inglesa de cruz vermelha à sua esquerda, com guerrilhas em todas as direções, com camponeses hostis por detrás de cada parede e, pior do que tudo, com os seus próprios soldados descontentes¹⁷ (idem: 27).

Reparou-se, certamente, no vigor e clareza descritiva deste excerto, que logo de seguida se intensifica com a informação do quadro paisagístico de configuração panorâmica de ambas as margens do rio Cávado:

Onde quer que curve para a esquerda, os montes rochosos do lado oposto do rio, a margem direita do Cávado, ficam de perto em frente do viajante; se, pelo contrário, a estrada curvar para a direita, o viajante é saudado pelos montes mais ricos da margem esquerda ao lado da qual cavalga¹⁸.

E o texto distende-se neste teor ao longo de páginas e páginas que entremeam os vários episódios romanescos, quase parecendo desviar-se do objeto romanesco a que se propõe. Na impossibilidade de nesta abordagem podermos fazer um registo capazmente demonstrativo dessa digressão pelas paisagens patrimoniais que Edward Quillinan aponta generosamente, registre-se, entretanto, o momento da trajetória ficcional, a partir do Porto, das tropas francesas em direção ao norte, na qual cruzaram os montes «chamados Serra de Santa Catarina, até Guimarães»¹⁹ e «Salamonde, uma aldeia situada no cimo, embora em posição abrigada, da Serra de Vieira»²⁰; de seguida, «a estrada afunda-se tortuosamente em direção ao Cávado, que corre entre esta serra e a mais imponente e escarpada Serra do Gerês»²¹, e «...deixando o Cávado e voltando à direita, subindo pela margem esquerda do rio de Venda Nova, outro ribeiro afluente desse rio, o viajante atravessa a aldeia de Os Frades do Pinheiro (onde se ergue não um pinheiro, mas um único castanheiro de enorme perímetro)»²², até que finalmente chegam à zona de Montalegre, caracterizada pelos almocreves locais e de Chaves, «zona selvagem [...] pouco conhecida [...] que a minúcia e, talvez, o tédio desta descrição, podem, por essa razão, ser dispensados»²³.

¹⁷ QUILLINAN, (2006 [18--]); 27.

¹⁸ *Idem, ibidem*: 29-30.

¹⁹ *Idem*: 28.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Idem*.

²² *Idem*: 30.

²³ *Idem*: 31.

Fiel ao carácter elucidativo, e até orientador, o narrador também se dedica, com reconhecido pormenor, ao registo da abundante fauna e flora encontrados em vales e montanhas, atravessadas, aqui e além, por estradas, caminhos e pequenos recantos que surpreendem o caminheiro. A citação seguinte será um dos múltiplos momentos descritivos que poderá reafirmar, e exemplificar, esta opinião. Chegados à aldeia de Salamonde, fica-se a saber que:

A estrada que tomou a partir deste lugar é a princípio parcialmente cortada através da pirraça que constitui as suas duas margens. Depois abre-se sobre um espaço de tom violeta devido à urze e verde devido ao azevinho e aos fetos (urzes arborescentes e fetos altos) e às estevas. Aqui a vista é aberta até alguma distância, a toda a volta, aqui e ali ravinas e barrancos íngremes e profundos – algumas dessas depressões estão cobertas de bosques de azevinho. [...] Assim o caminho desce tortuoso através de espaços bravios de urze alta e carvalho anão, indo em muitos lugares a pique, como se lavrados pelas torrentes²⁴.

Repetindo-se a tendência já referida, a partir deste excerto a narrativa ocupa-se, durante páginas e páginas, de informações acerca da flora e da fauna, possibilitando ao leitor interessado nessa matéria uma avaliação das espécies autóctones epocais, com vantagem para o conhecimento da diversidade biológica e ecossistémica. Mas passemos para outra citação, na qual sobressai e se confirma o esforço de precisão que Edward Quillinan confere às descrições narrativas. Continuando a informar o itinerário percorrido pelos franceses, o narrador refere que:

[...] na retirada atravessa a ponte [Ponte Nova], faz uma curva apertada para a esquerda, vai no sentido da corrente, pela margem direita, e, depois, pela estrada, deixando o rio, serpenteia para a direita pela margem esquerda do Cávado acima. Aqui a estrada é boa e plana, em saibro branco, podendo a sua largura variar entre 1,30m e 1,80m; atravessa um bosque de carvalhos e de velhos castanheiros e depois segue uma calçada e uma pequena ponte que atravessa um riacho de Inverno, seco no Verão²⁵.

Será curioso notar-se o pormenor informativo acerca da largura da estrada, detalhe que poderá espicaçar curiosidades no sentido da identificação do local, rigor que, verosimilhantermente atribuído ou não, será sempre uma estimulante oferta ao leitor. Observe-se, por outro lado, como a referida Ponte é descrita:

A Ponte Nova tem só um arco e é de pedra sólida; o arco não é de modo algum elevado, e não há nada no seu aspecto que explique o nome de Saltador [26]. Por isso

²⁴ *Idem*: 28

²⁵ *Idem*: 29-30.

²⁶ A esta informação, o tradutor acrescenta: «Na nota de rodapé n.º 8 do Capítulo I, o tradutor anota: Quillinan deve ter confundido o nome da ponte, efectivamente chamada Ponte Nova (informação gentil do Presidente da Junta de Freguesia de Ruivães) com o do “Rio Saltadouro. Localizado na Serra da Cabreira é um afluente da margem esquerda do Cávado. O troço mais interessante inicia-se próximo de Ruivães e termina na albufeira da barragem de Salamonde».

*não é de admirar que alguns historiadores da Guerra Peninsular tenham cometido um erro ao transferirem esse nome para outra ponte, a Misarela, de que trataremos daqui a pouco*²⁷.

E o prometido acrescento narrativo acerca da ponte Misarela²⁸ não se faz esperar:

Subindo e descendo uma estrada às curvas, estreita e de mau piso que se contorce por entre massa de grandes rochedos, até chegar à altiva ponte da Misarela, onde um arco alto de facto salta ousadamente por sobre a água que ruga lá no fundo e bem podia, por isso, ser confundida com o Salteador. A força desta corrente de montanha, ou antes torrente, quando cheia, é testemunhada pelos enormes pilares de granito através de que desgastou e abriu furos e cavidades e entre os quais, mesmo no Verão, ela espuma e ruga com raivosa impaciência. O panorama, para cima e para baixo, e para todos os lados, da ponte da Misarela, é rochoso e selvagem, mas não sem graça de carvalhos e sobreiros de folha permanente, que não tiram nada ao tom selvagem do cenário (idem: 30-31).

Também não admirará que Edward Quillinan defenda o gosto pelas viagens, de resto, atividade lúdica da época muito em voga nas camadas sociais bem estruturadas e intelectualmente interessadas. E nesse sentido torna-se mesmo curioso assistir-se a imagens ou comparações, mais vulgares ou mais elaboradas, que vão surgindo no decorrer da narrativa como incentivo às viagens e à exploração e aquisição de conhecimento, das quais se tiram alguns apontamentos: «Os homens que nunca saem do seu país são como barcos que nunca saem do estaleiro»²⁹; ou, «Os homens que desejam tornar-se ilustres devem deixar o seu país tal como os planetas deixam o seu berço no horizonte e, quando ascendem à região mais elevada, purificam os seus poderes ascendentes e duplicam a sua força de luz»³⁰; ou ainda, «Os homens que permanecem sempre nas suas terras não são mais do que as galinhas que não conhecem mais nada para além do poleiro da sua capoeira»³¹, rematando-se esta demonstração com o axioma «a vida é um livro de que quem nunca saiu do lugar onde nasceu leu apenas a primeira página»³². Sendo consabido que a Literatura de Viagens foi ganhando expressão a partir do

²⁷ *Idem*: 29.

²⁸ O Prof. Gomes da Torre (tradutor), acrescenta: «A ponte de Misarela, sobre o rio Rabagão, é da época medieval. Servia a estrada que acompanhava o vale do Cávado para Poente. O vigor do relevo chega a dar a impressão de ser frágil, mas trata-se de uma obra de excelente execução. Por aqui retirou o General Soult em 1809, num dos episódios das Invasões Francesas. A espetacularidade da sua implantação mereceu das populações vizinhas o epíteto de “Ponte do Inferno” ou “do Diabo”. O acesso é a pé, por um estradão, e demora cerca de 10 a 15 minutos, *Vide*: nota de rodapé n.º 10 Capítulo I de *As irmãs do Douro*.

²⁹ QUILLINAN, (2006 [18-]): 139.

³⁰ *Idem, ibidem*: 140.

³¹ *Idem*.

³² *Idem*.

período renascentista, crê-se que tenham mesmo sido os séculos XVIII e XIX o expoente desta atividade recreativa e intelectual, circunstância que foi facilitada pela acessibilidade de locomoção dos viajantes que, instigados por aqueles propósitos, percorriam espaços e os retratavam pela palavra escrita. Neste quadro de entusiasmo social e de tendência estético-literária, não poderá deixar de se concordar que *As irmãs do Douro* seja uma obra algo mascarada pela tendência do subgénero literário Literatura de Viagens, e exatamente pela perscrutação do palco romanesco que logo a partir do Capítulo I coincide, em grande parte, com as propostas e acidentes do terreno, da paisagem, também da história e cultura locais, numa moldura congregadora de paisagens patrimoniais de uma região nortenha do país. Contudo, será de ter em consideração que o já referido enfoque afetivo, mas também as múltiplas digressões narrativas que exploram e refletem os mais variados temas, são estratégias romanescas que caracterizam a estética romântica, as quais não permitirão poder-se considerar esta obra no referido enquadramento³³. Aliás, esta é também a opinião de Miguel Alarcão, quando refere que este romance «Não se trata de um relato ou diário de viagens, mas sim de uma narrativa inteiramente ficcional»³⁴.

Mas regressando-se aos itinerários do texto, entretanto é o já referido Wilmot quem chama a atenção de Stanisforth para as sinuosidades do rio Douro:

*[...] meio ensombrado por linhas de cerejeiras bravas, com videiras entrelaçadas a treparem por elas acima. Ora se divertia por entre grandes rochedos cinzentos, exposto à luz do sol; ora palavra num leito baixinho, fazendo ondinhas sobre os seixos sob uma protecção parcial dos vimeiros; ora, depois de se esconder entre os montes, emergia de sob um grupo de carvalhos, de amendoeiras, de oliveiras ou freixos; ora fazendo uma fantástica travessia por entre os prados de verde brilhante que desciam até às suas margens. Esses pequenos prados, só aqui e além interrompidos por socalcos de vinha, eram extremamente refrescantes para a vista depois das intermináveis vinhas e muros escaldantes por entre os quais as tropas tinham vindo a marchar ao longo dos últimos dezanove ou vinte quilómetros, aliviadas apenas por ocasionais vislumbres do Douro e, de vez em quando, por uma brisa vinda da Serra do Marão*³⁵.

33 A coadjuvar aquela afirmação, repare-se que enquanto na Literatura de Viagens o narrador coincide com o escritor que assina a obra, já que toda a narrativa se desenvolve na primeira pessoa do singular, em *The Sisters of the Douro* Edward Quillinan distancia-se, delegando a responsabilidade num narrador extradiégético que acompanha os desenvolvimentos do enredo e dela vai tecendo relatos e demais informações para compreensão e esclarecimento do leitor.

34 No seguimento daquela citação, quando Miguel Alarcão acrescenta que o romance «integra um capítulo (o quinto) no qual são evocados numerosos autores portugueses, muitos dos quais certamente desconhecidos do grande público inglês, e respectivas obras. Por conseguinte, existe uma intenção didáctica subjacente que não deverá ser esquecida nem menosprezada», estamos inteiramente de acordo e também consideramos que a referida intenção didáctica alimentará ainda o interesse pela avaliação das atuais paisagens patrimoniais com as narrativamente representadas. ALARCÃO, 1986: 7.

35 QUILLINAN, (2006 [18--]): 37.

E à enumeração acrescentam «soutos de castanheiros», mais «pinheiros e carvalhos», «altas giestas brancas e amarelas», «urzes altas», «variadas plantas aromáticas e flores silvestres», mas também os «rebanhos de cabras e cabritos», os «líquenes e musgos dos rochedos» ou ainda os «rebanhos de ovelhas»³⁶, rematando-se a inventariação com uma breve referência, em discurso direto:

*– Tudo aqui – disse Wilmot – tem o ar de paz e de inocência sem medo. Certamente, Stanisforth, tens de admitir que isto é um pequeno vale arcádico*³⁷.

Retomemos o capítulo VII, dedicado à descrição de Fontelas. A beleza do percurso em direção a esta aldeia, atravessando Mesão Frio, poderá ser avalizada por outras opiniões bem mais recentes: «Na subida para Mesão Frio a vista não se cansa de beleza, que não há cansaço possível nas margens do Douro, por tão contínuas mutações de panorâmicas que dispensam e talvez aborçam adjetivos»³⁸. Entretanto, no romance, de notar como a descrição da localização desta aldeia procura ser o mais objetiva possível:

Fontelas é uma aldeia insignificante, na margem esquerda do rio Douro, na estrada que, lá no alto, liga Mesão Frio à Régua [³⁹]. *Trepa por uma das várias ravinas pitorescas que aqui e acolá intersectam a margem escarpada do rio. Na parte superior dessa ravina há algumas casas de quintas isoladas e foi na melhor de todas que Stanisforth se hospedou, numa margem muito agradável e abrigada, com vista para uma baixada muito bonita chamada «O Vale das Lavadeiras», a que chamaremos bastante poeticamente «O Vale das Ninfas de Água»*⁴⁰.

Leu-se, na citação, que Fontelas fica na margem esquerda do rio Douro; porém, na nota de rodapé n.º 2, do mesmo Capítulo VII, o tradutor acrescenta e corrige: «Aqui Quillinan comete um erro: Fontelas fica na margem direita do rio Douro». Esta nota atesta o cuidado tido pelo tradutor em se certificar da correção acerca das referências geográficas apontadas no romance, o que, à partida, avaliza o leitor acerca do realismo literário que o romance propõe, aspeto muito interessante no contexto que nos ocupa. Perante os relatos que até este momento fomos tecendo acerca do esforço descritivo, não apenas da morfologia do terreno como

³⁶ *Idem, ibidem, passim.*

³⁷ *Idem.*

³⁸ GIL, 1984: 56.

³⁹ Toda a «região entre a Régua e Mesão Frio, entre a serra do Marão e as margens do Douro, foi considerada de importância durante as ocupações francesas. O general Loison, o famoso “Maneta”, fez várias incursões na Régua e em Mesão Frio, atacou povoações com especial violência [...]. O interesse por esta região residia na sua posição estratégica: era uma fácil passagem através do Marão, assim como era um bom ponto de acesso ao Douro, em caso de ser necessário atravessá-lo». BARRETO, 2014: 118. Na nota de rodapé n.º 2 do Capítulo II de *As irmãs do Douro* lê-se que: «Loison tinha perdido o braço esquerdo num acidente de caça, no princípio de 1806».

⁴⁰ QUILLINAN, (2006 [18--]): 111.

da fauna e flora que o habitam, numa inter-relação de complementaridade que na natureza se integra por via de todos os seus recursos, cremos que o escritor tenha talvez ainda pretendido justificar as relações e os estados de alma das personagens com o meio ambiente. Clarifique-se um pouco mais. Hospedado em Fontelas, na casa de Diogo Maria Manoel Balthazar Moniz Coelho, após o pequeno-almoço Stanisforth, investido de sentimentos afetivos, dirigiu-se ao Vale das Ninfas e, abrigado do sol sob um grande limoeiro, após se referir ao «verde profundo e luxuriante das suas folhas, [que] agradava ao olfacto com o perfume dos rebentos e das flores, [e que assim] oferecia prazer ao paladar com os cachos amarelos claros de frutos grandes e prometia esperança com outros frutos ainda pequenos e verdes»⁴¹, o narrador continua o relato do meio ambiente que envolvia a personagem, neste tom entusiástico e simultaneamente bucólico, vigilante e rigoroso:

Os pássaros cantavam e divertiam-se nas laranjeiras douradas e perfumadas, nas azeitonas pretas, entre os limoeiros carregados de frutos, nas figueiras de folhas grandes e frescas, entre os modestos sabugueiros, nos muros cobertos de heras, entre as videiras retorcidas, onde os grilos de asas grandes cantavam alegres canções. [...]

Muito perto do lugar onde o soldado inglês estava sentado, debaixo do limoeiro, com heras no chão e ervas-da-inveja aos pés, uma fonte borbulhante juntava uma sonolenta melodia de fundo ao coro dos pássaros, e havia, por baixo, uma pia de pedra para receber o seu tributo. Aí se dirigiam as jovens ninfas das casas vizinhas a buscar água em cântaros de barro vermelho de formas antiquadas que, depois de cheios até cima, carregavam à cabeça sem outro apoio, contudo iam tão equilibrados que nem uma gota se vertia, tão erecta é a atitude delas ao caminhar. Entre elas vinha Eulália, com a forma e o rosto mais belos de todas as jovens de olhos negros de Fontelas. O rosto era de uma perfeita beleza do sul, com a doçura, a inteligência e uma tão bela harmonia que, ao longo da vida, um rosto como este não é visto com muita frequência por um marinheiro viajado, um soldado aventureiro, um missionário perseverante ou por homens que visitam muitos climas⁴².

A explanação das belezas e do espaço, quase ecfástica, belezas também reconhecidas através dos efeitos cromáticos e sinestésicos do meio ambiente com que a personagem se vai deparando, nesta citação focalizadas no verde das folhas do limoeiro e nos cachos amarelos claros de frutos, mas também numa conjugação sensorial pelo prazer que assim se antecipava ao paladar, são sempre realçadas com a delicadeza e exaltação do relator, que não se escondem e que abundam, afinal, em quase todos os capítulos. Nestas inventariações, onde os usos e costumes locais se encontram detalhadamente inseridos no enquadramento do património cultural, o belo geográfico raras vezes não tarda a fazer a ponte para

⁴¹ *Idem, ibidem*: 113.

⁴² *Idem*: 113-114.

a beleza humana, no vórtice dos episódios romanescos assumida pelas duas jovens – Dona Francisca e Eleonora, as duas irmãs do Douro. E é precisamente nesta união de património(s), da imaterialidade dos sentimentos com a beleza humana e geográfica que o autor fia e entrelaça vários quadros de paisagens patrimoniais. Referindo-se ao discurso do narrador, Miguel Alarcão destaca-lhe a «atenção que devota ao pormenor pitoresco, às figuras populares, à paisagem circundante. Esta última inspira até diversas descrições poéticas, de extensão variável, que certamente não destoariam, se integradas num relato de viagens»⁴³, propostas que vão ao encontro das palavras já acima referidas de Eduardo Lourenço – a «imagem idílica» do nosso país.

Introduzido no enredo o enigma (romântico), pelo disfarce em mendigo do coronel francês Champlemonde a fim de aceder às deferências de Eulália através dos seus piedosos favores, quando finalmente foi desvendado o estratagema abalou-se fortemente a «visão romântica de amor e felicidade»⁴⁴ com que o oficial britânico Stanisforth se tinha entusiasmado, e os conflitos a que se assiste decorrem, essencialmente, deste estado de alvoroços emocionais e sentimentais, levando o coronel francês a proferir:

*A honra do exército francês está fortemente preocupada com a de uma donzela de Trás-os-Montes. A vossa moralidade inglesa é verdadeiramente engraçada, especialmente depois de ambos terem feito tudo ao seu alcance para me ultrapassar na conquista das boas-graças das raparigas mais belas desta província... Isso é pura caça furtiva na minha propriedade, pois eu já estava na posse do terreno da Teixeira antes de os senhores chegarem*⁴⁵.

Neste discurso despeitado e sofrido, dirigido aos oficiais ingleses Stanisforth e Wilmot, torna-se clara a luta pela posse das simpatias das irmãs da Teixeira, mas leia-se também do espaço telúrico da Teixeira, pela fortuna que tal lhe conferiria em termos de ascendência a domínios de inserção societal. A invasão do espaço virtual traçado por Champlemonde, coincidente com o espaço físico da habitação das duas irmãs do Douro, resultou no estilhaçar da área balizada por antecipação sentimental, repartição que a personagem assumiu por direito próprio, e não alienável. Só que a ironia e as vicissitudes do destino não foram favoráveis a qualquer uma das partes. Cumprindo-se a tradição romântica, a pedido de Champlemonde numa mensagem enviada a Stanisforth, os pretendentes marcaram um encontro: «Prometi-lhe que nos haveríamos de encontrar de novo. Estou aqui, no bosque na margem esquerda do rio acima da aldeia. Venha vingar-se ou deixar-me vingar»⁴⁶. Ergue-se a luta pela defesa, não da honra, não da propriedade

⁴³ ALARCÃO, 1986: 198.

⁴⁴ QUILLINAN, (2006 [18--]): 150.

⁴⁵ *Idem, ibidem*: 152.

⁴⁶ *Idem*: 174.

campestre, não do património nela instalado, mas de sentimentos ultrajados pela pertença de alguém que a ambos se recusou – sem consequência de violências, porém! Daí que no final do romance ambas as personagens se despeçam, entre abraços cordiais e trocas de lembranças, após uma serenata às duas irmãs do Douro cantada pelo francês Champlemonde e acompanhada por uma viola portuguesa, num harmonioso quadro de miscigenação de gentes, modos e costumes nacionais e ingleses em franca e exemplar convivência, talvez para pontualmente resgatar os tempos conturbados que o período histórico-político atravessava. Em acréscimo, será de mencionar que neste apaziguamento de sociabilizações se ergue, entretanto, outra barreira que demarca as personagens. A clivagem de profecias de fé verificada – entre as duas personagens portuguesas, femininas e católicas, e as duas inglesas, masculinas, um católico e o outro protestante –, gera mais um processo antrópico no enredo, que requer ação e resolução entre os componentes. Na casa de Fontelas, após Diogo Coelho ter desabafado, em relação aos oficiais, «que pena que não sejam cristãos!»⁴⁷, segundo o narrador «Stanisforth era um dos preferidos dentre eles, principalmente porque não era “um herege”, – circunstância que a família tinha apreciado um certo domingo na missa –, embora fosse necessário pedir dispensa ao Papa para poder casar com alguém da “verdadeira fé”»⁴⁸. Escrutinado de perto, «Stanisforth comportou-se com o máximo de propriedade ortodoxa, ajoelhando-se, erguendo-se e fazendo o sinal da cruz nos momentos certos, sem sequer olhar à sua volta, e demonstrando estar claramente bem informado sobre as cerimónias do serviço religioso»⁴⁹, em clara e societal atitude de aceitação das diferenças. Quanto a Wilmot, protestante, também neste desígnio, e do ponto de vista da aceitação das diferenças, o epílogo não desilude as ânsias do horizonte de expectativas do leitor pois fora dois anos mais tarde «que o tenente-coronel Wilmot e o capitão Stanisforth se casaram na Sé do Porto com as duas irmãs, sendo a cerimónia repetida pelo capelão inglês na capela protestante, no caso de Wilmot e da sua noiva»⁵⁰. Galgadas as fronteiras de integração de patrimónios religiosos distintos, anteviam-se, porventura, embargos nas fronteiras de património cultural: «Também se poderia questionar se seria provável que os hábitos e a educação das damas portuguesas, tão diferentes das das inglesas, fariam os maridos felizes. Em geral, este tipo de união é desarmonioso e termina em descontentamentos e arrependimentos mútuos»⁵¹, ficando-se a saber, logo de seguida, que afinal havia nas duas damas «uma aptidão para aprender e uma ductilidade de maneiras que rapidamente as adaptaram a novas paisagens e costumes»⁵², num evidente e antrópico esforço de supressão de dissemelhanças e pluralidades.

47 *Idem*: 66.

48 *Idem*: 157.

49 *Idem*: 167.

50 *Idem*: 186.

51 *Idem*.

52 *Idem*: 187.

Será interessante acrescentar-se que os traços de identidade em *As irmãs do Douro* se realçam ainda no património linguístico, dificuldades que se iam transpondo pelo esforço de uns e boa vontade de compreensão dos restantes. Entre o vernáculo nacional, o inglês e o francês, a comunicação entre as personagens ajusta-se vencendo orlas de inibição, em perfeita disposição de vontades e esforços de iniciação no sentido de transpor os «mistérios bárbaros da elocução lusitana»⁵³, ora rindo-se quando o outro se ria e dizendo «“está bom” a tudo»⁵⁴, ora socorrendo-se do “único”, de entre os seis ou sete oficiais [...] que fala português com alguma facilidade»⁵⁵, ora por entre um grito de felicidade exclamativa «*Vive la guerre, vive l'amour!*»⁵⁶, ou ainda por uma ordem direcionada «sob a sua *parole*»⁵⁷ por parte de quem não dominava a língua nacional, processo em que as vénias, sorrisos e «cumprimentos em português macarrónico»⁵⁸ se acrescentavam. Quanto ao coronel Champlemonde, este «falava português como um natural»⁵⁹, facilitando-se os objetivos de sã convivência, desta vez num micro espaço societal em terras durienses de Oitocentos.

Conforme se tem vindo a certificar através de alguns apontamentos narrativos, os modos e costumes nacionais estão também razoavelmente registados em *As irmãs do Douro*, o que se complementar algumas breves citações: «Após os habituais cumprimentos portugueses, que foram, como habitualmente, nada menos do que garantias de que ele [o padre Manuel], a sua casa e tudo o que esta continha estavam ao dispor do visitante»⁶⁰; ou quando, segundo outro tipo de manifestação, desta vez no final de um jantar em casa de Diogo Coelho, um convidado se despediu «dos dois ingleses da maneira portuguesa mais afectuosa, abraçando-os e beijando-os em ambas as faces»⁶¹, ou ainda pela presença da viola portuguesa que, aqui e além, se dedilhava. Mas não só. A abundância das refeições, particularizada na que o padre Manuel ofereceu ao inglês Horton, qualifica o *modus operandi* do património gastronómico do país e do anfitrião, chegando o convidado a referir «Nunca jantei melhor na minha vida, nem bebi melhor vinho, nem ceiei de modo a ficar mais satisfeito»⁶². E tamanha foi a satisfação que, espontaneamente, sentenciava em rasgos de humor britânico: «o abade é um príncipe dos sacerdotes e devia ser patriarca de Lisboa com o meu consentimento»⁶³.

53 *Idem*: 41.

54 *Idem*: 60.

55 *Idem*: 14-15.

56 *Idem*: 151.

57 *Idem*: 154.

58 *Idem*: 36.

59 *Idem*: 21.

60 *Idem*: 28.

61 *Idem*: 142.

62 *Idem*: 59.

63 *Idem*.

O interesse de Edward Quillinan pelas paisagens, antropologia e cultura portuguesas é evidente neste romance. Em *mise en abîme*, o capítulo V é praticamente todo dedicado à literatura portuguesa⁶⁴, ilustrado com textos, ou excertos, de várias obras. Dentre Luís de Camões, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Gil Vicente, António Ferreira, Rodrigues Lobo, João de Barros, Correia Garção, e tantos outros ilustres nomes do património literário lusitano, todos estes insignes desfilam nas páginas e são abordados com solidez e erudição, por vezes cotejados ainda com textos e nomes da tradição literária inglesa, tais como John Donne ou Samuel Taylor Coleridge. Curioso é verificar-se que toda a fiada de conhecimento literário, ilustrado com detalhes de relatos históricos, é transmitido por Francisca a Stanisforth. É ao feminino que o autor confia a verdadeira lição de vantagem intelectual, tendo sido objeto de grande admiração por parte do oficial ao exprimir a Francisca «admiro a sua familiaridade com assuntos tão afastados da via normal de investigação feminina»⁶⁵. E perante a conjugação de quadros do património intelectual com a superação de fronteiras geográficas acrescenta que, em Inglaterra, Francisca seria classificada de sábia. Recebido o elogio, a jovem portuguesa não evita o lamento quando Stanisforth informa que, em Inglaterra, «a nossa déspota e cega rainha [66], ordena às nossas mulheres que escondam o que sabem, depois de terem sido desenvolvidos esforços infinitos para as instruir»⁶⁷. Mas o irrompimento de balizas patrimoniais não se fica por aqui. Stanisforth declara, em rasgos de imparcialidade, que «as mulheres escocesas são nesse aspecto muito superiores às inglesas, pois não lhes ensinam tanto a «esconder a sua luz debaixo de uma rasa», de forma que são muitas vezes mais agradáveis em sociedade do que as suas vizinhas»⁶⁸, opinião que introduz mais uma nova modelação antrópica, extra nacional, contribuindo para uma perspetiva panorâmica mais alargada dos comportamentos humanos.

Para finalizar, observe-se que o enamoramento em torno das duas irmãs do Douro dá lugar a outras explorações, das quais não resistimos a deixar uma breve nota, desta vez com enfoque nos materiais construtivos aplicados na edificação e na sua relação com o uso, segundo os costumes:

*Havia dois pares de brilhantes olhos negros a espreitar por detrás de uma gelosia, uma daquelas engenhocas de origem mourisca para as janelas e portas, formada de pequenas ripas de madeira cruzadas umas com as outras em forma de xadrez, para que as pessoas que estão dentro possam observar o que se passa na rua sem serem vistas*⁶⁹.

⁶⁴ Miguel de Alarcão refere que este capítulo será «aquela que julgamos ser a primeira (e possivelmente única) apresentação do nosso património literário numa narrativa inglesa (ou anglo-portuguesa)», in ALARCÃO, 1995: 111.

⁶⁵ QUILLINAN, (2006 [18--]): 80.

⁶⁶ Referindo-se, naturalmente, à rainha Vitória, cujo reinado se iniciou em 1837.

⁶⁷ QUILLINAN, (2006 [18--]): 80.

⁶⁸ *Idem, ibidem*: 80-81.

⁶⁹ *Idem*: 48.

As irmãs do Douro é, sem dúvida, um romance polifacetado. Maioritariamente representado no ambiente da região duriense, entre rios, seus afluentes e ribeiros, contornam-se serras e sinuosidades de terreno, com penetrante destaque para a enumeração e observação, frequentemente comentada, da fauna e flora que as habitam, o romance oferece-se à possibilidade de ser considerado um curioso contributo para a história ambiental da região que lhe serve de palco narrativo, ou seja, entre o Porto e a Régua. Quando Gaspar Martins Pereira classifica o romance camiliano como um «primoroso tríptico literário: gente, rio e vinhos»⁷⁰, constituindo-se o Douro numa «paisagem social»⁷¹, reconhecer-se-á uma certa analogia com este romance quillinano. Num estilo perfeitamente digressivo entre o Porto e a Régua, o narrador de Edward Quillinan pinta fabulosos quadros das Paisagens Patrimoniais, em cujo cromatismo a identidade⁷², também a humana, se acentua nas suas mais variadas inclinações. Focalizando-se na observação, por vezes comentada, dos modos, costumes, rotinas e traços culturais, tantas vezes de feição comparatista com os da sociedade de pertença do seu autor, pulsa sempre neste texto o respeito, carinho e admiração pela sociedade portuguesa, numa franqueza de pensamento que tanto ensombra como aclama, tal como Gomes da Torre resume:

*É muito curioso ver como o Quillinan, que revela ser um bom conhecedor não só da geografia, mas também do carácter, dos costumes, das virtudes e dos defeitos daqueles dos nossos antepassados que se movimentavam e viviam na região do Douro e de Trás-os-Montes. Nem tudo o que diz é agradável, mas não deixa de ter interesse documental e é, inevitavelmente, muito curioso*⁷³.

E na consideração das óbvias limitações deste ensaio, acreditámos que o pouco que ficou dito a partir deste romance será um convite à sua leitura, dele extraindo incontáveis ofertas de teor descritivo e analítico. E cremos que também não admirará o facto de considerarmos que, em *As irmãs do Douro*, ficção e fruição de paisagens patrimoniais se conjugam, porquanto se reconheça como sendo um documento onde a Arquitetura, a História, a Geografia, a Fauna, a Flora e o enquadramento Antropológico do início de Oitocentos conjugam valores prospectivos na moldura das Paisagens Patrimoniais, sugestivo de outro tríptico, agora organizado pela caneta de Edward Quillinan: gente, geografia e património.

⁷⁰ PEREIRA, 2017: 5.

⁷¹ *Idem, ibidem*: 167.

⁷² Acreditamos que também em *As irmãs do Douro* o esforço ecrástico do seu autor tenha contribuído para que, recentemente, Álvaro Domingues escrevesse que «O Douro é uma terra com excesso de identidade. [...] Desde as gravuras e aquarelas dos ingleses [...] [o] Excesso de identidade resulta da abundância das narrativas e desta oscilação entre o genérico ou o postal», DOMINGUES, 2019: 47.

⁷³ TORRE, 2006: 10.

Finalmente, pela recuperação e registo destes apontamentos, ainda que ficcionais, também pretendemos oferecer a possibilidade de prevenir a salvaguarda do património, subscrevendo inteiramente as palavras de Lúcia Rosas ao declarar que «A tomada de consciência do valor patrimonial de monumentos, arquiteturas, paisagens antrópicas, objetos, natureza, etc. decorre sempre da eminência da sua perda»⁷⁴.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Miguel (1986) – *Edward Quillinan e Portugal*, Lisboa, FCSHUNL, Dissertação de Mestrado.
- ____ (1995) – *Home is where the heart is: a obra lusófila de Edward Quillinan (1791-1851)*. «Revista de Estudos Anglo-Portugueses», n.º 4, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- BARRETO, António (2014) – *Douro: Rio, Gente e Vinho*. Lisboa: Relógio D'Água, 2.ª ed.
- CLETO, Joel (2015 [2010]) – *Matosinhos*. In *Lendas do Porto*. Vila do Conde: Verso da História, 5.ª ed.
- DOMINGUES, Álvaro (2019) – *De que é que se fala quando se fala de paisagem?* In Gaspar Martins Pereira et alii, coord. – *Douro e Pico. Paisagens Culturais. Património Mundial*. Porto: FLUP/CITCEM.
- GIL, Júlio (1984) – *As mais belas Vilas e Aldeias de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Verbo.
- Leixões e Pedras Rubras* (s/d). In *Guia de Portugal, IV, Entre Douro e Minho*, Cap. I. Douro Litoral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOURENÇO, Eduardo (2009) – *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Gradiva, 6.ª ed.
- «Monumentos» (1998), Revista, n.º 9, setembro.
- Os Carrancas e o seu Palácio* (1984). Porto: Museu Nacional Soares dos Reis, Comemorações dos 150 anos do Museu Nacional Soares dos Reis.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2017) – *Camilo, o Porto e o Douro*. Seide, Estudos Camilianos 11, Casa de Camilo.
- QUILLINAN, Edward (2006) – *As irmãs do Douro: uma história portuguesa*, [*The Sisters of the Douro* (18--)], TORRE, Manuel G., PAIS, Jorge (trads.), Porto: Campo das Letras.
- ROSAS, Lúcia (2018) – *Património Vernacular do Alto Douro Vinhateiro. Valores, Usos e Transformação*. In *Douro Interior / Exterior: Arte e Imagem*. Atas das 5.ªs Conferências do Museu de Lamego, Porto: FLUP/CITCEM.
- TORRE, M. Gomes (2006) – *Introdução*. In TORRE, Manuel G.; PAIS, Jorge (trads.) – *As irmãs do Douro: uma história portuguesa*, [*The Sisters of the Douro* (18--)], Porto, Campo das Letras.
- Infografia da FLUP, Cartografia de Miguel Nogueira, Porto, 2020.

⁷⁴ ROSAS, 2018: 16.

NOVA SAPHO – UM NOVO OLHAR SOB(RE) A PAISAGEM LITERÁRIA PORTUGUESA

CLARA MARIA SILVA*

Resumo: *É objetivo primeiro deste artigo analisar uma obra esquecida da paisagem literária portuguesa – Nova Sapho de Visconde de Vila-Moura. Situado no século XX, três anos antes do modernismo órfico, este romance não está inserido no cânone literário português. É, nas palavras de Aníbal Fernandes – prefaciador da obra –, o «único exemplo maior em português de decadentismo na prosa»¹. O texto explora a sexualidade feminina marginalizada, que é social e culturalmente tida como patológica. Procuram-se traços do movimento literário decadentista, traçando um perfil introdutório à obra, nosso intento principal, de cujas fontes estudiosas só encontramos as de Anna M. Klobucka e de Óscar Lopes.*

Palavras-chave: *margem; queer; cânone; decadentismo.*

Abstract: *It's our main goal to bring Nova Sapho of Visconde de Vila-Moura to the surface of the Portuguese literary landscape. Situated in the twentieth century, three years before the orphic modernist movement, this novel does not integrate the Portuguese's literary canon. In Aníbal Fernandes' words this is «the only and main example of the decadent movement in portuguese prose»² (my translation) which explores feminine sexuality as marginal to the social and cultural context. Understanding decadent features within this work is our main goal and it will provide an introductory stance to the novel, being Anna M. Klobucka's and Óscar Lopes' studies the only investigation found about it.*

Keywords: *margin; queer; canon; decadent movement.*

... na minha dor que corre gota a gota...
Safo – traduzida por Eugénio de Andrade

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Resumiremos a biografia de Visconde de Vila-Moura para, em seguida, nos focarmos nos aspetos mais relevantes do seu pensamento teórico-crítico literário através de *A Vida Mental Portuguesa*. Centrar-nos-emos, posteriormente, na

* FLUP. Email: claramariaesilva@gmail.com.

¹ VILA-MOURA, 2017: 8. A expressão de Aníbal Fernandes parece pautar-se por juízos estéticos e, portanto, valorativos, uma vez que não menciona outros autores que poderão ver a sua obra considerada como tendo pendor decadentista como, por exemplo, Mário de Sá-Carneiro.

² VILA-MOURA, 2017: 8. Aníbal Fernandes' sentence seems to be an aesthetic judgement and, therefore, a non-scientific position towards the text, since it does not mention other authors which have written works that may be seen as decadent prose, such as, for instance, Mário de Sá-Carneiro.

sua *magnum-opus*: *Nova Sapho*³. Para o efeito, utilizaremos, em larga medida, a primeira edição de 1912. Devemos, primeiramente, notar que a edição mais recente – a publicada em 2017 pela editora Sistema Solar – fez algumas alterações ao texto, a começar pelo subtítulo nela omissos «Romance de Pathologia Sensual», utilizado em 1912 possivelmente como resguardo jurídico. Deste modo, não se utilizará a edição de 2017 a não ser pelo seu paratexto⁴.

A análise que faremos do texto tem em consideração a terminologia médica que serve de subtítulo a *Nova Sapho* e que na época era largamente utilizada para a marginalização da homossexualidade. No entanto, não olvidaremos o possível significado⁵ de *pathos*; dor, paixão. O sensorial é então evocado como ferramenta para o (auto)conhecimento sendo que, no caso da personagem principal, culmina em excessos pautados pela obsessão. Não consideramos, portanto, que «Romance de Pathologia Sensual» seja somente um enunciado com referências intertextuais à obra de Abel Botelho, como nos evidencia Klobucka⁶, mas também um jogo lúdico em que o leitor tem necessariamente de preencher as zonas de indeterminação provocadas pela oposição sémica descrita⁷.

Nova Sapho, romance decadentista publicado pela primeira vez em 1912, é uma obra que não é reconhecida como elemento constituinte do cânone⁸ literário português. Não é principal interesse do presente documento apurar as razões para que tal tenha acontecido, se alcançáveis de todo, – apesar de, ainda assim, pensarmos sobre as mesmas –, mas trazer visibilidade para o autor que escreveu um romance português (tardo-)decadentista.

É reconhecido por Anna M. Klobucka como o primeiro texto cujo tema central é a celebração das homossexualidades feminina e masculina⁹.

³ Utiliza-se esta ortografia porque se utiliza a edição de 1912. Esta encontra-se disponível através do arquivo *online* da Casa Fernando Pessoa, sendo a sua acessibilidade o fator principal pelo qual a escolhemos. Apesar de se constatarem alguns lapsos nesse exemplar – como alguma paginação deslocada, por exemplo – estes são facilmente identificáveis.

⁴ A edição da Sistema Solar é pertinente na medida em que tem uma nota introdutória ao romance.

⁵ Confrontar-se-ão ambas as versões do romance, a de 1912 e a de 1921 – esta última destinada à circulação em território brasileiro, uma vez que fora publicada pelo Anuario do Brasil – sempre que se considerar necessário.

⁶ KLOBUCKA, 2019: 59. Abel Botelho escreve diversos volumes cujo subtítulo é o de «Patologia Social».

⁷ Cf. INGARDEN, 1979.

⁸ Por cânone entenda-se, neste contexto, três fundamentos pertinentes: 1) o reconhecimento da dimensão representativa de uma obra relativamente à sua época e ao ambiente literário que a circunda, 2) fortuna crítica relevante, 3) uma circulação-leitura do texto em domínio público.

⁹ KLOBUCKA, 2019: 41: «*Nova Safo* was not the first Portuguese novel to centrally thematize homosexuality – as such, it was preceded by Abel Botelho's *O Barão de Lavos* (1891) as well as by Alfredo Gallis's *Sáficas* (1902) and *O Sr. Ganimedes* (1906) – but it may be considered the inaugural exploration in this literary form of epistemic frameworks, affective energies, and creative horizons of an uncommonly diverse and inclusive queerness. Although *O Barão de Lavos* is readable as a cultural text that exceeds the limitations of its naturalist and violently homophobic design and can therefore be placed, *malgré lui*, in the national genealogy of queer recognition and emancipation, the diametrically opposed, energetically homophilic intentionality of *Nova Safo* modulates the choral ensemble of the novel's combined authorial and narrative agencies to produce an opus that, for all of its dissonant notes, is nothing less than a simultaneously mournful and aspirational hymn to queer possibility».

A publicação do romance contextualiza-se num Portugal católico em que se pensa a sexualidade apenas relativamente ao seu *telos* de procriação e de manutenção de linhagens aristocráticas, sendo que as restantes práticas eróticas são tidas como doentias, marginais e parafilias¹⁰. Legislativamente ambas as homossexualidades constituíam um crime no século XX, pelo que o próprio escrito, votado de ambiguidade – como apurou a autora citada *supra* – defende o Visconde de Vila-Moura de prováveis processos criminais.

Published almost exactly at the same time as the new law, in August 1912, Nova Safo positions itself ambivalently vis-à-vis the evolving public perspectives on homosexuality epitomized by the decree, with its hospitable queer ecosystems being constantly and emphatically traversed by both hostile and fascinated reverberations of essentialized homophobia. Indeed, the word “vício”, which recurs in the narrative no fewer than twenty-seven times, exemplifies this ambivalence, appearing often in contexts of homophobic defiance or affirmation, as in the description in “Elegia da morte” of Rui’s loving gaze at Nuno as “verde de vício” (208)¹¹.

Registaremos em notas preambulares aspetos estilísticos e/ou periodológicos relativos ao decadentismo nas variadas vertentes que a crítica tem reconhecido – escola literária, período cultural e social, assim como mentalidade de uma época – articulando-os com o romance.

Apuraremos, enfim, também de forma preliminar, relações simbólicas que são estabelecidas entre Maria Peregrina, personagem principal, e Safo, tanto na vertente de poetisa da Grécia Antiga, que desempenhara papéis de dimensão pública em simpósios e de cariz semi-público enquanto pedagoga de *parthénos* e da *hetairería*¹² como numa Safo-construção de contornos míticos.

BIOGRAFIA DE BENTO DE OLIVEIRA CARDOSO E CASTRO GUEDES DE CARVALHO LOBO¹³

Feito Visconde de Vila-Moura em 1900 por D. Carlos I (1889-1908), Bento de Oliveira Cardoso e Castro Guedes de Carvalho Lobo (1877-1935) viu o fim à monarquia assim como a implantação da primeira república a 5 de outubro de 1910 com desagrado. Foi acusado por Óscar Lopes de tendências fascistas, o que

¹⁰ Cf. «parafilia», in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha 2008-2013], <https://dicionario.priberam.org/parafilia> [Consulta realizada a 19-09-2019]. «Designação genérica para comportamentos sexuais que se desviam do que é geralmente aceite pelas convenções sociais, podendo englobar comportamentos muito diferentes e com diferentes graus de aceitabilidade social».

¹¹ KLOBUCKA, 2019: 59.

¹² GOMES, 2015: 55.

¹³ Cf. ALVES, 1937 e KLOBUCKA, 2019.

contribuiu para a recusa da crítica em estudar o autor de *Pão Vermelho*¹⁴. Bento defendia a «desigualdade justa» como princípio que balizasse o regime político português, *i. e.*, argumentava que apenas uma elite que representa os valores da nacionalidade tem o direito ao sufrágio, sendo que para tal era necessário educar o cidadão para a participação política¹⁵. Nos seus discursos, publicados na segunda parte de *Vida Litteraria e Política*, argumenta a favor da descentralização do poder administrativo, tecendo várias críticas à maneira como o governo de 1910 negligenciara os trabalhadores durienses¹⁶.

Bento estudara direito em Coimbra, mudara-se para o Porto e retornaria à casa de nascença, na freguesia de Grilo, Baião, para falecer a 3 de setembro de 1935. Enquanto escritor, produziu vasta obra literária, incluindo várias novelas, diversos contos, deixando-nos ainda dois romances – constituindo um deles o principal objeto de estudo desta análise, que em tudo se pretende introito ensaístico.

Mantinha correspondência com vários nomes, incluindo Antero de Figueiredo, Augusto Nobre, Álvaro Pinto, Carlos de Passos, António Carneiro, Sena de Freitas e o conhecidíssimo entre nós, anónimo na altura, Fernando Pessoa. Já como ensaísta e crítico literário concebeu obras sobre várias fortunas literárias como as de Camilo Castelo Branco, António Nobre e Fialho d'Almeida, suas principais fontes artísticas. No tocante ao panorama literário europeu, sabemos que o visconde contactou com obras de Alphonse Daudet, J.-K. Huysmans, Pierre Louÿs e Oscar Wilde.

CRITICA LITERÁRIA DO VISCONDE DE VILA-MOURA

Apesar de levar a cabo determinadas ideias mais ou menos inovadoras, a sua crítica oscila imprevisivelmente entre a originalidade e uma emotividade que o impulsiona tanto a elogios como a insultos aos intelectuais da altura, não mantendo um tom de neutralidade teórico-crítica.

Defendendo acerrimamente a necessidade de uma arte renovada em 1908, atacou os excessos de uma escola do positivismo tornada paradigma incontornável e dogmático, assim como a sua proposta de «regrar a Arte»¹⁷, que essencialmente vota literatura à cientificidade e ao rigor médico, restringindo-a e retirando-lhe autonomia estilística e de conteúdo, bem como eliminando a personalidade

¹⁴ LOPES, 1987: 419. A acusação de Lopes baseia-se, parcialmente, na epígrafe da obra acima referida: «Não acordeis o Povo que dorme o meio-sono das feras opíacas.» e no apreço que o Visconde teve pelas ações de Salazar, que João Alves descreve em *O Génio de Vila-Moura*, p. 101-103. No entanto, o carácter pessoal e as convicções políticas do autor não deverão ser especulados por conta da obra literária, merecendo um capítulo especificamente para o efeito.

¹⁵ VILA-MOURA, 1911: 116-119.

¹⁶ VILA-MOURA, 1911: 153-190.

¹⁷ VILA-MOURA, 1908: 11.

autoral da obra. «A Arte, dissémos, é a excepção, o descommum, a exteriorisação das faculdades do artista na obra por elle imaginada, sentida e levada a cabo»¹⁸.

A sua crítica literária, da que se regula por princípios teóricos e não pelo temperamento de Vila-Moura e que está concentrada no livro *A Vida Mental Portuguesa*, dirige comentários negativos particularmente ao *Roman Expérimental* de Émile Zola publicado havia então 29 anos. Vila-Moura acusa-o de escravidão da arte ao serviço do facto, alheando o que o visconde intitulou «a inteligência» do artista, imprescindível, segundo este, na criação de arte:

*Ora a Arte longe de ser a experimentação que Zola suppoz e em parte tentou, é, pelo contrario, um produto determinado pela personalidade, caldeada pelo meio – a que Taine chama e bem uma temperatura phísica, que para elle é determinante dos phenomenos artisticos, e quanto a nós é correlativa com aquella acção, a acção individual, de fôrma a auxilial-a e a completal-a. [...] [Temos de queixar-nos] d'aquella [orientação positiva] que abrindo arena ao methodo naturalista restringe o campo da Arte caprichosa e arbitrariamente*¹⁹.

Embora descrente nos métodos experimentais de Zola que diz revelarem-se, até certo ponto, artisticamente congestionadores, elogiou escritores cujo ponto de partida fora o naturalismo como Fialho d'Almeida – que se estreia literariamente com *Contos* – por lhe reconhecer uma linguagem particular e identidade literária, produzindo sobre a sua obra constante fortuna crítica.

NOVA SAPHO, DECADENTISMO E SEXUALIDADE

Dentre as razões pelas quais o romance deve ser reabilitado e estudado academicamente, destaca-se não o seu principal tema, mas o modo como este é tratado. Produzindo um duplo-discurso sobre as homossexualidades feminina e masculina, assim como acerca de variados *fetiches* sexuais como a nanofilia, a necrofilia – e argumentamos ainda a pederastia e a pedofilia –, *Nova Sapho* celebra, pela primeira vez em Portugal, a marginalidade sexual feminina²⁰. O segundo motivo do interesse em estudar a obra prende-se com o estilo decadentista-esteticista das letras, embora tardio, tendo como principais mestres literários Fialho d'Almeida, Camilo Castelo Branco e Oscar Wilde.

Descreve-se no romance *Nova Sapho*, em tom testemunhal e de testamento, a vida e a obra de Maria Peregrina Álvares de Lorena e Vila-Verde, senhora da

¹⁸ VILA-MOURA, 1908: 11.

¹⁹ VILA-MOURA, 1908: 13-14.

²⁰ KLOBUCKA, 2019: 41.

aristocracia e «*femme-garçon*»²¹ que revela desde cedo uma natural aptidão para as artes, nomeadamente o violino e as línguas. A dualidade, aqui evocada pela androginia, convoca a síntese da junção de contrários que permeiam todo o romance, como por exemplo: decadente/superior, sensibilidade/inteligência, areligiosidade/deificação, belo/amoral.

Para que Maria Peregrina pudesse ter o melhor aproveitamento possível das suas capacidades, viaja para Petersfield para completar a formação artística, acabando por se «emancipar» e por conhecer Helen, por quem se apaixona e com quem mantém relações «exóticas» que tinham sido sugeridas anteriormente aquando das primeiras lições que recebera de uma educanda inglesa, embora não se confirmando qualquer caso de pederastia homossexual e de pedofilia. «Maria Peregrina e Louisa [Huley] afeiçoaram-se profundamente, exquisitamente»²². A figura de Louisa Huley, pedagoga de Maria Peregrina, é a personagem que a inicia na homossexualidade. «A pobre Louisa Huley foi a primeira a soltar os amores doentios que eu tinha em mim, o acaso mandou-me da Inglaterra uma creatura affim para tentar-me»²³.

Deste modo, Maria Peregrina adquire, possivelmente por meio ritualístico, apetência sexual e política. O gesto de pederastia, na Grécia Antiga, no qual o pedagogo e o discípulo mantinham relações homossexuais constituía um ritual iniciático, simbólico da passagem da inabilidade para a aptidão cívica e de discussão dos assuntos da *pólis*. «O modelo pederasta masculino, com suas regras distintas de domínio e submissão, serviu como um instrumento no desenvolvimento educacional e político dos homens jovens. O sexo entre homem adulto e jovem garoto simboliza a transferência de poder político do homem mais velho para seu amado mais jovem»²⁴. Não se sabe ao certo se Safo também desempenhou esse papel, embora certa tradição crítica que se baseia em leituras biografistas da obra fragmentária assim o possa sugerir²⁵.

Em Petersfield, Maria Peregrina é internada no colégio de St. James que, apesar de artisticamente estimulante por conferir uma aprofundada formação clássica imprescindível para que a personagem escreva *Nova Sapho*, não lhe altera o carácter, notando-se no romance «muitos restos daquele naturalismo que lhes [no decadentismo e no esteticismo] está na origem»²⁶.

Repare-se que a educação de Maria Peregrina é de matriz inglesa e greco-romana. Segundo o narrador é este ensinamento «estrangeiro» o principal motivo

21 VILA-MOURA, 1912: 108. A androginia encontra-se presente, por exemplo, em *À Rebour*s de J-K. Huyssmans.

22 VILA-MOURA, 1912: 45. Note-se que na segunda edição de 1921 o adjetivo que caracteriza os afetos entre as duas é «excessivamente». VILA-MOURA, 1921: 51.

23 VILA-MOURA, 1912: 87. Na versão de 1921 a palavra que substitui “acaso” é “fatalidade”. VILA-MOURA, 1921: 89-90.

24 GOMES, 2015: 57.

25 Note-se que é este o tipo de fortuna crítica de Safo em que o Visconde largamente se baseia para a produção do seu romance.

26 LOPES, 1987: 418.

para que a poeta se emancipe e liberte dos «preconceitos» portugueses relativamente às mencionadas filias que eram denominadas naquela época por parafilias. «Maria Peregrina sentia-se estranha ao mais da sua linhagem. E, se a devassava, era para averiguar amôres pouco fidalgos»²⁷. A personagem faz, então, a apologia ao belo, ao mistério, à volúpia, ao instinto, à nudez, ao desporto, ao culto do corpo enquanto matéria representativa do belo, ou melhor dizendo, do ideal de beleza: «– E' aqui que tenho de estudar, dizia, a geographia da Belleza hellade – synthese de toda a Belleza terrea com parentesco no ceo»²⁸. As dimensões pedagógica e didática do romance estão ligadas à sensibilidade, à apreensão pelos sentidos, sendo o belo a fonte principal para a aprendizagem.

Em seguida, provoca a morte a Edgar, seu amante. E pela desgraça do jovem, Maria Peregrina torna-se numa *femme fatale* porque o seduz com o único propósito de ter relações sexuais pela primeira vez com um homem uma vez que Helen fora obrigada a casar. Ao se aperceber do motivo que a levava a envolver-se com ele e ao constatar o desprezo que Maria Peregrina por ele sente, Edgar decide cometer suicídio. É ao ver o cadáver que Maria Peregrina o aprecia sexualmente, contemplando-o como se fosse um objeto artístico. Em suma, é na sexualidade marginal que Maria Peregrina sente a união entre corpo e alma, matéria e espírito: «Por toda a parte encontrava sugestões á pratica do vicio lésbico – sem que volvesse a encontrar a passividade amavel de Helen, *dando-se-lhe n'um corpo que era o sonho da sua alma occidental de decadentes*»²⁹.

Embalada por um sentimento amoral, Maria Peregrina viaja sem termo pela Europa, combatendo o tédio, a nevrose e o «*mal de viver*»³⁰. Poeta e violinista, a artista expressa a identidade através de seu poema *Nova Sapho* e quando toca trechos de Wagner, Liszt ou Chopin. Com o costume do estudo das letras, das línguas, da música e do desporto, procura apenas que o tempo passe. «– Se me aquieto[,] morro do mal-de-viver, acudia ás observações de Violet.»³¹. Bem abastada, intelectual e materialmente, a personagem representa o dândi que vive do luxo e da volúpia, e que sente necessidade de afirmar a sua individualidade perante uma cultura que despreza, a da homofobia e dos *tabus* sexuais.

Maria vive areligiosamente sentindo desprezo pela liturgia: «– Ando a procurar a minha religião – dizia – e não encontro senão farrapos dela em credos opostos!»³². O ato ritualístico que defende ao longo da vida é o da sensualidade, numa «religião» que se pretende tudo menos ortodoxa e da qual a beleza é

27 VILA-MOURA, 1912: 44.

28 VILA-MOURA, 1912: 100. A palavra “céo” surge grafada de maneira diferente na edição de 1921: «Ceu», VILA-MOURA, 1921: 102.

29 VILA-MOURA, 1912: 101 (grifo meu).

30 VILA-MOURA, 1912: 7.

31 VILA-MOURA, 1912: 97.

32 VILA-MOURA, 1912: 97.

protagonista: «Ora, uma tarde em que foram todos ao Stadio, vasto circo de feitura recente, para arremêdo dos antigos exercicios olympicos – Maria propoz que se arranjasse uma casa, n'um sitio que os transportasse á idosa Hellade, – onde podessem *commungar sensualidades* com adolescentes»³³ e ainda «Foi a proposta assente. E a casa ficou a chamar-se desde logo *Templo d'Amor*»³⁴. Aten-te-se que na primeira edição, esta passagem faz a comunhão entre a Grécia Antiga e a sexualidade – principalmente a pederastia, o que já não se verifica na segunda edição.

Como o romance nos evidencia, Bento de Oliveira estava ao corrente da prisão de Oscar Wilde em 1895 por manter relações sexuais homoeróticas. «Em março de 1895 foi este escriptor [Wilde] preso por accusações do Marquez de Queensbury. O perseguidor muito aferrado ao *Criminal Law Amendment Act* – fe-lo prender e julgar por actos de pederasta»³⁵. Note-se que na segunda versão, de 1921, se omite a parte final do enunciado que faz referência à pederastia³⁶. Para se resguardar de possíveis processos judiciais, o visconde usa terminologia médica em tom desculpabilizante e marcadamente ambíguo, como no subtítulo «Romance de Pathologia Sensual»³⁷.

A leitura-diagnóstico, que serve o propósito de proteção jurídica, adquire nova visibilidade quando se recomenda descanso e «normalidade» à personagem: «Adoeceu. Era inevitavel, dizia a medicina. Tem o mal-do-talento. Não sabe quem é, para onde segue. Precisamos de tratar-lhe a sensibilidade. E receitava calmantes, repouso – o inverso da vida que levará»³⁸. Materializa-se, pela evocação e uso da estrutura de um discurso dominante em torno do «dispositivo da sexualidade»³⁹ – assente nos domínios do médico e do psicológico –, o que Foucault denominou como sendo um «discurso “de reação”»⁴⁰, que apesar de se referir à sexualidade “parafilica” como doença e/ou loucura, modifica a direção do poder que esse discurso predominante endereça – de condenação passa a celebração.

33 VILA-MOURA, 1912: 106 (ênfase nossa). O enunciado fica mais curto na edição de 1921, tendo sido retirada as expressões «n'um sitio que os transportasse à idosa Hellade» e «com adolescentes». VILA-MOURA, 1921: 108.

34 VILA-MOURA, 1912: 106.

35 VILA-MOURA, 1912: 91.

36 VILA-MOURA, 1921: 94.

37 KLOBUCKA, 2019: 59. Cf. FOUCAULT, 1999: 76-7.

38 VILA-MOURA, 1912: 97. A frase «Tem o mal-do-talento» foi omitida na versão de 1921. VILA-MOURA, 1921: 100.

39 FOUCAULT, 1999.

40 FOUCAULT, 1999: 96-97.

SAFO POETISA E SAFO MÍTICA⁴¹

Fazendo-se alusão, logo no título *Nova Sapho*, àquela que é a figura feminina mais importante da Grécia Antiga, o texto conecta a personagem principal do romance àquela que é a tradicional leitura biografista dos textos da poetisa de Lesbos, estabelecendo Safo como o símbolo não só da homossexualidade feminina como da artista que se expressa por meio da musicalidade e que adota uma conduta desviante relativamente aos estipulados papéis de pendor privado da mulher.

A epígrafe, citação da «Elegia da Morte», poema-manifesto religioso de Maria Peregrina presente nas páginas finais do romance, concede destaque a uma filosofia cujo tema principal mescla a arte e o social, pautando-se pelo amoralismo. Ficcionaliza-se um texto de despedida, um poema lírico-religioso em prosa – no sentido moderno e, segundo Giuliana Ragusa, equivocado⁴² do vocábulo «lírico» –, cujo foco se prende na atualização do gênero elegíaco. Para tamanho efeito, reapropriam-se as características predominantes deste modelo de poesia grega arcaica: 1) o motivo funéreo, soturno; 2) a componente dialética instruir-deleitando; 3) aprimoramento estilístico, 4) um destinatário específico e 5) motivos das ordens ética e social⁴³. Para além destas características aponto, no entanto, alguns anacronismos: o ritmo pouco marcado do texto, decorrente da ausência de uma métrica fixa⁴⁴, assim como a ausência de uma *performance* musicada – estes dois aspetos decorrentes de uma escrita em prosa.

O sujeito poético de «Elegia da Morte» estabelece uma hierarquia entre Peregrina e o destinatário, pautando-se aquela por uma superioridade nietzschiana – a da do ser humano que produz arte – sendo que o poema adquire contornos de ritual sacrificial: «Jamais alguém sentiu, viveu assim a Morte. Esta é a sua Elegia, o derradeiro e mais sofrido dos meus Poemas. E' que sou eu em união hypostatica com o Divino Poeta»⁴⁵. O Templo d'Amor criado pela personagem contrasta em propósito com as *parthenoi* da Safo histórica, em que se reuniam adolescentes virgens que demonstram «fortes elos com a comunidade»⁴⁶. Maria Peregrina comanda uma espécie de autoculto narcísico, de hipersexualização dos corpos e com motivos decadentes como a deformação:

⁴¹ Agradeço a disponibilidade de Giuliana Ragusa (USP). A sua produção científica foi decisiva na redação desta sequência. Agradeço igualmente a Paulo Martins (USP), que me sugeriu que contactasse Giuliana.

⁴² RAGUSA & BRUNHARA, 2017: 53. A mélica, ou lírica propriamente dita, designava, no seu sentido original, uma composição destinada a ser cantada performaticamente ao som da lira, instrumento musical muito apreciado na Antiga Grécia. A aceção moderna de «lírica» engloba ainda outros géneros cuja estrutura é, essencialmente, a da primeira pessoa do singular. Uma produção elegíaca prendia ser cantada ao som do *aulos*, instrumento de sopro.

⁴³ RAGUSA & BRUNHARA, 2017: 46.

⁴⁴ Refere-se a fraca marcação rítmica da prosa comparativamente à da poesia, não descurando que são feitas evocações várias à importância do ritmo no texto.

⁴⁵ VILA-MOURA, 1912: 267.

⁴⁶ RAGUSA & BRUNHARA, 2017: 59.

Se alongava a vista ou a quebrava sobre os crystaes deformados, descobria as nossas almas, ricas d'imprevisto apocalypatico, desencontros de grotesco, curvas complicadas pelo genio do Feio, atrophias, hypertrophias, que eram as sombras dos monstros soberbos que os lindos corpos abrigavam. A minha sensualidade redobrava, e eu, apertada ao corpo moreno ou branco d'um principe em Belleza, mergulhava o olhar nos espelhos, que nos espalmavam, engrandeciam, ou afilavam e vivia aquellas silhuetas e amava nellas o monstro que era, os monstros que eramos⁴⁷!

O mito do suicídio de Safo por Fáon é revisitado e reconstruído declarando Maria Peregrina não como pessoa, mas enquanto *persona*, construção e máscara que se transmutam obra de arte: «Toda a Belleza permeio, toda a Belleza sou: – A Nuvem, o Mar, a Dôr...»⁴⁸. Invoca-se, deste modo, o modelo relacional da vida enquanto imitação da arte, já que Peregrina imita uma Safo mítica, que se suicida por Fáon, – também ela invenção, no que é hoje aceite como um dado não factual.

Há um fator adicional que terá sido – direta ou indiretamente – trabalhado pelo visconde e que liga as duas mulheres: o carácter transgressor/subversivo no desempenho de papéis que não são da esfera doméstica e privada. É no domínio público que ambas se manifestam artística, política e religiosamente, esferas essas que, com exceção da última enunciada, se mantinham reservadas ao sexo masculino.

Não sabemos quais as fontes em que o visconde se terá baseado para escrever o romance, (para além de *Sapho* de Alphonse Daudet⁴⁹) pelo que não podemos, por enquanto, apurar com certezas quais os dados – históricos ou lendários – presentes nesta obra. Essa associação requer um estudo aprofundado que deverá ficar para um outro momento. [havia aqui uma frase que foi eliminada]

É provável que Vila-Moura não tenha tido fundações textuais que lhe proporcionassem a visão de uma Safo pedagoga que iniciava sexualmente as discípulas, preparando-as para a vida adulta, *i. e.* para o casamento. Fica, por enquanto, o breve apontamento de que Maria Peregrina não se deixa excluir da vida pública, escrevendo um livro cujo título corresponde ao do romance. Tal como Safo, que tocava e declamava poesia em eventos e era simposiasta, domínio normalmente exclusivamente masculino, Peregrina remete-lhe qualidades simbólicas assentes em valores da transgressão e da mutabilidade do estatuto feminino. «Em Portugal continuavam as mais exasperadas campanhas./ Impossibilitados de discutirem a obra no ponto de vista da Arte, os jornalistas, a quem a critica estava affecta, davam-n'a como documento de auto-psychologia, fundibulando grosserias sobre a mulher que tivera o ousio de escrever um livro indice de temperamento»⁵⁰.

47 VILA-MOURA, 1912: 240 (ênfases minhas).

48 VILA-MOURA, 1912: 272.

49 LOPES, 1987: 418-419.

50 VILA-MOURA, 1912: 114-115. Na edição de 1921 lê-se «do mais torturado temperamento». VILA-MOURA, 1921: 116.

Note-se o tom premonitório que percorre o romance. As palavras «posso vingar o orgulho»⁵¹ confirmam o fatalismo trágico da conduta de Maria Peregrina. O pai da personagem, no leito de morte, advertira-a para essa possibilidade: «– Has de ser, como todos os nossos, infeliz. Não tive tempo de te quebrar o motivo das maiores desgraças – o orgulho. Demais tens talento./ Peior ainda: – talento e orgulho – o que terás de suportar!»⁵².

A evocação particular a Safo – que remete, por sua vez, à Grécia Antiga – constitui um lugar-comum na estética decadentista – a da alusão a grandes impérios e civilizações que declinaram em autoridade, perdendo territórios e poder militar ou económico. Em suma, faz-se a menção ao declínio do coletivo nas áreas do político, do estético, do artístico, enfim, dos valores morais e culturais. O declínio grego é, para Maria Peregrina, a justificação da beleza daquela civilização, uma vez que demonstra mutabilidade e movimento, proporcionando-se assim a atmosfera propícia para a inovação artística. «A velha Hellada desmanchou-se em holocausto ao mesmo panhellenismo. Era preciso assim. E' o proprio desmancho e renovação de civilizações, o caldeamento do sangue, transfusão das raças, e mistura de genios, que asseguram a unidade da beleza, na sua concepção liberta. [...]»⁵³.

Do mesmo modo se julga a morte da personagem, que admite as suas transformação e deificação através do próprio declínio. A diegese termina com o suicídio de Maria Peregrina ao defrontar-se com o cadáver de Nuno de Vilar. Esta deixa-se embalar por uma onda semelhantemente ao suicídio mítico de Safo por Fáon no monte Leocádia. Deste modo, a vivência de Maria Peregrina assemelha-se à nova Safo que tanto preconizou e protagonizou, ascendendo não à condição de heroína, *i. e.*, metade mulher, metade deusa, mas ao duplo-arquétipo de deusa nas suas formas 1) concreta, a de obra de arte e 2) abstrata, a de beleza: «Benedicto sejas, oh Deus da Dôr!/ Vou ser o Ether que me transmuda á nova Vida!/ Sou a Onda, a Nuvem que passa, e se esbate em Nada,/ a maior razão – o inicio de tudo!/ Irmãos! vou partir, vou viver. Sou já o Ether, sou a Altura...»⁵⁴.

Relativamente ao trabalho literário, *Nova Sapho* tem trechos bastante elucidativos. A poética do visconde está assente em premissas nietzschianas como a do super-homem, sendo a arte o que confere superioridade ao ser humano. Assim se defende o poder demiúrgico do artista que cria, semelhantemente a um deus e cujo arquétipo fica representado pela personagem principal do romance quando escreve a sua «Elegia da Morte». Arte surge da personalidade do artista, que se excede a si próprio pelo ato criativo⁵⁵:

⁵¹ VILA-MOURA, 1912: 115.

⁵² VILA-MOURA, 1912: 87.

⁵³ VILA-MOURA, 1912: 102.

⁵⁴ VILA-MOURA, 1912: 272.

⁵⁵ Esta premissa também faz notar intertextualidade com a obra de Oscar Wilde. Cf., por exemplo, WILDE, 2006: 130.

A superioridade, é, (sic) como observa Nietzsche, (sic) o que está para além do homem; mas isto que o homem superior pensa ao definir o valor alheio não o sente quando se vê.

Dahi o conflito. O que produz, o que cria, é o que está para além d'elle. O que discute competencias e barulha vaidades é ele proprio – o homem.

Acceitar os talentos e discutir o character d'um superior é levantar competencias com elle proprio: – desdobra-lo em duas figuras que o mais das vezes se desentendem.

A superioridade é uma força á parte, a bem dizer sobrenatural. O superior é que intenta dispor a seu talante d'aquelle valor; e, pois que reflecte a elevação d'uma intelligencia poderosa, pretende chama-la a dirimir os conflictos da sua sensibilidade de semi-Deus com a parte inferior – a que inculca a sua qualidade humana.

Final por si se liberta. A sensibilidade do Artista é um excesso de vida emotiva, uma doença que lhe dá altas e baixas bruscas, e o quiéta quase sempre n'um fundo de melancholia, que é a dôr reflectindo a aspiração intangivel da fusão perfeita do homem e do Deus que o superior tem em si, e para além de si.

A valvula aberta a este estado unico de dôr, reside para o artista na mesma exteriorisação da Arte. E' então o semi-Deus, o creador librando-se para alem da miseria humana⁵⁶...

PORQUE FICOU O ROMANCE NOVA SAPHO ESQUECIDO?

Especulando o porquê do esquecimento desta obra no panorama literário português só poderemos supor a conjugação de vários fatores, concordando, parcialmente, com o defendido por Klobucka⁵⁷. O que parece ser um possível motor é de cariz biográfico; Bento de Oliveira Cardoso não deixou descendência por ser celibatário, de acordo com as letras de Aníbal Fernandes que abrem *Nova Sapho*⁵⁸, o que pode ter impedido – visto não ser necessariamente impeditivo – os cuidados necessários à preservação da obra e sua distribuição comercial. Não havendo quem contribuísse para reedições póstumas, esta facilmente deixa de circular, sendo apenas distribuída por alfarrabistas, distribuição essa que, portanto, adquire elevados custos de compra, o que ainda desmotiva mais a aquisição e a leitura, seja ela crítica ou não.

Outro motivo terá sido a visibilidade mediática que a geração de *Orpheu* teve e a consequente centralização do panorama literário, que abafou outros escritores e poetas e obrigou a que os se posicionassem contra ou a favor do modernismo órfico. Sabemos que o Visconde de Vila-Moura mantinha correspondência com Fernando Pessoa e que se afirmava solidário com a renovação

⁵⁶ VILA-MOURA, 1912: 112-113.

⁵⁷ KLOBUCKA, 2019: 46-47.

⁵⁸ VILA-MOURA, 2017: 8.

literária que a geração de *Orpheu* vindicava, porém, autointitulando-se decadentista, Bento de Oliveira Cardoso posicionara-se do lado do tradicionalismo, de uma escola *fin-de-siècle* que já se impunha mais como anciã do que juvenil.

Estes fatores maiores aliados à fraca fortuna crítica que o autor recebera em vida, bem como a recusa de Óscar Lopes em lhe conceder qualidade literária e originalidade; e ainda, possivelmente, a natureza de defesa jurídica do romance – marcadamente ambíguo – poderão ter provocado o esquecimento deste texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Provada a complexidade do romance tanto ao nível do estilo romântico-decadentista tardio quanto no tocante à originalidade no tratamento do tema da (homos)sexualidade, *Nova Sapho* é um texto que deverá ser reabilitado do ponto de vista da sua fortuna crítica. A tentativa aqui proposta – certamente lacunar, porque introito ensaístico – pretende dar-lhe visibilidade no meio acadêmico para que, no futuro, haja maiores discussão e produção crítica sobre a obra do Visconde de Vila-Moura.

Neste sentido é necessário problematizar a originalidade da obra. Para o efeito evidenciamos que Maria Peregrina recupera e reformula/moderniza o género elegíaco submetendo-o a uma reconfiguração em poema em prosa com propósitos ritualísticos de deificação do sujeito poético. A escrita de e, simultaneamente, a vivência enquanto obra de arte figura-se o *modus operandi* da personagem Maria Peregrina. Por sua vez, Safo é reinventada, adquirindo um papel simbólico ao longo do romance e remetendo-se através desta, para a transgressão dos papéis da mulher, que os transfere do plano do privado para o do público.

A leitura de Anna M. Klobucka prende-se à celebração do *queer* no texto de Vila-Moura. Apurada a intertextualidade com a obra de Abel Botelho, acrescenta-se nestas linhas a dicotomia sémica que abarca tanto a, já constatada, terminologia médica quanto a recuperação da etimologia grega de *pathos*. O leitor terá de escolher entre doença vs. dor/emotividade para o preenchimento das zonas de indeterminação do romance. Embora estas não sejam mutuamente exclusivas uma relativamente à outra, todo o texto se materializa ambigualmente, por vezes instaurando elementos-síntese⁵⁹ das dicotomias que permeiam *Nova Sapho*: decadência-superioridade, sensibilidade-inteligência, areligiosidade-deificação, belo-amoral.

⁵⁹ Categoria da qual Maria Peregrina é o arquétipo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, João (1937) – *O Génio de Vila-Moura: Meditação sôbre os problemas da literatura contemporânea*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- CARGNELUTTI, Camila Marchesan; ALÓS, Anselmo Peres (2014) – *O culto do artifício em transposições de arte no romance “Às Avessas” de J.-K. Huysmans*. «Revista Crítica Cultural», vol. 9, n.º 2. Brasil: Universidade do Sul de Santa Catarina, p. 283-293. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/2994>. [Consulta realizada em 16/09/19].
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha 2008-2013], «Paráfilia». Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/>> [Consulta realizada a 19-09-2019].
- FOUCAULT, Michel (1999) – *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*. Vol. I, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GOMES, José Roberto de Paiva (2015) – *Sapho simposiasta do imaginário social grego a recepção do mito no séc. XIX*. «Hélade – Edição Especial», vol. 1, n.º 1, Brasil: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, p. 54-66.
- INGARDEN, Roman (1979) – *A Obra de Arte Literária*. Traduzido por Maria da Conceição Puga e João F. Barrento Albin E. Beau. Lisboa: FCG.
- KLOBUCKA, Anna M. (2015a) – *Nova Sapho and Her Kin: Decadence and the Politics of Gender in Portuguese Modernism*. «VI International Conference of the Association of British and Irish Lusitanists University of Exeter». Disponível em <<https://umassd.academia.edu/AnnaMKlobucka>> [Consulta realizada em 13/06/19].
- ____ (2015b) *A propósito de Violante de Cysneiros: Orpheu, Nova Sapho e as poéticas e políticas de género no Modernismo português*. «Revista Estranhar Pessoa», n.º 2, Lisboa, p. 120-136. Disponível em <<https://umassd.academia.edu/AnnaMKlobucka>> [Consulta realizada em 12/06/19].
- ____ (2019) – *Portugal’s First Queer Novel: Rediscovering Visconde de Vila-Moura’s Nova Safo (1912)*, «Journal of Lusophone Studies», 4.1, p. 40-63. Disponível em <<https://umassd.academia.edu/AnnaMKlobucka>> [Consulta realizada em 19-06-19].
- LOPES, Óscar (1987) – *Entre Fialho e Nemésio – Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*, vol. I. Maia: INCM.
- RAGUSA, Giuliana; BRUNHARA, Rafael (2017) – *Paideia na “lirica” grega arcaica: a poesia elegíaca e mélica*. «Filosofia e Educação», vol. 9, n.º 1. Brasil: São Paulo, p. 45-62.
- VILA-MOURA, Visconde de (1908) – *A Vida Mental Portuguesa – Psychologia e Arte*. Coimbra: Imprensa da Universidade: Typographia França Amado.
- ____ (1911) – *Vida Litteraria e Política: I – Criticas; II – Discursos*. Porto: Magalhães e Moniz Editores.
- ____ (1912) – *Nova Sapho – Tragedia Extranha – Romance de Pathologia Sensual*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- ____ (1921) – *Nova Sapho – Tragedia extranha*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil.
- ____ (2017) – *Nova Safo – Tragedia Estranha*. Aníbal Fernandes (apres.). Lisboa: Sistema Solar.
- WILDE, Oscar (2006) – *Intenções*. Tradução de António M. Feijó. Lisboa: Livros Cotovia.

UMA GEOGRAFIA DE ROSTO HUMANO

MARIA JOSÉ DIAS*

Resumo: *Ao longo da sua vida, e nos mais diversos suportes literários, Miguel Torga foi desenhando uma geografia de rosto humano a partir da sua reação aos espaços que ia percorrendo.*

Neste texto se procurará mostrar como, a partir do chão transmontano, verdadeiro marco geodésico existencial, Torga foi revelando a sua natureza telúrica e o seu iberismo, ao mesmo tempo que se foi aferindo e redimensionando como homem, no confronto com as terras e gentes que foi preservando nos livros.

Nessa inscrição literária, nascida de uma reação orgânica e subjetiva e de um olhar prospetivo de horizonte humano, o autor busca compreender os contornos humanos que as diferentes geografias físicas e culturais produziam. Nesse exercício, que dota os espaços de densidade humana, e lhes confere identidade e historicidade, se fecunda e alarga a noção de paisagem patrimonial.

Palavras-chave: *paisagem; subjetividade; identidade; património.*

Abstract: *In different literary means, and throughout his lifetime, Miguel Torga kept drawing a human-like geography, as his senses reacted to the places he visited and walked through.*

With this article, we try to show how, from his native land of Trás-os-Montes, a true existential geodesic marker, Torga displayed his telluric and Iberian nature, as he kept assessing and resizing himself as a man, by the experience of meeting new places and people that he preserved in books.

By that literary inscription, born of an organic and subjective reaction and of a prospective look of human horizon, the author seeks to understand the human contours that the different physical and cultural geographies produced. In this exercise, which endows the spaces with human density, and gives them identity and historicity, the notion of heritage landscape is nurtured and expanded.

Keywords: *landscape; subjectivity; identity; heritage.*

Leiria, 23 de Abril de 1943 – Deus preserve uma terra de caber num livro! Nunca mais ninguém a pode arrancar dali, espalmada em prosa, em verso, em cenas e em melancolia. Esta deixou-se retratar inteira no Crime do Padre Amaro¹.

A afirmação de Torga que abre este texto pode enquadrar-se no que normalmente se entende como identidade paisagística, remetendo também para o relacionamento entre literatura e realidade e para a relação de duplo sentido que se pode estabelecer entre um espaço e a sua textualização. Para um escritor tão apaixonado pelo chão transmontano, que textualizou esse *reino maravilhoso* nos mais diversos suportes literários, o desabafo que a visita a Leiria lhe suscitou não podia ainda adivinhar (o texto é de 1943!) que também ele se encarregaria de preservar

* Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILCML), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este artigo foi desenvolvido no âmbito do programa estratégico “UIDP/ELT/00500/2020”, financiado pelos Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Email: dias.mariajose@gmail.com.

¹ TORGA, 1977a: 179.

terras nos livros e de, à sua maneira e à medida da sua personalidade e sensibilidade, contribuir para a perceção e criação de um património paisagístico e cultural engendrado a partir da letra do texto.

A noção de património, material ou imaterial, pressupõe, paralelamente à ideia de uma valorização amplamente reconhecida, um conceito mais abrangente, mais difuso e quase paradoxal, que remete para propriedade e apropriação legítima, com o reconhecimento alargado de outros. Se, no caso do património privado, a noção de propriedade é facilmente consensual, ela começa a esbater-se quando está em jogo um bem ou valor de abrangência nacional ou internacional. O orgulho patriótico e o sentimento de pertença a um povo e a uma história coletiva são feitos essencialmente dessa apropriação que cada um faz de um qualquer valor nacional, seja ele monumental, paisagístico, humano ou cultural. Mas nessa apropriação, nesse chamar a si uma qualquer realidade que nos pertence, mas que não é nossa de facto, opera-se, simultaneamente, um movimento de sinal contrário, de dádiva, de partilha ou comunhão, que, no caso de um valor reconhecido como património da Humanidade, ganha dimensão planetária.

Se o património é, (de acordo com a definição do *Dicionário Houaiss*), um «bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país, ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de arrolamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)», é sabido que, muitas vezes, antes ainda de esse «arrolamento» ocorrer pela ação de um qualquer organismo oficial, nacional ou internacional, ele é frequentemente efetivado através da inscrição artística, seja através da fotografia, da pintura, da escultura, do cinema, seja, como no caso agora em apreço, através da literatura, que propicia que a partir dessa inscrição se construam identidades paisagísticas, culturais ou de outra ordem que se vão constituindo num património nascido da subjetividade criativa de um autor.

O entendimento do que foi e é a natureza e o perfil da terra transmontana muito deve à inscrição literária que dela fez Miguel Torga, nos mais diversos suportes literários: os diários, a poesia, os ensaios e o romance. Nascido em Trás-os-Montes, no chão duriense de xisto de S. Martinho de Anta, concelho de Sabrosa, Torga textualizou de forma impressiva e ao longo da sua vida uma paisagem natural e humana que viu acrescentada à sua condição inerente de património nacional natural (de que viriam a emergir zonas geograficamente demarcadas e classificadas, como a região demarcada do Douro – no que concerne à produção de vinho – e a paisagem classificada pela Unesco do Alto Douro Vinhateiro, além do Parque Natural da Peneda Gerês ou do Douro Internacional) a condição de património orgânico e identitário.

Há, claramente, uma geografia literária na obra de Torga. «Geófago insaciável», como se autocaracterizou, as suas viagens irradiaram todas a partir de uma

medula transmontana em função da qual o autor dimensionava outros lugares, outras gentes e outras formas de ver o mundo, ao mesmo tempo que se autodimensionava. Trás-os-Montes é, pois, a «terra de ancoragem»² do escritor, o chão orgânico e afetivo a partir do qual outras geografias começaram desde cedo a ser percebidas e equacionadas, num exercício frequente de redimensionamento humano sempre ancorado num telurismo e num iberismo profundos.

O Brasil, para onde foi levado em criança para escapar à pobreza rural e inevitável de S. Martinho de Anta, representou a sua primeira grande *experiência de espaço* e constituiu um verdadeiro processo iniciático, dorido e deslumbrante, que o autor textualizou nas páginas d'*A Criação do Mundo*. A existência de um oceano a separá-lo da terra natal confrontou-o com a noção de um longe radical, e o trabalho duro no meio de uma natureza e de uma gente estranhas marcou-o com a primeira percepção da deslocação e do desarraigamento que seriam fundamentais para mais tarde equacionar a noção de pátria, ou refletir e contextualizar o Brasil como destino do *El Dorado* português, como expõe nos *Ensaio e Discursos*. Aos olhos do adolescente assombrado por uma terra em tudo tão radicalmente diferente da sua e que aos poucos ia excitando os sentidos, e se ia entranhando neles, foi-se sedimentando a ideia de que é possível amar uma outra pátria, desta feita uma que se torna afeição orgânica, sem por isso deixar de ser um lugar «outro», pois «uma pátria não pode ser sócia de nenhuma outra»³.

A textualização que Torga fez do Brasil e a forma como, numa relação de duplo sentido, o mediou com a pátria primeira justificam que se analisem as suas impressões à luz da geopoética e da geocrítica, se considerarmos, como Patrícia Garcia, que o espaço não é textualmente construído apenas pela visão, mas também pelos outros sentidos, numa intensa polissensorialidade⁴. Diz Torga: «[...] E eu sou um homem de impressões digitais, das mãos e dos pés. O sulco do arado é tão impressivo para mim como o traço da caneta»⁵. Esta ligação mais impressiva a um espaço, de um ponto de vista sensorial e emocional, é também abordada por Yi-Fu Tuan em *Space and Place: The Perspective of Experience*. Distinguindo *espaço e lugar*, este já emocional e sensitivamente apropriado por um indivíduo, Tuan afirma que um determinado espaço se torna um lugar a partir do momento em que ele provoca uma pausa ou um descanso do olhar que, embora breve, o transforma em objeto suscetível de ser textualizado literariamente⁶.

Ora, orgânica e afetivamente ligado ao Brasil e à terra transmontana que o viu nascer, Torga reconfigura as suas coordenadas físicas e existenciais e vai

² BOUVET, 2015.

³ TORGA, 2000a: 130.

⁴ GARCIA, s/d: 25.

⁵ *Idem*, 1986: 23-24.

⁶ TUAN, s/d: 6.

textualizando o espaço do Novo Mundo ao mesmo tempo que vai dissecando e aquilatando as relações entre o homem e a terra. Nesse exercício, o espaço dota-se de significado e começa a engendrar-se uma geografia literária que redimensiona o espaço original, fecundando-o de sentidos e abrindo espaço a outras geografias, o mesmo é dizer, a outras coordenadas subjetivas que vão compondo cartografias afetivas e existenciais.

O escritor coloca em perspectiva as suas percepções e a dos emigrantes portugueses que, depois de ambientados à terra brasileira, se viam envolvidos em ambivalências difíceis de gerir, vendo nela uma terra de «policromias humanas» e naturais que era impossível raspar dos sentidos. Segundo Torga, o emigrante português movia-se numa zona instável e brumosa onde se era e queria continuar a ser português, mas onde já não era possível deixar de se sentir pertencer também ao outro lado do Atlântico. Sempre zeloso em esquadrihar as relações do homem com o seu chão natal ou com o que o acolhe, Miguel Torga chamará a estes emigrantes divididos entre duas pátrias «homens ubíquos», e reconhece neles um potencial para influenciar a Europa e condicionar o seu modo de olhar e perspetivar o que, até meados do século XX, era chamado o «Novo Mundo»⁷.

[...] O Novo Mundo era agora uma nova pátria embutida nos sentidos. Nada de raciocinado, de construído, de voluntário. Assimilação, apenas. Impregnação indelével de tatuagem. Vacina que pega e que, mesmo quando a imunização acaba, deixa uma marca na pele. A marca das Américas em todos quantos aqui vêm e aqui se demoram o tempo dum abraço total.

São estas duas vivências que tenho do Novo Mundo, uma inteiramente intelectual, a outra infiltrada no sangue. E, se a primeira pode não encontrar partidários incondicionais, a segunda é certamente subscrita por quantos tenham uma experiência análoga e não pensam a América, mas se incorporam nela sem deixarem de ser europeus. E eu não sei, em limpeza de alma, a que prefira.

De resto, além de que todos escrevem, comunicam com os parentes, e vão assim formando opinião, muitos desses homens ubíquos, com um pé lá e outro cá, ambos enraizados, regressam às vezes ao torrão natal. E no comportamento, na fala, nas ideias e nos hábitos adquiridos influenciam a Europa e condicionam também o seu modo de olhar o Novo Mundo. Uma razão a mais para que o testemunho deles não seja desprezado⁸.

A ligação orgânica e afetiva que o autor entreteceu com o Brasil é amplamente trabalhada nos seus *Ensaios e Discursos*. Aí se percebe a tessitura de ambivalências que a experiência além Atlântico representou, e o abalo produzido no seu telurismo:

⁷ TORGA, 2000a: 132-133.

⁸ *Idem*, 2000a: 132-133.

Confundo no mesmo espanto a Ursa Maior e o Cruzeiro do Sul, a flor do ipê e a do rosmaninho, a água do Doiro e a do Paraíba. Misturo tudo. E esse dualismo interior mortifica-me o coração. Torna-me inseguro e vulnerável. A minha unidade telúrica desintegrou-se. E convivem na mesma carcaça dois seres opostos. Um, europeu, de medidas greco-latinas; outro, americano, anárquico e transbordante. E nenhum vence o adversário, triunfa definitivamente do incómodo companheiro. Caminham ambos a par, negando cada qual o vizinho⁹.

Coimbra, 18 de Abril – Mais uma visita brasileira. E sempre o mesmo deslumbramento. Sempre diante de mim um homem nervoso, vivo, acordado, com reflexos capazes de apanharem um copo quando ele já vai a estatelar-se no chão. Foi o diabo eu não ter ficado naquela terra! Ali, entre gente nova e virgem, é que eu tinha coisas para dizer¹⁰!

Movido por esta dupla paixão, que configura um cenário de topofilia de dupla face, Torga viajará várias vezes para o Brasil, nomeadamente para intervir como orador nos centros transmontanos de S. Paulo e do Rio de Janeiro. Nessas comunicações enfatizará a importância de o ser humano cruzar territórios e vivências, para aguçar os sentidos e se ir redimensionando na sua escala humana, tópico que retomará frequentemente nas suas reflexões diarísticas: «Gosto de me ver em terra alheia. É uma das maneiras de perspetivar a minha, a que medularmente me importa. O que eu tenho aprendido de Portugal longe das suas fronteiras!»¹¹.

E, de facto, o atravessamento de fronteiras, assim que lhe foi autorizada a saída do país pelo regime, forneceu ao escritor novas coordenadas geográficas, a partir das quais *lia* outras tantas formas de viver, que confrontava com a sua e com a forma de estar portuguesa. Deste aquilatar permanente de espaços e das vivências que neles se produzem ia-se desenhando, em traço cada vez mais vincado, *a sua paisagem*, que assim se ia acrescentando de sentidos. As paisagens que descreve e reflete nos seus diários abrem ao leitor quadros vivos, sentidos e humanizados, que aos poucos, e pelo confronto entre *um dentro* e *um fora* do país, vão ajudando a formar uma noção de paisagem patrimonial. As viagens pela Europa, África, Ásia e Américas constituíram roteiros que eram sempre perspetivados como enriquecimento humano e exercício comparativo de geografias físicas, sociais e humanas, ou, às vezes, como necessidade imperativa de «sair», para se libertar da atrofia do país que cerceava os espíritos¹².

⁹ *Idem*: 174.

¹⁰ *Idem*, 1974: 83.

¹¹ *Idem*, 1990a: 19-20.

¹² *Idem*, 1974: 178.

*Aeroporto de Montreal, Canadá, 4 de março de 1984 – [...] Num plaino imenso assim, coberto de neve, só consigo imaginar homens igualmente rasos e gelados, que mal poderão compreender um sangue ibérico, tumultuoso e quente. Homens como que a hibernar dentro da condição*¹³.

*Oaxaca, México, 6 de março de 1984 – [...] Entretanto, vou gastando o resto das horas a percorrer a pé e a comparar na memória a cidade colonial barroca do conquistador com a Ouro Preto mineira, barroca também, pondo em paralelo o génio castelhano e o português, um sempre desmedido e o outro sempre maneirinho, um a erguer catedrais e o outro a construir capelinhas. Não há dúvida: até fora da península a nossa heterogeneidade se manifesta. Somos iniludivelmente uma singularidade nacional no temperamento, na ação e na cultura. Temos é pouca consciência disso*¹⁴.

*Macau, 8 de junho de 1987 – [...] Nunca tinha tido uma experiência assim de caminhar tantas horas em levitação. Tudo nesta terra é simultaneamente natural e mágico, concreto e abstrato, imóvel e fugidio. [...] Durante um banquete a que assisti, houve uma exibição de ranchos folclóricos. E lá vi a dança do dragão e o vira do Minho de mãos dadas no mesmo palco, a conciliação insólita da profundidade mítica com a superficialidade coreográfica. [...] Miragem tangível, desafio à nossa razão, à nossa sensibilidade e ao nosso senso comum, Macau não é uma realidade que se apreenda com nitidez. É como que um sonho confuso de Portugal*¹⁵.

Os espaços dotam-se de significado nos textos de Miguel Torga e neles vão constituindo geografias literárias, operadas pelo olhar subjetivo com que o autor os perspetivou. O trabalho literário torna-se, assim, inspirado e impregnado pelos espaços que explora, ilustrando os modos através dos quais a literatura interage com o mundo, mas também a forma como os modos de lidar com o mundo são passíveis de uma textualização literária¹⁶.

O elogio da *viagem*, enquanto possibilidade de autoconhecimento e de redimensionamento humano – tão bem sugerida no seu poema homónimo – contextualiza uma vida feita de caminhadas, de passeios e de viagens, onde cada espaço constituía simultaneamente uma coordenada geográfica e um molde humano, no entendimento de que esta era uma Terra de homens e de que era preciso perceber que tipos humanos brotavam de cada chão¹⁷.

O espaço constitui, pois, sem sombra de dúvida, uma referência fundamental na obra deste escritor. Seja pelo confronto entre a terra natal transmontana e as outras terras portuguesas, seja pelo aferição entre um *dentro* português e um

¹³ *Idem*, 1987a: 79.

¹⁴ *Ibidem*: 80-81.

¹⁵ *Idem*, 1990a: 22.

¹⁶ TALLY, 2011: x.

¹⁷ TORGA, 1991c: 115.

fora universal, muitos dos seus textos sugerem maneiras singulares de habitar o mundo, sempre perspetivadas a partir de uma ancoragem geográfica que, como já se disse, é medularmente transmontana e ibérica, e impregna o espaço observado ou vivido de uma intensa subjetividade. De facto, essa medula geográfica e orgânica conferiu a Torga um esteio identitário com que orgulhosamente se definiu¹⁸, e a partir do qual perspetivava outras paragens, sem, no entanto, se deixar enredar num qualquer atavismo atrofiador de horizonte.

A passagem da fronteira espanhola suscitava-lhe reflexões recorrentes sobre o presente e o passado das relações entre Portugal e Espanha. A forma como refere as suas «surtidas» (cujo significado sintomaticamente esclarece – «saída de sitiados contra sitiantes») mostra uma consciência vincada de fronteira, que o faz admitir que os «marcos fronteiriços» do instinto ainda não tinham sido arrancados e que os portugueses eram ainda «súbditos potenciais»¹⁹. O confronto entre as coordenadas geográficas e humanas dos dois países fazia-o encarar a vastidão geográfica e a monumentalidade da vizinha Espanha como «instrumentos virtuais de domínio»²⁰, ideia que posteriormente se esbaterá à medida que a sua portugalidade foi encontrando na geografia portuguesa o terreno conforme ao seu destino humano. Convencido de que a largueza geográfica conferia largueza de espírito e que os espanhóis, como outros povos em geral, pensam e constroem em grande e por isso são grandes, deliciava-se na contemplação das praças e das catedrais e lamentava que Portugal fosse sobretudo um país de capelinhas²¹. A sua noção de pátria, de chão patrimonial, que o autor define como «resplendor temporal de um caleidoscópio de eternas diversidades naturais»²², emerge desta comparação permanente de geografias, de formas de encarar o mundo, de vivências e de atmosferas:

Lisboa, 4 de Setembro de 1954 – A pátria. [...]

O espaço vital diminui, e já nem como cidadão do mundo o homem respira com desafogo. Acontece, porém, que, apesar de todas as evidências intelectuais, há um meio específico onde cada indivíduo é menos infeliz. E o meu é este. [...] E tudo o que disse, diga e disser, mais não é do que a expressão profunda da minha experiência histórica, social, telúrica, religiosa ou outra, vivida aqui. Em função desses valores é que valorizo outros valores alheios, a maior parte das vezes maiores do que os meus. Mas valorizo-os sem medularmente aderir aos seus encantos. O espírito entende-os e a fisiologia repele-os»²³.

¹⁸ *Idem*, 1987a: 175.

¹⁹ *Idem*, 1991c: 142.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Idem*, 1987: 80-81.

²² TORGA, 2000a: 277.

²³ *Idem*, 1983a: 146.

Segura, 20 de Outubro de 1979 – Começo a caber na pátria. Já não olho a fronteira com a inquietação de outrora. O corpo e o espírito vão-se acostumando à ideia de que os sete palmos nacionais de terra chegam perfeitamente para consumir um destino humano²⁴.

Mas a pátria é um íman, mesmo quando a universalidade do homem, como neste preciso momento, sai finalmente dos tacanhos limites do planeta. Poucos resistem à sua atração ao verem-se longe dela, seja qual for a órbita em que se movam²⁵.

Lisboa, 16 de Setembro de 1953 – A pátria tem pelo menos a vantagem de ser como a roupa velha: anda-se bem dentro dela. Nenhum esforço de imaginação, nenhum pedido urgente à memória, nenhum terramoto na sensibilidade. O bom e o mau com que se tropeça nos costumes, na arte e nas instituições é também da nossa responsabilidade. E o espírito justifica-se como qualquer aldeão do Barroso, a comer e a oferecer pão de centeio e presunto às visitas:

– É o que há!...²⁶

Se o reino maravilhoso de Trás-os-Montes é a âncora fundamental de Miguel Torga, o conhecimento profundo das restantes províncias portuguesas ajudou a consolidar a sua topografia íntima e a do coletivo português. Ao textualizar as suas impressões, Torga ajudou também os seus leitores a perceberem o território, as atitudes, os valores e a linguagem dos homens que o habitavam, assim construindo um património multifacetado criado no e pelo texto.

Évora, 14 de Fevereiro de 1942 – Rendo-me. Diante de uma realidade assim, rendo-me, e digo mais: que vale a pena, afinal, haver história, haver arquitectura, e haver respeito por quantos souberam ser antes de nós bichos e poetas do seu casulo. E por isto: porque até hoje, em Portugal, só esta terra me deu a justa medida e a justa prova da séria e humana pegada que deixaram no seu caminho nossos pais. Para que me surja vivo e sagrado aos olhos o que os meus antepassados fizeram, é preciso que a lição recebida seja ao mesmo tempo testemunho e destino. Ora nenhuma cidade nossa, salvo Évora, foi capaz de me dizer com pureza e beleza que eu sou latino, que eu sou árabe, que eu sou cristão, que eu sou peninsular, que eu sou português, – que eu sou a trágica mistura de sangue místico e pagão que faz de mim o homem desgraçado que sabemos²⁷.

Olhão, 16 de Fevereiro de 1942 – Isto de luzes, não há dúvida nenhuma, é do Tejo para baixo. A cor duma serra de Trás-os-Montes tem na verdade muito que se lhe

²⁴ *Idem*, 1983b: 118.

²⁵ *Idem*, 1987b: 10.

²⁶ *Idem*, 1983a: 56.

²⁷ *Idem*, 1977a: 27.

*diga; mas, comparada com estes desvairamentos de tinta, é o mesmo que pôr um Caravaggio ao lado dum Tintoreto. De resto, em abono do que digo, lá está a nossa literatura a falar como gente: o Camilo a descrever paixões negras em Trás-os-Montes, e o Fialho a ceifar searas de sol no Alentejo*²⁸.

Piódão, 24 de Outubro de 1965 – Olho do alto da serra as aldeias cavernícolas que nos boqueirões esperam em vão pelo sol natural e social, ponho-me a pensar no que vai pelo mundo, e em vez da revolta antiga invade-me uma espécie de confuso contentamento instintivo.

*Qualquer coisa dentro de mim sente-se nelas preservado, defendido das mil agressões do momento. É como se as raízes mais profundas do meu ser se vissem de repente em segurança no desterro de cada um destes redís primitivos, transformados milagrosamente pelo próprio abandono em promissoras ilhas de reserva humana*²⁹.

*Elvas, 10 de outubro de 1976 – [...] Em toda as terras da pátria, é da minha confrontação que se trata, antes de mais. Estou ou não estou certo ali? As pessoas, os monumentos e o ar que se respira cabem em qualquer das páginas que escrevi? A grafia não destoará de alguma maneira no seu foral*³⁰?

A terra transmontana é, porém, e sempre, o seu chão matricial a partir do qual explicou o seu humanismo radical e a sua tenacidade hirta e pedregosa, mas sempre nobre, como o granito. As suas coletâneas *Contos da Montanha*, *Novos Contos da Montanha* e até, em certa medida, *Bichos*, bem como o romance *Vindima*, refletem a sua devoção à terra transmontana e à fibra humana que ela produzia, para o bem e para o mal. No cunho testemunhal que estas obras adquirem exibe-se não só um património paisagístico, mas também um modo muito próprio de estar na vida que serve de ponto de observação, de reflexão e de mapeamento histórico, humano, social, cultural e telúrico. Quando se equacionam valores prospetivos em torno do património, convém não esquecer que, tal como afirma Torga no Prefácio a *Vindima*, «Conhecer o passado ajuda às vezes a entender o presente»³¹. As impressões que foi textualizando erigem-se em marca histórica e cultural de um povo e de uma região e, nessa medida, fixam um património que se dá a ver e a refletir através da letra do texto. Como neste excerto do *Diário XII*:

S. Martinho de Anta, 19 de Setembro de 1974 – Deixo morrer a tarde, à sombra do noveleiro, a olhar um ninho de melro que já criou e a ouvir gemer a cadela cheia de cio na loja. Minha irmã, de chapéu de palha, guarda o milhão estendido na eira, a mexê-lo de vez em quando às rodadas, num ritmo que já vem dos nossos avós. E o

²⁸ *Ibidem*: 28.

²⁹ *Idem*, 1991b: 68.

³⁰ *Idem*, 1986: 162.

³¹ *Idem*, 1999: 13.

ninho vazio, a cadela aluada e o milhão a ser assim mexido enchem-me de não sei que sensação de mistério. Invade-me um estranho sentimento de sagrado, misto de pânico e de deslumbramento, de negrura e de iluminação. O que sei eu desta linhagem de melros que desde que me conheço habitam no meu quintal? Que força oculta exalta o instinto de procriação da perdigueira? Que hereditariedade determina em minha irmã os gestos ancestrais? Que ordem oculta reina no cosmos para além dos preceitos transitórios das legislações humanas? [...] ³².

Ou neste trecho sobre os derradeiros dias de Vilarinho das Furnas, no Gerês, antes de as águas represadas do rio Homem a submergirem para sempre, pondo fim a um dos últimos redutos de vida comunitária do nosso país:

Gerês, 6 de Agosto de 1968 – Derradeira visita à aldeia de Vilarinho das Furnas, em vésperas de ser alagada, como tantas da região. Primeiro o Estado, através do Serviços florestais, espoliou estes povos pastoris do espaço montanhês de que necessitavam para manter os rebanhos, de onde tiravam o melhor da alimentação – o leite, o queijo e a carne – e alicerçavam a economia – a lã, as crias, e as peles; depois o super-Estado, o capitalismo, transformou-lhes as várzeas de cultivo em albufeiras – ponto final das suas possibilidades de vida. E assim, progressivamente, foram riscados do mapa alguns dos últimos núcleos comunitários do país. Conhecê-los era rememorar todo um caminho penoso de esforço gregário do bicho antropoide, desde que ergueu as mãos do chão e chegou a pessoa, os instintos agressivos transformados paulatinamente em boas maneiras de trato e colaboração. Talvez que o testemunho de uma urbanidade tão dignamente conseguida, com a correspondente cultura que ela implica, não interesse a uma época que prefere convívios de arregimentação embrutecida e produtiva, e dispõe de meios rápidos e eficientes para os conseguir, desde a lavagem do cérebro aos campos de concentração. Mas eu ainda sou pela ordem voluntária no ócio e no trabalho, por uma disciplina cívica consentida e presente, a que os heréticos chamam democracia de rosto humano. De maneira que gostava de ir de vez em quando até Vilarinho presenciar a harmonia social em pleno funcionamento, sem polícias fardados ou à paisana. Dava-me contentamento ver a lei moral a pulsar quente e consciente nos corações, e a entreaajuda espontânea a produzir os seus frutos. Regressava de lá com um pouco mais de esperança nos outros e em mim.

Do esfacelamento interior que vai sofrer aquela gente, desenraizada no mundo, com todas as amarras afetivas cortadas, sem mortos no cemitério para chorar e lajes afeiçoadas aos pés para caminhar, já nem falo. Quem me entenderia ³³?

³² *Idem*, 1986: 83.

³³ *Idem*, 1991c: 11-12.

A homenagem à aldeia de Vilarinho, deixada na letra do texto poético, traça de forma mais pungente ainda a sua identidade paisagística e patrimonial, fazendo nascer o desejo de ir ver a paisagem e de, no local, aferir a nossa sensibilidade confrontando-a com a do poeta. Nesse processo, pela mediação do texto literário, a paisagem de Vilarinho das Furnas, ainda que pela ausência da aldeia entretanto submersa, ou pelas suas ruínas expostas em anos de seca extrema, sublima-se, ultrapassando a dimensão de património físico e social perdido, perpetuando-se inteira no imaginário do leitor:

Barragem de Vilarinho da Furna, 18 de Julho de 1976

Requiem por Vilarinho

Viam a luz nas palhas de um curral,
Criavam-se na serra a guardar gado.
À rabiça do arado,
A perseguir a sombra nas lavradas,
Aprendiam a ler
O alfabeto do suor honrado.
Até que se cansavam
De tudo o que sabiam,
E, gratos, recebiam
Sete palmos de paz num cemitério
E visitas e flores no dia de finados.
Mas, de repente, um muro de cimento
Interrompeu o canto
De um rio que corria
Nos ouvidos de todos.
E um Letes de silêncio represado
Cobre de esquecimento
Esse mundo sagrado
Onde a vida era um rito demorado
*E a morte um segundo nascimento*³⁴.

Pelo olhar subjetivo do criador literário e pela textualização das suas impressões, a identidade paisagística, histórica e cultural do lugar ganhou também identidade literária, e essa, pelo exercício da leitura ou da evocação da letra do texto, permanecerá viva e ativa, assegurando a tessitura entre os fios do texto e a vida, prestando-se assim a uma abordagem geopoética fecunda:

³⁴ *Idem*, 1986: 154.

Si la lecture ne donne pas au bout du compte le désir de partir ou d'explorer l'environnement immédiat, si elle ne réactive pas autrement dit l'appel du dehors, si elle ne contribue pas à la densification de la présence au monde, c'est que la posture prise n'aura pas déployé tous les possibles de la géopoétique, c'est qu'elle n'aura pas été suffisamment en prise avec la vie³⁵.

A literatura erige-se, deste modo, em agente poético de representação, divulgação, recriação e preservação de um património reconhecido e consolidado no e pelo texto. Filtrado pelo olhar subjetivo do criador, e depois pelo do leitor e/ou observador, o património, textualizado, torna-se dupla ou múltipla paisagem, pois que a partir dele se engendrarão novas subjetividades, ancoradas, porém, num mesmo chão.

Em *The production of Space* (1974), Henri Lefebvre afirma: «Space matters. Space is never neutral or “innocent”. It is produced by society through complex subjective relations between who is perceiving it, how it is used and surveyed³⁶». Se, como diz Lefebvre, um espaço nunca é neutro – porque não o concebemos abstraído de um determinado olhar – a textualização da paisagem efetuada por Torga produz espaço, sim, iluminando e fecundando um património paisagístico de excelência, dimensionado sempre à escala humana, como torna claro nestas palavras do *Diário II*:

Açor, Serra da Lousã, 25 de Outubro de 1942 – [...] Devo à paisagem as poucas alegrias que tive no mundo. Os homens só me deram tristezas. Ou eu nunca os entendi, ou eles nunca me entenderam. [...] A terra, com os seus vestidos e as suas pregas, essa foi sempre generosa. [...] Vivo a natureza integrado nela, de tal modo que chego a sentir-me, em certas ocasiões, pedra, orvalho, flor ou nevoeiro. Nenhum outro espetáculo me dá semelhante plenitude e cria no meu espírito um sentido tão acabado do perfeito e do eterno³⁷.

Será esta dimensão telúrica que impregna os textos de Miguel Torga de uma profundidade humana a que é impossível ficar indiferente. Será esse humanismo, também, que direciona o olhar e ensina a ver. O português atento e sensível que visita o Gerês olhará certamente a paisagem de uma outra forma, se ao chegar ao miradouro da Pedra Bela gastar alguns instantes a ler este poema gravado em chapa cravada na pedra:

³⁵ BOUVET, 2015: XXI.

³⁶ *Apud* GARCIA, s/d: 10.

³⁷ TORGA, 1977a: 71-72.

Gerez, Pedra Bela, 20 de Agosto de 1942.

Pátria

Serra!

E qualquer coisa dentro de mim se acalma...

Qualquer coisa profunda e dolorida

Traída, feita de terra

E alma.

Uma paz de falcão na sua altura

A medir as fronteiras:

– Sob a garra dos pés a fraga dura,

E o bico a picar estrelas verdadeiras...³⁸

Não se tratará apenas então da leitura de um belo texto poético, mas da experiência de leitura, *in loco*, de uma representação subjetiva e apaixonada de um pedaço de património comum, mais vivo e mais significativo, e ao qual se sente pertencer mais. O sentimento de portugalidade passa também por aqui, nesta exaltação textual que seduz o olhar e o faz ver melhor:

S. Leonardo da Galafura, 8 de Abril de 1977 – O Doiro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir. Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza. Socalcos que são passadas de homens titânicos a subir as encostas, volumes, cores e modulações que nenhum escultor pintou ou músico podem traduzir, horizontes dilatados para além dos limiares plausíveis de visão. Um universo virginal, como se tivesse acabado de nascer, e já eterno pela harmonia, pela serenidade, pelo silêncio que nem o rio se atreve a quebrar, ora a sumir-se furtivo por detrás dos montes, ora pasmado lá no fundo a reflectir o seu próprio assombro. Um poema geológico. A beleza absoluta³⁹.

Gerês, 26 de Agosto de 1958 – Quatro horas de serra. De vez em quando gosto de pôr à prova a fibra herdada dos maternos avós almocreves, para que lá na eternidade não se sintam atraçoados junto dos paternos cavadores, que rememoro como posso diariamente.

Meti a direito pelos fragedos, e foi até o corpo dizer basta. Gargantas temerosas que engolem o tempo e o silêncio, e que o vento – respiração da natureza – atravessa a uivar, ribeiros que se despenham nos abismos num ímpeto lírico e suicida, lagoas límpidas e secretas, onde ninguém lava a impureza. Graníticos e orgulhosos, os pínca-ros viam-me aproximar e cerravam a catadura. Mas levei ao alto de todos a minha cordialidade humana. Por honra da firma, como já disse, e por serem a única grandeza de Portugal com que apetece a gente medir-se⁴⁰.

³⁸ *Idem*, 1977a: 57.

³⁹ *Idem*, 1986: 176-177.

⁴⁰ *Idem*, 1976: 151.

*Alijó, 14 de Janeiro de 1990 – Às vezes tenho a impressão de que nasci para dar testemunho – alto e bom som do mundo inteiro, de Portugal a meia voz, e do Doiro em murmúrio de confissão*⁴¹.

A dispersão da contemporaneidade, potenciada pela globalização, tem vindo a esbater a relação que os indivíduos naturalmente entretencem com os seus lugares de origem, substituindo-os facilmente por parateiros provisórios, de tal modo que, como afirmam Morley and Robins (1993), «places are no longer clear support of our identity»⁴². Torga era já sensível a essa realidade em 1962, quando afirmava que as pátrias iam findando dentro de nós, seduzidas pela tentação do universal⁴³. Ainda assim, o chão português manter-se-á sempre vivo o seu apelo de terra-mãe, como deixa evidente nestes versos: «Quanto mais longe vou, mais perto fico / De ti, berço infeliz onde nasci. / Tudo o que tenho, o tenho aqui / Plantado»⁴⁴.

S. Martinho de Anta será sempre *a sua paisagem*, o tropismo de retorno à origem onde ia buscar «terra nas unhas» para aguentar os embates de outras paragens. E, ainda que pontualmente a aldeia natal seja remetida a uma «arqueologia de sentimentos»⁴⁵, ela é, de facto, esse local matricial de referência donde irradiam e a partir do qual se perspectivam todos os caminhos.

*S. Martinho de Anta, 22 de Novembro de 1959 – Paro um momento no meio das encostas a tomar fôlego, e ponho-me logo a magicar na significação destas visitas, que obedecem sempre ao mesmo ritual: à vinda, do alto do Marão, cumprimento, apenas topográfica e sentimentalmente, a Senhora da Azinheira; à ida, recebo em Sabrosa, das mãos vizinhas de Fernão de Magalhães, passaporte para todas as inquietações; no intervalo, inventario as fragas nativas. Três tempos, com três sentidos escalonados: o do céu perdido, o do ninho limitado e o da terra inteira abraçada...*⁴⁶

Patrícia Garcia defende a ideia de que o espaço é uma entidade dinâmica sempre em construção e constantemente sujeita à incorporação de novos significados, tantos quantos forem os olhares, as emoções e as circunstâncias de vida⁴⁷. Nesse sentido, a inscrição artística de um espaço confere-lhe densidade humana, identidade e historicidade. Ora, a opinião de Torga, com que se abriu este texto, sobre o retrato que Eça de Queirós deixou de Leiria n' *O Crime do Padre Amaro*,

41 *Idem*, 1993: 11.

42 *Apud* GARCIA, s/d: 8.

43 TORGA, 1977b: 93.

44 *Idem*, 1986: 39.

45 *Idem*, 1978: 56.

46 *Idem*, 1976: 194.

47 GARCIA, s/d: 9.

deve, obviamente, ser enquadrada no contexto português dos anos quarenta do século XX, estagnados e atrofiados pelo provincianismo e fechamento a que a ditadura obrigava, e, por isso, certamente pouco diferentes dos da sociedade novecentista retratada por Eça. Nessa medida, ao deixarem-se impregnar pelo espaço observado e pela atmosfera que dele respirava, os textos dos dois autores conferiram a Leiria uma identidade literária, cartografaram-na literariamente. Ao fazê-lo, inscreveram a cidade num tempo e numa perspetiva do olhar que outros, ao longo do tempo, refletirão e redimensionarão de acordo com novas cartografias humanas e existenciais.

BIBLIOGRAFIA ATIVA SELECIONADA

- TORGA, Miguel, (1973a) – *Diário III*. Coimbra: Edição do autor, 3.^a edição.
_____, (1973b) – *Diário IV*. Coimbra: Edição do autor, 3.^a edição.
_____, (1974) – *Diário V*. Coimbra: Edição do autor, 3.^a edição revista.
_____, (1975) – *Novos Contos da Montanha*. Coimbra: Edição do autor, 6.^a edição revista.
_____, (1976) – *Diário VIII*. Coimbra: Edição do autor, 3.^a edição revista.
_____, (1977a) – *Diário II*. Coimbra: Edição do autor, 4.^a edição.
_____, (1977b) – *Diário IX*. Coimbra: Edição do autor, 2.^a edição.
_____, (1978) – *Diário VI*. Coimbra: Edição do autor, 3.^a edição.
_____, (1983a) – *Diário VII*. Coimbra: Edição do autor, 3.^a edição revista.
_____, (1983b) – *Diário XIII*. Coimbra: Edição do autor, 1.^a edição.
_____, (1986) – *Diário XII*. Coimbra: Edição do autor, 3.^a edição revista.
_____, (1987a) – *Diário XIV*. Coimbra: Edição do autor, 1.^a edição.
_____, (1987b) – *Contos da Montanha*. Coimbra: Edição do autor, 7.^a edição.
_____, (1989) – *Diário I*. Coimbra: Edição do autor, 7.^a edição.
_____, (1990a) – *Diário XV*. Coimbra: Edição do autor, 1.^a edição.
_____, (1990b), – *Bichos*. Coimbra: Edição do autor, 18.^a edição.
_____, (1991a) – *A Criação do Mundo*. Coimbra: Edição do autor, 1.^a edição conjunta.
_____, (1991b) – *Diário X*. Coimbra: Edição do autor, 2.^a edição revista.
_____, (1991c) – *Diário XI*. Coimbra: Edição do autor, 2.^a edição.
_____, (1993) – *Diário XVI*. Coimbra: Edição do autor, 1.^a edição.
_____, (1999) – *Vindima*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, Lda, 6.^a edição.
_____, (2000a) – *Ensaios e Discursos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
_____, (2000b) – *Poesia Completa*. Lisboa Publicações Dom Quixote.

BIBLIOGRAFIA CRÍTICA SELECIONADA

- BACHELARD, Gaston (1957) – *La Poétique de l'Espace*. Paris: Presses Universitaires de France, 3^e édition. Disponível em <https://gastonbachelard.org/wp.../BACHELARD-Gaston-La-poetique-de-l-espace.pdf>. [Consulta realizada em 7 de abril de 2017].
- BOUVET, Rachel (2015) – *Vers une approche géopoétique* : lectures de Kenneth White, Victor Segalen, J.-M.C. Le Clézio. Québec: Presses de l'Université du Québec.

- DOUDET, Caroline – «Géocritique : théorie, méthodologie, pratique». *Acta fabula*, vol. 9, n.º 5. Disponível em <<http://www.fabula.org/revue/document4136.php>>. [Consulta realizada em 2 de maio de 2017].
- GARCIA, Patrícia (s/d) – *Geocriticism: an Emerging Field in Comparative Literature*. Disponível em <www.academia.edu/.../Geocriticism_an_Emergency_Field_in_Comparative_Literature>.
- ____ (2015) – J. G. Ballard's *One-Man Worlds*. «Reflexiones Marginales», Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras, n.º 28. Disponível em <http://reflexionesmarginales.com/3.0/j-g-ballards-one-man-worlds/#_edn3>. [Consulta realizada em 7 de abril de 2017].
- LAUREL, Maria Hermínia (2017) – «Nota de abertura» à tradução de alguns capítulos de *La Géocritique: Réel, fiction, espace*, de Bertrand Westphal. Porto: Edições Afrontamento, Lda.
- NÓVOA & NÓVOA (2015) – *Três conversas de espaço*. In *Finisterra*, L, 100, p. 81-87. Disponível em <revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/7865>.
- TALLY, Robert T. Jr (2011) – *The Timely Emergence of Geocriticism*. Translator's preface in *Geocriticism: Real and Fictional Spaces*. New York: Palgrave Macmillan.
- ____ (2014a) – *Geocriticism in the Middle of Things: Place, Peripeteia, and the Prospects of Comparative Literature*. In LEVY, Clément; WESTPHAL, Bertrand, dir. – *Géocritique: États des lieux/ Geocriticism: A Survey*. Limoges: PULIM, p. 6-15.
- ____ (2014b) – *U Views Until the Dragon Comes: Geocriticism and the Prospects of Comparative Literature*. «Inquire: journal of comparative literature». Disponível em <<http://inquire.streetmag.org/articles/125>>. [Consulta realizada em 5 de abril de 2017].
- WESTPHAL, Bertrand (2007) – *La Géocritique: Réel, fiction, espace*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- GAGO, Dora Nunes (2012) – «Os rostos» da Europa no *Diário de Miguel Torga: da falibilidade da história ao declínio do presente*. «RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro», n.º 1 (II-Série), p. 39-51.
- SOUSA, Carlos Carranca O. (2012) – *A ideia da Europa no Diário XVI de Miguel Torga*. «RUA-L. Revista da Universidade de Aveiro», n.º 1 (II-Série), p. 31-38.
- TUAN, Yi-Fu (s/d) – *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis, London: University of Minnesota. Disponível em <<https://www.academia.edu>>Yi_Fu_Tuan_Space_and_Place>.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles (2003) – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, Tomo V.

THE URBAN LANDSCAPE HERITAGE AS A SOCIAL PARTICIPATIVE AND ARTISTIC CONSTRUCT. THE CASE STUDY OF MOURARIA IN LISBON

ANA MOYA*

Resumo: *As migrações, o turismo de massas e o investimento imobiliário internacional causam efeitos irreversíveis na genuína evolução identitária do património paisagístico urbano da Mouraria. Esta pesquisa analisa as respostas emocionais e multissensoriais do espaço urbano dos residentes da Mouraria usando a metodologia de três laboratórios pedagógico-artísticos. Interroga-se como a comunidade está envolvida na criação de uma experiência ativa e predicativa do espaço urbano através de atividades artísticas. Esta pesquisa participativa de base comunitária reafirma a compreensão do património urbano na sua dimensão intangível como um constructo social participativo, num processo constante de reformulação identitária, reinvenção e criação artística.*

Palavras-chave: *paisagem somática, património intangível urbano, pesquisa participativa, experiências multissensoriais.*

Abstract: *Migrations, mass tourism, and international real estate investments are causing irreversible effects on the genuine identity evolution of Mouraria's urban landscape heritage. This research analyses the emotional and multisensorial responses to the urban space of Mouraria's residents using the methodology of three pedagogical-artistic laboratories. We enquire how this multicultural community is involved in the creation of an active and predicative experience of space through artistic activities. This community-based research reaffirms the understanding of the urban heritage in its intangible dimension as a social participative construct, in a constant process of identity reformulation, reinvention, and artistic creation.*

Keywords: *somatic landscape, intangible urban heritage, community-based research, multi-sensorial experiences.*

INTRODUCTION

This article enquires into the experiences, memories, and emotions attached to the urban everyday lived space in the historical neighbourhood of Mouraria, in Lisbon, Portugal. It examines how the community is involved in the creation of an active and predicative experience of space through cultural and artistic activities. It also presents the results of a community-based research, developed from

* Integrated researcher, CHAIA, University of Évora, PT. Email: amoya@uevora.pt.

Ana Moya holds a postdoctoral grant (FCT, Portugal), at the Centre of Art History and Artistic Research (CHAIA), University of Évora. She carried out postgraduate studies on Intervention and Management of the Landscape Heritage at the UA Barcelona (2009). She holds a PhD in Urban Landscape Theory by TU Eindhoven (2007), and a Master in Architecture from ETSAB, UPC, Barcelona (1996). She has been Assistant Professor at ISMAT, Lusophone University, and Lecturer at the Faculty of Architecture, TU Eindhoven. She is author of the book *The Perception of the Urban Landscape* (2011).

2017 to 2019, using the methodological approach of three pedagogic-artistic laboratories addressed to its residents with the collaboration of public institutions and socio-cultural associations in the neighbourhood. Each laboratory was targeted to a different generational multicultural group (children, youth and seniors), in order to observe interpretative differences and discursive discontinuities. We counted with the collaboration of plastic, and audio-visual artists, who co-constructed the guidelines and contents of the laboratories.

In these laboratories, we aimed to observe those emotional processes related to the mental construction of the urban landscape, such as the sense of belonging, the redefinition of the affects, and the review of the memories of the place, as dynamic processes of constant qualitative evaluation and personal and collective reformulation of the urban space. Our objective was to give shape to those meaningful, perceived and experienced urban spaces through an artistic language. All the different modes of artistic expression were centred on the body, where subjective and collective identities were articulated. We consider that sensorial experiences, memories and emotions configure a universe of spaces of representation, which enrich the intangible heritage of the neighbourhood and enlarge the cultural images and historical symbols attached to the values of its urban landscape.



Fig. 1. Limits of Mouraria neighbourhood in Lisbon according to the four different urban requalification plans (1956, 1989, 1997, and 2009). In white the area of our present case study. Source: Ana Moya.

Mouraria is a historic district in the centre of Lisbon, located on the north-west slope of São Jorge Castle Hill. In the Lisbon General Directorate of Cultural Heritage, it is registered as a morphological unit and medieval urban set, covering the new parishes of Arroios, São Vicente and Santa Maria Maior. It corresponds to an urban area with a medieval, muslim-inspired layout: narrow and winding streets, multiple corners, alleys, and staircases that adapt to the relief of the mountain slopes, holding a certain compactness in all its built fabric (Fig. 1). At present, the identity of Mouraria's tangible and intangible heritage is changing and evolving at the speed of social and physical changes. The effects of a neoliberal and globalised market economy has attracted a super-diverse immigrated community that includes fifty-one different nationalities and new sociocultural urban patterns (*Community Development Plan of Mouraria*, PDCM, 2012), with the consequent juxtaposition of multicultural discourses (Fig. 2). Together with new urban requalification projects and architectural rehabilitations, the neighbourhood has also witnessed an increase of touristic lodging offers, and international real estate investments.

Mouraria's socio-cultural sustainability should be grounded on a balance between the economic and social development of the neighbourhood, the integration of cultural diversity and the continuity and respect for cultural identity legacies. The urban space must be prosperous, dynamic, allowing for the quality of life of all its residents. Without the social inclusion, communication, dialogue and active participation of all of them, it is not possible to achieve this sustainable evolution¹. Under present conditions, Mouraria's landscape identity, understood as the construction of the sense of the self in space, cannot be durable due a short-term fluctuating population (migrants and tourists), and the economic gentrification processes. The danger lies in the transformation of a cohesive historical local community into a fluctuating one in a constant state of displacement and isolation (Fig. 3).



Fig. 2. Friday at Terreirinho street, close to Baitul Mukarram Mosque.



Fig. 3. Tourists on Benfornoso street. The heart of Mouraria's multicultural commerce and services.

¹ TURNER, 2015: 104.

The construction and evolution of Mouraria's urban identity requires the capacity and the sensitivity of its residents to identify and emotionally re-appropriate this urban space in constant transformation. There is an intimate and emotional mental connection with space built on sensorial experiences and perceptions. These experiences are linked to individual and collective imaginaries, and specific representations of space. In our research, we consider that the representation of a meaningful urban space is built on the language of bodily senses, and the body itself is an expressive means of communication that unites different languages, identities and cultures inside a community. In our main hypothesis, we understand the self not as passive spectator or mere observer, but as a participant and co-creator of the urban landscape, using the body as the main means of communication and dialogue in the construction of a multicultural landscape heritage. This urban landscape, which is also somatic, is created as a conscious, cognitive, sensorial, emotional, and existential experience of the urban space, and it is shared and communicated through artistic practice within the community. This present research stems from a broader project at the Centre of Art History and Artistic Research (CHAIA), at Évora University, with the title *The Somatic Landscape of Urban Multiculturalism. Identities, Heritage and Cultural Tourism in Immigrant Communities in the Historical Centres of Lisbon and Barcelona*, and it is funded by the Foundation for Science and Technology (FCT), Portugal and the Social European Funds (SFRH/BPD/101156/2014).

MOURARIA'S URBAN HERITAGE: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

In 2011, statistical studies revealed that 8% of Mouraria's population were immigrants, most of them from the PALOP countries (41%), Indo-Portuguese (7%), Chinese (3%), North and South American (2%), from other Asian countries (19%), and Europeans (17%)². The Chinese community is a cultural group with an autonomous functional structure, in charge of businesses linked to commerce (84%) and services (16%). It is one of the immigrant groups that self-sustains its own community's functional needs with a varied number of services such as their own newspapers, social, religious and aid organisations and associations (Fig. 4). The Chinese community has the monopoly of wholesale in the neighbourhood, located mainly in the two shopping centres of Martim Moniz square. Meanwhile, the population from India, Bangladesh, Pakistan and Nepal have a more geographically dispersed business trade (Fig. 5). The Bangladeshi group has the majority

² INE, 2012.

of food commerce in the neighbourhood (35%), with minimarkets, grocery stores and Halal butchers³. The majority of the Indian, Nepalese and Bangladeshi population live in the former Socorro and Anjos parishes. The small properties, trade, and services of all these South Asian ethnic groups represent 14,8 % of the total working population, who are therefore considered highly entrepreneurial immigrants just behind the Chinese, representing 27%⁴.



Fig. 4. Chinese services on the second floor of a building in Cavaleiros street.



Fig. 5. Bangladeshi restaurants on Benfornoso street.

In the last years, Lisbon has seen a huge increase in city tourism, with 2,9 million visitors in 2012⁵. Therefore, touristic lodgings play an important role in the offer of services, with an increase in the number of short term rental offers in virtual platforms such as *Airbnb* and *HomeAway*. In a characterisation survey carried out in June 2016, only within these platforms, we accounted an offer of 528 touristic apartments and 119 renting rooms⁶. In July 2019, a new analysis of data extracted from *www.airdna.co*, reporting the short-term rental properties in Mouraria within the same virtual platforms, gave us the value of 1.223 apartments and 196 renting rooms; an offer which represents a growth of 119%, in three years. There is also an international real estate investment market in the renovation of housing for specifically touristic lodging or for investment purposes. Foreigners are encouraged to apply for the so-called golden visas and fiscal benefits when pursuing new properties. At present, every single corner in the neighbourhood has buildings under renovation or under construction (Fig. 6). The local residents are forced to accept that their lively social and collaborative neighbourhood is changing by the forced eviction of their neighbours, and the non-renovation or the increase of their rents. Gentrification processes also affect

3 MOYA & BATISTA, 2017.

4 MALHEIROS *et.al.*, 2016: 19.

5 INE, 2012.

6 MOYA & BATISTA, 2017: 14.

the local commerce, the local taverns, and family restaurants, and the craftsmanship ateliers and shops, including the socio-cultural and regional associations, which cannot afford to pay the high rents of their establishments.



Fig. 6. Two real estate international investment projects at Intendente square.



Fig. 7. Local neighbours claiming their rights for rental lodging in Lagares street number 25.

In 2018, sixteen residents in Lagares Street won the battle against an investor that bought the house for touristic lodging (Fig. 7). With the aid of the City Council the residents arrived at an agreement with the new owner to extend for five years their new rent contracts, delaying their possible eviction. At the present, this process of social desertification of the historical centre, causes, for the first time, the anonymity and isolation of the few local residents that remain in the neighbourhood. In the past, Mouraria was known for the social cooperation among its neighbours. Nowadays, residents turn out to be all strangers to each other.

Over the last years, and due to the implementation of urban strategic development and requalification programmes, Mouraria has seen the growth of socio-cultural initiatives and new associative group networks that allowed the strengthening of social and multicultural collaborations. The revitalization of the neighbourhood started with the implementation of *Mouraria Action Programme*⁷, and *Mouraria Community Development Plan*⁸. A promotion of a set of operations took place with the objective of a social and physical revitalization of the neighbourhood. Between 2011 and 2013, the physical improvements in the neighbourhood were evident in the requalification of the public space and the strengthening of the socio-cultural structure (Fig. 8). All these urban policies and planning also fostered citizen participation, intercultural dialogue, and urban cohesion, improving the interaction between different ethnic and social groups⁹.

⁷ PA Mouraria 2009.

⁸ PDCM, 2012.

⁹ FONSECA, 2009: 93.



Fig. 8. Mouraria's Action Programme and the urban rehabilitation of Intendente square in 2013.



Fig. 9. Social cultural gathering at Renovate Mouraria association in 2017.

The *BIP-ZIP Charter – Neighbourhoods and Priority Intervention Zones of Lisbon*, approved by the City Council in 2010, became one of the drivers of local development in the neighbourhood over the past nine years, fostering community-based partnerships. Since 2010, twenty-one local partnership projects were financed, supporting the initiatives and the creation of new socio-cultural local associations, such as *Casa Independente* (2012), *Sou, Movimento e Arte* (2004) with *Largo Residências* (2011), *Renovar a Mouraria* (2008), and *Cozinha Popular da Mouraria* (2012) (Fig. 9). *Largo Residências* association, promotes artistic events and a wide program of artistic residences, and a cultural and artistic programme that includes the cooperation with other associations, public institutions and the resident community; *Renovate Mouraria* association also has consolidated the economic and multicultural structures in the district, creating routes of local taverns, promoting a Fado Festival, multicultural gastronomy gatherings and events, multicultural guided tours and the creation of Rosa Maria's neighbourhood magazine (Fig. 10). Apart from this associations, other collectives such as *Centro em Movimento* (1998), has also a continuous work of interaction with the neighbourhood and the residents through the research and study of the body, and the experimentation of place (Fig. 11); or *Ébano Collective* (2012) that curated artistic interventions in the public space of the neighbourhood. Also individual artists have been committed to collaborations with the community such as the photographers Camila Watson, Carla Rosado or the choreographer Madalena Vitorino. All these associations, cultural groups, and individuals have reinforced the communication among multicultural groups in the neighbourhood, strengthening the integration of new immigrant residents in the local community and the cultural and social aid networks.



Fig. 10. Young band *Batucaria* organized by Renovate Mouraria association in 2017.



Fig. 11. *Pedras* Festival 2017, by the artistic collective Centre in Movement.

THE RELATIONAL URBAN SPACE OF SENSORIAL EXPERIENCES: DEFINING A SOMATIC LANDSCAPE

It is significant for us the relational world of personal experiences that take place in space and time and define the complexity of spatial phenomena. According to David Harvey, there exists a «relational space» imbedded in internal subjective relations and specific processes happening through time. This space cannot be measured because it describes patterns of thought, dreams, intuitions, memories, aesthetic judgements, and subjective meanings. This space is permeated by magic, religion, rituals, beliefs and sensorial body experiences. It is a space linked to the concept of embodied identity, which moves into the past, present and future. According to Harvey, it is possible to establish a dialectical interrelation between the «relational space» and Lefevre's tripartite division of space¹⁰. In the present research we worked with the «relational-experienced space» of sensorial body experiences, and the «relational-lived space» associated to heritage cultural images and symbols¹¹.

A meaningful «landscape» exists within the individual who seeks a dialogue and an intimate communication with the place. The first means of communication with the environment is the body, the reactions, the movements and its sensory responses. The predication of an experience means that there is a determination, an intentionality of communication of what is being experienced with the use of different modes of expression and representation. All predications of a landscape experience are mediated by the body in a «reversibility of touch». Between the body touching and the body touched there is an overlapping of information, and the simultaneity of being one within the other, « [...] So that we must say that the

¹⁰ HARVEY, 1990: 131.

¹¹ HARVEY, 1990; LEFEBVRE, 1974.

things pass into us as well as we into the things»¹². The rhythm varies with the action of the body in space, and that power through the gesture, modifies the energy of the place¹³. In any place where there is an interaction with the body, there is an alteration of the energies and therefore of the rhythms that cohabit in this place, modifying its amplitude, frequency, intensity, tension and action.

Urban places cease to be symbolic, simply discursive or visual to become spaces of bodily participation, using sensory and performative movements and body relationships. The choreography of the body adds a new layer of emotional meaning to the urban landscape transforming it into a «Somatic Landscape». The research enquires about the multisensorial urban experience of the landscape, and the interaction of the body in space through processes of communication, choreographic relations, gestures, sensations, thoughts, affections, and emotions¹⁴.

In this research, there is a concern for the everyday life and the forms of embodied practices, actions and interactions in space, which generate different attached meanings and values to it. These social interactions with the environment are based on constant relations of modification and reciprocity with the urban space. The focus relies in the performance of the body in space, in this continuous weaving of behavioural patterns that talk about emotions, attitudes, actions, and interactions, because «[...] thought is place in action, and action is placed in the world»¹⁵. In this relational society, the social expands to the co-existence with the multiplicity of everything –all manner of material bodies- that takes part in the world. Therefore, the predication of a «Somatic Landscape» becomes a presentation of an enacting world of meaningful relations, events and affects.

THREE PEDAGOGIC-ARTISTIC LABORATORIES FOR COMMUNITY PARTICIPATION

We developed three different pedagogic-artistic laboratories addressed to three generational groups of residents – children, youth and senior –, because we consider that in Mouraria cohabit new and old patterns of experience, knowledge and interpretation¹⁶. For each laboratory we counted with the close collaboration of socio-cultural associations and public institutions in the neighbourhood who helped us to publicize, manage and gather each of the group participants according to our requirements for the call. They also collaborated providing us the necessary equipment, artistic material and the physical space to develop the

¹² MERLEAU-PONTY, 1968: 123.

¹³ LEFEBVRE, 1992: 7.

¹⁴ WHITEHEAD, 1927; WHITEHEAD, 1929; MANNING, 2009.

¹⁵ ANDERSON & HARRISON, 2010: 11.

¹⁶ MANHEIM, 1923: 292-293.

indoor activities. Each laboratory was addressed to a specific generational group, with a minimum of 15 to 20 participants, all residents in the neighbourhood. In the case of the senior group, we started with 20 participants, but two weeks later we ended up with 11 regular participants. In the case of the teenager group, Gil Vicente Secondary School arranged for us two groups of 20 students each, and we worked with them in two different sessions. Due to logistics, organizational structures, and different agendas of the institutions and associations involved, including the agendas of the invited artists, it was not possible to develop the three laboratories at the same time, and to gather an intergenerational group.

For each laboratory we invited artists in the fields of plastic and audio-visual arts. There was a close collaboration with them in order to create specific methods and contents adapted both to the researcher's methodology and the artist's interests and creativity. As a result, we were working with original artistic methods that had not been tested before in other contexts, and they were implemented for the first time in Mouraria's case study. At the end of each laboratory, we gathered an original and specific artistic material, result of this participative artistic activities. Our aim was not to represent and map space, but to present and re-create relationally experienced and lived spaces. Therefore, we were interested to discover how the participants were interacting (in the past and in the present) with the urban space creating a relational space with their actions, emotions and affects. The depiction of a «Somatic Landscape» is always performative, ritual, gestural and choreographic. It is about envisioning, incorporating and experiencing the body in space and presenting it on the intersections of events, stories, memories, and associations, in a multiplicity of trajectories, brought to the fore through the human body interactions¹⁷. In Mouraria, these intersections and interactions were also multicultural, which implied different cultural realities and different productions of space and landscape predication¹⁸. Each laboratory was structured in three movements of exploration of a «Somatic Landscape». With *itineraries* in the neighbourhood, we trained the participant's recognition, perception and sensorial experience of urban places. With the observation of their *inner subjective world*, they learnt to interpret and observe their body in space, exploring their subjective universes, body responses, emotions, gestures and actions. With the *communication* of a meaningful and personal sensorial experience, they were able to represent affects and emotions. In this last movement we also created sensorial narratives, atmospheres, scenographies and group choreographies.

The first laboratory *My Home: Let's Create a Fairy-Tale*, was held at Renovate Mouraria association in the course of five days, in April and May of 2017. It was

¹⁷ MASSEY, 2005: 9-15.

¹⁸ BERRY, 2003: 30.

attended by sixteen children between 6 and 11 years old – half of them Nepalese and the other half Portuguese. The researcher, with the collaboration of the plastic artist and designer of communication Leonor Brilha, developed the contents of a laboratory, with the objective to study the participant's sense of belonging and sense of feeling at home. With the creation of a fairy-tale story we eased the children, using their imagination, to talk about their personal sensorial and emotional experiences in their close urban environments.

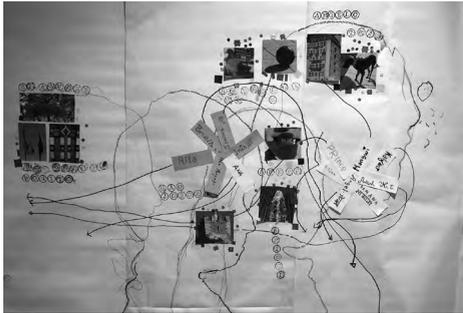


Fig. 12. Mapping the emotional relations towards the elements of the environment and the selection of characters for a Fairy Tale.



Fig. 13. Representing a scenography using three layers of information: visual, resonant and tactile.

With *itineraries* in the neighbourhood, the participants selected elements from the neighbourhood in order to transform them into story characters and parts of the scenography. We also explored their *inner subjective world* to discover how their personal emotions were translated into character's personalities, behaviours and interactions (Fig. 12). The scenography was composed by three layers of reality: sounds, textures, and visual elements (Fig. 13). The characters took shape in cardboard cut-out figures. The objective was the performative choreography of the children's bodies in space while playing freely a storytelling narrative using a shadow play (Fig. 14). In this performative storytelling game, the kids interacted with each other discovering relations between characters, affinities, and emotional relationships with the urban environment. In a final stage, where the participants had to *communicate* a somatic landscape, we asked them to design costumes and masks and to perform a story with their own bodies, interpreting their imaginary characters (Fig. 15).



Fig. 14. Performative choreography of the children's bodies in space while narrating a story using a shadow play.



Fig. 15. Children performing their characters using masks and designed dresses.

The second laboratory, *Mouraria's Legacies* was held at the Republican School Centre, within the scope of the Senior University Saber Maior, during nine days, in November 2017. It was attended by a regular senior group of eleven people between the ages of 60 to 80 years old. Half of the participants were national migrants from other regions of Portugal that settled in the neighbourhood in the 1960s. The rest of the participants were born in Mouraria. We explored with them the sensorial memories and the social and urban changes through time. The goal was to activate the communication and the sharing of stories in group conversations through game playing and artistic activities. With virtual *itineraries* in the neighbourhood we explored the evolution of the multisensorial urban landscape. We printed historical photographs in order to travel in time. We also explored their *inner subjective world*, asking them to take part and play in two board games designed by the researcher: a "Game of Sensorial Memories" and a "Game of the Neighbourhood". The first game was designed to facilitate the conversation and dialogue among participants in a cumulative storytelling of synesthetic sensory memories. The second game was designed to enable a geographical sensorial exploration and travel around Mouraria. In a final stage, where the *communication* of a somatic landscape experience took place, the participants translated personal memories into plastic collage compositions. Each composition situated characters, actions, body sensations and feelings in a specific location in time and space.

The third laboratory, *Inter-Rumores*, was held at Gil Vicente Secondary School, during nine days, in May 2018, and December and January 2019. It was attended by forty teenagers between 12 to 19 years old, of ten different nationalities (China, Vietnam, Nepal, Bangladesh, India, Philippines, Romania, Guinee, Nigeria and Senegal) attending classes at the course of Portuguese as non-Native Language. The invited artists were the musician and sound artist Fernando Ramalho and the illustrator Bruno Santos (a.k.a. Mantraste). In this laboratory,

the students observed and discovered the neighbourhood soundscapes which reformulate their presence in the urban space. The sound exploration of urban spaces talked about their own affective bonds to the urban environment. With *itineraries* in the neighbourhood we explored sound, body, and space identity. Participants discovered the rhythms of space, the relationship of sound with their own bodies, and those daily and familiar cultural sounds outside school in their leisure time. We also explored their *inner subjective world*, learning about those cultural and memory sounds of their countries of origin, which are part of an emotional heritage that roots them to their past. We were also interested in their musical tastes, trying to understand to what extent music plays a role in the construction of their cultural identity. We also explored the spoken speech understood both as a sound form and as an instrument of communication. We worked with notions such as the musicality of languages and the rhythms of voices and languages. We explored the spoken speech as a form of sound integration, disruption and desynchronization of the body and the self in the urban space. In a final stage, where the *communication* of a somatic landscape experience takes place, Fernando Ramalho created four sound musical pieces, using the sound palette of the students' recordings, in a sequential logic that takes us on a journey that begins in language, continues through memory and music, and ends in the daily life of this young residents. The illustrator Mantraste transformed the sounds into a universe of tactile (clickable) sound illustrations, where faces, places, memories, and daily activities become sound. We created a website of interactive sound creation (www.interrumores.pt) where visitors can enter the labyrinth of soundscapes, and create new sounds with our sound database.

This project was selected for the *NextStop Festival, Multicultural Art in the Metropolitan of Lisbon*, which took place in March 2019, and was also an exhibit at the *Temporary Art Gallery* until July 2019, and finally at *Bairro Intendente em Festa*. This cultural and artistic initiative was promoted and organised by *Largo Residências* association, within the framework of the Local Development Plan-GABIP Almirante Reis, and counted with the collaboration of Lisbon City Council, Arroios Council, and Aga Khan Foundation, as part of the InFusão Programme. For the *NextStop Festival*, we presented a sound installation with the four musical compositions accompanied by panel presentations, enabling visitors to interact and create new sounds with our sound interactive database (Fig. 19).

INTANGIBLE HERITAGE AND PARTICIPATIVE COMMUNITY ART

At the first laboratory, we observed that Mouraria's most popular places for the children's residents were Martim Moniz, Rosa, and Achada Squares. In a visit to Martim Moniz Square, we asked them to register and identify those elements that called their sensorial attention (vision, sound, and touch). From all the elements photographed or registered, the children, selected those which became the main characters of their fairy-tale stories. The Portuguese children, translated these elements into characters that embodied their sense of socialization, leisure and play. The Nepalese children valued more those characters that represented the Portuguese identity and history, art-works, and nature. Regarding the shadow play storytelling narratives, Portuguese stories had a great concern for the urban built environment, explaining in some plots how tourists were expelling the local residents from the neighbourhood. Other tales were explaining its multicultural nature. Nepalese stories had a great concern for the self-visibility and identity of the self in the urban space. At a certain point, all the children joined the same story-telling plot, using their performative bodies to communicate a story, independently of their spoken language difficulties. In their performance and interpretation of characters, two Nepalese girls dressed in their traditional costumes, and danced and sang Nepalese songs; a Portuguese girl dressed as a Chinese woman, and performed and imitated the Chinese language; another Portuguese girl dressed as a traditional dancer in Popular Saints Festivities, and sang traditional Portuguese folklore songs. The rest of the boys and girls played imaginary and fantastic characters. With all the audio-visual material we produced short video documentaries for each of the work phases. The collection of fairy-tales, imaginary characters and narratives, became the artistic material that defined, for these children, their intangible multicultural heritage.



Fig. 16. Talking around a table about historic photographs. Senior participants chose images related to their life stories in Mouraria.



Fig. 17. Example of a senior's story collage, which expresses the memory of a body performance in the public space of the neighbourhood.

At the second laboratory, the senior residents travelled through time and space in the neighbourhood by observing historic photographs (Fig. 16). They observed that the most important absences, regarding their multisensorial experiences, were bakeries and food stores, including local and regional food products, specific professions, craftsmanship and social neighbouring cooperative structures, the diversified local family commerce, storehouses, local industry, theatres and cinemas. Brothels and hostess bars were remembered with nostalgia, because for them they were a normal part of the neighbourhood life. Relevant permanencies were the dairy shops and some taverns and restaurants including public fountains and the washing tanks at Rosa Square. They also remembered the noisy sounds of children playing in the streets, the ambulant commerce or the discussions between neighbours. The majority of memories related to actions, were explaining this rich community involvement in the neighbourhood. The participants chose images related to life-stories and life experiences and key-words that could link their memories to the urban space. Those images selected, mainly from the 1960s, depicted public spaces around Martim Moniz, Intendente and Olarias square, which were, at that time, the main economic and social centres of the neighbourhood. They worked with graphic collages in order to represent their multisensorial memories (Fig. 17). From the thirty-six different collages created by the participants we observed that there was a balance between stories related to the sense of vision, smell and sound, and a smaller amount of stories were talking about the sense of taste and touch. A proportion of 30% of the memories corresponded to an active participation of the body in space through movement and interaction with the community. With all the collages and the transcription of selected audio-recordings we edited a small book, which was presented at the Republican School Centre, and each of the participants received one copy. The collection of collages, audio-visual recordings and board games, are the artistic material that delineates their intangible multicultural heritage.



Fig. 18. Space recognition activity with teenagers, in itineraries in the neighbourhood, recording sounds of the environment.



Fig. 19. Interrumores project exhibition at *Bairro Intendente em Festa*, July 2019.

In the third laboratory, the young students recorded the sound of the environment using their mobile phones. They discovered the rhythms of space, the sensory and gestural presence of their bodies in space, and the transformation of the urban space in the active creation of sounds (Fig. 18). The participants, at a certain point, started singing or creating sounds using their hands, feet and other instruments against walls, pavements, doors, handrails, bottles, or trash bins. When exploring their subjective world and their cultural memory sounds, they realised that specific sounds only existed in their countries of origin. Therefore, they were part of their cultural heritage rooted in the past and in distant geographical territories. Among these sounds, we can mention the sound of specific birds, musical instruments, the school bells or other public buildings, or the sound of specific transportation vehicles (for example the Vietnamese *trông* drum, the school bell in Bangladesh, the sound of the *monal* bird of the Himalayas, the pepper grinding machine in Nigeria or the Dakar *car rapide* in Senegal, among others). They also discovered sounds that only exist in Lisbon, which they heard for the first time upon their arrival, such as the sound of the Metro and the electric tram, or the Portuguese language itself. In the classroom, there were sixteen different languages, apart from the Portuguese (Chinese, Japanese, Vietnamese, Hindi, Nepali, Bengali, Punjabi, Harayanni, Tagalog, Arabic, Wolof, Yoruba, Creole, Romanian, French, and English). Speech is an instrument of communication, but the different sixteen languages inside the group were heard as different rhythmic sound variations of a multicultural soundscape. Other exercises related to speech and language consisted on the reproduction of environmental sounds through their voices and the written transcription with the use of onomatopoeias. They also observed how the music in their headphones coloured their daily life, with the crossings of regional multicultural musical groups and international singers and bands such as Ed Sheeran, Avicii, Drake, or k-pop music. All these data sound recordings, musical creations, artistic illustrations, and sound mapping, in the form of an interactive website (www.interrumores.pt), define the intangible multicultural heritage of these young migrant residents.

CONCLUSIONS

As a result of these participative artistic activities developed by Mouraria's residents in our three laboratories, we could gather an artistic material in the format of videos for the children's laboratory; a book for the senior's laboratory; and a webpage and sound installation for the youth's laboratory. The participants, by being involved in a participatory art project, had the opportunity to create something that added a new layer of meaning to their own physical and emotio-

nal experience of space. Therefore, in our project, artists and participants became a team, which shared their own different competences, imagination and interests. In each laboratory we applied the same research methodology with three movements of approach to the exploration of a somatic landscape: *itineraries* in the neighbourhood, the observation of the *inner subjective world*, and the *communication* of a sensorial body experience. However, for each laboratory, the objectives for the creation of specific artistic material was always open to the creative guidelines of the invited artists and the feedback of the participants. The starting point of the work was always vague, sustained on specific creative guidelines. However we could never anticipate results, always thinking, talking and sharing with the participants and building up the output of the artistic material with them. Therefore, this working process required, from the researcher and the artists, the flexibility to add the contribution of all the participants during the laboratory, creating, as a result, something that could never be done individually¹⁹.

The analysis of the discursive discontinuities between different generational groups, allowed us to understand the adaptation of new and old patterns of experience and perception between generations. The observation of the multi-ethnic diversity of experiences, in the same generational group, also allowed us to study the different cultural interpretative differences and gaps between the participants. Therefore, in the first movement, using *itineraries* in the neighbourhood, we observed in all the participants, independently of their age differences, a sense of awareness about their own bodies in space and the evidence of the existence of a «reversibility of touch», between the body and the urban environment. The children sensed, captured and recorded, sounds, surfaces, materials, and objects from the public space, but also their own gestural movements and interactions in space added a new layer of signification to the urban landscape. The teenager group also experienced their own bodies in space in their walks, observing how they played an important role in the construction of a sound environment. The senior participants travelled in time with their sensorial bodies to a sensorial memory space of past somatic landscapes, composed by sounds, smells, tastes, textures, and atmospheres. In the children's laboratory, we observed that there were relevant differences of personal interpretation of a somatic urban landscape depending on their cultural and ethnical background. The Nepalese participants were more concerned with their own space and self-visibility in the public space, and their personal identification with the Portuguese identity, culture and history, while the Portuguese children were more interested on their sense of socialization, leisure and their concern for the irreversible loss of their identity and the transformation of the built urban environment. Both in the senior and youth laboratories we

¹⁹ MATARASSO, 2019: 54-55.

experienced a strong cohesion as a group, despite their geographical backgrounds, cultural and ethnical differences. Their common emotional and sensorial connections to the environment through sounds (in the case of the youth) or visual collages (in the case of the senior), strengthen their bonds of belonging to the urban space as a cohesive group.

The bodily, multisensory and emotional experience of the sixty-seven participants in these three laboratories generated a living intangible landscape heritage in Mouraria's neighbourhood. The diversity of urban cultural values and the diversity of interpretations of space were linked not only to cultural and ethnic group differences, but also to the generational differences of the participants. This multigenerational group of participants became a social entity implicated in the creation of collective consciousness through environmental sensorial experiences and active participation. In this research, we observe that the place inhabited in the here and the now also shapes the «knowing to be in the world». We wish to show how the multiplicity of personal discourses, constantly being construed in the now, enrich, with new legacies, the urban space. Therefore, the intangible heritage is also created in the present, and it is not only sustained by the simple observation of space, but by the active predicative experience of a «Somatic Landscape».

BIBLIOGRAPHY

- ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul (2010) – *The promise of non-representational theories*. In ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul, eds. – *Taking-place: non-representational theories and geography*. Farnham: Ashgate, p. 1-36.
- BASTOS, Cristiana (2004) – *Lisboa, século XXI: uma pós-metrópole nos trânsitos mundiais*. In PAIS, José Machado; BLASS, Leila Maria, orgs. – *Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades*. São Paulo: Annablume, p. 195-224.
- BERRY, John W. (2003) – *Conceptual approaches to acculturation*. In CHUN, K.; BALLS-ORGANISTA, P.; MARTIN, G, eds. – *Acculturation: Advances in Theory, Measurement, and Applied Research*. Washington D.C.: American Psychological Association, p. 17-37.
- FONSECA, M. Lucinda (2009) – *Imigração, Diversidade e Novas Paisagens Étnicas e Culturais*. In FERREIRA LAGES, Mário; MATOS, Artur Teodoro, eds. – *Portugal: Percursos de Interculturalidade*, vol. II- «Contextos e Dinâmicas», ACIME, p. 49-96.
- HARVEY, David (1990) – *The Condition of Postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell publishing, 2006.
- Statistics Portugal (INE) (2012) – *Censos 2011, Resultados definitivos. Região Lisboa*. Lisboa: Instituto Nacional Estatística IP. Retrieved from: <http://censos.ine.pt/>.
- LEFEBVRE, Henry (1974) – *The Production of Space*. Oxford: Blackwell publishing, 2005.
- _____ (1992) – *Rhythmanalysis, Space, Time and Everyday Life*. London: Continuum, 2004.
- MALHEIROS, Jorge et al. (2016) – *Diversity in the Economy and Local Integration (DELI), Lisbon (Final Report)*. Lisbon: Universidade de Lisboa, IGOT, CEG, CM Lisbon.

- MANHEIM, Karl (1923) – *Fundamental facts in relation to generations*. In KECSKEMETI, P., ed. – *Karl Mannheim: essays*. London: Routledge, 1952, p. 272-322.
- MANNING, Erin (2009) – *Relationscapes: movement, art, philosophy*. Massachusetts: MIT Press.
- MAPRIL, José (2010) – *Banglapara: Imigração, Negócios e (In)formalidades em Lisboa*. «Etnográfica», vol 14 (2), p. 243-263.
- MATARASSO, François (2019) – *A Restless Art: How participation won, and why it matters*. London: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MASSEY, Doreen (2005) – *For Space*. London: Sage.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1968) – *The Visible and the Invisible*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- MOYA, Ana M.; BATISTA, Desidério (2017) – *A Dimensão do Património Intangível em Paisagens Urbanas Históricas Multiculturais. Bairro da Mouraria como Estudo de Caso*. In CEREJO, D. et.al. eds. (2017) – *Atas do IX Congresso Português de Sociologia, Portugal, Território de Territórios*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em <http://www.aps.pt/ix_congresso/actas>.
- PDCM (2012) – Mouraria Community Development Plan [Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria] (2011). Disponível em <<http://aimouraria.cm-lisboa.pt/pdcm.html>>
- TURNER, Michael (2015) – *Social Sustainability of the Historical Urban Landscape*. In ALBERT, Marie-Therese ed. – *Perceptions of Sustainability in Heritage Studies*, «Heritage Studies» 4. Berlin: De Gruyter, p. 99-112.
- WHITEHEAD, Alfred North (1927) – *Symbolism, its Meaning and Effect*. «Journal of Philosophy», 26 (18), 1929, p. 489-498.
- _____ (1929) – *Process and Reality: An essay in cosmology*. New York: the Free Press (Macmillan Publishing, 1978).

UMA TRÍADE BOTÂNICA NA PAISAGEM OITOCENTISTA PORTUENSE:

JARDINS E HORTOS DE EXCELÊNCIA CIENTÍFICA E ECONÓMICA

CRISTIANA VIEIRA*
ANA CATARINA ANTUNES**
SÔNIA FARIA***

Resumo: *O presente trabalho explora o reconhecimento do genius loci passado e atual de três espaços do centro da cidade do Porto como representações remanescentes e transformadas de espaços com missões botânicas distintas, interligadas e pertinentes na paisagem oitocentista da cidade. Através da exploração de fontes deixadas pelos intervenientes ou testemunhos gráficos da paisagem urbana entre 1850 até à atualidade destes locais (etno-)botânicos, explora-se como os intervenientes e espaços do Jardim Botânico da Academia Polythecnica do Porto, o Horto-pharmacêutico da Botica da Hospital Real de Santo António e o Horto das Virtudes se influenciaram. Por outro lado, demonstra-se como estes espaços determinaram uma época de especial interesse pela Botânica que não se voltaria a repetir na história da cidade e da sua população.*

Palavras-chave: *botânica; farmácia; horticultura.*

Abstract: *The present work explores the recognition of the past and present genius loci of three spaces of Porto city center as remaining and transformed representations of spaces with distinct, interconnected and pertinent botanical missions in the nineteenth century landscape of the city. Through the exploration of sources left by the interveners or graphic testimonies of the urban landscape from 1850 to the present day of these (ethno-)botanical spaces, we explore how the interveners and spaces of the Jardim Botânico da Academia Polythecnica do Porto, the Horto-pharmacêutico da Botica da Hospital Real de Santo António and the Horto das Virtudes mutually influenced. On the other hand, it is demonstrated how these spaces determined a time of special interest in botany that would not be repeated in the history of the city and its population.*

Keywords: *botany; pharmacy; horticulture.*

INTRODUÇÃO

O CULTO E A CULTURA DAS PLANTAS NO PORTO

No século XIX, o Porto protagonizou uma assinalável dinâmica ao nível da Horticultura (entendida como a arte de cultivar, multiplicar e aclimatar as plantas) até

* Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto (MHNC-UP /UPorto/PRISC), Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto, Portugal. cvieira@mhnc.up.pt.

** Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), Rua do Campo Alegre, s/n, 4169-007 Porto, Portugal. ana.catarina.antunes@gmail.com.

*** Museu do Centro Hospitalar do Porto, Largo Professor Abel Salazar, 4099-001 Porto, Portugal. soniafaria.museu@chporto.min-saude.pt.

então desconhecida¹. Esta dinâmica refletiu-se na criação de hortos para produção e venda de plantas. A par desta atividade comercial, os horticultores organizavam debates e exposições botânicas e publicavam periódicos hortícolas. Foi também notável a proliferação de jardins públicos e privados, o avanço no conhecimento e carinho pela botânica, na publicação e divulgação de obras de carácter científico e na realização de exposições e concursos de plantas. Aliás, a aura romântica que caracterizou o Porto do século XIX ficou muito a dever ao gosto pelos jardins e à prática da jardinagem e, por sua vez, os jardins foram também uma oportunidade para a celebração dos ideais liberais e românticos. Este período é marcado pela construção do Palácio de Cristal inaugurado em 1865². De facto, em Oitocentos, ao enorme interesse em descrever o mundo natural através da sistemática botânica, alia-se o conhecimento etnobotânico vindo a acumular há vários séculos por boticários e farmacêuticos, e junta-se o gosto pelo valor ornamental das plantas exóticas que enriquecem coleções e jardins de recreio na cidade do Porto.

Na década de 1870, a botânica no Porto assume já uma maturidade significativa para se realizar um debate alargado e informado sobre as plantas do ponto de vista científico e económico, envolvendo não só académicos, boticários/farmacêuticos e horticultores/jardineiros, bem como cidadãos interessados, como os botânicos amadores que faziam parte da Sociedade d'Instrução do Porto. Estas figuras foram coletores de plantas para herbários³ e responsáveis por artigos de vários periódicos científicos.

Na década de 1880 inicia-se uma intensa intervenção urbana, que duraria até ao início do século XX, com a construção de jardins públicos e praças ajardinadas que se mantiveram como a única rede de espaços verdes públicos até aos fins do século XX⁴. Este trabalho apresenta os esforços de caracterização de três espaços – o Jardim Botânico da Academia Polytechnica do Porto, o Horto-pharmacêutico da Botica do Hospital Real de Santo António e o Horto das Virtudes, criados em meados de Oitocentos com missões botânicas distintas, interligadas e pertinentes na paisagem oitocentista da cidade: a botânica, a farmácia e a horticultura.

METODOLOGIA

As evidências sobre a criação oficial e existência dos espaços aqui explorados foram pesquisadas em várias fontes, nomeadamente manuscritos e espécimes existentes na coleção de Herbário do Museu de História Natural e da Ciência da

1 MARQUES, 2012a: 445.

2 ANDRESEN & MARQUES, 2001: 55.

3 SAMPAIO, 1896: 150.

4 MARQUES, 2012b: 449.

Universidade do Porto; Anuários da Academia Polytechnica do Porto; dissertações ou publicações de teses universitárias; prefácios de livros; adendas relacionadas ao assunto; Cadernos de Gastos e Contratos de Pessoal dos Repositórios da Universidade do Porto; Fundo Histórico do Hospital de Santo António; Publicações como a Gazeta Médica do Hospital de Santo António; Relatórios da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto e da Direção do Hospital de Santo António; e Jornal de Horticultura Prática. Foram ainda consultados fundos documentais e fotográficos disponíveis *online*.

RESULTADOS

PERSONAGENS

Muitas das personagens envolvidas na tríade botânica aqui apresentada eram distintos estudiosos da botânica, horticultura e farmacêutica e contribuíram não só para o início de preciosas coleções de plantas vivas (jardins) como também de coleções desidratadas (herbários) que viriam a ser o embrião do «Herbário da Academia Polytechnica do Porto». Alguns destes botânicos (do que se conhece, na sua maioria homens), possuíam uma formação universitária nacional (na Universidade de Coimbra ou na Academia Polytechnica de Lisboa) ou tinham tido formação no estrangeiro por ligações pessoais ou profissionais.

O ensino institucional especializado da Botânica na cidade do Porto começou na Academia Real da Marinha e do Comércio e iniciou-se em 1819, regido pelo Dr. Agostinho Silveira Pinto, como parte do Curso de Agricultura, um curso vital para muitos dos negócios que caracterizavam a zona norte de Portugal. Em 1836, a 10.^a cadeira, denominada «Botânica, Agricultura, Metalurgia e Arte de Minas», era agora regida pelo portuense naturalista, médico e botânico, António da Costa de Paiva, o Barão de Castelo de Paiva. No entanto, um ataque de tuberculose pulmonar afastou-o da cátedra, passando a residir na ilha da Madeira a partir de 1855, tendo-se mais tarde jubilado com a categoria de lente por decreto de 31 de dezembro de 1858⁵. José António de Aguiar (1812-1850), Lente de Química nomeado em 1838, farmacêutico e aficionado de várias áreas das ciências naturais substituiu frequentemente o Barão de Castelo de Paiva. Como a Academia não tinha um Jardim Botânico, este lente herborizava na cidade e seus arredores. Muitas vezes também acompanhou o Barão Castelo de Paiva ao campo com seus discípulos e regeu a Botânica⁶.

⁵ PIRES DE LIMA, 1937: 30.

⁶ PIRES DE LIMA, 1937: 31.

Em 1851, e durante os seguintes 39 anos, Francisco Salles Gomes Cardoso sucedeu a José António de Aguiar e ao Barão Castelo de Paiva, como Lente Proprietário da 10.^a Cadeira – «Botânica, Agricultura, Metalurgia e Artes de Minas» (renomeada «Botânica» com a reforma da Academia de 1885). Na década de 1880, Salles Cardoso regia Cursos da Academia Polytechnica, onde o conhecimento botânico ou etnobotânico era basilar ao desempenho da profissão. Este Lente ministrava aulas teóricas e práticas nos espaços do Jardim Botânico da Academia Polytechnica, do qual também era o Diretor e o qual apenas abandonou em 1890, sendo substituído por Amândio Gonçalves⁷.

Paralelamente, o horticultor José Marques Loureiro, relacionava-se com um grande numero de botânicos e horticultores estrangeiros (Ambroise Verschaffelt e Van Houtte, os dois grandes horticultores de Gand), e atraiu a simpatia da maior parte dos interessados na horticultura nacional e internacional. Durante mais de quarenta anos, conseguiu despertar no público o amor pela horticultura e implantar uma indústria que beneficiava da amenidade do clima portuense, incomparavelmente superior ao da Bélgica, da Holanda ou Inglaterra, onde a horticultura contribuía para o aumento e riqueza daqueles países⁸. Dizia-se que era dotado de um génio empreendedor e as notas biográficas revelam a determinação, talento natural e sensibilidade para o mundo das plantas, mas também a relação privilegiada que estabeleceu com a elite intelectual ligada ao estudo da Botânica e da Horticultura. Estes aspetos foram decisivos para o nível de prestígio do seu viveiro e das suas realizações⁹. No seu estabelecimento, Marques Loureiro reúne um impressionante número de colaboradores nacionais – como Jeronymo Monteiro da Costa que se tornaria o Diretor dos Jardins na Câmara Municipal do Porto em 1888; e estrangeiros – nomes como Emílio David, Thomas Staley e Edmond Knott; dedicando-se assim não só à produção de plantas no Horto, mas também ao desenho e construção de projetos de jardins.

O farmacêutico Agostinho da Silva Vieira é digno de ser mencionado como uma personagem transversal a esta tríade botânica. Tomou posse como farmacêutico do Hospital de Santo António em janeiro de 1855. Os seus serviços e o seu zelo eram exemplares e introduziu úteis e valiosos equipamentos para um melhor funcionamento do Hospital. Em 1860, quando já era Administrador da Botica e do Horto-pharmacêutico do Hospital de Santo António, foi nomeado como 1.º Oficial do Jardim Botânico da Academia Polytechnica e compilou uma valiosa coleção de sementes. Em 1875, 15 anos após nomeação como 1.º Oficial do Jardim, pede exoneração do cargo por ter sido nomeado Lente da 4.^a Cadeira do Instituto Industrial do Porto, a convite do seu Diretor Gustavo Adolpho

⁷ CABRAL, 2007: 17.

⁸ OLIVEIRA JUNIOR, 1898: 275.

⁹ MARQUES, 2012a: 43.

Gonçalves e Sousa¹⁰. Concomitantemente, pede a exoneração no Hospital de Santo António, após 20 anos de Direção da Botica do Hospital, tomando posse, em outubro de 1875, do lugar de Lente de Química e Física no Instituto Industrial. Agostinho da Silva Vieira foi substituído pelo farmacêutico de 1.^a classe, Augusto Teixeira Barroso, na direção da Botica e do Horto-pharmacêutico e por Joaquim Casimiro Barbosa, seu discípulo de longa data à altura, no lugar de 1.^o Oficial do Jardim Botânico da Academia Polytechnica.

Joaquim Casimiro Barbosa concluiu o curso de farmacêutica na Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1861. Foi naturalista, colecionador, colaborador do «Jornal de Horticultura Prática» e «Jornal Hortícola-Agrícola», escritor de livros botânicos, e membro de várias Sociedades Farmacêuticas¹¹. Há o registo que, como aluno, todas as manhãs se deslocava ao Jardim para estudar e auxiliar o 1.^o Oficial Agostinho da Silva Vieira na classificação e coordenação das plantas do Jardim, aprendendo taxonomia e ajudando nos transplantes e plantações. Foi nomeado 1.^o Oficial interino do Jardim Botânico em 1875. Foi também membro da Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense e manteve-se ligado à cadeira de Botânica, lecionada na Academia Polytechnica do Porto, pelo menos até 1911. Foi autor de várias publicações botânicas e funcionário da Câmara Municipal do Porto, sendo, em 1913, nomeado chefe de Serviço dos Jardins e Arvoredos.

Em 1901, após a morte de Salles Cardoso e a nomeação de Lente da Botânica de Amândio Gonçalves, Gonçalo António da Silva Ferreira Sampaio, ainda aluno da Academia Polytechnica do Porto, foi nomeado naturalista adjunto da secção de botânica do estabelecimento Jardim Botânico da Academia. Gonçalo Sampaio continua envolvido no Jardim, mas aposta nas herborizações com ainda maior intensidade do que no transplante vivo de plantas.

OS ESPAÇOS DA TRÍADE

A planta topográfica da cidade do Porto de 1813 revela que os três espaços que serão discutidos neste trabalho estão localizados na bacia hidrográfica do Rio Frio (ou Rio das Virtudes). Esses espaços sofreram bastantes transformações durante o século XIX e, de terrenos incultos e indefinidos, pantanosos ou em fragas patentas nas representações do início do século XIX, passaram a espaços cultivados com socalcos e/ou áreas ajardinadas bem definidas, ainda que com índoles e missões diferentes (Figura 1).

¹⁰ ANÓNIMO, 1913: 535.

¹¹ PIRES DE LIMA, 1942: 14.

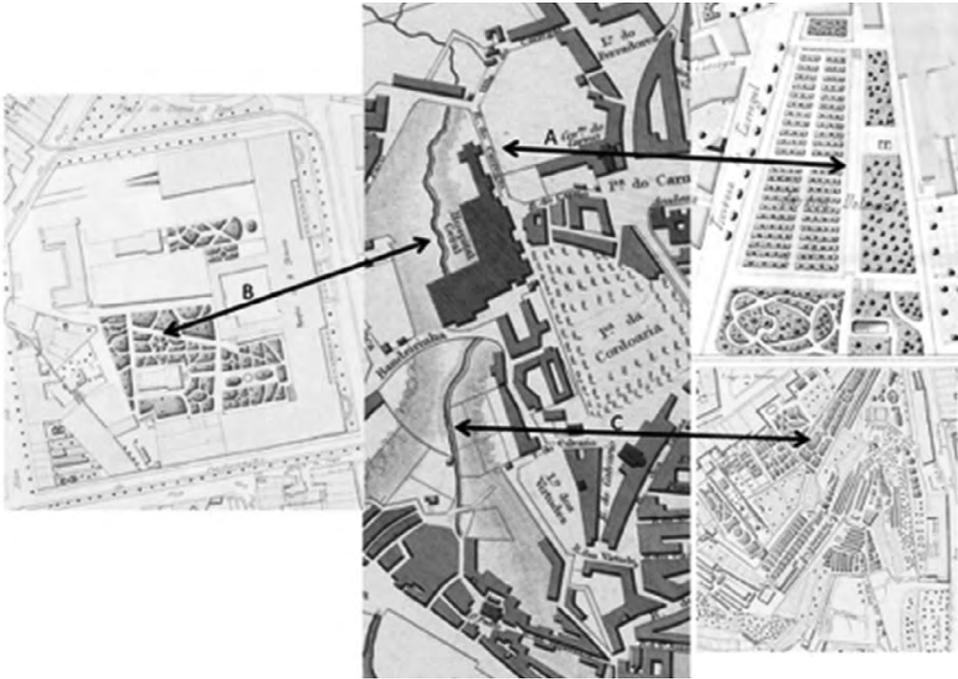


Fig. 1. Evolução dos espaços correspondentes ao Jardim Botânico da Academia Polytechnica do Porto (A), o Horto-pharmacêutico da Botica da Hospital de Santo António (B) e o Horto das Virtudes (C) em 1833 (mapa em tons de cinzento) e entre 1880 e 1892 (mapas a cores) ¹².

1857: HORTO DA BOTICA DO HOSPITAL DE SANTO ANTÓNIO

HISTÓRIA

Em 1850, a Botica do Hospital de Santo António era já uma importante dependência para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, a entidade gestora do Hospital. Em 1857, por iniciativa e engenho do Farmacêutico Administrador Agostinho da Silva Vieira (1825-1899), foi criado o «Horto-pharmacêutico» (também designado por «jardim botânico do Hospital»). O local escolhido foi a cerca, em frente à Capela, onde se localizava o antigo cemitério do Hospital que deixara de ter função desde que, em 1853, os cadáveres do Hospital seguiam para o Cemitério Público. Nesse terreno, propunham-se obras para criar um jardim

¹² Planta em tons de cinzento: Oporto. Porto. Published under the superintendence of the Society for the Diffusion of Useful Knowledge. Drawn by W.B. Clarke, archt. Engraved by J. Henshall. Published by Baldwin & Cradock, 1:80,000. (<https://www.davidrumsey.com/>). Plantas a cores: Extratos das quadrículas 235, 236 e 237 da Planta Topográfica da cidade do Porto, à escala 1:500, levantada sob direção de Augusto Gerardo Teles Ferreira entre 1880 e 1892 (<http://gisaweb.cm-porto.pt/>).

para produção de plantas medicinais – isto permitiria compensar custos de compra de plantas e obter plantas em estado fresco, como defendia Agostinho da Silva Vieira, o farmacêutico do Hospital. Por outro lado, a melhoria em termos de higiene pública passaria também pela reconversão da índole pantanosa do campo/antigo cemitério do hospital. Deste modo, em 1857 apostou-se na drenagem dos terrenos, que correspondiam às margens do Rio Frio (Figura 2).



Fig. 2. Hospital de Santo António 1849-1859: vista posterior da zona de pré-plantação do Horto-pharmacêutico (na faixa inferior da imagem, canto direito, vemos o telhado da Capela, encimado por duas cruzes, e em frente o Campo do Hospital, descrito por Agostinho da Silva Vieira como local concessionado para o Horto-pharmacêutico do Hospital¹³).

A cultura dos produtos do Horto-pharmacêutico surgia assim como mais uma melhoria no funcionamento e rendimento do Hospital. No mapa elaborado por Agostinho Viera em 4 de julho de 1857, surgiam como principais produtos deste Horto as sementes de rícinos, flor de tília, rosas, beladona, casca de raiz de romeira, alfazema e dormideiras¹⁴. No relatório de 1858/59 já constava do rendimento da Botica 31\$435 reis produzidos pelo Horto-pharmacêutico, louvando-se o farmacêutico Agostinho da Silva Vieira por tal valor¹⁵. Nos anos seguintes a Botica continuaria a fornecer remédios não só para o Hospital e para outros estabelecimentos assistenciais da Santa Casa da Misericórdia do Porto (Hospitais menores, Recolhimentos, Asilos e Enfermarias da Cadeia), mas também a particulares e chegaria mesmo a disponibilizar remédios gratuitos a desvalidos.

¹³ (Fonte: Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF). Calótipo de Frederick William Flower).

¹⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1856-1857: mapa n.º 12.

¹⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1858-1859: 39.

MISSÃO

O farmacêutico Agostinho da Silva Vieira defendia que um jardim farmacêutico numa farmácia era um complemento importante em estabelecimentos com a índole do Hospital de Santo António. O objetivo era o cultivo de plantas apenas utilizáveis no estado fresco para a extração total das suas propriedades medicinais. Para além disso, a plantação de plantas fruteiras ou ornamentais permitiria também aumento de receita ou proporcionar zonas de recreação aos pacientes¹⁶. De facto, o terreno seria cultivado durante vários anos para os fins mencionados, criando-se inclusive alguma fonte de receita, apesar de modesta comparativamente com a despesa total da Botica que contava com despesas de drogas, utensílios vários e ordenados.

PLANTAÇÕES E CULTIVOS

Tendo em vista conciliar a existência de certas plantas medicinais com o embelezamento do recinto, mandou-se plantar mais de 50 espécies medicinais, para além de algumas plantas de puro recreio, principalmente em volta da Capela. Nas margens do Horto-pharmacêutico, principalmente na parte norte, foram plantados pés de tília, e os ângulos dos passeios foram cultivados com alfazema, romãzeiras e marmeleiros. Nos extremos junto das paredes foram plantados roseiras e limoeiros e pelo centro dos alegretes e noutros pontos apropriados a beladona, as dormideiras, o açafraão, o rícino, o meimendro, o absinto. Na Gazeta Médica de 1859 apresentou-se um catálogo preliminar das plantas medicinais e ornamentais existentes, incluindo os citrinos, as mostardas, as cidreiras e mentas, as salvas, o estramónio, as verbenas e violetas clássicas em qualquer horto medicinal¹⁷. No regulamento interno da Botica do Hospital Real de Santo António da Cidade do Porto de 1865 surge um capítulo dedicado às funções de cada empregado da Botica – ao Jornaleiro cabia a cultura, limpeza e asseio do Horto-pharmacêutico e Botica. Também eram suas funções semanais o processamento de óleos de linhaça, amêndoa e rícino, que tanto poderiam ser comprados ou obtidos no Horto¹⁸.

¹⁶ VIEIRA, 1859: 44.

¹⁷ VIEIRA, 1859: 45.

¹⁸ VIEIRA, 1865: 9-11.

1863: HORTO REAL DAS VIRTUDES

HISTÓRIA

O Horto das Virtudes, começou por ser a Quinta das Virtudes, mandada construir na segunda metade do século XVIII por José Pinto de Meirelles, Capitão-mor de Rebordães e senhor da Quinta de Manguela. Já no século XIX, a propriedade foi vendida a Pedro Marques Rodrigues, um apaixonado pela horticultura, que transformou a Quinta das Virtudes num espaço de produção hortícola, onde se cultivavam as plantas que estavam, à época, na moda, como as japoneiras e os alecrins. Em 1844, José Marques Loureiro (1830-1898) entra ao serviço do Horto de Pedro Rodrigues, com quem aprenderia a arte da horticultura. Desde esse momento e até 1863, quando lhe é proposto que assuma a gestão do Horto, manteve-se sempre atento a novidades hortícolas para Portugal. Nas mãos de Marques Loureiro, o Horto das Virtudes transforma-se num centro difusor do conhecimento botânico e da horticultura ornamental, não só na cidade do Porto, mas também em Lisboa, onde chegou a abrir um estabelecimento em 1874¹⁹.

A partir de meados de Oitocentos, o Horto teve uma presença notável na promoção da horticultura, no gosto pelas plantas e na construção dos jardins públicos do Porto²⁰. Era reconhecido como o «viveiro com a coleção de plantas, de estufa e de exterior, mais extraordinária constituída até à data no país»²¹. Pelas relações nacionais e internacionais que Marques Loureiro criou, tais como com os Hortos de Gand, na Bélgica, o Horto das Virtudes, «assumiu visibilidade ao nível internacional e marcou o início de uma nova era na cidade»²². O protagonismo foi atestado em 1865 com a nomeação do Horto como fornecedor da casa de Sua Majestade a Rainha D. Maria Pia²³.

Já no final do século XIX, em 1890, Marques Loureiro forma uma nova sociedade, a Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense. Esta sociedade resulta da fusão do Horto das Virtudes com o estabelecimento de Jeronymo Monteiro da Costa, antigo funcionário de Marques Loureiro.

MISSÃO

José Marques Loureiro representa um marco na história da horticultura ornamental em Portugal. Não fundou uma escola prática de horticultura, como aconteceu noutros hortos congéneres na Europa, mas juntamente com os jardi-

¹⁹ ANDRESEN & MARQUES, 2001: 59.

²⁰ MARQUES, 2012b: 445.

²¹ MARQUES, 2012a: 41

²² MARQUES, 2012b: 447.

²³ OLIVEIRA JUNIOR, 1898: 277.

neiros paisagistas com quem trabalhou (destaca-se Emílio David), fundou uma “escola informal” de projetistas de jardins e horticultores no Porto, os quais viriam a ter um papel decisivo e de significativa dimensão na construção de espaços ajardinados um pouco por todo o país²⁴.

No seu Horto, Marques Loureiro organizou diversas exposições horticolas que promoveram a divulgação de novas espécies e variedades de plantas para espaços ajardinados, mas também para espaços de produção hortícola²⁵. Por outro lado, o Horto era também o núcleo agregador de discussões que resultaram no projeto editorial de Marques Loureiro com José Duarte de Oliveira Júnior (1848-1927) – o *Jornal de Horticultura Prática*, de 1870 a 1892, ao que sucedeu o *Jornal Hortícola-Agrícola*, de 1893 a 1906. Tais periódicos constituem registos fundamentais da prática da horticultura e da arte dos jardins do século XIX, apresentados como uma «aventura editorial inédita em Portugal»²⁶, inscritos numa corrente internacional de propaganda hortícola e botânica com significativos contributos de colaboradores nacionais²⁷. Estes periódicos foram um instrumento difusor, por excelência, das novas ideias sobre os jardins, as novidades florísticas e os cuidados inerentes, os instrumentos de jardinagem, a silvicultura, a botânica e tantos outros assuntos.

PLANTAÇÕES E CULTIVOS

Com um profundo conhecimento e paixão pelas plantas, Marques Loureiro é lembrado pela qualidade e diversidade das suas coleções de plantas e pela dinâmica que soube imprimir à horticultura nacional. Em 1865 lançou o primeiro catálogo do viveiro do Horto das Virtudes na 1.ª Exposição Internacional realizada em Portugal, no recém-criado Palácio de Cristal do Porto. Desde cedo impressionou a sociedade portuense e lisboeta com o seu trabalho que foi reconhecido e premiado.

São várias as descrições do Horto das Virtudes publicadas no *Jornal de Horticultura Prática* e alguns registos fotográficos que nos permitem ficar a conhecer este magnífico espaço de produção de plantas que se destacou no Porto de Oitocentos (Figura 4). São também inúmeros os catálogos de plantas produzidos por Marques Loureiro que possibilitam reconstituir o que terá sido um espaço de grande diversidade e exotismo vegetal onde as melhores coleções de plantas importadas se poderiam encontrar e admirar²⁸.

²⁴ ANTUNES, 2019: 31.

²⁵ MARQUES, 2012a: 44.

²⁶ MARQUES, 2012b: 447.

²⁷ MARQUES, 2012b: 447.

²⁸ MARQUES, 2012b: 447.



Fig. 3. Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense. Várias perspetivas do Horto. Cultivo e rega das plantas, nos jardins e nas pequenas estufas. Como pano de fundo, os edifícios da Rua da Restauração, o Hospital de Santo António, o antigo Mercado do Peixe e o Rio Douro²⁹.

As descrições no artigo publicado em 1887³⁰ são particularmente esclarecedoras dos espaços e vegetação existentes no Horto. As plantas tropicais floresciam em socalcos, num terreno afundado, abrigado da exposição norte e com uma boa exposição a sul embora a água corrente existente (vinda do canal do Rio Frio) fosse imprópria para algumas culturas. As descrições do Horto referem que nos grandes declives predominava uma vegetação esplêndida, destacando as camélias, as roseiras e as azáleas³¹.

²⁹ Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/621764/>.

³⁰ VIEIRA, 1887: 270-271.

³¹ VIEIRA, 1887: 270-271.

Era comum encontrar neste Horto palmeiras de porte médio, pujantes com estipes grossos ou com estipes até 4 metros, fetos arbóreos australianos com caules de 3 metros que faziam abóbadas sobre os caminhos que percorriam o Horto, estufas e plantas aclimatadas já em produção, choupos e tulipeiros de grande envergadura plantados por Marques Loureiro quando se tornou empregado do Horto. As estufas frias eram ricas em exemplares do género *Cycas*, enquanto noutras prevaleciam fetos ou orquídeas e nos estufins dominavam as *Cactáceas*³². As estufas eram destinadas às multiplicações produtivas. Outras continham exemplares que, pela sua raridade e exotismo, eram prezados por Marques Loureiro e não estavam à venda³³. Marques Loureiro produzia também muitas plantas hortícolas importadas do estrangeiro, como variedades de morangueiro, diospireiros do Japão, videiras de França, batateiras de Inglaterra. Também introduziu em Portugal diversas plantas forraginosas para formação de pastos ou para ração para gado.

1866: JARDIM BOTÂNICO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO

HISTÓRIA

A vontade de estabelecer na cidade do Porto um Jardim Botânico da Academia Polytechnica partiu da Rainha D. Maria II no momento da reforma educativa dirigida pelo ministro Passos Manoel (Decreto de 19 de outubro de 1836). Esta reforma levou à decisão de construção de um Jardim Botânico, para um ensino da Botânica independente, prático e num jardim próprio para o efeito. Simultaneamente a esta reforma, dá-se a nomeação do Barão de Castelo de Paiva (António da Costa Paiva, 1806-1880) para lente da 10.^a cadeira (Botânica), cabendo-lhe por isso, o título de 1.^o professor de Botânica do Ensino Superior do Porto e, também, de 1.^o Diretor do Jardim Botânico (embora este ainda não existisse na altura). Enquanto Diretor do Jardim, o Barão idealizou um espaço ajardinado nos moldes científicos europeus exigidos para um ensino completo da Botânica, elaborou um plano para a organização deste Jardim, criou regulamentos para o seu funcionamento e dos seus funcionários em Decretos aprovados pelo Conselho da Academia.

Em outubro de 1852, aquando a visita da Rainha D. Maria II à cidade do Porto, foi publicado o Decreto onde se outorgava uma área para o Jardim Botânico da Academia Polytechnica do Porto, num local das antigas instalações do Convento dos Carmelitas, junto à Travessa do Carregal, mas sem subvenção.

³² VIEIRA, 1887: 270-271.

³³ VIEIRA, 1887: 270-271.

Em 1858 o Governo mandou entregar uma verba de melhoramento para o Jardim Botânico e é contratado para lugar de 1.º Oficial do Jardim – o Farmacêutico da Ordem da Santíssima Trindade, Francisco Pereira de Amorim Vasconcelos, para organizar o Jardim planeado pelo Lente Barão Castelo de Paiva. Este 1.º Oficial faz algumas excursões e visitas a jardins botânicos para recolha de sementes que foram cultivadas no Jardim, mas faleceu pouco depois e os cultivos foram interrompidos³⁴.

Em 1860, outro regulamento é redigido³⁵, com todas as obrigações e deveres do Diretor e do Oficial do Jardim e o desejo de construção de uma casa para aulas, biblioteca, herbários ferramentas, e, ao mesmo tempo, habitação do Guarda do Jardim. No entanto, os planos para terreno destinado ao Jardim continuavam por realizar³⁶. Só em 1861 com a nomeação do 1.º Oficial, Agostinho da Silva Vieira (na altura também farmacêutico da Botica do Hospital de Santo António), começa a transformação real do local destinado ao Jardim. Este 1.º Oficial inicia a organização, colocação e classificação das plantas lá existentes. No entanto, por falta de um empregado que cuide do amanho do terreno, da cultura e rega das plantas os progressos são muito lentos.

Até ao ano de 1864 realizaram-se obras e plantações de arbustos e plantas que o Diretor do Jardim e o 1.º Oficial iam arrançando. Mas, dois terços do terreno continuavam alugados a um caseiro e o Diretor da Academia, João Batista Ribeiro, continuava a não reconhecer autoridade ao Lente Substituto Salles Cardoso, dispondo dos rendimentos do Jardim como entendia³⁷. No entanto, em novembro de 1864, o Conselheiro Joaquim Torquato Alvares Ribeiro – que substituiu o Diretor João Batista Ribeiro – pôs imediatamente dinheiro à disposição do Jardim e permitiu que, 14 anos depois do terreno ter sido concedido à Academia, se comessem realmente obras significativas³⁸. Em dezembro de 1864, começam oficialmente as obras com verbas, que apesar de insignificantes, permitiam iniciar a organização do plano de obras e fazer um levantamento detalhado do terreno. O objetivo a curto prazo era permitir que o Jardim se tornasse, para além de um local de ensino, um «agradável passeio», em frente à Praça do Duque de Beja, recentemente concluída e arborizada pela Câmara.

Em 1866 já se tinham redefinido e sustentado socalcos, reconstruído parte do muro exterior e edificado uma sala com 6 janelas, com 4,4 metros de altura e 44m² para guardar materiais de ensino e de cultivo do Jardim. No entanto, ainda se listavam necessidades vitais, tanto de infraestrutura como de pessoal para trabalhar e pernoitar no Jardim. Algumas destas necessidades serão satisfeitas,

³⁴ PIRES DE LIMA, 1937: 12.

³⁵ ANNUÁRIO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO, 1882: 99.

³⁶ SALLES CARDOSO, 1868-1883: 6.

³⁷ PIRES DE LIMA, 1937: 12.

³⁸ SALLES CARDOSO, 1868-1883: 7.

uma vez que, em 1878, apresenta-se um inventário dos objetos do Jardim bem como todas as plantas identificadas e cultivadas no Jardim³⁹ e reporta-se que tanto a casa do hortelão como a sala das aulas práticas estão decentemente mobiliadas e em exercício (Figura 5). No entanto, em 1883 são já exigidas reparações às grades e portões do Jardim, bem como ao telhado da «casa da aula», denunciando a contínua exigência de um Jardim com edificações práticas e fraco orçamento.



Fig. 4. Jardim Botânico da Academia Polytechnica da Universidade do Porto A: Vista a partir do Hospital de Santo António junto à Praça Duque de Beja. Desenho de autor anónimo⁴⁰; B: Vista a partir da Travessa do Carregal com o Hospital de Santo António no fundo. Fotografia de Albumina de autor desconhecido⁴¹.

Em 1887 reportava-se que estava em construção uma estufa espaçosa e a existência de um pântano com gruta e mina de água, uma «escola de botânica» e uma porção de terrenos ajardinados para os visitantes⁴². Mas, neste momento em que o Jardim parece já bastante funcional, começam alguns movimentos e votações no seio da Academia – por vezes na ausência do próprio Diretor do Jardim, inicialmente Salles Cardoso e a partir de 1890 o Lente Amândio Gonçalves- no sentido de se ceder o terreno do Jardim Botânico para a construção do Instituto Industrial, resolvendo assim alguns dos problemas de espaço do edificio da Academia Polytechnica. Depois de muitas sessões e audições que envolveram vários Professores do Conselho da Academia Polytechnica⁴³, o Governo, justificado pela pretensa ideia que o Jardim seria dispensável, cede em 1892, parte do

39 ANNUÁRIO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO, 1879: 54.

40 Fonte: ANNUÁRIO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO, 1879: página de rosto interior.

41 Fonte: Reserva de Fotografia do Museu Parada Leitão – MPL-6020FOT; Instituto Superior de Engenharia.

42 PIMENTEL, 1877: 87-88.

43 PIRES DE LIMA, 1937: 24.

Jardim ao Comando Geral da Guarda Municipal. Em 1899, a Academia recebe um empréstimo para conclusão das obras do seu edifício e para fazer frente aos encargos desse empréstimo apresenta o produto da venda do Jardim Botânico. Durante este processo o novo Lente de Botânica, Amândio Gonçalves, parece ter tido pouca intervenção ou capacidade de negociação.

MISSÃO

A missão do Jardim Botânico da Academia Polytechnica do Porto, tal como se reconhecia no seio das Academias universitárias internacionais e após a Reforma do Ensino de Passos Manoel em Portugal⁴⁴, era a da instrução prática dos alunos que frequentassem a Cadeira de Botânica ou de Agricultura, ou seja, um local de ensaios e ensinamentos práticos. Quando o terreno foi entregue em 1866 a Salles de Cardoso, este declara que o seu intento é organizar uma «Escola Botânica» – um recinto sistematicamente organizado que represente a diversidade botânica terrestre, aquática e exótica. Neste recinto, o Lente principal expunha os conteúdos teóricos e os Oficiais do Jardim, que acumulavam as funções de naturalistas e chefes dos trabalhos práticos, ensinavam os alunos a colher plantas e a organizar uma coleção de plantas prensadas e secas – os herbários – classificadas através de Floras como as de Brotero, Tournefort, Lineu e Jussieu. Aos estudantes de Botânica da Academia ou da Escola Médico-cirúrgica era permitida a entrada no jardim em horas fixas e compatíveis com as aulas.

Por outro lado, e apesar do espaço limitado de que o Jardim dispunha, ambicionara-se também a visitação de pessoas externas à Academia desde que acompanhadas pelo Diretor ou pelo 1.º Oficial. Estes visitantes estavam autorizados a pedir explicações sobre a organização científica do Jardim ou consultar obras botânicas, denotando a abertura da Academia para a partilha do conhecimento científico com cidadãos interessados.

PLANTAÇÕES E CULTIVOS

Os planos deixados pelo Barão Castelo de Paiva para as plantações do Jardim Botânico incluíam exemplares de plantas indígenas e exóticas, no maior número possível e havendo ao menos uma espécie de cada Género de todas as Famílias botânicas conhecidas e organizadas pela classificação lineana. As plantas estariam todas numeradas e etiquetadas com o nome vulgar e observações necessárias, incluindo o seu carácter medicinal ou venenoso.

⁴⁴ PIRES DE LIMA, 1937: 4.

Quando o Diretor Salles Cardoso toma posse do cargo reporta que, antes de 1860, terão vindo para a Academia Polytechnica algumas plantas do estabelecimento «Chez Mrs. Frères Cels (Bauliene de Chaussée du Maine n.º 77) Paris». No entanto, diz não ter encontrado vestígios destas plantas no Jardim e assume que se tenham perdido⁴⁵. Entrega, no entanto, um catálogo compilado pelo 1.º Oficial, Agostinho da Silva Vieira, das mais de 200 plantas anuais, bianuais e vivazes espontâneas no terreno destinado para Jardim Botânico. Em 1864 o Jardim incluía mais de 137 espécies novas e o 1.º Oficial tencionava atingir as 594 espécies das plantas existentes no Porto e seus subúrbios⁴⁶.

Em 1865, declara-se estar terminado o trabalho de plantação de arbustos e árvores nos socalcos do Jardim. Os muros suportavam plantas trepadeiras e a Escola Botânica apresentava 1275 indivíduos dispostos segundo o método de De Candolle. Pelo menos até 1867 o 1.º Oficial e o Jardineiro hortelão faziam excursões nas proximidades do Porto e tinham trazido mais 80 espécies novas para o Jardim.

A estratégia de compilação das espécies representativas de todas as famílias passava não só pela recolha no campo, mas também pela aquisição de outras, ou pela doação a partir de jardins particulares. De facto, no ano 1867, como consequência da visita ao Jardim do Dr. Andrade Corvo, o Lente de Botânica da Escola Polytechnica de Lisboa e Ministro e Secretario d'Estado das Obras Públicas e Commercio em 1865, o 1.º Oficial do Porto vai a Lisboa escolher as plantas ao Jardim Botânico da Ajuda. Em 1868, foram novamente remetidas pelo Mestre do Jardim da Ajuda – Casimiro Raimundo da Silva Sant'Anna, mais plantas (150 espécies, das quais 100 novas no Jardim Botânico da Academia).

Foram registadas outras ofertas de plantas de jardins privados para o Jardim Botânico em 1867. Entre alguns nomes encontrados nos registos de agradecimento, figuram: João Carlos Gomes (farmacêutico de Ílhavo), Thomé de Sousa Pereira Veiga (farmacêutico de Braga), Alexandre Grant (diretor do «Colégio Inglez»), João Mendes Osório (proprietário), Adolpho Gustavo Ferreira Braga e Adriano Leitão (empregados do Governo Civil) e Joaquim de Santa Clara de Sousa Pinto (Lente da Academia).

Nos relatórios do Jardim de 1870 constam grandes listas de plantas que demonstram o dinamismo e reformulação das plantações. Surgem menções a Cactáceas, transplantes de plantas de porte arbóreo e arbustivo, menções a jardins de recreio e a socalcos completamente povoados com mais de 250 vasos (Figuras 1 e 4). Em 1872, o 1.º Oficial do Jardim, queixa-se da falta de verbas para manter o total de 1273 plantas dispostas no Jardim. Em 1879 reporta-se a existência de 1301 espécies de 138 Famílias cuja manutenção era bastante dispendiosa e, por vezes, interrompida⁴⁷. Em

45 SALLES CARDOSO, 1868-1883: 5.

46 PIMENTEL, 1877: 87.

47 ANNUÁRIO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO, 1879: 52.

1882⁴⁸ refere-se a conclusão da plantação de 272 espécies de uma lista de 71 Famílias de interesse etnobotânico como planeado e custeado pelo Barão Castelo de Paiva, que desejou uma «Escola Medicinal».

No anuário de 1882-1883 são elencados 3 doadores de plantas para o Jardim: o Dr. Júlio Henriques, Diretor do Jardim Botânico de Coimbra (50 espécies); José Marques Loureiro, horticultor (12 espécies); Viúva de Zeferino Mattos (mãe de Jacintho de Mattos, importante horticultor e projetista de jardins) (18 espécies). Em 1883 receberam-se ainda através do Dr. António Joaquim Ferreira da Silva, lente de Química da Academia Polytechnica, plantas e sementes enviadas a partir do estabelecimento «M. R. Oliveira Real & C.^a – Loja da Tulipa – Rua do Hospício 5 – Rio de Janeiro» para as estufas do Jardim Botânico. Infelizmente, Salles Cardoso relata que, por não haver ainda estufa própria para a sua cultura, as plantas ainda vivas e sementes foram entregues ao horticultor José Marques Loureiro para as cultivar nas suas estufas do Horto das Virtudes até que possam ser cultivadas no Jardim.

Em 1883, é publicado pela primeira vez num Anuário da Academia Polytechnica do Porto, o «*Index seminum horti botanici academiae polytechnicae portu-calensis*», com centenas de espécies disponíveis para troca o que atesta a quantidade envolvida de trabalho na recolha, secagem, indexação e trocas de sementes com outros jardins botânicos e o dinamismo e atualização das práticas científicas da Direção e funcionários envolvidos⁴⁹.

ESPAÇOS REMANESCENTES DA TRÍADE BOTÂNICA

Até 1903 ainda surgem registos nas atas do Conselho da Academia de verbas para transplantes das plantas do Jardim Botânico da Academia Polytechnica para o Horto das Virtudes⁵⁰. Esta data poderá ser considerada como a última referência de existência do Jardim Botânico no seu primeiro local. Não se sabe até que ponto estes transplantes se realizaram, mas o terreno foi sendo ocupado por várias edificações da Guarda Nacional Republicana e, mais tarde, do Departamento de Medicina Legal, como se pode constatar pela modificação do espaço ajardinado na Figura 5. Da memória física do Jardim Botânico restam o muro e gradeamento quase intactos e imponentes na frontaria de todo o terreno.

48 ANNUÁRIO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO, 1883: 137.

49 ANNUÁRIO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO, 1883: 204.

43 PIRES DE LIMA, 1937: 30.

50 ANTUNES, 2017: 149.



Fig. 5. A: Foto aérea da cidade do Porto datada de 1947⁵¹. B: Imagem aérea da cidade do Porto⁵².

Quanto à modificação do Horto-pharmacêutico, esta realizou-se muito precocemente já que no relatório de 1877-78, se refere que o Campo do Hospital foi terraplanado e arborizado para passeio dos convalescentes do estabelecimento hospitalar⁵³. Já em 1885 refere-se que o recinto da cerca do hospital tinha sido ajardinado e preparado para horto agrícola-pharmacêutico, ficando dividido para recreio dos doentes dos dois sexos, exigindo isso a construção de uma escadaria de cantaria para acesso da galeria das mulheres⁵⁴. No relatório de 1886/87 surge a queixa que o jornaleiro responsável realizava insuficientemente o seu amanho e conservação e este trabalho adjudicou-se ao horticultor Marques Loureiro⁵⁵. Conforme os Orçamentos Gerais de Receita e Despesa do Hospital as despesas com plantação, conservação, arborização, jardinagem e arrumamento são uma constante até 1889, aparecendo posteriormente, entre 1893 a 1898, menção na rubrica «Despesa Facultativa» à «arborização e compra de sementes medicinaes para os jardins»⁵⁶. Já em 1909 segundo relatório apresentado pela Direção Administrativa, descreve-se a transformação da cerca num parque cheio de largos arruamentos, concorrendo para a melhor higiene do hospital, maior beleza e útil agrado dos pacientes (Figura 6)⁵⁷.

51 Fonte: Imagem fornecida pelo Centro de Informação Geoespacial do Exército.

52 Fonte: Goole Earth (Setembro 2019).

53 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1877-1878: 73.

54 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1885-1886: 159, 184.

55 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1886-1887: 235.

56 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1883-1898: fl. 4; 9v; 16v; 21v; 26; 31; 56v; 61; 69; 76; 89.

57 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, 1908-1909: 484.



Fig. 6. Hospital de Santo António 1908-1909. Vista dos espaços remanescentes da zona que terá sido o Horto-pharmacêutico – ainda são visíveis as plantas arbustivas e arbóreas que terão sido plantadas em meados do século XIX. Em cima: «um trecho da parte posterior e a cerca»; em baixo à esquerda: «Pavilhão Dona Maria Pia (para senhoras)»; em baixo à direita: «Pavilhão D. Manuel II (para homens)». Clichés de Duarte de C. Motta Júnior. Simili-grav. De M. Abreu⁵⁸.

Em 1965, a Câmara Municipal do Porto adquire o Horto das Virtudes com o objetivo de o abrir ao público. Para tal procedeu ao restauro do espaço, realizou obras de adaptação com vista à criação de um parque público e ligando os socacos por uma escadaria que percorre toda a encosta. Da presença de Marques Loureiro neste espaço e do seu magnífico Horto permanecem apenas algumas construções em betão armado, referidos nos tratados e manuais da arte dos jardins da época como obras “rustiques” ou em “rocailles”⁵⁹, compreendendo

⁵⁸ Fonte: Centro Hospitalar Universitário do Porto: Museu.

⁵⁹ RACINE, 2002.

bancos e varandins imitando troncos de árvores, assim como caramanchões para crescimento de plantas. Para além destes elementos, ainda subsiste parte do portão da entrada do Horto e outros vestígios que estão no espaço. Os socalcos que, há um século atrás, possuíam uma espantosa diversidade de plantas, dispostas de acordo com princípios botânicos, estéticos e comerciais, estão transformados em relvados. Foi também feito o restauro das áreas envolventes, nomeadamente os acessos à Fonte das Virtudes.

Na atualidade, esta tríade de espaços tem missões diferentes das originais, e cada um dos espaços mantém apenas vestígios do que foi o seu apogeu botânico (Figuras 5 e 6). No entanto, o Horto das Virtudes é claramente o que mantém mais patente a natureza ajardinada e de usufruto de qualquer cidadão que o pretenda visitar. Já os espaços do Jardim Botânico e do Horto-pharmacêutico são de difícil visitação por se tratarem de espaços muito modificados e de edificação de instituições públicas, mas com acessos vedados.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer ao Professor José Alberto Gonçalves (FCUP – DGAOT),   Dr.^a Ana Paula Portela,   Dr.^a Marisa Monteiro (MHNC-UP),   Dr.^a Patrícia Costa (Museu Parada Leitão – ISEP), ao Dr. Manuel Miranda Marques (CEGOT) e   Dr.^a Ana Freitas (U.PORTO) pela ajuda concedida neste trabalho. Gostaríamos de agradecer o apoio da «Portuguese Infrastructure of Scientific Collections» – POCI-01-0145FEDER-022168 (PRISC.pt) pelas condições proporcionadas   realização deste trabalho. Gostaríamos também de agradecer aos revisores pela leitura e sugestões construtivas a versões anteriores do documento.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRESEN, Teresa; MARQUES, Teresa Portela (2001) – *Jardins Históricos do Porto*. Lisboa: Edições Inapa.
- ANNUÁRIO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO (1879) – Anno Lectivo de 1878-1879. Porto: Typographia Central.
- _____. ed. (1882) – *Anno Lectivo de 1881-1882*. Porto: Typographia Central.
- _____. (1883) – *Anno Lectivo de 1882-1883*. Porto: Typographia Central.
- AN NIMO (1913) – *O Professor Agostinho da Silva Vieira*. «O Tripeiro», 3^o ano (106):535.
- ANTUNES, Ana Catarina (2017) – *O Jardim Botânico da Academia Polit cnica do Porto (1836-1903)*. In *Jardim Botânico do Porto, 150 Anos de Culto pelas Plantas*. Lisboa: Arte e Ciência.
- _____. (2019) – *A influ ncia alemã na g nese da Arquitetura Paisagista em Portugal*. Tese de doutoramento, Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território. Universidade do Porto.

- CABRAL, J. P. (2007) – *A fundação da Botânica Moderna em Portugal – Júlio Henriques, A. X. Pereira Coutinho E Gonçalo Sampaio*. Vol. vol. XXXIII, Memórias da Sociedade Broteriana: Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra.
- MARQUES, Teresa Portela (2012a) – *Do papel pioneiro dos horticultores do Porto*. «O Tripeiro», XXXI (2): 41-47.
- ____ (2012b) – *Horticultura e Jardinagem-Paisagista e a Construção do Porto do Romantismo*. I Congresso O Porto Romântico, Porto, 29 a 30 de Abril de 2011.
- OLIVEIRA JUNIOR, Duarte (1898) – *Homenagem a José Marques Loureiro*. «Jornal Horticola-Agrícola II» (6): 273-288.
- PIMENTEL, Afonso (1877) – *Guia do Viajante na Cidade do Porto e seus arrabaldes*. Porto: Livraria Central.
- PIRES DE LIMA, Américo (1937) – *A Botânica na Academia Politécnica do Pôrto*, 1.º Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica. Porto.
- ____ (1942) – *A Botânica no Porto. Notas biográficas e bibliográficas*. Comunicação ao Congresso da Actividade Científica, Coimbra 1940.
- RACINE, Michel, ed. (2002) – *Créateurs de jardins et de paysages en France du XIXe siècle au XXIe siècle*. Vol. Tome 2. Arles: Actes Sud-École Nationale Supérieure du Paysage.
- SALLES CARDOSO, Francisc (1868-1883) – *Decima Cadeira da Academia Polythecnica e Jardim Botanico 1º*. In Manuscrito não publicado de Francisco de Salles Gomes Cardoso, lente da X Cadeira (Botânica), Academia Polytechnica do Porto.
- SAMPAIO, Gonçalo (1896) – *Estudos de Flora Local. I. Vasculares do Porto*. «Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes», IV (15): 150-158.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO (1856-1857) – *Relatórios da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto*.
- ____ (1858-1859) – *Relatórios da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto*.
- ____ (1877-1878) – *Relatórios da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto*.
- ____ (1883-1898) – *Livro de Orçamentos Gerais e Despesa do Hospital de Santo António*.
- ____ (1885-1886) – *Relatórios da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto*.
- ____ (1886-1887) – *Relatórios da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto*.
- ____ (1908-1909) – *Relatórios da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto*.
- VIEIRA, Agostinho Silva (1859) – *Melhoramento e reformas: Horto-pharmacêutico*. «Gazeta Medica do Hospital de Santo António», 1 (9): 44.
- ____ (1865) – *Regulamento Interno da Botica do Hospital de Santo António da Cidade do Porto*. Porto: Typographia de Manoel José Pereira.
- ____ (1887) – *Uma Visita ao Horto Loureiro*. «Jornal de Horticultura Pratica» XVIII: 270-271.

PAISAGEM HISTÓRICA URBANA: CONTRIBUTOS DA CARTOGRAFIA PARA CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO E IDENTIDADE URBANAS DA FREGUESIA DE PARANHOS (PORTO)

MARIANA RAQUEL SALINO CARVALHO*

Resumo: *As cidades, como lugar de vida quotidiana, encontram-se em constante mutação e construção, constituindo um testemunho dos modos de vida passados e presente e aspirações da humanidade. Como tal, devem ser entendidas como uma manifestação do património cultural e um elemento identitário para a comunidade em constante ameaça pela sua acelerada transformação. O conhecimento aprofundado da estratigrafia urbana de cada cidade é essencial para que possam ser encontradas as soluções mais adequadas para a promoção de um desenvolvimento urbano sustentável e salvaguardar as características intrínsecas do local. A análise comparativa de fontes cartográficas, que registam a morfologia da cidade em diferentes momentos, permite compreender a estratigrafia urbana desse território, identificar as problemáticas da sua malha urbana e detetar os elementos mais relevantes para a evolução e morfologia da mesma.*

Palavras-chave: *cartografia; estratigrafia e morfologia urbana; elementos patrimoniais; Paranhos.*

Abstract: *Cities, as the place where the daily life happens, are in constant mutation and construction, and so they are a testimonial of Humanity's past and present ways of living and aspirations. Therefore, we should see them as a manifestation of cultural heritage and an element of the community's identity that is always being threaten by its own fast transformation. The in-depth knowledge of each city's urban stratigraphy becomes essential in order to find the most appropriate solutions for the promotion of sustainable urban development and preserve the intrinsic characteristics of the area. A comparative analysis of cartographic sources, that register the morphology of the city in different moments, allows to understand a stratigraphy of that territory, to identify the problems in its urban mesh and to detect the most relevant elements of its development and morphology.*

Keywords: *cartography; urban stratigraphy and morphology; heritage elements; Paranhos.*

PAISAGENS HISTÓRICAS URBANAS: COMPLEXIDADE E ABORDAGENS

A doutrina internacional sobre património tem vindo a indicar que as «áreas históricas urbanas estão entre as mais abundantes e diversas manifestações do nosso património cultural comum, moldadas por gerações e constituindo um testemunho-chave dos esforços e aspirações da humanidade através do espaço e do tempo». Aponta, ainda, que o seu «desenvolvimento rápido e muitas vezes descontrolado [...] poderá provocar a fragmentação e deterioração do património urbano com profundo impacto nos valores da comunidade»¹, defendendo, por isso, a urgência de investigação e planeamento que permita contrariar estas tendências.

* Mestre em História da Arte, Património e Cultura Visual pela FLUP. Email: marianacarvalho_29@hotmail.com.

¹ UNESCO, 2011: 2.

A definição alargada do conceito de paisagem histórica urbana² abarca os conjuntos históricos, isto é, espaços e grupos de construções aos quais se reconhece valor do ponto de vista «arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural»³, e ainda todos os elementos da estrutura urbana e infraestruturas, elementos naturais do lugar, práticas sociais e económicas e as dimensões intangíveis do património. Através desta definição facilmente se reconhece a complexidade deste tópico e consequente multiplicidade de abordagens necessárias à sua compreensão.

Também quando falamos do conceito de cidade, a dificuldade de o definir e estudar é consensual nos autores que se dedicaram ao tema. Chueca Goitia⁴ aponta que esta dificuldade reside na complexidade da cidade e na quantidade de saberes que se deveria dominar para conseguir estudá-la na sua plenitude. Indica um outro motivo que se relaciona com as sucessivas alterações do conceito ao longo do tempo e com o facto de estar intimamente relacionado com a cultura dos diferentes povos, entrecruzando-se claramente com o anterior conceito de paisagem histórica urbana e, como tal, com o património. Assim, este tema pode ser abordado segundo várias perspetivas e por diferentes áreas de saber, como a história, geografia, economia, política, sociologia, arte e arquitetura, o que resulta normalmente em abordagens parciais e complementares entre si.

Consideramos que o estudo e o debate do património inerente às paisagens históricas urbanas passa pela observação das dinâmicas de fixação da população e do seu reflexo na forma do território. Deste modo, admitimos a necessidade de desenvolver e utilizar metodologias que permitam compreender a forma e transformação da cidade, identificar os elementos e/ou motivos que influenciaram ou determinaram a sua evolução e alteração e, ao mesmo tempo, refletir acerca de problemáticas urbanas resultantes quer de planeamentos anteriores, quer das presenças atuais. Metodologias que devem ser adotadas nos estudos pluridisciplinares que segundo as recomendações internacionais⁵ devem preceder à planificação da salvaguarda das cidades, uma vez que permite «documentar o estado das áreas urbanas e a sua evolução, para facilitar a avaliação das propostas de mudança e para melhorar as competências e procedimentos de proteção e de gestão»⁶.

São vários os autores que têm vindo a dedicar-se à sistematização dos elementos que compõem a forma urbana e ao desenvolvimento de metodologias que permitam a sua análise. Neste âmbito, damos particular relevo à obra de Vítor Oliveira⁷

² UNESCO, 2011: 4.

³ UNESCO, 1976: 2.

⁴ CHUECA, 1968: 7.

⁵ ICOMOS, 1987: 2.

⁶ UNESCO, 2011: 7.

⁷ OLIVEIRA, 2016.

que nos apresenta a evolução geral destas metodologias com respetivos casos de estudo. À semelhança de Panerai⁸, o autor identifica os elementos que constituem o tecido urbano e, como tal, configuram cidade, ao mesmo tempo que esclarece como a análise destes elementos conduzem à caracterização da cidade e à compreensão da sua forma e evolução. Este último oferece-nos uma perspectiva de análise que se foca na observação dos elementos da paisagem urbana em estudo *in loco*. Contudo, ambas as obras explanam e utilizam abordagens metodológicas fundamentadas na análise de fontes cartográficas da cidade. Aliás, já em *A Evolução das Formas urbanas de Lisboa e Porto nos séculos XIX e XX*⁹, o método para análise da forma e crescimento urbano utilizado pelo autor assenta essencialmente no estudo comparado de várias representações cartográficas das cidades em estudo.

Também a extensa obra de Ferreira de Almeida¹⁰ define a base teórica para a compreensão do território e, conseqüentemente, das suas transformações, segundo uma perspectiva histórica e de observação do território. Da sua obra destacamos as ideias de que a presença de recursos hídricos é determinante para a fixação de populações, o território paroquial se desenvolve em função da igreja e que os caminhos que levam a outras cidades, principalmente os que possuem uma componente de peregrinação, por serem mais movimentados, atraem a fixação de atividades sociais e económicas, como comércio e assistência, e, por conseguinte, o estabelecimento de população. Esta visão cruza-se com a conceção de Rossi de *elementos primários*, como «núcleos de agregação, [que participaram] de modo permanente na evolução da cidade no tempo»¹¹ e, assim, «monumentos e atividades fixas [...] capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade e, relacionando-os com um território mais vasto, são os elementos que caracterizam os processos de transformação espacial do território»¹². Da mesma forma, Panerai¹³ refere-se aos *elementos reguladores* do crescimento, distinguindo aqueles que o potenciam dos que, por outro lado, o limitam.

DELINEAR UM MÉTODO

De acordo com as metodologias supramencionadas, acentua-se para estudar a sua paisagem histórica urbana e estabelecer a monografia desse determinado lugar. Propõe-se uma abordagem que cruza o olhar crítico sobre a porção

⁸ PANERAI, 1999.

⁹ OLIVEIRA, 2013.

¹⁰ Destaca-se os trabalhos mais relevantes para este assunto: ALMEIDA, 1981; ALMEIDA, 1986; ALMEIDA, 1988; ALMEIDA, 1995.

¹¹ ROSSI, 1966: 109.

¹² ROSSI, 1966: 111.

¹³ PANERAI, 1999: 59-67.

de território que se pretende estudar através da sua observação direta em trabalho de campo e a análise das fontes cartográficas disponíveis.

Desta forma, pretende-se ser capaz de traçar a história urbana, aprofundar o conhecimento da forma urbana, identificar problemas urbanos e contribuir para lhes encontrar soluções. Este estudo visa também reconhecer os elementos primários da área em estudo, sinalizando-os como património e compreendendo o seu papel para a comunidade, para que se possa preservá-los e contribuir para a sua manutenção como elementos identitários que continuam a fazer parte das dinâmicas da comunidade.

Como modelo de processo tomamos alguns casos de estudo que utilizam a análise cartográfica como principal elemento de trabalho. É o caso da anteriormente mencionada obra de Oliveira (2013), bem como outras desenvolvidas, por exemplo, por Sáinz Guerra¹⁴ e Maria José Casanova¹⁵. A autora justifica a utilização desta metodologia evidenciando as suas potencialidades:

Do ponto de vista dos arquitetos, o espaço da cidade é entendido enquanto problema de forma [...] apoiando-se na morfologia urbana como procedimento metodológico e instrumento de análise. [Como tal permite] identificar cronologias e períodos de implantação; detetar as relações entre a estrutura espacial e o sítio [...]; avaliar as relações entre estrutura, hierarquia de espaços públicos e circulação [...]; verificar usos; dimensões e orientações do construído; densidades de construção [...] identificação de áreas morfologicamente homogéneas ou distintas, relacionando períodos e modos de crescimento¹⁶.

Assim, a cartografia surge como principal fonte de trabalho e, como tal, precisamos considerar algumas das suas características e limitações.

Em primeiro lugar, qualquer carta de representação do território pode constituir um elemento de informação e portanto de análise. Como apontado anteriormente e defendido pelos vários autores mencionados, as paisagens históricas urbanas abrangem as características naturais do lugar. Desta forma, o estudo da morfologia urbana compreende todas as características do território, ou seja, abarca todas as características topográficas, como acidentes geográficos e rede hidrográfica. Assim, não nos podemos focar apenas nos aspetos artificiais urbanos da paisagem. Quando falamos de cartas topográficas, incluem-se também aquelas que no domínio da geografia sistematizam estes elementos, como cartas topográficas que incluam altimetria e hidrografia, constituição do solo ou vegetação.

¹⁴ SÁINZ GUERRA, 1989.

¹⁵ CASANOVA, 2015.

¹⁶ CASANOVA, 2015: 44-45.

Por outro lado, as fontes cartográficas acessíveis limitam a cronologia de estudo, para um tempo mais ou menos recente, dependendo do local que se quer estudar. Apesar de a representação de mapas já se realizar desde as civilizações antigas, não se aplicavam a qualquer parte do território, começando a surgir mais fontes de trabalho nos séculos XV e XVI. Precisamos atentar também que nem todas as fontes podem ser encaradas com a mesma seriedade, pois o seu contributo a nível de rigor evolui ao longo da história da cartografia. Esta transformação prende-se com o desenvolvimento «das técnicas de análise do território e da linguagem de reprodução do mesmo, como é o caso da utilização da curva de nível para representação topográfica a partir do século XIX»¹⁷ e a alteração da sua finalidade, pois inicialmente esta era realizada para fins militares ou de navegação marítima, mas «a partir de meados dos século XVIII e XIX, as preocupações urbanísticas introduzidas pelo crescimento demográfico e urbano, potenciados pela revolução industrial, são motivadoras de uma maior exigência de rigor cartográfico, quer para representação do existente como daquilo que se quer planear»¹⁸. Assim, as cartas começam a apresentar maior rigor, quer a nível de medida, quer a nível de representação, que sendo uniformizada deixa menos espaço a interpretações por parte do autor e do recetor, a focar porções de território mais reduzidas, aumentando a escala e o pormenor, e a existirem em maior quantidade.

Contudo, devemos ter em conta que, apesar do crescente rigor, a cartografia é sempre uma representação do território produzida pelo Homem, por isso é sempre resultado de uma interpretação e apropriação do objeto, sendo reapropriado e reinterpretado no processo de análise cartográfica.

Apoiamo-nos igualmente em fontes mais recentes que mostram a forma do território, como é o caso de fotografias aéreas e imagens e fotografias de satélite. Assumimos que o rigor de algum destes elementos possa ser pouco satisfatório, mas com a devida consideração estes podem contribuir positivamente para o objetivo que nos propomos.

Após a identificação das fontes cartográficas disponíveis para o estudo de um determinado território, a sua análise deve ser realizada através da sua observação, recorrendo a sucessivas comparações, sobreposições e edições como processo de pensamento, mas atentando igualmente nas suas mais-valias para a comunicação das observações e conclusões. Cremos que partir da fonte mais recente para a mais antiga evidencia as ausências existentes desta última, facilitando o processo de identificação das alterações que no hiato que separa as fontes se processaram. Defendemos que do ponto de vista da comunicação de resultados

¹⁷ CARVALHO, 2018: 67.

¹⁸ CARVALHO, 2018: 67.

é também mais empírico e inteligível fazê-lo de forma retrogressiva, uma vez que a comunidade se relaciona imediatamente com a forma atual, bem como com as mais recentes alterações urbanas. Não podemos esquecer que a melhor e mais atualizada fonte de análise do território é o próprio objeto de estudo, cuja observação deve também acompanhar o processo de análise cartográfica.

Contudo, esta análise não se faz sem complementar as observações do território e da cartografia com a consulta de documentos históricos, nomeadamente relativos a projetos urbanos, que contribuem para a confirmação/objeção/justificação das ilações formuladas. Só assim podemos datar com maior precisão as intervenções realizadas, evitando-se deduções erradas que a cartografia poderia induzir, quer pelos longos períodos que podem separar cada um dos elementos cartográficos, quer pelo processo demorado pelo qual se caracterizava a sua execução.

Para a sua análise devem ser observados os vários elementos topográficos e que constituem a malha urbana, que podem ser destacados com recurso a manchas de cor, por exemplo. Partindo de uma análise mais geral para elementos concretos, propomos a observação dos usos do solo, como a dualidade entre espaço construído e espaço natural, a existência de jardins, a distinção de focos residenciais, industriais ou de serviços e a definição dos espaços de circulação, bem como a sua relação com os elementos naturais do território. Também os elementos que se destacam pela sua dimensão, características ou isolamento devem ser considerados.

Depois da análise geral no contexto do território, esta deve ser completada com a observação de “unidades de paisagem”. Uma unidade de paisagem trata-se de «uma área de tamanho variável que se distingue pelas suas características, como a lógica de implantação, a tipologia, a função, a forma da malha urbana ou as características formais e materiais do edificado, podendo ter pontos em comum com outras unidades de paisagem»¹⁹. Maria José Casanova²⁰ ao definir o conceito, distingue três categorias de unidades de paisagem: as topológicas, definidas por relações de proximidade espacial; as morfológicas, que apresentam semelhanças pela localização em relação a elementos fundamentais da cidade; e as geográficas, por se encontrarem em lugares com características geográficas ou topográficas semelhantes. Acerca destas tecemos as seguintes considerações, acrescentando uma quarta categoria:

[...] a primeira categoria será a mais empírica para análise, pois tem como objeto de estudo uma porção de terreno contínuo, mas pode ser aquela em que as características não são tão uniformes. O segundo tipo agrega áreas próximas de elementos urbanos

¹⁹ CARVALHO, 2018: 82.

²⁰ CASANOVA, 2015: 193-194.

semelhantes, como por exemplo igrejas, estradas ou fábricas. Por fim, o terceiro permite uma análise conjunta de lugares formados junto a recursos hidrográficos ou localizados em áreas com forma de relevo semelhante. Consideramos uma quarta categoria de unidades de paisagem: as tipológicas, que permite a análise de porções territoriais que apresentam características formais semelhantes, normalmente resultado de intenções de plano análogas²¹.

As unidades de paisagem podem e devem ser redefinidas mediante as diferentes categorias e as características que se querem estudar, permitindo o estudo da mesma área segundo várias perspetivas.

É evidente que para uma análise cartográfica fundamentada esta deve ser colocada em paralelo com a teoria da cidade e do urbanismo²², e com as monografias já existentes sobre o objeto de estudo. Só assim, podemos compreender o contexto que motivou a evolução urbana que se observa.

Salientamos o potencial da metodologia de análise cartográfica descrita, à medida que evidencia as diferentes estratigrafias urbanas, conduzir à identificação dos elementos primários que provocaram a alteração das mesmas. Assim, reconhecem-se os elementos patrimoniais da comunidade e, como tal, o seu valor. Esta identificação é o primeiro passo para a manutenção destes elementos, constituindo um ponto de partida para o seu maior estudo e entendimento, bem como para a criação de uma rede de lugares patrimoniais e o estabelecimento de estratégias para a sua preservação e salvaguarda. Estas devem passar numa primeira instância pela sua maior divulgação junto da comunidade e consequente aumento da valorização do património, mas também pelo esforço para compreender como é que estes elementos podem continuar a desempenhar a sua função de elementos primário e, assim, manter-se útil para a comunidade perpetuando o seu papel ativo na modificação e evolução da forma urbana.

O conceito de *elementos primários* insurge-se como um conceito atual e premente, que nos parece permanecer esquecido e desvalorizado e que deve ser recuperado para a temática da paisagem histórica urbana.

Enfim, basear a investigação sobre paisagens históricas urbanas numa metodologia fundamentada na análise cartográfica apresenta-se-nos como uma solução adequada, na medida em que inclui e evidencia as dimensões urbana, histórica e patrimonial das mesmas. Igualmente, a compreensão da paisagem a que esta metodologia nos conduz, tem aplicabilidade na gestão e planeamento futuros destas várias áreas.

²¹ CARVALHO, 2018: 82.

²² A bibliografia de interesse é muita e variada. A título de exemplo, para além das que se citam ao longo do artigo, acrescentamos algumas de destaque para o desenvolvimento do mesmo: ASCHER, 2001; CASTEX, 1995; CHOAY, 1989; CHUECA, 1968; LE CORBUSIER, 1941; ROSSA, 2002; ROSSA, 2015; ROSSI, 1966; WHITEHAND, 1983.

CASO DE ESTUDO: TERRITÓRIO DA FREGUESIA DE PARANHOS

DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Ao escolhermos a freguesia de Paranhos como objeto de estudo, o trabalho desenvolvido afasta-se dos estudos que toma como modelos, uma vez que se dedica a uma área mais limitada. Até aqui são as cidades que se mantêm no foco das pesquisas realizadas, bem como, dos planeamentos executados, abrangendo uma área mais ao menos alargada. No entanto, e apesar do seu desenvolvimento socioeconómico e urbano se interligarem diretamente com a evolução do núcleo citadino, é frequente que áreas que se encontram atualmente na continuidade da malha urbana de grandes cidades, tenham origem em aglomerados diferentes, tendo outrora constituído os arrabaldes das mesmas. Devido à sua origem distinta é muito natural que estas áreas possuam estratigrafias urbanas e características patrimoniais e culturais distintas. Por este motivo, defendemos que essas áreas, também referidas por Ascher²³ como *periferias imediatas*, justificam o seu estudo de forma independente. A *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*²⁴ diz-nos que «todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da História e, por esse facto, todas elas são históricas» e cremos que esta conceção deve ser aplicada também neste sentido. Acreditamos que a tendência de encarar os antigos arrabaldes como parte de um todo mais alargado, quer a nível de estudos, quer relativamente a planeamento e gestão urbana, tem resultado na fragmentação destes espaços.

Este tem sido também o caso da cidade do Porto, uma vez que os seus planeamentos gerais, têm como objetivo responder às pressões e transformações do centro, englobando indiscriminadamente a generalidade do concelho. Por um lado, esta periferia imediata necessita de ser compreendida para que se possa intervir convenientemente de forma a responder às pressões futuras e corrigir algumas das problemáticas existentes, salvaguardando a sua identidade e património. Mas admitimos também que a sua correta gestão pode continuar a responder às transformações e constrangimentos do centro, como por exemplo, abrandar a lotação turística do centro e contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor. É evidente, que esta premissa se aplica a toda a área limítrofe do concelho, mas estando cientes das diferenças entre os territórios das várias freguesias, também estes devem ser tratados com a devida autonomia e, por isso, dedicamo-nos apenas, e a título de exemplo, à freguesia de Paranhos.

²³ ASCHER, 2001: 63.

²⁴ ICOMOS, 1987: 1.

ANÁLISE DA FORMA URBANA DE PARANHOS

A pouca atenção de que sempre foi alvo por ser uma área periférica refletem-se na escassez de fontes cartográficas disponíveis para utilização na análise pretendida. Por sua vez, a escassez de fontes limita o período de análise, remetendo-o para o intervalo compreendido entre o início do século XIX até à atualidade. Na verdade, mesmo que pretendêssemos abarcar o centro do Porto, o tempo em estudo não seria muito mais alargado, porque dispomos apenas de cartografia pouco rigorosa, essencialmente motivada por necessidades de navegação. A Guerra Civil (1832-1834) e o Cerco do Porto (1832-1833) justificaram a realização e publicação de uma série de cartas topográficas da cidade, com a representação da envolvente da cidade para localização das linhas de fortificação e baterias dos exércitos. Apesar de considerarmos algumas destas fontes como ponto de partida, reconhecemos-lhes alguns problemas, pois apesar de serem várias vezes «reproduções das anteriores [...], a informação surge por vezes contraditória, quer por omissão ou acrescento de elementos [...] [e] há uma ausência de rigor ao nível das medições prévias ou falta delas»²⁵. Estas características e a qualidade e tamanho reduzidos dos suportes digitais a que tivemos acesso tornou a sua análise e edição distinta da que se realizou com as restantes fontes, inviabilizando por exemplo a sua sobreposição. Assim, «atentámos nos elementos que as mesmas indicam, sem nos determos sobre a sua localização exata ou, mesmo, sobre orientações ou escalas»²⁶.

No final do séc. XIX surgiu a planta cartográfica realizada entre 1877 e 1892 e dirigida por Augusto Gerardo Teles Ferreira, que regista «a forma urbana do concelho do Porto, após a industrialização e infraestruturização básica e anterior às fases de planeamento e regularização generalizadas do século XX, constituindo, por isso, um elemento importante para a análise da evolução da forma urbana da freguesia de Paranhos»²⁷. Apesar do seu rigor acrescido, esta planta apresenta algumas inconsistências devido ao tempo prolongado que levou a ser concluída e à realização a várias mãos e por quadrículas. Contudo, devemos ressaltar que, ao contrário das posteriores, nesta carta figura, pelo menos parcialmente, a rede hidrográfica. Para consideração destes elementos na sua totalidade fizemos uso da *Carta Geomorfológica do Município do Porto*.

Já do século XX, consideramos a *Carta Topográfica da Cidade do Porto*, da década de 40, pelo levantamento de António Bonfim Barreiros, juntamente com a *Fotografia Aérea da Cidade do Porto* de 1939-1940, e a *Planta da cidade do Porto* de 1960 como importantes fontes de informação. Admitimos que a fotografia

²⁵ CARVALHO, 2018: 73.

²⁶ CARVALHO, 2018: 82.

²⁷ CARVALHO, 2018: 73.

aérea não prima pelo rigor devido aos efeitos perspéticos naturais de uma imagem fotográfica, potenciados pelo facto de a imagem total ser resultado de uma aglomeração de várias fotografias em que a distância e inclinação da captação em relação ao solo não é constante e em que, conseqüentemente os limites de uma não coincidem com um limites das que a rodeiam. Neste sentido e uma vez que a sua realização é muito próximo do levantamento de António Bonfim Barreiros surge apenas como análise complementar por ser um registo mais imediato, que regista a forma urbana num momento exato, enquanto as outras duas fontes têm períodos de execução mais longos e poderiam representar elementos ainda em fase de execução.

Do mesmo modo, como registos atuais usamos a *Carta Digital do Município do Porto* fornecido pela DMIG, atualizada em 2003, e uma imagem de satélite da plataforma Google Earth do dia 3 de maio de 2018.

Posto isto, procedemos à sua análise como indicado anteriormente. Recorremos aos softwares Adobe Photoshop CS6 e Archicad 21 (versão educação) para editar as fontes de forma a evidenciar as observações que realizamos através da utilização de manchas de cor e da sobreposição das mesmas. Como indicamos anteriormente, este trabalho sobre as fontes cartográficas pretende auxiliar na comunicação de resultados, contudo entendemos que estas podem ter aplicabilidades distintas. A Carta Digital do Município do Porto de 2003 e todas as apropriações que dela apresentamos nesta análise são as que permitem uma leitura mais rigorosa e, portanto, a que poderá dar maior contributo a profissionais do planeamento urbano. As restantes, igualmente essenciais para a leitura histórica da forma urbana de Paranhos, apesar de menos rigorosas pelos vários motivos que descrevemos enquanto apresentamos as fontes cartográficas que utilizamos e, também, por se tratarem de imagens e de reproduções de imagens, constituem elementos de leitura mais empírica para o público em geral.

Inicialmente observamos nas fontes mais recentes a definição do espaço público e privado, entendendo esta dicotomia não com toda a complexidade que pode encerrar do ponto de vista da propriedade, uso e usufruto, mas essencialmente considerando o público como espaço de circulação (Imagem 1). Destes destacamos os espaços verdes. Com esta análise e a observação de campo, pudemos distinguir as diferentes características dos espaços de circulação e tecido urbano, bem como, identificar intenções de planeamento urbano de diferentes épocas (Imagem 2), que a análise e comparação com as fontes anteriores e com documentos de projetos urbanos vieram comprovar. À medida que comparávamos com fontes anteriores mais elementos se destacaram, quer pela escala, quer pelo seu isolamento (Imagem 3 e 4). Tentámos sempre associar estas análises com a sua possível relação com os elementos topográficos.



Imagem 1. Ocupação do território: espaço público-privado. Território da freguesia de Paranhos com indicação dos limites administrativos e distinção entre espaço público-privado sobre imagem de satélite do Google Earth, 3 maio de 2018. Escala 1:30000. Edição por Mariana Salino Carvalho.

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO



Imagem 2. Tipos de planeamento e arruamentos que se destacam na malha urbana. Território da freguesia de Paranhos com indicação dos limites administrativos, tipos de planeamento, espaços ajardinados, arruamentos que se destacam na malha urbana e construções inexistentes em 2003 sobre *Carta Digital do Município do Porto*, 2003. Escala 1:30000. Edição da autora.

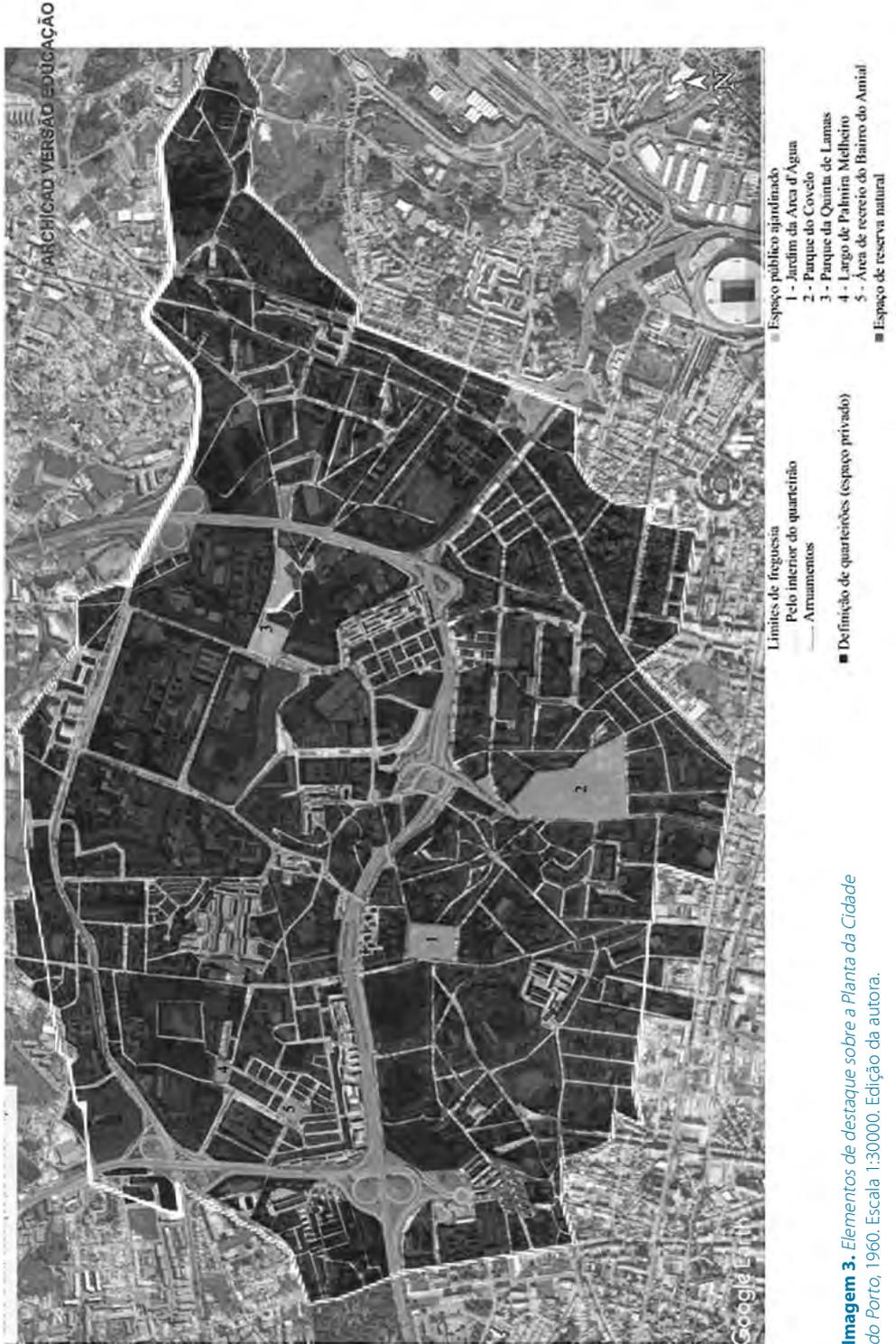


Imagem 3. Elementos de destaque sobre a *Planta da Cidade do Porto*, 1960. Escala 1:30000. Edição da autora.

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO

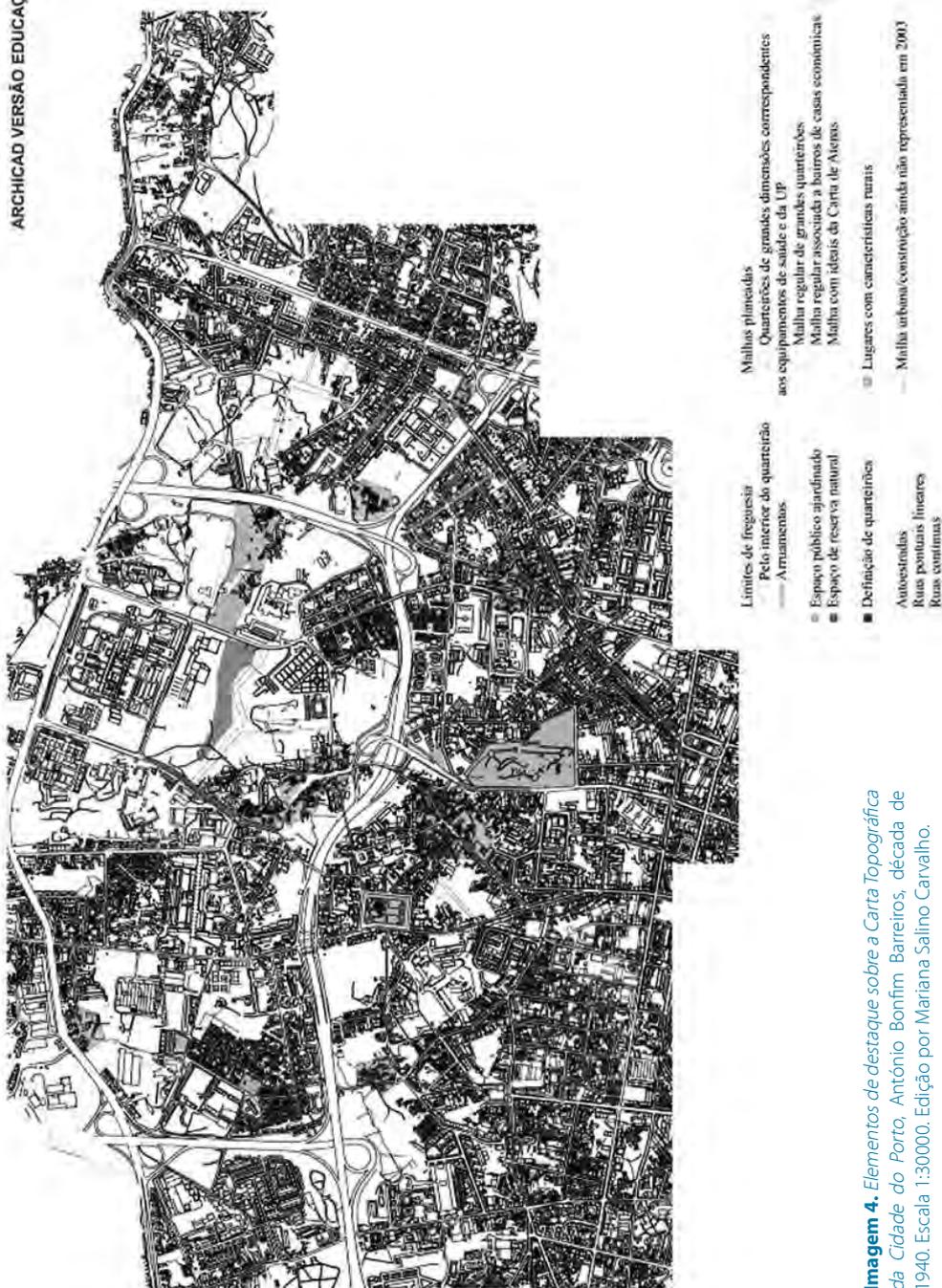


Imagem 4. Elementos de destaque sobre a Carta Topográfica da Cidade do Porto, António Bonfim Barreiros, década de 1940. Escala 1:30000. Edição por Mariana Salino Carvalho.

A edição das fontes através de manchas de cor automaticamente evidencia as unidades de paisagens que apresentam características comuns. É possível reorganizar as unidades de paisagem, reduzindo ou aumentando a escala de análise com a adaptação dos parâmetros que queremos abordar. Numa conceptualização mais generalista, distinguem-se quatro áreas, que se podem avaliar enquanto unidades de paisagem topológicas e tipológicas: o sul do território da freguesia, mais próximo do centro do Porto e que apresenta uma malha urbana mais consolidada e maioritariamente residencial, com alguns serviços vicinais; o norte central, constituído por grandes equipamentos de serviços; o noroeste e o nordeste, de características semelhantes, com maior diversidade de malhas urbanas e funções, sendo que núcleos rurais se interligam com planeamentos ortogonais e em que atividades residenciais, industriais e pequenos equipamentos de lazer e serviços coexistem.

Atentando nas características de implantação urbana, podemos considerar unidades de paisagem tipológicas consoante a malha urbana e as características das construções que as compõem. Distinguem-se os lugares mais antigos, pois encontram-se presentes em todas as fontes cartográficas, onde impera a implantação orgânica e ainda se reconhece o caráter e funções rurais, evidenciados por exemplo pela construção residencial na sequência do muro, normalmente de pedra de aparelho tosco, que define o arruamento e que ainda mantém campos de cultivo (Imagem 5). Estas também podem considerar-se unidades paisagem geográficas, uma vez que constatamos que a sua localização está associada à presença de elementos hidrográficos. Nas cartas do séc. XIX observa-se também uma maior concentração urbana em certas ruas, sem que se forme núcleos populacionais como os anteriormente descritos. Por outro lado, podemos salientar unidades de paisagem tipológicas que apresentam planeamento ortogonal regular, mas que se subdividem em três grupos de análise. Um dos grupos configura-se por uma malha regular que define quarteirões de grades dimensões, com edificado à face da rua, cujos lotes foram ocupados e construídos gradualmente e sem intenção de uniformização. Outro caso é o das unidades de paisagem que denotam um planeamento geometrizado constituído por arquitetura residencial standardizada acompanhada de pequenos espaços de lazer e serviços, que se inserem na definição de Françoise Choay de *pseudurbias*²⁸, como reações de escape à cidade da era industrial. E ainda, as que apresentam qualidades que remetem para os ideais de planeamento defendidos na Carta de Atenas²⁹, documento que orientou as intervenções urbanas após o Congresso Internacional de Arquitetos Modernos de 1933.

Destas observações depreendem-se os elementos primários deste território (Imagem 6).

²⁸ CHOAY, 1989: 27.

²⁹ LE CORBUSIER, 1941.

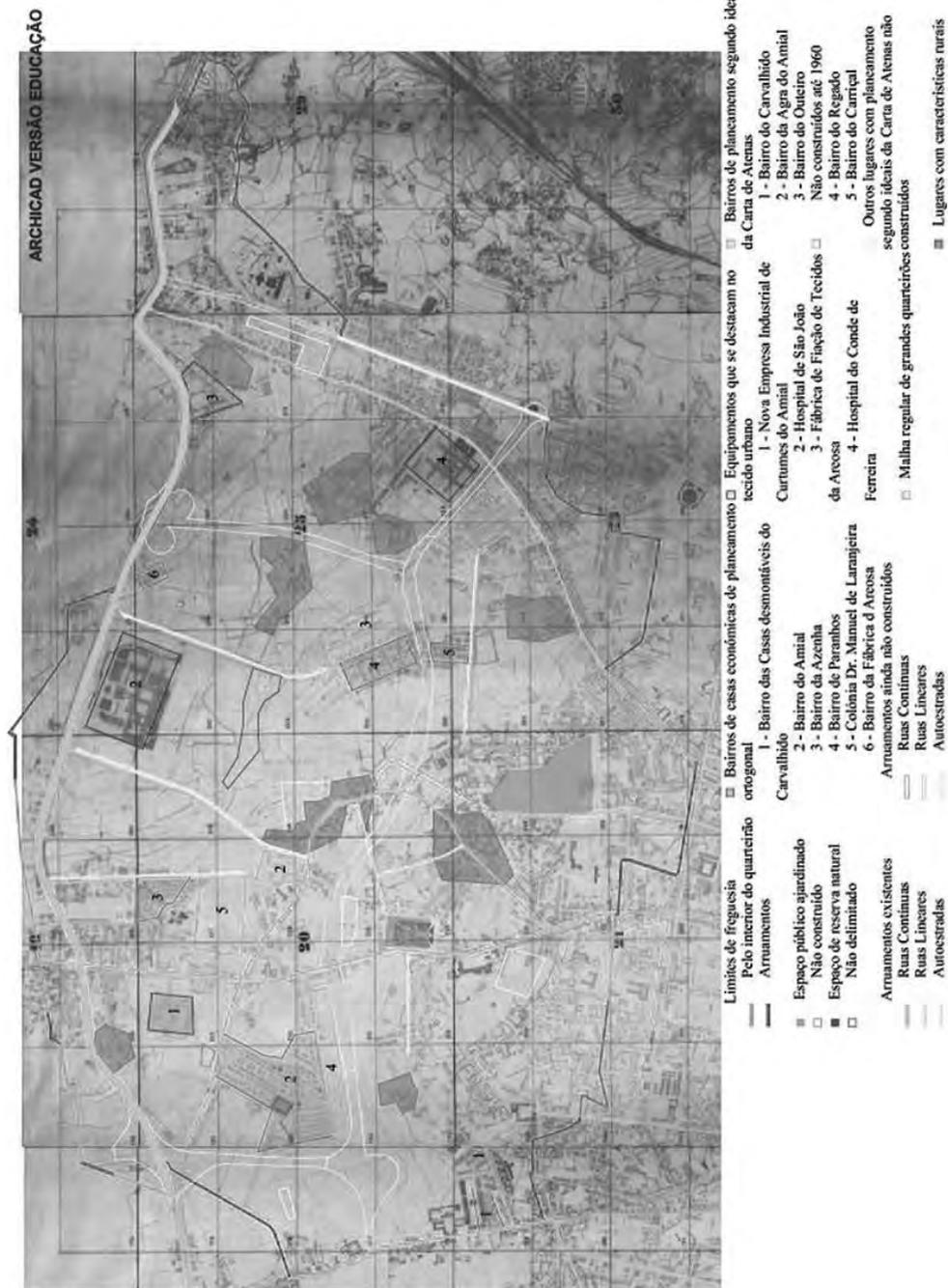


Imagem 5. Ocupação do território: espaço público-privado no final do séc. XIX. Análise da definição de quarteriões e dos espaços de circulação sobre a Carta Topográfica da Cidade do Porto, Augusto Gerardo Teles Ferreira, 1877-1892. Identificação dos lugares referidos nesta carta. Escala 1:30000. Edição por Mariana Salino Carvalho.

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO

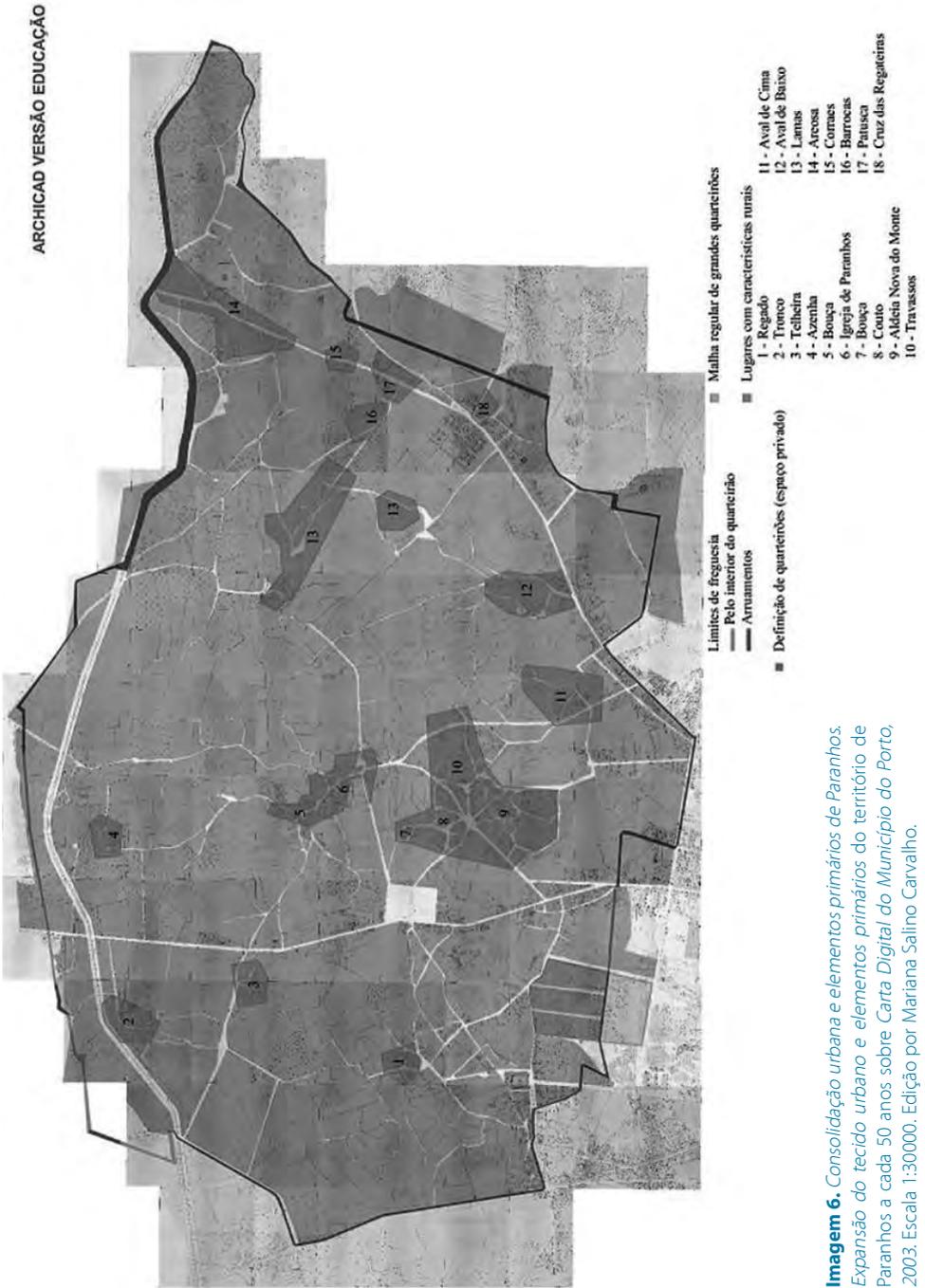


Imagem 6. *Consolidação urbana e elementos primários de Paranhos. Expansão do tecido urbano e elementos primários do território de Paranhos a cada 50 anos sobre Carta Digital do Município do Porto, 2003. Escala 1:30000. Edição por Mariana Salino Carvalho.*

É o caso das estradas de origem romana que saíam do Porto em direção a norte, nomeadamente para Vila do Conde, Braga e Guimarães. Como lugares de passagem frequente, atraíram a fixação de atividades económicas e, consequentemente, de população. A cartografia evidencia ao longo do tempo, inclusive atualmente, a maior conformação e ocupação destes arruamentos, particularmente na sua interseção com outras circulações, como é o caso da Estrada da Circunvalação e a barreira fiscal a ela associada. Assim, estas constituem áreas de paisagem morfológicas.

A hidrografia apresenta-se como elemento primário do território, na medida em que a presença de fontes e regadios motivou a formação dos lugares de características rurais que mencionamos anteriormente, uma vez que a sua atividade principal seria a agricultura. Nestes lugares surgem alguns elementos primários de destaque que influenciaram um maior crescimento dos mesmos. É o caso da Arca d'Água, como recurso hídrico abundante e, mais tarde, pelo jardim público em que é transformada, e a Igreja Paroquial.

No início do séc. XX, o território de Paranhos tornou-se palco das respostas para o problema de crescimento demográfico desenfreado e insalubridade do centro, construindo-se aqui várias indústrias e bairros residenciais e, mais tarde, realizam-se grandes alterações no sistema de circulação, inseridas em planos reguladores do centro histórico, e estabelecem-se grandes equipamentos de serviços. É evidente que estas intervenções tiveram um impacto imediato na forma urbana deste território. Todavia também foram potenciadoras de novas transformações e contínuo desenvolvimento da cidade, na medida em que, pela criação de emprego e oferta de serviços, atraíram nova e diversificada população que, por sua vez, introduziram novas dinâmicas sociais e económicas e contribuíram para uma maior urbanização, patente na construção de edificado residencial, infraestruturas de circulação, equipamentos e espaços de lazer, e na alteração e maior polarização dos usos do espaço. Assim, estes dois séculos trouxeram grandes alterações à morfologia urbana de Paranhos. A análise da sua estratigrafia urbana revela um adensamento da malha citadina, tendo o seu território perdido uma grande superfície rural e atividades associadas. No seguimento desta análise, defendemos que Paranhos se configura por um «território heterogéneo do ponto de vista da forma urbana e também ao nível das atividades diárias, características sociais e culturais com que esta se relaciona diretamente»³⁰ e «acreditamos que em parte se revitalizou ao se adaptar continuamente às novas necessidades da comunidade, mas que ao mesmo tempo foram sendo comprometidas algumas das características que compõem o seu *spiritu locci*»³¹. Cientes de que a cidade

³⁰ CARVALHO, 2018: 128.

³¹ CARVALHO, 2018: 167.

não é imutável e, na sua condição de espaço onde as atividades humanas sociais e económicas se realizam, tem de se transformar para dar resposta a evolução dos modos de vida, devemos atentar nas sua problemáticas, para se corrigir o impacto das intervenções que se vocacionavam para a generalidade do concelho e visavam resolver as pressões do centro, esquecendo as pré-existências deste território periférico e o valor das mesmas e as suas próprias tendências e necessidades. Ao mesmo tempo, conhecendo a estratigrafia urbana, as dinâmicas que nela tomam lugar e o seu património, podemos assegurar que estas transformações sucedam da forma mais eficaz e mantendo a identidade do lugar e suas comunidades.

Como formalizar este objetivo?

Numa primeira etapa, cremos ser imprescindível que o reconhecimento dos elementos patrimoniais que elaborámos na nossa obra anteriormente citada se aprofunde e divulgue, quer por se tornar acessível digitalmente, quer através de suportes físicos fixos, ou ainda eventos culturais permanentes ou temporários. Pois, é essencial que estes sejam considerados e valorizados pelos órgãos de gestão e pela própria comunidade.

Também julgamos «necessário revalorizar o património rural desta freguesia, cuidando da preservação e envolvente dos núcleos rurais, contudo conscientes de que a atividade primária já não é nem poderia ser a atividade principal de uma área urbana tão próxima da cidade do Porto»³². Apontamos, por exemplo:

O caso mais flagrante e que exige maior intervenção é, sem dúvida, a requalificação do núcleo rural em que se insere a Igreja Paroquial de São Veríssimo de Paranhos, que foi descaracterizado pela abertura da VCI e seus acessos, resultando na perda do seu carácter local, de vivência e de encontro, apresentando uma escala e organização espacial favorável à circulação automóvel e não à fixação de atividades humanas. Consideramos que esta reformulação passaria pela realocização dos acessos a esta via de trânsito rápido e pela transformação do Largo da Igreja de Paranhos.

Mas também a recuperação e preservação de alguns elementos do património rural, como é o caso do lugar de Lamas, cuja revitalização se iniciou com a construção do parque da Universidade, mas cuja relação com a ruína da Quinta de mesmo nome deve ser repensada para que esta possa ter algum significado para o lugar, não sendo encarado apenas como «adorno» cuja manutenção é, se não impossível, um fardo, quando na realidade pode tornar-se uma mais-valia.

Conclui-se que o método proposto é adequado ao estudo do território e aos objetivos que se pretendiam atingir, pois a abordagem focada no próprio objeto em análise e na observação, comparação e edição das suas várias representações

³² CARVALHO, 2018: 167.

ao longo do tempo através da cartografia e sua confrontação com fontes documentais escritas e de projeto revelou ser profícua para a análise dos elementos urbanos pretendidos, principalmente em relação à compreensão e desenho da estratigrafia urbana do território.

A metodologia ensaiada permitiu-nos também a identificação dos elementos primários do território em estudo, isto é, aqueles que, apresentando no tempo apenas uma ou várias funções, constituem factos urbanos geradores da forma urbana da cidade, e que, por isso, são também eles património a salvaguardar. Contudo devemos reconhecer algumas limitações do método para esta abordagem. Admitimos que a abordagem a partir das fontes cartográficas apenas permite identificar o edificado ou intervenções urbanísticas que se destacam por uma implantação diferenciada, isolada ou de escala considerável. Isto, em conjunto com o período de tempo alargado que separa cada uma das fontes cartográficas poderá significar que alguns elementos primários ficam omissos. Assim, neste caso de estudo não se abordou todo o património da freguesia, existindo muitos outros elementos notáveis por motivos distintos, como representantes de estilo arquitetónico específico, elementos comemorativos e honoríficos e património imaterial, entre outros.

Este trabalho pretende ser um contributo e um ponto de partida para o estudo e valorização da freguesia de Paranhos, e para o conhecimento, salvaguarda e gestão do seu património. Espera-se também estar a potenciar a tomada de consciência para a necessidade de planos urbanos vocacionados exclusivamente para este território, bem como para outros periféricos, que permitam planear o futuro mantendo as suas características fundamentais e assegurando o seu desenvolvimento sustentável. Esperamos que esta perspetiva de análise do território seja um contributo para futuras investigações de fundo histórico e urbano, aplicando-se, por exemplo, às restantes freguesias da cidade do Porto.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1981) – *Território Paroquial de Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização*. «Nova Renascença». Porto: Associação Cultural Nova Renascença, vol.1, n.º 2, p. 202-212.
- ____ (1986) – *A Paróquia e o seu Território*. In CARVALHO, Abílio Lima de (dir.) – *Cadernos do Noroeste*. Sociedade, Espaço, Cultura. Braga: Universidade do Minho, (Abril), p. 113-130.
- ____ (1988) – *Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho, nos séc. XII e XIII*. Separata do Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. II, p. 65-70.
- ____ (1995) – *Caminhos Medievais do Norte de Portugal*. In *Xunta de Galicia. Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago*. Itinerários Portugueses. S.L.: Autor – Centro Regional de Artes Tradicionais, p. 339-356.

- ASCHER, François (2001) – *Novos Princípios do Urbanismo*. (ed. 2010). Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, Mariana Salino (2018) – *Paranhos e a sua morfologia urbana – o estudo da forma urbana para a compreensão e salvaguarda do património da freguesia*. Relatório de Estágio de Mestrado apresentado a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CASANOVA, Maria José (2015) – *A Extinção das Ordens Religiosas e os Conventos do Porto. Transformação, Rupturas, Continuidades*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- CASTEX, Jean (1995) – *Histoire de la forme urbaine*. In CASTEX, Jean et al (1995) – *Histoire urbaine, anthropologie de l'espace*. Paris: CNAS.
- CHOAY, Françoise (1989) – *The Modern City: planning in the 19th century*. New York: George Braziller.
- CHUECA GOITIA, Fernando (1968) – *Breve Historia del Urbanismo*. (5.^a ed.: 1978) Lisboa: Presença.
- LE CORBUSIER (1941) – *La Charte d'Athènes*. (ed.: 1957) Paris: Éditions Minuit.
- OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo (2013) – *A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: Universidade do Porto Editorial.
- _____ (2016) – *Urban Morphology: introduction to the study of the physical form of cities*. [S.I.]: Springer.
- PANERAL, Philippe (1999) – *Análise Urbana*. (ed. 2006) – Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em <<https://uffanaliseurbanismo.files.wordpress.com/2017/07/analise-urbana-philippe-panerai.pdf>>, acessado em 28/12/2019.
- ROSSA, Walter (2002) – *A urbe e o traço – uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina.
- _____ (2015) – *Fomos Condenados à Cidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/36618>> acessado em 23/12/2019.
- ROSSI, Aldo (1966) – *A Arquitetura da Cidade*. (trad.: 1997) Lisboa: Edições Cosmos.
- SÁINZ GUERRA, J. L. (1989) – *Cartografía y ciudad*. Ayuntamiento de Valladolid: Ediciones Grapheus.
- WHITEHAND, J.W.R. (1983) – *Land-use structure, built-form and agents of change*. In DAVIES, R.L.; CHAMPION A.G. (1983) – *The future for the city center*. Institute of British Geographers. Orlando: Academic Press.
- Carta Digital do Município do Porto, 2003*. Escala 1:15000. Fornecida pelos serviços da CMP-DMIG.
- Carta Geomorfológica do Município do Porto*. Cedida pelos serviços de Património Cultural da DMMP.
- Carta Topográfica da Cidade do Porto, António Bonfim Barreiros, década de 1940*. Quadrículas: 161-163, 174-180, 190-197, 207-215, 225-233, 243-252, 260-268, 277-284, 295-301, 311-316, 328-330, 343-344. Fornecida pelos serviços da CMP-DMIG.
- Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939 – 1940*. [F-NV/LA-CX1/9 Fiada 17 a 23A]. Acessado a 18 nov 2018, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?q=Fotografia+a%C3%A9rea+da+cidade+do+Porto+1939-1940>
- Planta da Cidade do Porto, 1960*. AHMP. [G-01/2015]. Acessado a 10 jul 2018, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/638869/?q=Planta+da+Cidade+do+Porto%2C+1960>

Planta topográfica da cidade do Porto, 1884-1892. [D-CDT/A4-51; Quadrículas: 183-189, 201-209, 220-229, 240-250, 261-271, 282-292, 303-312, 323-332, 343-351, 362-369, 380-382, 397-398]. AHMP. Acedido a 18 nov 2018, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?creator=&q=Planta+topografica+teles+ferreira>

ICOMOS, *Carta Internacional Para A Salvaguarda Das Cidades Históricas*. Washington. Outubro de 1987. Acedido a 1 mai 2018. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADES HISTORICAS.pdf>

UNESCO, *Recomendação Sobre A Salvaguarda Dos Conjuntos Históricos E Da Sua Função Na Vida Contemporânea*. Nairobi (Quênia). 26 de novembro de 1976. Acedido a 1 maio 2018. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntos-historicos1976.pdf>

UNESCO, *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Paris. 10 de novembro de 2011. Acedido a 1 mai 2018. Disponível em https://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf.

VARIA

UMA CASA PORTUGUESA: AS CRIANÇAS AUSTRIÁCAS EM PORTUGAL NO PÓS-GUERRA (1947-1958)

ANA R. DA SILVA PINHO*

Resumo: *Entre 1947 e 1958, milhares de crianças austríacas foram acolhidas em famílias e instituições portuguesas no quadro de uma ação promovida pela Caritas. Escapando, durante algum tempo, à miséria de uma pátria devastada pela guerra, estas «crianças Caritas» encontraram, no Portugal do Estado Novo, guarida e, na maioria dos casos, afeto: uma experiência que, além de se ter repercutido nas suas memórias e percursos, também deixou marcas que, embora cada vez menos visíveis, continuam a fazer-se sentir em Portugal. Neste artigo apresentamos, em traços gerais, a investigação «As “Crianças Caritas”, entre a Áustria e Portugal (1947-1958)», votada a perscrutar a forma como se processou a Ação, as suas repercussões nos envolvidos, o tratamento por parte do Governo e da imprensa ao seu serviço e a perceção da mesma por parte da generalidade da população.*

Palavras-chave: *crianças; Caritas; Áustria; Portugal; acolhimento.*

Abstract: *Between 1947 and 1958, thousands of Austrian children were hosted by Portuguese families and institutions as part of an action promoted by Caritas. Thus escaping, for some time, the misery of a country devastated by war, these “Caritas children” found in Portugal, under Antonio de Oliveira Salazar’s Estado Novo, shelter and, in most cases, affection: an experience that, besides having repercussions in their memories and journeys, also left marks that, although less visible, continue to make themselves felt in Portugal. In this article we present a general outline of the research «The “Caritas Children”, between Austria and Portugal (1947-1958)», which was aimed to understand the way the Action took place, its repercussions on those involved, the way it was dealt with by government agencies and displayed by the press at its service and perceived by the population.*

Keywords: *children; Caritas; Austria; Portugal, refuge.*



Fig. 1. Chegada de crianças austríacas a Portugal, outubro de 1948. Fotografia publicada no jornal *O Século*, acessível no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

* Investigadora CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Email institucional: up200602380@letras.up.pt.

INTRODUÇÃO

Numa altura em que o acolhimento de cidadãos estrangeiros, nomeadamente provenientes de países em situação de guerra, é amplamente discutido na Europa, o projeto «As “Crianças Caritas”, entre a Áustria e Portugal (1947-1958)» procurou aprofundar a análise dos testemunhos e memórias de crianças austríacas acolhidas e de famílias portuguesas envolvidas nesse mesmo acolhimento, durante os 12 anos que se seguiram ao final da II Guerra Mundial.

Recorremos, para isso, à História Oral, enquanto uma das técnicas base da pesquisa, como forma de aprofundar os materiais disponíveis e enriquecê-los com perspetivas pessoais¹, continuamente cruzadas com outras fontes de informação para permitir que se confirmassem e complementassem, «para o desenho de um quadro mais completo e holístico do fenómeno em estudo»².

Cruzando a história oral com a pesquisa documental, procurámos compreender as motivações, os processos e as redes envolvidas neste acontecimento, tanto na perspetiva política e diplomática como na religiosa e social, no contexto histórico do pós-II Guerra, tratando-se de uma dissertação desenvolvida no âmbito de um Doutoramento em História³ mas contando com uma forte componente sociológica.

Numa perspetiva histórica, pretendeu-se averiguar o peso relativo de Portugal na ação internacional, levada a cabo pela Caritas, de acolhimento de crianças de países devastados pela II Guerra Mundial em nações não diretamente afetadas pela mesma, compreender os respetivos contextos, bem como aferir o nível de instrumentalização política desta ação por parte do governo português e a forma como foi e é percebida pela população em geral, procurando também esclarecer o conceito de «refugiado» – em várias ocasiões utilizado para fazer referência às crianças em causa – e a sua evolução histórica, tantas vezes mais relacionada com propósitos políticos que com preocupações humanitárias.

Por outro lado, de acordo com a vertente mais sociológica da pesquisa, investigaram-se os processos de acolhimento e respetivas consequências para as crianças acolhidas, as famílias de acolhimento, e as relações entre os primeiros e Portugal, perscrutando as especificidades dos contextos envolvidos.

Finalmente, e enquanto meta agregadora, procurou-se apreciar os resultados práticos desta ação que, como tantas outras no campo humanitário, muitas vezes por escassez de análises que esclareçam os processos e suas consequências, suscita mais interrogações do que certezas em torno dos seus objetivos⁴.

¹ THOMPSON, 2017: 187.

² DUARTE, 2009: 14.

³ PINHO, 2019.

⁴ BEIGBEDER, 1991: X.

Os casos individuais e suas particularidades, bem como os conceitos brevemente apresentados, foram tratados com a adequada profundidade e pormenor ao longo da referida publicação. Não teremos, dadas as limitações editoriais respeitadas, a oportunidade de os desenvolver neste artigo, mas procuraremos traçar um quadro o mais completo possível daquelas que foram as conclusões da investigação em causa.

ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO: DOS CONCEITOS À AÇÃO

Pela primeira vez institucionalizado em Portugal em 1979, o acolhimento familiar foi então definido como «a colocação temporária de crianças cuja família natural não esteja em condições de desempenhar cabalmente a sua função educativa, em famílias consideradas idóneas, que devem proporcionar um meio substitutivo que garanta a segurança, o afecto, e o respeito pela personalidade, pelo nome, origem e identidade»⁵.

Semelhante ao acolhimento em estudo, em termos de valores orientadores e objetivos, trata-se, hoje como então, de uma medida à partida transitória que pressupõe a garantia do desenvolvimento integral da criança, temporariamente ameaçado ou interrompido – neste caso devido à situação do pós-guerra –, através da mediação de uma autoridade reconhecida que legitima a idoneidade das famílias de acolhimento e o cumprimento dos critérios de participação das crianças. Apesar de se revestir dos mesmos desafios e potencialidades da prática institucionalizada, o acolhimento em causa não é, todavia, marcado pelo mesmo carácter compulsório⁶.

Relativamente ao conceito de «refugiado», há que recordar a Convenção e Protocolo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados relativos ao estatuto, estabelecido em 1951 nos seguintes termos:

*qualquer pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da protecção desse país, ou que, não tendo nacionalidade se encontra fora do país no qual tinha residência habitual, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar ao mesmo*⁷.

O assunto, já abordado pela autora na sua dissertação de Mestrado, «A imigração irregular em Portugal: vidas que explicam factos»⁸, é aqui aprofundado, de

⁵ Decreto-lei n.º 288/1979. «Diário da República», I Série, 1979-08-13, 1.

⁶ DELGADO, 2010: 337; PINHO, 2019: 5-8.

⁷ UNHCR, 2010.

⁸ PINHO, 2011: 200-226.

acordo com a realidade em estudo. Na verdade, as crianças austríacas, em diversas ocasiões referidas como «refugiadas», só podem ser entendidas como tal tendo em conta as motivações essencialmente políticas subjacentes à utilização desse estatuto, especialmente a disposição ocidental de tratar deslocados do bloco soviético como refugiados políticos, que dominou a assistência aos deslocados de guerra no pós-II Guerra Mundial, nomeadamente aquando do início da Guerra Fria⁹. Importante é também notar que o Direito de Asilo é um direito dos Estados, que conferem ou não o referido estatuto de acordo com os seus próprios interesses¹⁰, e que a Áustria ocupava, à época, uma posição estratégica, considerada «último bastião da cultura ocidental cristã face aos infiéis bárbaros do Leste»¹¹, facto que tornava especialmente útil a utilização da designação¹².

O conceito de integração social, «modos de incorporação dos atores individuais em novos quadros de interacção, em consequência de episódios de mudança social e de deslocamentos intra-sistema de ordem (ciclos geracionais ou mobilidade social), ou inter-sistemas de ordem (migrações)»¹³, revelou-se também central, tendo sido encarado em termos latos, envolvendo processos de integração estrutural, social e cultural.

No caso das crianças estrangeiras acolhidas nas condições analisadas, os processos ocorrem nos dois sentidos (país de acolhimento e de origem) em intervalos de tempo na maioria dos casos muito mais curtos do que os habitualmente assumidos como relevantes, mas durante uma fase da vida que exponencia a sua importância, mais ainda por se tratar de crianças saídas de situações potencialmente traumáticas¹⁴ e de um movimento transfronteiriço, naturalmente propiciador de mudanças mais críticas¹⁵.

Dados os vários níveis em causa, tornou-se essencial adotar a perspetiva de João Ferreira de Almeida que define a inclusão, em contraposição à exclusão, enquanto «a capacidade de agir de forma diferente no futuro, a real possibilidade de opção»¹⁶. Neste ponto interessou-nos particularmente perceber de que forma a integração das crianças na sociedade portuguesa foi potenciada pela inserção das famílias em instituições, políticas, educacionais, desportivas, artísticas, com especial interesse pelas religiosas, visto que a ação foi patrocinada pela Igreja Católica.

⁹ JUDT, 2006: 31.

¹⁰ MELLO, 2012: 197.

¹¹ KÖNIG, et al., 2016: 6.

¹² PINHO, 2019: 8-17.

¹³ PIRES, 2003: 50.

¹⁴ HECKMAN, 2005: 2.

¹⁵ PIRES, 2003: 50; PINHO, 2019.

¹⁶ VALA, 1996: 28.

Também o conceito de capital social se tornou, neste sentido, particularmente importante, como «o conjunto de recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações [...], ou [...] à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também unidos por laços permanentes e úteis»¹⁷.

A forma como o capital social proporcionado pelas experiências de acolhimento influenciou no percurso das crianças em causa foi examinada tendo em conta a relação com as outras formas de capital, bem como a influência na escolha das que seriam definidas pela Caritas como famílias beneficentes ou famílias idóneas, com condições (níveis de capital físico, humano e social) contrastantes com as das famílias de origem, e a perspetiva dos envolvidos.

Tal perspetiva é, obviamente, influenciada pela sua memória, tomada como base da nossa investigação, não descurando o seu carácter especial enquanto fonte, subjetiva e pessoal, mas não menos válida que a tida como «objetiva», tão simplesmente por ser mais difícil de articular por palavras, e tendo em conta que a forma como recordamos, seja por escrito seja através da oralidade, é sempre «uma representação de nós mesmos perante nós mesmos e perante os que nos rodeiam»¹⁸.

A AÇÃO CARITAS E OS TRANSPORTES DE CRIANÇAS NO PÓS-GUERRA

Inserida na contextualização histórica do nosso objeto¹⁹, importa destacar a situação económica, social e política da Europa do pós-II Guerra Mundial, à qual, como em outras ocasiões, alguns organismos humanitários internacionais responderiam com a organização de transportes de recuperação, para minorar os efeitos de tais circunstâncias nas crianças²⁰.

Na época em estudo, haveria um predomínio das ações do género levadas a cabo pela Cruz Vermelha e pela Caritas, nomeadamente no caso da Áustria, sobre o qual nos focamos. Tendo partido da promoção de estadias para crianças vienenses desnutridas em zonas rurais menos afetadas pela destruição, a Ação da Caritas a partir da Áustria haveria de contar com o apoio dos diferentes organismos estatais dedicados à proteção de crianças e jovens a nível nacional, como em outras ocasiões relativamente ao transporte de crianças através de outras organizações e para outros países²¹.

¹⁷ BOURDIEU, 1980: 2-3.

¹⁸ FENTRESS & WICKHAM, 1992: 7.

¹⁹ PINHO, 2019: Capítulos 2 e 3.

²⁰ Ver CORTÉS BRAÑA, 2016 e KIND-KOVÁCS, 2013.

²¹ MAYR, 2013: 32-33.

No caso da Caritas, os transportes começaram a ultrapassar as fronteiras austríacas a partir de 1947. Segundo dados da própria organização, até 1958 haveriam de ser transportadas mais de 36.000 crianças austríacas, no âmbito dessas ações.

Tabela 1. Crianças austríacas transportadas pela Caritas entre 1947 e 1958 (dados Caritas Áustria)

Ano	Bélgica	Holanda	Portugal	Espanha	Suíça	Luxemburgo	Itália	Alemanha	Total
1947	–	500	121	–	251	621	–	–	1.493
1948	1.486	2.064	1.486	–	928	618	349	–	6.931
1949	1.987	2.920	1.989	1.997	465	355	248	–	9.961
1950	1.145	2.081	1.172	1.133	435	202	–	–	6.168
1951	317	–	64	299	198	135	–	–	1.013
1952	689	–	234	132	371	89	–	–	1.515
1953	929	–	159	120	296	84	–	291	1.879
1954	1.246	–	92	70	222	79	–	244	1.953
1955	847	834	40	86	155	113	–	57	2.132
1956	765	769	45	76	80	105	33	30	1.903
1957	126	160	–	–	–	36	–	–	322
1958	411	471	231	37	49	126	–	–	1.325
Total	9.948	9.799	5.633	3.950	3.450	2.563	630	622	36.595

Fonte: MAISEL-SCHULZ, 2010: 63.

Apesar das diferentes fontes apresentarem dados nem sempre coincidentes, todas elas confirmam o facto de desde 1951 ser notória uma redução do número de crianças transportadas. A partir de então, na maioria dos casos, seriam crianças convidadas, ou *Gastkinder*.

De acordo com os dados publicados por Christine Maisel-Shulz, ex-criança Caritas austríaca, entre 1947 e 1958, Portugal terá sido, dos elencados, o terceiro país a receber um maior número de crianças. Tendo mantido a segunda posição até 1950, ano em que se realizou o último grande transporte com destino a terras lusas, Portugal foi apenas secundado pela Bélgica e pela Holanda, ambos bastante mais próximos do país de origem das crianças, em termos geográficos²². Necessário é, contudo, ter em conta que Portugal foi o único dos referidos países não diretamente envolvido na II Guerra Mundial, tendo os países do Benelux estado sob domínio nazi de 1940 a 1945; a Itália em guerra desde o princípio do conflito e ocupada durante os dois últimos anos, tendo também enviado crianças para estadias de recuperação no estrangeiro, tal como a Alemanha, que terminaria

²² MAISEL-SCHULZ, 2010: 63.

massivamente destruída; a Suíça, neutral, recebia crianças de outros países já durante os anos de guerra, ainda que maioritariamente através da Cruz Vermelha e sempre por períodos não mais longos que três meses.

A Península Ibérica era, porém, mais distante, sendo necessárias mais diligências e permanências mais longas para justificar os esforços envidados²³. Ao contrário de Espanha, também neutral, mas que havia sofrido uma guerra civil sangrenta, onde a decisão de Franco de tomar parte na Ação benemérita da Caritas responderia declaradamente a uma tentativa de quebrar a ostracização internacional a que era votado o seu regime²⁴, em Portugal, até onde nos foi dado perceber, não há uma declaração verbal de interesse propagandístico na participação na mesma. Diferentemente da Espanha, Portugal saíra do segundo conflito mundial numa situação relativamente favorável, seria um dos países beneficiários do Plano Marshall e um dos fundadores da NATO, em 1949²⁵. O «carinho oficial» de Salazar pela Ação Caritas²⁶ e a sua proximidade à fundadora e presidente da Caritas, Fernanda Ivens Ferraz Jardim, parecem indiciar o contrário. Além disso, a Ação viria a ser financiada pelo Estado Novo, chegando mesmo a haver uma canalização de fundos do Episcopado e da Cruz Vermelha para a mesma, em 1948, e difundida por meios de propaganda do governo, nomeadamente o *Jornal Português*²⁷. Ademais, uma parte significativa das famílias selecionadas para o acolhimento das crianças provinha de uma elite, de alguma forma, afeta ao regime²⁸.

A maioria das crianças austríacas enviadas para Portugal era do sexo feminino e tinha entre os 6 e os 11 anos de idade aquando do primeiro acolhimento, sendo mais de 70% provenientes de Viena²⁹. A maioria era indicada à Caritas pelos Serviços de Apoio a Menores, de acordo com critérios de idade, saúde e nível socioeconómico³⁰. Também eram tidos em conta os históricos de saúde das crianças, aceites crianças não-austríacas (geralmente provenientes de campos de refugiados) e mesmo crianças sem necessidades especiais, desde que incluídas numa lista de espera que seria acionada caso não fossem preenchidas todas as vagas ou havendo uma desistência de última hora. Párocos, professores de reli-

²³ MAYR, 2013: 34.

²⁴ MAISEL-SCHULZ, 2010: 130-148.

²⁵ ROSAS, 1998: 350-355; ROLLO, 1994: 859-860.

²⁶ *Despacho de António de Oliveira Salazar sobre o financiamento da Caritas*, 1948-04-08, Lisboa. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT – *Arquivo Salazar*, PC-3J, 2.ª subdivisão, documento nº 183-187.

²⁷ BRAGA, 2005a: 199-200; BRAGA, 2005b: 168-169.

²⁸ *Boletins de inscrição*. Acessíveis no AUCPL, Linz, Áustria; *Boletins de inscrição*. Acessível no ACDP, Porto, Portugal.

²⁹ CARITAS PORTUGUESA – *Listas com a morada das crianças na Áustria*, 1948-04-16, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA – *Kindertransport nach Portugal*, 1948-10-18, Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; CARITAS DA ARQUIDIOCESE DE VIENA – *Kindertransport nach Portugal*, 1950-04-18, Viena. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

³⁰ MAYR, 2013: 43-44.

gião e delegados da Caritas podiam ainda indicar crianças a ser enviadas e as próprias famílias podiam solicitar o seu envio³¹.

A Caritas austríaca ajudava na seleção e preparação das famílias das crianças, organizava as deslocações entre as diferentes localidades e os pontos de encontro na Áustria e encarregava-se também de parte da logística das grandes viagens: disponibilização de caminhos-de-ferro, vagões de comboios, documentação necessária, pessoal de apoio e refeições a bordo³². As decisões eram tomadas em conjunto com a Caritas Portuguesa, que providenciava os mesmos meios até ao ponto de encontro, sensivelmente a meio do trajeto, no caso das viagens de comboio, e nas viagens de regresso, e pagava as despesas, ressarcindo a congénere austríaca dos seus gastos. No caso das crianças convidadas, eram geralmente as famílias de acolhimento quem financiava as deslocações, sendo raros os casos em que uma das Caritas nacionais o fazia³³.

A escassez de relações diplomáticas entre Portugal e Áustria, os conflitos políticos latentes e a destruição de infra-estruturas que caracterizou o período do pós-guerra dificultaram as actividades e condicionaram as rotas estabelecidas para o transporte das crianças. Assim, numa primeira fase, aquelas seriam levadas de comboio até Zurique, onde apanhariam o avião para Lisboa. A viagem, mais rápida e confortável, durava cerca de dois dias, contudo, a recusa de donativos ao United Nations Appeal for Children, levaria Portugal a comprometer-se com uma intensificação dos transportes de crianças através da Caritas, pelo que apenas o primeiro e segundo, ambos realizados em 1947, se realizaram por via aérea, com um total de 121 crianças³⁴.

Permitindo levar mais crianças ao mesmo tempo, o meio marítimo seria o selecionado para os grandes transportes com origem na Áustria que se seguiriam. O dia e meio de viagem de comboio até Génova e os quatro dias de navio até Lisboa seriam recheados de novas emoções, mas também de medos e enjoos, especialmente tratando-se de crianças que nunca ou quase nunca tinham ultrapassado os limites da sua área de residência. Entre 1948 e 1950, os terceiro, quinto e sexto transportes seguiriam este percurso³⁵.

Porém, e talvez para que as crianças austríacas regressassem a casa juntamente com francesas e alemãs que, entretanto, haviam também sido acolhidas em

31 MAYR, 2013: 47-50.

32 MAYR, 2013: 40; UNGAR, Leopold (1952) – [Carta] 1952 out. 1, Viena [a] Caritas Portuguesa. Acessível no AUCPL. Digitalização DUB_FR03_0387-0388.

33 Variada documentação acessível no Arquivo da Universidade Católica Privada de Linz.

34 JARDIM, Fernanda (1951) – [Carta] 1951, Lisboa [a] António de Oliveira Salazar. Acessível no ANTT, *Arquivo Salazar*, IN-2B, cx. 309, capilha 3; CARITAS PORTUGUESA – *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa*, 1958-08-31, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria.

35 CARITAS PORTUGUESA – *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa*, 1958-08-31, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; CARITAS PORTUGUESA – *Crianças Austríacas que se encontram em Portugal*, 1953-11-10, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; MAISEL-SCHULZ, 2010: 63.

Portugal, o regresso do terceiro turno e a vinda do quarto realizar-se-iam exclusivamente por via terrestre. A viagem, que durava cerca de uma semana, começava e terminava, portanto, dentro de um comboio, havendo sempre uma mudança na fronteira franco-espanhola, dada a diferença de bitola entre os caminhos-de-ferro ibéricos e os do resto da Europa³⁶. Sem condições de higiene a bordo, tais viagens seriam recordadas como especialmente cansativas e desanimadoras, quer pelas crianças quer pelos acompanhantes. Os transportes de crianças convidadas, iniciados pelo menos já em 1949, realizar-se-iam maioritariamente de comboio.

Tabela 4. Transportes de crianças estrangeiras promovidos pela Caritas Portuguesa

Transporte	Data	Meio	N.º de crianças	Regresso	Meio
1º turno da Áustria	31.01.1947	Avião	46	21.12.1947	Avião
2º turno da Áustria	23.12.1947	Avião	75	?08.1948	Comboio
3º turno da Áustria	16.04.1948	Navio	498	08.10.1948	Comboio
1º turno da França	18.05.1948	Comboio	457	"	"
1º turno da Alemanha	27.09.1948	Comboio	90	"	"
4º turno da Áustria	10 e 21.10.1948	Comboio	990	09.06.1949	Navio
Convidadas da Áustria	06.02.1949	Comboio?	3	?	Comboio?
5º turno da Áustria	18.06.1949	Navio	998	21.04.1950	Navio
2º turno da França	25.06 a 06.09.1949	Comboio	46	06.09.1950	Comboio
2º turno da Alemanha	17.10.1949	Avião	72	??12.1950	Avião
6º turno da Áustria	02.05.1950	Navio	1.163	07.03.1951	Comboio
Crianças húngaras	"	"	9	"	"
Convidadas da Áustria	12.03.1951	Comboio	9	?	Comboio?
Convidadas da Alemanha	23.06.1951	?	1	?	?
Convidadas da Alemanha	04.08.1951	?	2	?	?
Convidadas da Áustria	18.08.1951	Comboio?	57	?	Comboio?
Convidadas da França?	???.?.1951	?	?	?	?
Convidadas da Áustria	23.05 e 13.06.1952	Comboio?	234	??10.1952	Comboio?
Convidadas da Alemanha?	??06.1952	?	?	??10.1952	?
Convidadas da Áustria	18.07.1953	Comboio?	159	22.10.1953	Comboio
Convidadas da França	11.08.1953	Comboio	13	?	?
Convidadas da Áustria?	???.?.1954	Comboio?	92	?	Comboio?
Convidadas da Áustria?	???.?.1955	Comboio?	40	?	Comboio?

³⁶ CARITAS PORTUGUESA – *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa*, 1958-08-31, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; CARITAS PORTUGUESA – *Crianças Austríacas que se encontram em Portugal*, 1953-11-10, Lisboa. Acessível no AUCPL, Linz, Áustria; MAISEL-SCHULZ, 2010: 63, 145.

Transporte	Data	Meio	N.º de crianças	Regresso	Meio
Convidadas da Áustria?	???.?.1956	Comboio?	45	?	Comboio?
«Crianças» húngaras	14.12.1956	Avião	61?	?	?
7º turno da Áustria?	1958	Comboio	231	?	?
Total apurado de crianças estrangeiras acolhidas em Portugal	5.391				
Total de crianças austríacas em transporte «normal»	4.001				
Total de crianças austríacas em transporte Gastkinder	4639				
Total de crianças austríacas acolhidas em Portugal	4.640				

Fonte: *Crianças Estrangeiras que vieram a Portugal através da Caritas Portuguesa*, 1958-08-31, Lisboa. Acessível no AUCPL; *Crianças Austríacas que se encontram em Portugal*, 1953-11-10, Lisboa. Acessível no AUCPL; MAISEL-SCHULZ, 2010: 63.

Segundo os dados da Caritas Portuguesa, cruzados com os avançados pela imprensa da época consultada, Portugal terá recebido um total de 5.391 crianças estrangeiras através da Ação da Caritas, entre austríacas, francesas, alemãs e húngaras, podendo indiciar um erro nos valores avançados pela Caritas Austríaca e recorrentemente referidos como total das crianças austríacas. Tais valores reportam-se, contudo, não ao número de crianças singulares transportadas, mas antes ao número de vezes que o transporte foi realizado, sendo incluídas as crianças convidadas, as quais viajavam essencialmente a expensas das famílias de acolhimento. As crianças austríacas foram, todavia, as mais numerosas, estando, talvez por isso, mais presentes no imaginário coletivo dos portugueses. O último transporte com crianças austríacas não convidadas, que nos foi possível confirmar, realizar-se-ia em 1958, ainda que algumas *Gastkinder* fizessem parte do mesmo³⁷.

Há também relatos acerca do acolhimento de crianças polacas, italianas, russas, belgas e checas, entre outras³⁸, ainda que muito provavelmente em nenhum dos casos se tenha processado através da Caritas.

Segundo os dados da Caritas Portuguesa, cruzados com os avançados pela imprensa da época consultada, Portugal terá recebido um total de 5.391 crianças estrangeiras através da Ação da Caritas, entre austríacas, francesas, alemãs e húngaras, podendo indiciar um erro nos valores avançados pela Caritas Austríaca e recorrentemente referidos como total das crianças austríacas. Tais valores reportam-se, contudo, não ao número de crianças singulares transportadas, mas antes ao número de vezes que o transporte foi realizado, sendo incluídas as crianças convidadas, as quais viajavam essencialmente a expensas das famílias de acolhimento. As crianças austríacas foram, todavia, as mais numerosas, estando, talvez por isso, mais presentes no imaginário coletivo dos portugueses. O último transporte com crianças austríacas não convidadas, que nos foi possível confirmar, realizar-se-ia em 1958, ainda que algumas *Gastkinder* fizessem parte do mesmo³⁷.

Há também relatos acerca do acolhimento de crianças polacas, italianas, russas, belgas e checas, entre outras³⁸, ainda que muito provavelmente em nenhum dos casos se tenha processado através da Caritas.

³⁷ ACDP – Relatório de Bernardo Nogueira à Caritas Diocesana do Porto, Ancede, 28/07/58.

³⁸ A Caridade não tem Fronteiras, 1950.

ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS AUSTRIACAS EM PORTUGAL

À Caritas Portuguesa cumpria divulgar a Ação, através dos meios de comunicação e dos párocos, e selecionar as famílias de acolhimento, geralmente indicadas como «material e moralmente capazes» por parte dos mesmos párocos, melhor conhecedores das comunidades, mas também mais propensos a deixar-se influenciar pelas suas afinidades pessoais, o que por vezes se traduzia em escolhas menos preocupadas com o superior interesse das crianças³⁹.

Geralmente, os candidatos aprovados eram casados, tinham entre 40 e 60 anos de idade, tinham filhos, faziam parte de uma elite profissional e eram católicos praticantes ou tinham boas relações com representantes da Igreja Católica⁴⁰. Às famílias eram apenas enviados uma circular e o regulamento da Ação, dos quais constavam essencialmente os compromissos que deveriam assumir relativamente às crianças e à Caritas. Em alguns casos, as famílias podiam também receber os relatórios de saúde e personalidade que as crianças preenchiam aquando da sua inscrição junto da Caritas Austríaca, o que indicia a atribuição prévia de algumas. A maioria das crianças era, contudo, distribuída, de forma mais ou menos aleatória, à chegada a Portugal. Alguns relatos referem também que os colaboradores da Caritas Portuguesa – tal como da Austríaca, geralmente trabalhadores da Caritas ou elementos da aristocracia local – tinham facilidades de escolha relativamente às crianças a acolher pelas respetivas famílias, sendo algumas selecionadas ainda durante o transporte⁴¹.

Usualmente, as crianças reagiam com entusiasmo à possibilidade de viajar até um país desconhecido, sobre o qual algumas já haviam ouvido relatos positivos. Por vezes, eram as próprias quem convencia os pais a deixá-las participar. Em certos casos, porém, a proximidade do dia da partida era encarada com alguma ansiedade, que depressa se transformava em desânimo, nomeadamente durante as longas viagens de comboio. A chegada àquele a que depressa se habituariam a referir-se como «o país das delícias» era geralmente encarada com renovada esperança. O processo de distribuição, porém, seria, em muitos casos, traumatizante, especialmente para as crianças não escolhidas, que tendiam a sentir-se preteridas, sendo geralmente levadas para instituições religiosas, residências episcopais ou paroquiais⁴². O que seria definido por alguns como «mercado de gado» deixaria

³⁹ *Mais crianças austríacas vítimas da guerra chegaram à nossa Diocese.* «Mensagem de Bragança», 10 Jul. 1949: 1; *Boletins de Inscrição do Patriarcado: Concelho de Tomar.* Acessível no AUCPL, Linz, Áustria. Digitalizações DUB_FR07_0702-751.

⁴⁰ AUCPL – Boletins de inscrição; ACDP – Boletins de inscrição.

⁴¹ UNGAR, Leopold (1951) – [Carta] 1951 jun. 7, Viena [a] Caritas Portuguesa. In MAYR, 2013: 72; Entrevistas gravadas.

⁴² MAYR, 2013: 84-85; Vários testemunhos em CAETANO, 2005; Entrevistas gravadas.

também fortes marcas nas próprias famílias de acolhimento, sendo inclusivamente referido por certos organizadores enquanto uma «humilhação evitável»⁴³.

Os aspetos negativos da estadia tendiam a centrar-se, todavia, nos primeiros tempos, resultantes de dificuldades de comunicação, que davam lugar a mal-entendidos e ao isolamento das crianças, e dos traumas de guerra que os pequenos traziam de casa, que levavam muitos deles a reagir de forma intempestiva a sons, cheiros ou imagens que os remetessem às vivências do conflito. Tais dificuldades tendiam a ser ultrapassadas graças aos cuidados e à paciência das famílias de acolhimento e outros elementos da comunidade em que eram inseridos, sendo a afetividade portuguesa grandemente apreciada pelas crianças⁴⁴.

Não obstante, nem sempre um estatuto social elevado, geralmente sinónimo de bem-estar material, se traduzia em situações de bem-estar emocional. Em tais casos a Caritas estava autorizada a intervir. A resolução tendia a ser a retirada das crianças, ainda que fosse mais frequente a uma família que lhes prestasse os necessários cuidados, mas que a Caritas considerasse não ter os bens materiais necessários, do que a uma família na situação inversa⁴⁵. Tal facto dava lugar, por um lado, a retiradas sem justificação aparente, e, por outro lado, a situações extremas, em que organismos externos se viram obrigados a atuar, visto que a instituição responsável o não fez⁴⁶.

A averiguação das condições em que se encontravam os pequenos era realizada por meio de visitas ao domicílio, por parte de elementos das delegações diocesanas, por vezes acompanhados por supervisoras austríacas, com destaque para a Condessa Ilona de Seilern e a Princesa Benedicta de Liechtenstein, que mais presente ficaria nas memórias das crianças⁴⁷.

Também os relatórios mensais, acerca do comportamento geral e religioso, a saúde e o contacto das crianças com a Áustria, serviriam o mesmo propósito. Estes deveriam ser preenchidos pelas famílias de acolhimento e entregues junto dos representantes diocesanos ou enviados à Caritas central. Algumas famílias estavam isentas de ambas as práticas porque consideradas «de confiança»⁴⁸.

A Caritas era também por vezes confrontada com a devolução de crianças por parte das famílias de acolhimento, geralmente alegando mau comportamento dos menores⁴⁹.

43 [Carta] 1949 fev. 1, Porto [a] Caritas Diocesana do Porto. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

44 PINHO, 2019: capítulo 4.2.2.

45 Relatórios de famílias de acolhimento à Caritas Diocesana do Porto. Acessíveis no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

46 AUCPL – Regulamento. Digitalização DUB_FR04_0017; CAETANO, 2005: 405.

47 LIECHTENSTEIN, Benedicta; SEILERN, Ilona – *Carta aos pais das crianças dos transportes de Dezembro de 1947 e de Abril de 1948*, 1948-06, Lisboa. Col. privada de Hannelore Mauracher. In MAYR, 2013: 40.

48 ACDP – *Cartão de identificação de Helmuth Ködel*.

49 ACDP – *Correspondência trocada entre famílias de acolhimento e Caritas Diocesana do Porto*.

O contacto com a família de origem, aspeto a garantir pelas famílias de acolhimento e integrante dos relatórios mensais, exigia, por vezes, o suplantar de dificuldades linguísticas, logísticas e mesmo do desleixo das próprias crianças, crescente na proporção da desenvoltura com a Língua Portuguesa, que acompanhava, por sua vez, o aprofundamento das relações no país de acolhimento. Para compensar eventuais falhas de comunicação, a Caritas enviava aos pais cartas informativas gerais, tendo mesmo chegado a promover programas de rádio e patrocinando serviços de tradução, em ambos os países⁵⁰.

O primeiro contacto com o Português acontecia, para muitas crianças, durante a viagem, sendo as primeiras palavras aprendidas nesse contexto ou, em vários outros casos, ensinadas por empregados das famílias. A necessidade, a comunicação não-verbal e a rapidez de aprendizagem natural nas crianças facilitariam o processo, sendo que, em alguns casos, as famílias de acolhimento recorriam à mediação de pessoas que falassem o Alemão ou mesmo a professores privados. Algumas crianças frequentaram também a escola em Portugal, ainda que não formalmente, geralmente acompanhando familiares. A maioria, porém, aprenderia pelo chamado «método natural», numa dinâmica de repetição⁵¹.

Também a estranheza inicial relativamente à comida seria, geralmente, relegada para segundo plano com relativa celeridade, por um lado, graças aos esforços das famílias em atender aos gostos das crianças e, por outro, à habituação destas a uma alimentação mais equilibrada, rica e farta. Além desse ponto, que teria grande importância para os pequenos, também o ritmo de vida mais relaxado, ainda que mais supervisionado, lhes agradaria particularmente. O facto de não haver obrigação de frequentar a escola, realizar tarefas domésticas ou mesmo, em alguns casos, participar em celebrações religiosas contribuiria para esta sensação⁵².

As práticas religiosas, porém, eram uma constante na maioria das famílias de acolhimento, sendo que grande parte das crianças interiorizaria o mesmo zelo, não habituadas que estavam, na Áustria, a viver socialmente a fé. As celebrações de cariz religioso seriam, precisamente, algumas das que com mais pormenor ficariam guardadas nas memórias dos acolhidos, ainda que nem sempre tais tradições fossem vividas no sentido mais espiritual: do Natal à Páscoa, passando pelas festas dos santos padroeiros, com as suas procissões características, os casamentos e até mesmo os funerais. Também as festas pagãs, como o Carnaval, e as férias passadas à beira-mar ou nas quintas das famílias de acolhimento ocupam um lugar especial na memória das ex-crianças⁵³. O mesmo não se pode dizer dos eventos para elas organizados pela Caritas, muito provavelmente porque realiza-

50 MAYR, 2013; CAETANO, 2005; Entrevistas gravadas.

51 MAYR, 2013: 129; CAETANO, 2005; Entrevistas gravadas.

52 MAYR, 2013: 92, 114; CAETANO, 2005; Entrevistas gravadas.

53 CAETANO, 2005; Entrevistas gravadas.

dos apenas nas cidades de Lisboa, Porto e Bragança, sendo que só as crianças ali acolhidas seriam participantes⁵⁴.

Por outro lado, os contactos com o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, ainda que trocados com uma minoria dos acolhidos, são também alvo de gratas recordações por parte dos protagonistas. Apesar de algumas informações que indicam que Salazar teria, à semelhança da família de Franco, em Espanha, acolhido algumas crianças austríacas, não existem provas de que tal tenha de facto ocorrido, antes pelo contrário⁵⁵. Existem, sim, cartas trocadas entre o Presidente e alguns dos pequenos austríacos e relatos de encontros pontuais com um número ainda mais reduzido, provavelmente em consequência de eventos traumáticos ocorridos em Portugal e/ou de peculiar insistência por parte das crianças, geralmente de famílias especialmente bem relacionadas⁵⁶.

Devendo durar entre seis a oito meses, as estadias foram muitas vezes prolongadas devido a dificuldades organizacionais. Noutros casos, os prolongamentos resultavam de mútuo acordo entre os pais de acolhimento e as famílias na Áustria⁵⁷, do falecimento dos pais biológicos ou mesmo das crianças, havendo pelo menos dois registos da morte devido ao agravamento de problemas de saúde já desenvolvidos no país de origem⁵⁸.

REGRESSO, REINTEGRAÇÃO E REENCONTROS

As viagens de regresso a casa de um turno coincidiam geralmente com a vinda de um novo, o que permitia reduzir os custos, mas aumentava a complexidade da organização⁵⁹. Era a Caritas que fazia chegar às famílias de acolhimento as informações necessárias para garantir a partida das crianças no dia acordado e os impressos para as muitas malas que geralmente levavam, sendo comuns os relatos dos que recordam ter chegado com pouco e voltado com mais do que podiam transportar⁶⁰.

⁵⁴ Documentação relativa às actividades organizadas pela Caritas para as crianças austríacas. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal; Entrevistas gravadas.

⁵⁵ Padre Alexandrino Brochado (02/10/2015), entrevista gravada; MAISEL-SCHULZ, 2010: 158-159.

⁵⁶ *Agradecimento de crianças da Áustria ao Prof. Doutor A. de Oliveira Salazar, 1950-1954*. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT – *Arquivo Salazar*, PC-3J, cx. 611, capilha 24; Ursula Brunner (19/05/2019), entrevista gravada.

⁵⁷ Correspondência trocada entre as Caritas Portuguesa e Austríaca. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal; Entrevistas gravadas.

⁵⁸ Padre Alexandrino Brochado (02/10/2015), entrevista gravada; Caritas Diocesana do Porto (1949) – [Carta] 1949 mai. 30, Porto [a] família de acolhimento de Franz Leitner. Acessível no ACDP; Caritas Diocesana do Porto (1949) – [Carta] 1949 mai. 30, Porto [a] família de acolhimento de Kurt Smrcek. Acessível no ACDP.

⁵⁹ MAYR, 2013: 143; Correspondência trocada entre as Caritas Portuguesa e Austríaca. Acessível no Arquivo da Caritas Diocesana do Porto, Porto, Portugal.

⁶⁰ UNIÃO DE CARIDADE PORTUGUESA – *Circular com informações acerca da partida de crianças austríacas e francesas, 1948-09-08*, Lisboa. In TROPA, 2018: 6-19; Entrevistas gravadas.

Para as famílias de acolhimento, ver partir as crianças que durante aquele período haviam feito parte do clã era especialmente doloroso, havendo registos de situações extremas em que os pais de acolhimento terão falecido em consequência do evento⁶¹.

Também para as crianças era difícil, principalmente para as mais pequenas, que em alguns casos já poucas memórias guardavam do país de origem. Mesmo aquelas que encaravam o regresso com naturalidade, felizes por voltar à família e com esperança de um dia visitar quem tão bem as havia recebido, acabavam por sucumbir ao cansaço da viagem, em alguns casos desejando voltar a Portugal durante o percurso⁶².

A situação piorava quando a readaptação era demorada, por vezes mais que a adaptação ao país de acolhimento. As dificuldades linguísticas, decorrentes da falta de contacto com o Alemão e que resultavam em atrasos adicionais na vida escolar, e o desapontamento com as circunstâncias na Áustria ainda destruída, depois de um período de condições que também eram extraordinárias para a maioria dos portugueses, davam origem a conflitos com os progenitores. Os pais, apesar de gratos pelo bem-estar físico dos filhos, debatiam-se com o facto de, por vezes, já não conhecerem a criança que lhes regressava a casa, em muitos casos sem sequer falar a própria língua, sentindo-se, por vezes, desconfortáveis com o excesso de bagagem que os acompanhava⁶³.

Para várias crianças austríacas regressadas a casa, o contacto com os seus «queridos de Portugal» seria essencial. A Caritas procurá-lo-ia garantir através de serviços de tradução gratuitos e de pressão sobre as famílias biológicas no sentido de motivarem ou pelo menos permitirem a troca de correspondência com as famílias de acolhimento. Muitas cartas, contudo, acabariam por se perder na viagem, outras devido a mudanças de morada das famílias em Portugal. Alguns dos pais não permitiam o contacto, por ciúmes, para evitar distrações ou mesmo o sofrimento dos seus filhos. Além disso, algumas crianças nunca aprenderam a escrever em Português ou acabariam por esquecê-lo. Apesar de tudo, várias foram as famílias de acolhimento que, através da Caritas, continuaram a enviar encomendas às «suas» crianças e respetivas famílias⁶⁴.

Para promover esse mesmo contacto, seriam também criados na Áustria alguns grupos de encontro, nomeadamente em Viena, onde seria a própria Caritas a oferecer aulas de comunicação em Português, entre outras actividades, para

⁶¹ MAYR, 2013: 148; CAETANO, 2005: 65; Entrevistas gravadas.

⁶² CAETANO, 2005; Entrevistas gravadas.

⁶³ MAYR, 2013: 125; CAETANO, 2005; SCHIESSER, 2015; Entrevistas gravadas.

⁶⁴ MAYR, 2013: 125, 153; CAETANO, 2005; Correspondência trocada entre a Caritas Portuguesa e a Caritas de Viena, as famílias biológicas ou de acolhimento relativamente a encomendas. Acessível no Arquivo da Universidade Católica Privada de Linz, Linz, Áustria; Entrevistas gravadas.

continuar a alimentar nos jovens «o Culto, o Amor e a gratidão» por Portugal. Alguns desses grupos permanecem em atividade⁶⁵.

Várias seriam as Caritas Diocesanas que organizariam excursões à Áustria, facilitando a viagem a elementos das famílias de acolhimento. Simultaneamente, a Caritas central promoveria as viagens a convite das famílias de acolhimento, que permitiriam que várias crianças viajassem rumo a Portugal, em transportes com o selo do organismo internacional, em várias ocasiões⁶⁶.

OS QUE FICARAM E OS QUE, MESMO PARTINDO, NÃO FORAM PARA SEMPRE

Trinta e uma é o total de crianças austríacas que visitaram pela primeira vez Portugal através da Ação da Caritas e, desde então ou mais tarde, se estabeleceram definitivamente no país⁶⁷. Entre aqueles que não mais voltaram à Áustria, senão em visitas pontuais, a maioria, ao que tudo indica, não terá sido formalmente adotada pelas famílias de acolhimento, ainda que, em alguns casos, tenham sido herdeiros legais dos «padrinhos». Vários tentaram formalizar a adoção, mas encontraram entraves na família biológica, sendo que aquelas que aceitaram tais situações se terão visto condicionadas pelas dificuldades vividas à época. Terá sido o caso da família Zenkl, que permitiria que os três filhos acolhidos em Portugal aqui permanecessem, aos cuidados das famílias Emaús Malta, Infante da Câmara e Carvalho Monteiro.

Outros seriam aqueles que, mantendo ou não contacto com a família de acolhimento, voltariam para viver e trabalhar em Portugal. Ingunde Wieser, hoje Dominica Maria, Irmã Missionária do Precioso Sangue, é exemplo daqueles a quem a vida se encarregaria de proporcionar o retorno ao país de acolhimento e à família Cruz, enquanto que Johanna Oswald, acolhida por Albertina Alves Barbosa Leitão, acabaria por se fixar no país que nunca deixou de visitar, para trabalhar na empresa da família de acolhimento, J. Pinto Leitão.

Outros ainda, tendo perdido o contacto em dado momento, acabariam por reatá-lo e não mais deixar de alimentar laços de amizade e não só. Gerhard Schiesser, acolhido por Henrique Alves Amorim, assumiria a liderança de uma

⁶⁵ MAYR, 2013: 152, 158-159; CAETANO, 2005: 157; BROCHADO, Padre Alexandrino – *Por um mundo mais belo...* «A Voz do Pastor» (21 Abr. 1951 – 16 Ago. 1952); *Diário Popular*. «As Crianças Austríacas que estiveram em Portugal aprendem em Viena a dominar melhor o nosso idioma» (24 Out. 1956). Acessível no ADMNE – *Assuntos culturais: Clube dos Pequenos Portugueses de Viena*, MNE-MD/LEM-AUS-LVIE/006; Entrevistas gravadas.

⁶⁶ Correspondência trocada entre a Caritas Portuguesa e a Caritas de Viena, as famílias biológicas ou de acolhimento relativamente a convites. Acessível no Arquivo da Universidade Católica Privada de Linz, Linz, Áustria; Entrevistas gravadas.

⁶⁷ Dados cedidos pela Embaixada da Áustria em Lisboa.

joint venture da Corticeira Amorim na Áustria, a qual garantiria uma boa parte da expansão internacional da mesma.

Alguns deixariam, inclusivamente, marcas na cultura local, como Hannelore Martinowsky que, décadas mais tarde, descobriria ter inspirado o título do livro de um seu querido amigo de Portugal: *Montes Pintados*, do Dr. João Araújo Correia⁶⁸.

As marcas deixadas nas famílias de acolhimento, essas certamente serão impossíveis de recolher na sua totalidade. Não raramente, porém, ambas as partes perdiam o contacto e não mais o retomariam, restando apenas as memórias daqueles que viveram a experiência ou a ouviram contar. Raro era que as crianças conseguissem reencontrar as famílias depois de lhes perderem o rasto e, mais ainda, que famílias que haviam perdido o contacto com os acolhidos os voltassem a encontrar. Ainda assim, ambos os casos aconteceram⁶⁹.

NOTAS FINAIS

Regra geral, as ações beneméritas que trouxeram várias crianças de países fustigados pelos horrores da guerra até Portugal, com destaque, pelo seu alcance mediático, para a que foi promovida pela União de Caridade Portuguesa, marcaram tanto aqueles que as viveram de forma direta quanto muitos daqueles que, de alguma forma, as presenciaram.

Até hoje, por todo Portugal continental, são recordadas «as crianças estrangeiras», especialmente as austríacas, entre os resistentes das localidades onde foram acolhidas e mesmo pelos seus descendentes, que a eles ouviram contar as histórias daqueles que até hoje são recordados como os pequenos «refugiados».

A comunicação social da época destacaria o espírito cristão de que estava imbuída a Acção da Caritas, fazendo eco da «missão civilizadora» da pátria, promovida pelo regime. Tal visão permaneceria igualmente na perspectiva dos organizadores. O Padre Alexandrino Brochado, responsável pela Ação no Porto, recordá-la-ia com emoção e orgulho, enquanto uma «das mais belas páginas» da sua vida. Referiria também não acreditar que pudesse um tal comportamento repetir-se atualmente⁷⁰.

Os acolhidos, por seu lado, destacam ainda a felicidade sentida à época e a gratidão que daí resulta, associada aos efeitos positivos da passagem por Portugal, tanto a nível físico e afetivo, quanto a nível profissional, em alguns casos⁷¹.

⁶⁸ MARTINOWSKI, 2015.

⁶⁹ CAETANO, 2005; Entrevistas gravadas.

⁷⁰ Padre Alexandrino Brochado (02/10/2015), entrevista gravada.

⁷¹ Fontes hemerográficas; Entrevistas gravadas.

Tal como eles, também as famílias que os acolheram e/ou os seus descendentes, recordam com saudade um evento que para si foi marcante de muitas formas. Independentemente da duração dos laços estabelecidos, vários são os que vêem a atuação dos seus familiares como um exemplo. Exemplo esse que pretendem seguir e acreditam poder ter eco no presente.

Hannelore Martinowsky, acolhida no Alto Douro vinhateiro, cujo percurso profissional, entre o ensino de línguas estrangeiras e as organizações internacionais, refere ter sido marcado pela experiência em Portugal, sublinha, num discurso emocionado, a necessidade de olhar o passado como, mais do que História, uma lição para o presente e para as gerações futuras⁷².

Gostaria que os europeus em geral estivessem tão abertos a receber [menores desacompanhados] como os portugueses [...] estiveram connosco, crianças de países em guerra. Eu sei que a situação é diferente hoje, [...] que a cultura deles é muito diferente da nossa. Eu também sei que a sociedade prefere que eles fiquem com as suas famílias e os mantenham lá, o que naturalmente não promove o seu bem-estar [...]. Acho que hoje em dia seria difícil encontrar esse tipo [...] de prontidão para abrir os braços, e as famílias, e a casa, e o seu ser a crianças de uma cultura estranha, de um país estranho, de circunstâncias estranhas, e é uma pena. É uma pena que nós, como humanidade, não tenhamos progredido neste sentido... [...]. É claro que um sentido de humanidade exigiria que os recebêssemos [...]. Eu sei que não podemos recebê-los a todos, [...] mas temos de tentar. [...]. Devemos fazer tudo [...] para facilitar a integração deles, porque se não estamos a criar inimigos. [...]. É um problema e será um problema maior [...] no futuro. [...]. Tudo o que é estranho deixa as pessoas com medo. Agora, uma cultura diferente, uma religião diferente... A Áustria nunca foi muito religiosa, mas agora todos se dizem cristãos, [...] não praticando muito, mas, o que é muito pior, não vivendo no espírito cristão e na essência cristã, que é «ama o teu próximo».⁷³

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES ARQUIVÍSTICAS:

Arquivo da Caritas Diocesana do Porto (ACDP).

Arquivo da Caritas Portuguesa, por intermédio das digitalizações do Arquivo da Universidade Católica Privada de Linz (AUCPL).

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDME).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Arquivo Oliveira Salazar*.

Arquivos pessoais das ex-crianças e famílias de acolhimento entrevistados.

⁷² Entrevistas gravadas.

⁷³ Hannelore Martinowsky (22/03/2017), entrevista gravada.

FONTES ORAIS:

- Adolfine Gradischnig (29/06/2017), entrevista gravada.
Alois Sablatnig (26/04/2017), entrevista gravada.
Anna Katharina Karrer (22/02/2017), entrevista gravada.
Balbina Fernandes (17/05/2016), entrevista gravada.
Christa Schuller (30/05/2016), entrevista gravada.
Elfriede Janda (13/10/2015), conversa anotada.
Francisco Zenkl (17/11/2016), entrevista gravada.
Hannelore Martinowski (22/03/2017), entrevista gravada.
Ilona Fonseca (01/06/2016), entrevista gravada.
Ilse Kutska (18/03/2016), entrevista gravada.
Ingunde Wieser (22/02/2017), entrevista gravada.
Johanna Oswald (25/05/2016), entrevista gravada.
Luís Rocha Bento e irmãos Adelino, Helena e Manuel (30/03/2016), entrevista gravada.
Manuel Godinho (07/06/2018), entrevista gravada.
Maria da Luz Lencastre (29/07/2018), entrevista gravada.
Maria de Fátima Basto (09/06/2017), entrevista gravada.
Maria de Fátima Correia Soares e sobrinha Ema (08/02/2017), entrevista gravada.
Maria João Amaral (16/08/2017), entrevista anotada.
Maria João Medeiros (31/05/2016), entrevista gravada.
Maria Júlia Delgado e filhos Nuno, Margarida e Luís (11/06/2017), entrevista gravada.
Maria Lucinda Melo e sua sobrinha Constança (30/09/2017), entrevista gravada.
Padre Alexandrino Brochado (02/10/2015), entrevista gravada.
Peter Zenkl (21/02/2017), entrevista gravada.
Werner Arthofer (09/02/2017), entrevista gravada.

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

- O Comércio do Porto*. Porto, 1947-1958.
Correio de Coimbra. Coimbra, 1947-1958.
Correio do Vouga. Aveiro, 1947-1958.
Diário de Lisboa. Lisboa, 1947-1958.
Diário do Governo. Lisboa, 1964
A Guarda. Guarda, 1947-1958.
Mensageiro de Bragança. Bragança, 1947-58.
Notícias de Beja. Beja, 1947-1958.
A Voz do Pastor. Porto, 1947-1958.
A Voz da Verdade. Lisboa, 1947-1958.

VIDEOGRAFIA:

- A Caridade não tem Fronteiras* (1950?) [documentário]. Lisboa: Lisboa Filme. Disponível em:
<http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=16006&type=Video>
(acedido a 20/01/2017).

BIBLIOGRAFIA

- BEIGBEDER, Yves (1991) – *The Role and Status of International Humanitarian Volunteers and Organizations*. The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers.
- BOURDIEU, Pierre (1980) – *Le capital social : notes provisoires*. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 31: 2-3.
- BRAGA, Ricardo (2005a) – *O Jornal Português (1938-1951): veículo de propaganda cinematográfica de um país nas margens da guerra*. «Prisma.com», n.º 1: 128-174
- ____ (2005b) – *Propaganda e Representação de um País nas Margens da Guerra. O Jornal Português (1938-1951)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CAETANO, José A. Palma (2005) – *Um laço de Amizade entre Portugal e a Áustria*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- CORTÈS BRAÑA, Lurdes (2016) – *Ayuda humanitaria a los niños europeos víctimas de la Primera y Segunda Guerra Mundial*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- DELGADO, P (2010) – *O acolhimento Familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios*. *Psicologia e Sociedade*, Vol. 22, n.º 2: 336-344.
- DUARTE, Teresa, et al. (2009) – *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)*. Lisboa: ISCTE.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris (1992) – *Social memory*. Oxford: Blackwell.
- HECKMAN, Friedrich (2005) – *National modes of immigrant integration*. In BOSSWICK Wolfgang; HUSBAND, Charles (ed.) – *Comparative European Research in Migration, Diversity and Identities*. Bilbao: Universidad de Duesto: 99-112.
- JUDT, Tony (2006) – *Postwar: A history of Europe since 1945*. London: Penguin.
- KIND-KOVÁCS, Friederike (2013) – *The «Other» Child Transports: World War I and the Temporary Displacement of Needy Children from Central Europe*. «Revue d'histoire de l'enfance «irrégulière»». *Le Temps de l'histoire*, n.º 15: 75-109.
- KÖNIG, Michael D., et al (2016) – *The Long-lasting Shadow of the Allied Occupation of Austria on its Spatial Equilibrium*. Brighton: Households in Conflict Network.
- MAISEL-SCHULZ, Christine (2010) – *Kinderlandverschickungen österreichischer Kinder nach Spanien in den Mangeljahren nach dem Zweiten Weltkrieg*. Wien: Böhlau.
- MARTINOWSKI, Hannelore (2015) – *O «Primo Doutor» João de Araújo Correia e a menina dos «Montes Pintados»*. «Revista GEIA», n.º 4. Peso da Régua: Tertúlia João de Araújo Correia: 106-110.
- MAYR, Susanne (2013) – *Kinderverschickungen nach Portugal. Erholungsaufenthalte in einer fremden Welt, 1947-1956*. Salzburg: Kultur und Gesellschaftswissenschaftlichen Fakultät der Universität Salzburg.
- MELLO, Celso de Albuquerque (2012) – *Refugiado, Cidadão Universal: uma análise do direito à identidade pessoal*. «Revista Lugar Comum». Rio de Janeiro: CFCHUFRJ, n.º 27.
- PINHO, Ana (2011) – *A Imigração Irregular em Portugal: vidas que explicam factos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- ____ (2019) – *As «Crianças Caritas», entre a Áustria e Portugal (1947-1958)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- PIRES, Rui Pedro Pena (2003) – *Migrações e integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta.
- ROLLO, Maria Fernanda (1994) – *Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)*. «Análise Social»: 841-869.
- ROSAS, Fernando (1998) – *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.

- SCHIESSER, Gerhard (2015) – *Weltweite Brücken aus Kork: Das kosmopolitische Leben von Gerhard Schiesser*. Viena: Edição de autor.
- THOMPSON, Paul (2017) – *The voice of the past: Oral history*. Oxford: Oxford University Press.
- TROPA, Mário (2018) – *Mação Solidário*. «Revista Zahara», n. ° 31: 6-19.
- UNHCR (2010) – *Convention and Protocol relating to the Status of Refugees*. Genebra. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/protection/basic/3b66c2aa10/convention-protocol-relating-status-refugees.html>> [Consulta realizada em: 27/06/2017].
- VALA, Jorge (1996) – *Identidades, estruturas cognitivas e transformações culturais*. In *Dinâmicas multiculturais, novas faces, novos olhares. Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro*. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais: 25-29.

O PARÁ QUE «TREME»: COMPREENDENDO O TECNOBREGA COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

MARIANA BEATRIZ MARQUES FERNANDES*

Resumo: *O Tecnobrega enquanto ritmo musical característico e património cultural do estado do Pará (Brasil), carrega consigo vários elementos que expressam a identidade da comunidade à qual pertence e que envolvem não só sua melodia, mas também suas festas, ambientes, agentes, danças, gestos e símbolos. Este trabalho pretende de maneira introdutória identificar estes elementos e compreender o seu papel na formação deste bem e em seu processo de patrimonialização, além de sugerir medidas para o seu reconhecimento, preservação e valorização através da educação.*

Palavras-chave: *Tecnobrega; cultura; património cultural; patrimonialização.*

Abstract: *The Tecnobrega as a characteristic musical rhythm and cultural heritage of the state of Pará (Brazil), carries with it several elements that express the identity of the community to which it belongs and which involve not only its melody, but also its parties, environments, agents, dances, gestures and symbols. This work aims to, as an introductory way, identify these elements and to understand their role in the formation of this property and in its process of patrimonialisation, as well as to suggest measures for its recognition, preservation and valorization through educational measures.*

Keywords: *Tecnobrega; culture; cultural heritage; patrimonialisation.*

INTRODUÇÃO

Em uma realidade onde cada vez mais busca-se identificar e patrimonializar os bens, faz-se necessário entender este processo de uma maneira mais profunda, buscando caminhos não apenas para a sua classificação, mas também para com o que acontece a seguir, a respeito de todos os fatores que envolvem o património e que precisam ser refletidos para que o mesmo seja de fato reconhecido e adotado por sua comunidade. Em virtude disso, este trabalho traz uma introdução ao estudo do fenómeno Tecnobrega, ritmo musical que é património do Estado do Pará desde 2013, mas que ainda enfrenta obstáculos para a sua real valorização.

Partindo do princípio de que o Tecnobrega faz parte da formação da paisagem patrimonial contemporânea do Pará e desafia os conceitos tradicionais, e por vezes coloniais, de se entender património, faz-se necessária uma abordagem com responsabilidade e respeito às particularidades do fenómeno e de seus

* Email: mari.fernandes@hotmail.com.

Formada em Design pela Universidade do Estado do Pará em 2016, possui Mba em História da Arte pela Universidade Estácio de Sá e foi bolsista Capes no programa Ciência sem Fronteiras onde estudou Product Design e obteve certificação em Social Studies na Maynooth University, Irlanda. Mestre em História da Arte, Património e Cultura Visual pela FLUP. Suas principais áreas de pesquisa são cultura, moda, património, história da arte e design.

agentes. Portanto, os próximos tópicos têm como objetivo apresentar o bem e suas características a fim de compreender o que o torna patrimônio cultural imaterial, abordar também o seu processo de patrimonialização e levantar questões acerca de medidas para o seu reconhecimento e valorização, principalmente através da educação.

O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

Termo recorrente em nossa sociedade, o patrimônio cultural se transformou em algo popular e desconhecido ao mesmo tempo. Enquanto a mídia o propaga como destino turístico, algo a ser almejado, consumido e como consequência lógica protegido, a sua real importância e abrangência se torna por vezes despercebida da população, ofuscada pela emoção dos «likes» nas redes sociais. Mas afinal, o que faz um bem ser patrimonializado e qual o objetivo e importância disso?

Segundo Leniaud, o patrimônio cultural é um «conjunto de bens que uma geração sente que deve transmitir às seguintes porque pensa que esses bens são um talismã que permite à sociedade compreender o tempo nas três dimensões [o que foi, o que está a ser e o que será]»¹. Ferreira de Almeida acrescenta que esses elementos são as «referências de memória e garantia de identidade»² dessa comunidade, mesmo que sejam orais. Assim, percebe-se que patrimônio cultural é mais do que apenas monumentos ou sítios que recebem um selo os definindo como tal, mas envolve diversos fatores que cercam e legitimam a cultura de um grupo, incluindo suas danças, contos, culinária, modo de fazer e viver, habitações, etc. Entende-se também que os indivíduos a qual esses bens pertencem exercem um papel principal, sendo eles os agentes que dão sentido e mantêm vivas tais expressões culturais.

Abrangendo diversos elementos que constituem a cultura de um povo, também fazem parte do patrimônio cultural os bens imateriais, conceitualizados pela Recomendação de Paris de 2003 como «as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares – que as comunidades, grupos e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio»³. Assim, ao compreender o valor que um bem possui em uma sociedade, fica cada vez mais nítida a importância de sua preservação. Para além da aprovação de órgãos governamentais ou internacionais, quem de facto decide se um bem é patrimonializável são as pessoas

¹ Apud ALMEIDA, 1993: 409.

² ALMEIDA, 1993 : 411.

³ IPHAN, 2014d: 2.

que o tornam vivo e o tomam como parte de sua identidade; portanto, ele já é património por quem assim o considera.

Ao entender os elementos que fazem um bem ser patrimonializável, torna-se mais fácil identificar essas características no fenómeno Tecnobrega.

O TECNOBREGA

Nascido na cidade de Belém, capital do estado do Pará⁴, Brasil, o Tecnobrega – ou tecnomelody – é um gênero musical que surgiu no final dos anos 1990 e início dos 2000 como movimento orgânico de valorização da música regional frente aos ritmos patrocinados pela grande mídia nacional. É caracterizado pela mistura de um ritmo local denominado Brega com batidas eletrônicas e tem como essência dar voz às camadas menos privilegiadas da sociedade.

Não se restringindo à melodia ou letras, o fenómeno envolve desde o modelo de produção e distribuição das músicas, às festas especializadas, danças, gestos e ambientes em que é apreciado, como mercados populares, rádios e até em autocarros. Acerca do seu surgimento Lemos e Castro afirmam que

[...] concebido na periferia de Belém, o Tecnobrega nasceu distante das grandes gravadoras e dos meios de comunicação de massa [...]. Mais do que a distância territorial, é a distância cultural que se mostra determinante para a marginalização desse estilo musical pela grande indústria⁵.

Diversos elementos cercam este ritmo e o tornam expressão direta de um grupo. Ele possui um processo pioneiro de economia colaborativa, desde a sua gravação até sua apreciação que envolve e gera emprego para vários indivíduos da comunidade à qual pertence. Esse envolvimento perpassa pelos ambientes em que esses grupos vivem e trabalham, criando não apenas uma rede de negócios como de unidade cultural, diversão e resistência.

A fim de melhor compreender a força do ritmo na vida da comunidade é interessante entender o seu sistema e os agentes responsáveis pela sua manutenção. Um dos principais elementos do Tecnobrega enquanto fenómeno são as aparelhagens: empresas familiares que produzem festas com grandes aparelhos sonoros (origem do nome) onde as músicas são lançadas e divulgadas. As aparelhagens são comandadas pelos seus respectivos DJs, que muitas vezes são tão importantes quanto as mesmas pois dão «rosto» à marca. As de maior sucesso possuem público fiel, poder de decidir quais músicas farão sucesso nos meses

⁴ «Estado» na realidade brasileira assemelha-se ao conceito de «Distrito» em Portugal.

⁵ LEMOS & CASTRO, 2008: 22.

seguintes e recebem até homenagens dos artistas, que criam *hits* específicos para as suas favoritas. Elas não produzem os próprios tecnobregas, apenas os reproduzem, mas são as grandes âncoras do sistema, influenciando diretamente no fator de pertencimento que a população tem com o ritmo e tudo que o envolve.



Figura 1: Festa da aparelhagem *Crocodilo*.

Fonte: Rosenblatt, 2015.

Atualmente existem grandes marcas de aparelhagem como o Super Pop – cujo símbolo é uma águia e o *slogan* é «águia de fogo» –, Búfalo do Marajó⁶ e Crocodilo. Além deles há as que já foram desativadas, mas por terem sido fundamentais na consolidação do ritmo nos anos 2000 são carinhosamente lembradas pelo público, como o Tupinambá – inspirada em uma etnia indígena brasileira –, Príncipe Negro e Rubi. A relação dessas aparelhagens com o público é intensa, além do tratamento carinhoso e músicas características, há também os gestos com as mãos durante as apresentações, como por exemplo o *T* de Tupinambá, a *pedra* do Rubi, o *S* de Super Pop, etc. Lemos & Castro exemplificam o funcionamento do sistema

[...] o mercado de Tecnobrega funciona de acordo com o seguinte ciclo: 1) os artistas gravam em estúdio – próprios ou de terceiros; 2) as melhores produções são levadas a produtores de larga escala [ainda dentro do sistema e não da grande indústria] e

⁶ Marajó é a maior ilha fluviomarítima do mundo, localizada no norte do estado do Pará. (Abril, 2011).

*camelôs*⁷; 3) *vendedores ambulantes vendem os CDs a preços compatíveis com a realidade local e os divulgam*; 4) *DJs tocam nas festas de aparelhagem*; 5) *artistas são contratados para shows*; 6) *nos shows, CDs e DVDs são gravados e vendidos*. 7) *bandas, músicas e aparelhagens fazem sucesso e realimentam o ciclo*.⁸

Fernandes acrescenta que as músicas de maior sucesso de cada ano são apresentadas ao público em «temporadas» envolvendo datas mais relevantes como férias de verão e de fim de ano, ou feriados como a Semana Santa e Carnaval. «Porém, este calendário não impede que lançamentos sejam realizados a qualquer momento, já que uma ‘marca’ de aparelhagem lança em média dez álbuns por ano. Há ainda as músicas chamadas de *Marcantes*, que são consideradas os clássicos do ritmo e são muito apreciadas pelo público»⁹. Um bom exemplo de *Marcante* e da relação afetiva entre artista e aparelhagem é a música *24 horas* da banda Bruno e Trio lançada em 2007 em homenagem à aparelhagem *Super Pop*:

*24 horas pensando em ti, quando te encontrei aconteceu assim, não dá mais para te esquecer, é um som de qualidade, não sabe como eu queria tanto te conhecer. Com os super telões e a metralhadora [de luzes] eu fico alucinado louco de paixão e está pegando fogo o meu coração. Dj Élisson vai agitar, dj Juninho já vai comandar. Eu estou preparado, pode metralhar. E faz o «S» pra mim, faz o «S» pra mim. Louco por você, meu Águia de Fogo vou te ver*¹⁰.

Além das festas de aparelhagens, o Tecnobrega está presente no dia a dia de todo o centro histórico e comercial de Belém, a tocar nas feiras, barcos, autocarros e nos autofalantes de rua, não só na capital como nas cidades próximas. A popularidade e a pressão do público fez com que o ritmo ganhasse outros espaços como programas especializados nas rádios e em canais de televisão alternativos. A dança também é uma parte importante do sistema: foi adaptada do Brega tradicional e é caracterizada por ser dançada em casal, acelerada e com vários giros; outro elemento é o «treme» individual, onde o indivíduo balança os ombros e por vezes o corpo todo ao ritmo da música.

⁷ Vendedores ambulantes.

⁸ LEMOS & CASTRO, 2008: 22.

⁹ FERNANDES, 2018: 1030.

¹⁰ SOMLIVRE, 2010.



Figura 2. Criança a dançar o «treme» no centro comercial e histórico de Belém, em videoclipe da banda *Gang do Eletro*.

Fonte: Eletro, 2013.



Figura 3. O «S» com as mãos, gesto em homenagem à aparelhagem *Super Pop*.

Fonte: Superpop, 2009.

Mais do que um sistema econômico – que por si já seria um caso de estudo interessante acerca de economias fluídas – ou um ritmo musical – que carrega consigo muito da história da música regional –, o Tecnobrega é feito e mantido pela comunidade, fala sobre as pessoas, por elas e para elas, além de gerar uma forte noção de identidade e coletividade. Baseando-se em Carlos Ferreira de Almeida quando diz que «património é qualidade e é memória rica e, idealmente, viva»¹¹ e Choay, quando menciona o papel do monumento [tomando aqui a liber-

¹¹ ALMEIDA, 1998: 6.

dade de relacionar também com o imaterial] «não de dar informação neutra, mas de tocar pela emoção uma memória viva»¹², o sistema Tecnobrega e suas «âncoras de memória», materiais ou não, são sim patrimônio cultural de um povo, já que assim o é identificado e mantido pelos seus indivíduos.

A PATRIMONIALIZAÇÃO DO TECNOBREGA

Como já abordado anteriormente, um bem não necessita ser tombado por órgãos oficiais para ser patrimônio para a comunidade que já comunga dele e o valoriza, porém a importância da patrimonialização se mostra na necessidade da preservação e divulgação desse bem. Como é o caso do Tecnobrega, que se encontra bastante vivo atualmente, mas que ainda se depara com a escassez de estudos sobre o tema e poucas iniciativas de catalogação para resgates futuros. Outra problemática é a ainda existente marginalização dos grupos aos quais o sistema pertence, algo que poderia ser minimizado através de incentivos e da educação a fim de mostrar o valor deste bem para um número cada vez maior de pessoas.

No Brasil, a administração pública é dividida em três esferas principais e hierárquicas que abrangem o Governo Federal (Nacional), o Estadual e o Municipal. Apesar de conectados, eles possuem certa independência, o que inclui a liberdade de patrimonializar os bens de suas próprias esferas se assim considerarem necessário. Assim, com o objetivo de afirmar a importância e viabilizar mais incentivos e proteção para o Tecnobrega, o Estado do Pará decidiu através da LEI No 7.708¹³, de 22 de maio de 2013 que «reconhece como patrimônio cultural e artístico para o Estado do Pará o Ritmo Tecnomelody». incluindo «as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas», pois o considera como um bem «material ou imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portador de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade paraense». O Estado se compromete ainda a «proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural e os seus monumentos [...]».

Portanto, o Tecnobrega já é patrimônio cultural imaterial do Pará, entretanto, isto não significa que o Estado esteja a cumprir com todas as obrigações que envolvem a patrimonialização de um bem, pelo contrário, o caminho para o real reconhecimento do fenômeno é árduo e necessita da participação coletiva, pois como disse Carlos Alberto de Almeida «o Patrimônio tem de ser aceito e estimado e não apenas protegido. Ele não é uma simples reserva mas deverá ser,

¹² CHOAY, 2001: 18.

¹³ PGE-PA, 2013; Constituição Estadual, 1989.

antes, uma abraçável aceitação¹⁴». Apesar da valorização pelas comunidades originais, este entusiasmo ainda se restringe a camadas sociais específicas, e ao tratar-se de um importante elemento da cultura do Estado como um todo, o mesmo deveria ser reconhecido como tal.

CAMINHOS PARA A VALORIZAÇÃO DO TECNOBREGA

A abrangência do reconhecimento do Tecnobrega não pode se limitar àqueles que já o fazem, tendo em vista que esta divisão por camadas sociais e sua consequente marginalização afeta de maneira direta a comunidade original e só se agrava à medida que iniciativas para mudar esta realidade não são tomadas. A respeito disso Fernandes acrescenta

é um ritmo oriundo e feito para a periferia, portanto, severamente marginalizado, principalmente pelos próprios belenenses de classes sociais abastardas que quando afirmam gostar do ritmo, em maioria é pelo simples fetichismo. [...] o que muitas vezes se presencia em Belém é a sua apropriação cultural, uma exploração que só busca o capital e vende uma cultura maquiada, «adaptada» para um público mais «culto» ou turistas que desconhecem a origem do movimento ou pouco valorizam o seu real papel na vida do seu público original¹⁵.

Portanto, além de políticas de incentivo à divulgação do ritmo, como shows e eventos patrocinados pelas secretarias municipais e estaduais, se faz necessário aqui um real investimento em educação, tanto de base quanto em pesquisas especializadas que busquem a catalogação dos elementos desse bem. A respeito disso, várias conferências, compromissos e recomendações foram criados por órgãos nacionais e internacionais, destacando a importância da preservação e valorização do património através do ensino.

A Recomendação de Paris de 2003 (UNESCO), acerca da convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial ressalta a importância da educação formal e não formal para a «identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização e transmissão»¹⁶ do património. A Recomendação de Paris de 1989 (UNESCO) sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular também sugere que os Estados desenvolvam programas de ensino para o estudo da cultura tradicional e popular «de maneira apropriada, destacando especialmente o respeito a esta do modo mais amplo possível»¹⁷. A Confe-

¹⁴ ALMEIDA, 1998: 10.

¹⁵ FERNANDES, 2018: 1033.

¹⁶ IPHAN, 2014d: 3.

¹⁷ IPHAN, 2014c: 4.

rência Mundial sobre Políticas Culturais no México de 1985 (ICOMOS) afirma que a educação é a maneira ideal para transmitir valores culturais e ressalta a necessidade de que a mesma seja «integral e inovadora, que não só informe e transmita, mas que forme e renove»¹⁸. Talvez este seja o maior papel do ensino na valorização do Tecnobrega: de renovar conceitos e formar uma sociedade mais igualitária e respeitosa com as diferenças, que perceba que preferências pessoais não podem definir a importância da cultura do outro.

Em esfera nacional, o Compromisso de Brasília de 1970 define a inclusão «nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico [...] e da cultura popular»¹⁹, além de reforçar a responsabilidade das universidades para a identificação, catalogação e preservação dos bens estaduais.

A preservação e valorização do Tecnobrega perpassa por várias iniciativas e todas são válidas, porém quando se pensa a longo prazo, a educação é uma medida essencial com consequências não só para o bem em si, mas para a melhoria na qualidade de vida da comunidade à qual ele pertence, que merece ser reconhecida e valorizada. Educar não para impor a aprovação do ritmo em relação a gostos pessoais, mas sim reconhecer a sua legitimidade enquanto patrimônio cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos para uma verdadeira valorização são árduos, mas não impossíveis. O Tecnobrega, apesar do pouco tempo de existência, já conquistou o seu lugar na cultura paraense, deu voz a um grupo que dificilmente se calará novamente, traçou caminhos para a superação de relações históricas de opressão, é hoje um bem patrimonializado pelo Estado e importante elemento na paisagem patrimonial do Pará e de sua capital. Tudo isto é fruto da sua força e magnitude, algo que não pode mais ser ignorado. Assim como os acordos e cartas mencionados acima, este estudo também faz parte da proposta de valorizar este bem através da educação, assumindo a responsabilidade de salvaguardá-lo neste trabalho acadêmico e de criar possibilidades para investigações futuras mais aprofundadas. Neste artigo também buscou-se a introdução de debates e novas abordagens acerca da concepção de um patrimônio cada vez mais inclusivo, ativo, fomentando uma memória que não é só viva, mas especialmente em casos como estes, transformativa e capaz de proporcionar reconhecimento e melhora efetiva na qualidade de vida de seus indivíduos.

¹⁸ IPHAN, 2014b: 5.

¹⁹ IPHAN, 2014a: 2.

Espera-se, assim, que cada vez mais as questões que envolvam o patrimônio possam ser debatidas não só na universidade, mas nas escolas, entre amigos, no trabalho, dentro de casa... para que esses bens sejam de fato compreendidos e respeitados, com toda a sua individualidade e complexidade, tanto dos próprios, quanto das comunidades que eles carregam consigo.

BIBLIOGRAFIA

- ABRIL (2011) – *Qual é a maior ilha do mundo?* Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-maior-ilha-do-mundo/>> [consulta realizada em: 20/12/2018].
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1993) – *Patrimônio. Riegl e hoje*. «Revista da Faculdade de Letras: História». Porto: Faculdade de Letras do Porto. 2.ª série, vol. 10. p. 407-416.
- ____ (1998) – *Patrimônio. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos.
- CHOAY, Françoise (2001) – *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP.
- CONSTITUIÇÃO ESTADUAL (1989) – *Constituição do Estado do Pará de 5 de outubro de 1989*. Disponível em <<https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/228>> [consultada em: 15/10/2018].
- ELETRO, Gang do (2013) – *Velocidade do Eletro* [videoclipe]. dir. Brunno Regis e Carol Matos. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=AGTZ5CBBLso>> [consulta realizada em: 21/12/2018].
- FERNANDES, Mariana (2018) – *Moda e Tecnobrega: reflexão sobre apropriação cultural e valorização da iconografia da feira do ver-o-peso através da estamperia na moda*. in Fenômenos culturais no amálgama social [livro eletrônico]: reunião de artigos do I CIPCS / 1. ed.– Jaguarão: CLAEC, 2018.
- IPHAN (2014a) – *Compromisso de Brasília, 1970*. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>> [consulta realizada em: 10/12/2018].
- ____ (2014b) – *Declaração do México, 1985*. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>> [consulta realizada em: 10/12/2018].
- ____ (2014c) – *Recomendação Paris, 1989*. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>> [consulta realizada em: 10/12/2018].
- ____ (2014d) – *Recomendação Paris, 2003*. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>> [consulta realizada em: 10/12/2018].
- LEMOS, Ronaldo; CASTRO, Oona (2008) – *Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da Música*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- PGE-PA (2013) – *Lei n.º 7.708, de 22 de maio de 2013*. Procuradoria Geral do Estado do Pará.
- ROSENBLATT, Vincent (2015) – *Tecnobrega*. Disponível em: <<http://vincentrosenblatt.photoshelter.com/image/I0000RafUmRcrpCc>> [consulta realizada em 10/12/2018].
- SOMLIVRE (2010) – *Tecnomelody Brasil* [DVD]. prod. BIS; dist. SomLivre. Belém, Brasil.
- SUPERPOP (2009) – *O Águia de Fogo no Cidade Folia* [DVD]. Belém: SuperPop. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9ccWgJqGQM>> [consulta realizada em: 21/12/2018].

LE FJORD GLACÉ D'ILULISSAT: LA MISE EN TOURISME D'UN PAYSAGE NATUREL PATRIMONIALISÉ

ANDRÉA POIRET*

Resumo: *Tourism started slowly in Ilulissat (Greenland) in the 1980s-1990s, before expanding further in the 21st century since the UNESCO classification of the Sermeq Kujalleq Glacier Fjord and the fact that the Arctic has become a symbol of climate change. These journeys are both imaginary, described as «cryotropism», «borealism» or «nordicity», and very real: the impact of tourism is visible in the environment. A new international airport is planned for 2023. What type of tourist and therefore travel will this attract? We asked ourselves to what extent the Ilulissat natural site could be managed in a sustainable way. In order to answer this question, we adopted the participant observation from an immersion in the Ilulissat Fjord Office and conducted about twenty semistructured interviews.*

Keywords: *Ilulissat, Icefjord, Natural Park, Natural Heritage.*

Resumo: *O turismo começou lentamente em Ilulissat (Gronelândia) na década de 1980-1990, antes de se expandir ainda mais no século 21 desde a classificação da UNESCO do Fiorde Glaciar Sermeq Kujalleq e do fato de que o Ártico se tornou um símbolo da mudança climática. Estas viagens são tanto imaginárias, descritas como «criotropismo», «borealismo» ou «nordicidade», como muito reais: o impacto do turismo é visível no ambiente. Um novo aeroporto internacional está previsto para 2023. Que tipo de turista e, portanto, de viagem atrairá isto? Perguntamo-nos até que ponto o sítio natural de Ilulissat poderia ser gerido de forma sustentável. Para responder a esta questão, adotamos a observação participante a partir de uma imersão no Ilulissat Fjord Office e realizamos cerca de vinte entrevistas semiestruturadas.*

Palavras-chave: *Ilulissat, Icefjord, parque natural, património natural.*

INTRODUCTION

Le fjord du glacier Sermeq Kujalleq est situé à Ilulissat à l'ouest du Groenland. Le nom de la ville, Ilulissat, est en partie dû à ce glacier car il signifie « icebergs » (Fig. 1). De la glace de mer, une langue glaciaire, des icebergs petits et grands, des rochers érodés, des baleines... ce paysage exceptionnel est situé à 300 km au nord du cercle polaire arctique. C'est le glacier le plus productif de l'hémisphère nord. Il bénéficie du prestigieux label de l'Unesco, parmi les 213 sites naturels classés dans le patrimoine mondial.

Ce site naturel est aujourd'hui soumis à une très forte pression touristique. La ville d'Ilulissat, s'est développée autour de l'industrie de la pêche et du tourisme.

* Andréa Poiret, Paris I Panthéon-Sorbonne, Department of Geography, Dual curriculum: Geography (environmental and cultural) and Cultural studies (cultural heritage and museum); research thematic: *Valuation of heritage through photography; Representation and Patrimonialization of Climate Change Landscapes; Victor Bérard and Frédéric Boissonnas: Between photography, archeology and geography.* Email: andrea.poiret@gmail.com.

La fréquentation touristique a débuté lentement dans les années 1980-1990. Elle a connu une expansion accrue au cours du XXI^{ème} consécutive au classement UNESCO mais aussi au fait que l'Arctique soit devenu un symbole du changement climatique¹. Ilulissat est devenue la première destination touristique au Groenland. En 2013 elle recensait 4 541 habitants, alors qu'en juillet 2013 par exemple la ville a compté 7 546 chambres louées.



Figure 1. Photographie du banc d'icebergs, juillet 2019, Andréa Poiret.

Au-delà des données statistiques et bibliographiques recueillies, cette recherche prend appui sur une vingtaine d'entretiens non -directifs réalisés selon la méthode de l'immersion participative en effectuant un stage auprès du ranger de l'office du fjord. L'immersion comme le souligne L. Brayer², interrogé en 2019, permet au chercheur « *de ne pas rester à distance* », en comparaison d'une étude bibliographique ou d'un fond d'archives qui n'est pas selon elle :

La réponse appropriée lorsque l'on s'intéresse aux pratiques situées dans des espaces. Pour cela il faut être dans la situation de l'intérieur pour pouvoir la comprendre, ce qui veut dire qu'il faut aller va sur le terrain. On va voir les gens pour collecter leurs récits situés et leurs pratiques quotidiennes et petit à petit on tire le fil à partir d'anecdotes pour voir ce que cela nous sur leurs façons d'habiter des espaces.

¹ KERGOMARD, 2007; LASSERRE, 2013.

² L. Brayer est l'auteur de la thèse suivante en 2014 : Dispositifs filmiques et paysage urbain. La transformation ordinaire des lieux à travers le film. Architecture, aménagement de l'espace. Université de Grenoble, Français.

Sur quelles ressources paysagères repose l'offre touristique ? Comment les différents acteurs concernés par le tourisme font-ils face à une demande exponentielle ? Quelles sont les pratiques touristiques sur ce territoire protégé et pour quels impacts ?

I. DES ATOUTS PAYSAGERS EN PHASE AVEC LES SENSIBILITÉS CONTEMPORAINES

La reconnaissance de la splendeur des paysages du Grand Nord ne date pas d'aujourd'hui. Les récits, les photos et les films des explorateurs et des aventuriers ont fasciné un large public. Mais les difficultés d'accès liées en partie aux conditions climatiques extrêmes limitaient le nombre de visiteurs. L'abaissement récent du coût des voyages a ouvert ces espaces au tourisme. C'est une destination recherchée parce qu'elle conjugue la beauté de la glace certifiée par le label Unesco et la vision angoissante du réchauffement climatique.

a – un paysage spectaculaire

Également connu sous le nom de *Jakobshavn Isstrøm* en danois (*Jakobshavn Ice Stream* en anglais), le glacier Sermeq Kujalleq est un « glacier côtier ». Sa langue glaciaire se jette dans un fjord qui rejoint l'océan. Il est le glacier le plus actif au monde : sa production annuelle est de 46 km³ de glace³. En 1998 son courant glaciaire était de 19 mètres par jour et en 2008 il a atteint 40 mètres par jour⁴. La surface de bassin glaciaire est de 40 240 hectares. La calotte glaciaire a une épaisseur de 3,2 kilomètres. Le volume de la glace intérieure est estimé entre 2,6 et 2,9 millions de km³⁵, et le fjord glaciaire mesure 70 km. Sa profondeur est comprise entre 1000 et 1500 mètres au niveau de l'eau⁶.

Le glacier est le seul vestige de la dernière période glaciaire du quaternaire dans l'hémisphère nord. Il s'agit des dernières glaciations (environ 100 000-10 000 ans avant notre ère), de la déglaciation de l'Holocène précoce (10 000-5 000 ans) et de la néoglaciation de l'Holocène tardif (environ 5 000-100 ans)⁷. Pour ces raisons il est l'un des sites les plus étudiés en géomorphologie. Il est considéré comme une archive des changements climatiques passés (entre 250 000 et environ 11 550 ans)⁸. Ce site a également une importance historique. Le Groenland est habité depuis 4 500 ans. Le fjord glaciaire Sermeq Kujalleq a constitué un espace de chasse pour les *Sermermiut* (« peuple glaciaire ») et des vestiges archéologiques

³ ILULISSAT ICEFJORD OFFICE, 2013.

⁴ MIKKELSEN & INGERSLEV, 2008.

⁵ HOLTZSCHERER & BAUER, 1954 ; BAMBER et al., 2001.

⁶ JACOBI, 1958, ECHELMMEYER et al., 1991.

⁷ MIKKELSEN & INGERSLEV, 2008.

⁸ DANSGAARD et al., 1993 ; ALLEY, 2000.

y sont présents et visibles. C'est pour l'ensemble de ces raisons que le site a été inscrit en 2004 sur la Liste du patrimoine mondial de l'Unesco (Fig. 2). Il a été sélectionné en raison de l'article 44 à savoir le critère (i) : être exceptionnel et le critère (iii) : contenir des phénomènes naturels superlatifs ou des zones d'une beauté naturelle et d'une importance esthétique exceptionnelle.

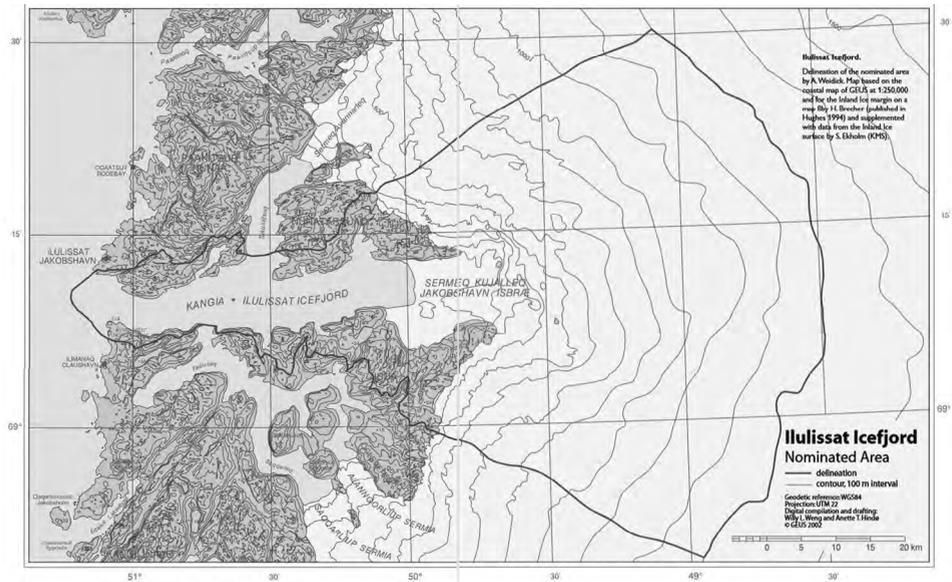


Figure 2. Délimitation du site classé au patrimoine mondiale, source : Ilulissat Icefjord.

Mais ce qui compte pour la plupart des touristes, c'est de pouvoir s'immerger dans des paysages splendides et insolites. Des paysages qui suscitent la belle photographie devenue avec la diffusion planétaire des smartphones une pratique généralisée. Des photographies et des petits films valorisant leurs auteurs sont immédiatement transmis, entre autres, à des milliers de spectateurs via les réseaux sociaux.

b – un paysage labélisé, source d'une notoriété patrimoniale recherchée par de nombreux touristes

Le tourisme dans ces régions polaires est qualifié de « *cryotropisme* » (l'attraction pour les régions polaires associée aux paysages englacés et à l'aventure) ou de « *boréalisme* » (l'attraction pour les pays plongés six mois dans l'obscurité, six mois dans le jour permanent)⁹ ou encore de « *nordicité* » (fascination pour les pays nordiques, le « *monde du froid* » : son climat et sa lumière)¹⁰.

9 MYKLEBOST, 2010; BALLOTTI, 2018; BATTAIL, 2016 et 2018; BRIENS, 2016.

10 CHARTIER, 2016.

Au Groenland à partir des années 2000 des efforts supplémentaires au niveau marketing ont été faits pour attirer davantage de touristes, notamment avec la création de l'office national de promotion touristique « *Visit Greenland* ». Le nombre de nuitées à Ilulissat est passé de 35 169 en 2004 à 71 739 en 2018 (Fig. 3). Selon ce même site *Visit Greenland*, le nombre de touristes au Groenland pourrait atteindre 90 000 personnes par an d'ici 2027 (deux fois plus que l'année 2018), soit une augmentation de 6% par an. Il s'accélère même si le Groenland reste l'une des régions arctiques parmi les moins fréquentées¹¹. Il s'agit pour la majorité, d'après les entretiens que nous avons passés, essentiellement de personnes âgées entre 30 et 65 ans, qui recherchent la « nature » tout en ayant un minimum de confort. Un tourisme plus jeune se développe, notamment des *backpackers* et/ou pour de longs séjours en kayak.

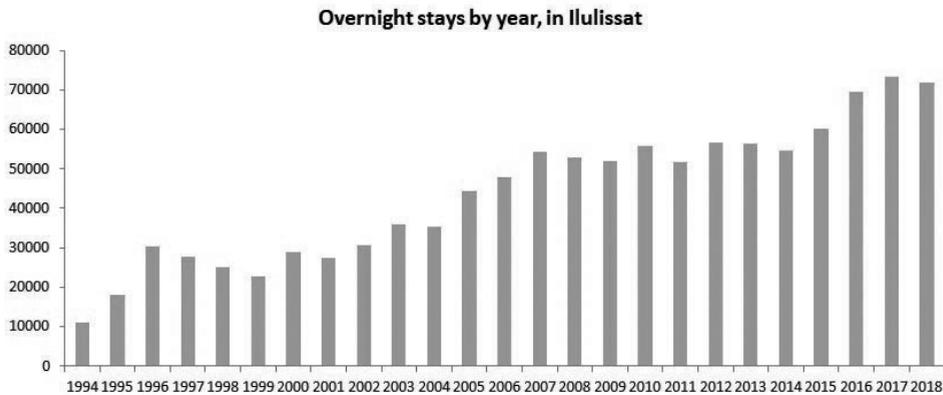


Figure 3. Nombre de nuitées à Ilulissat, par an, Source : <http://bank.stat.gl>.

Le tourisme a commencé à Ilulissat dans les années 1990 mais selon l'employé de la municipalité c'est à partir de 2008 « l'année où on pouvait vraiment sentir que les touristes venaient ». Jusqu'en 2005 les touristes recherchaient en particulier une certaine liberté ou même l'inconnu. En l'absence de chemins, les touristes allaient partout. Un camping était présent sur le site et il était possible alors de camper plusieurs soirs de suite. Selon les propos d'un employé de la municipalité à cette période le site était « hors de contrôle, mais vous pouviez toujours dire « OK, ce n'est pas si mal », mais avec l'UNESCO, nous avons vraiment besoin d'un meilleur contrôle.

Quand j'ai commencé dans le tourisme il y a 20 ans, c'était une zone libre. Il y avait un camping. Les gens étaient comme libres. Il n'y avait pas tant de chemins de randonnée. Maintenant pour faire un tour, vous avez un horaire quand vous achetez

¹¹ DELMAS, 2014.

vosre billet. Mais il y a 20 ans, vous veniez avec un groupe de 6 à 8 personnes pour acheter un billet et les guides disaient : “ Nous partirons quand vous serez prêts “. Puis nous allions au port et naviguions, attrapions du poisson et mangions sur le fjord puis nous rentrions à la maison. Nous ne savions pas à quelle heure nous allions rentrer, le plus important était de faire vivre la meilleure expérience possible aux touristes. Mais c’est le bon vieux temps, moins de contrôle... Maintenant si vous avez 200 touristes qui attendent vous devez avoir des horaires. Le bon vieux temps était très bon, ça me manque mais le futur arrive. Nous faisons maintenant partie d’une société mondialisée, donc tout est adapté aux besoins de chacun.

c – un paysage naturel marqueur du changement climatique

Le Groenland est devenu un symbole du changement climatique, autant pour les scientifiques que pour les touristes. Son évolution actuelle est également étudiée afin de prévoir les réactions futures des calottes et des ruisseaux glaciaires. La patrimonialisation du fjord d’Ilulissat en est un des outils¹². En effet selon un employé de la municipalité depuis que le site a été classé de nombreux journalistes viennent à Ilulissat photographier les icebergs pour illustrer le changement climatique et depuis certains touristes viennent pour « pour regarder le dernier iceberg avant qu’il ne disparaisse, pour le voir la dernière fois ». Ce tourisme se concentre à la période estivale, de juin à fin août¹³.

II. DES MOYENS POUR UN AMÉNAGEMENT TOURISTIQUE DU TERRITOIRE

a – des soutiens institutionnels : Danemark, Groenland, municipalité

Les gouvernements groenlandais et danois ont décidé de diversifier l’économie du Groenland qui pour l’instant repose à 50 pour cent sur la pêche, ce qui rend le Groenland dépendant de la baisse des prix et/ou de l’effondrement des stocks. D’après les habitants que nous avons interrogés, nombreux habitants vivent avec un salaire peu élevé comparé au coût de la vie en ville. La plupart des produits alimentaires sont importés, le prix des logements et de la connexion internet sont élevés, certains envisagent même de vivre au Danemark. Si la volonté de développer le tourisme au Groenland est actée il reste encore à définir la forme que cette économie touristique prendra.

Le gouvernement du Danemark, celui du Groenland et la municipalité d’Ilulissat ont monté un dossier au début des années 2000 pour obtenir le classement Unesco du site. Il s’agissait de la première demande Unesco pour le Groenland. Le

¹² DELMAS, 2012.

¹³ DELMAS, 2012.

classement Unesco n'a pas changé certaines pratiques locales, ce qui été l'objectif de l'ancienne gérante du site « tu dois écouter les locaux parce que c'est vraiment important d'avoir leur soutien ». La chasse et la pêche n'ont pas été interdites sur le site *Sermermiut*. Seule l'utilisation des motoneiges l'a été, ce qui a parfois posé des problèmes comme le souligne l'une des personnes interrogées :

J'ai entendu dire qu'un hiver, ils ont du mal à débarquer les poissons du port à cause de la glace. Ils ont donc voulu débarquer les poissons à Sermermiut et les ramasser en motoneige. C'était un problème, bien sûr, car il est interdit d'y aller en motoneige.

Selon un employé de la municipalité, les touristes ne perturbent ni la pêche ni la chasse :

Les bateaux d'excursion ne sont pas autorisés à aller dans le fjord de glace. Ils restent près des icebergs. Il n'y a pas tant de touristes. Ça ne dérange pas les poissons. Je veux dire que les pêcheurs continuent de pêcher, ils chassent aussi. Il y a tellement de phoques là-haut. La semaine dernière, alors que je chassais il y avait un bateau d'excursion et ils m'ont vu. Les phoques viennent toujours, même s'il y a un bateau touristique, le flétan est au fond de l'océan, alors ils ne sentent pas le bateau.

Naja Habermann a été embauché en 2008 comme gérante du site. Selon elle le classement Unesco permet d'un côté de protéger le site tout en favorisant sa mise en tourisme, l'objectif est de « trouver le juste équilibre entre protection et tourisme, en impliquant les locaux dans le tourisme, relier leur monde au site de l'Unesco, selon une réflexion sur le tourisme durable ». En 2009 le premier ranger a été embauché pour gérer le site au quotidien. Son travail est selon cette ancienne gérante d'« aider les touristes à être en sécurité et à ne pas tout détruire ». Le choix du ranger du site tient au fait qu'il connaît beaucoup de monde. Il lui est plus simple d'expliquer aux gens les nouvelles règles.

b – des investissements privés pour profiter de la manne touristique mais handicapés par un déficit de main-d'œuvre et un manque d'équipements

Il existe déjà de nombreux tours opérateurs à Ilulissat. Ils proposent différentes activités comme des excursions en kayak ou en bateau pour admirer le fjord et observer les baleines. On peut aussi prendre un hélicoptère ou se rendre au fjord en autobus. Ces allées et venues quotidiennes contribuent à endommager le site y compris dans sa dimension archéologique. Le développement du tourisme offre en contrepartie des revenus et même un accroissement de la demande d'artisanat traditionnel¹⁴. Le projet de développement touristique favorise déjà l'implantation de nouveaux commerces. C'est le cas de l'une des proprié-

¹⁴ DELMAS, 2014.

taires d'un café qui a décidé d'ouvrir un café-restaurant après avoir pris connaissance du business plan d'Ilulissat dans un magazine groenlandais. Elle est arrivée en 2016 afin d'installer son commerce car estime-t-elle une fois l'aéroport ouvert les opportunités d'implantation en ville se seront évanouis. De même l'un des directeurs d'un des tours opérateurs explique que la saison touristique hivernale se développe au point de prévoir l'embauche de huit guides pour l'hiver 2019, contre trois les hivers précédents. Il prévoit également la construction en 2019 d'igloos en périphérie d'Ilulissat, comme nouvelle attraction à proposer à ses clients : « expérimentez la nuit dans un igloo au Groenland ». Enfin un membre du parlement que nous avons interrogé envisage que des habitants s'approprient cette opportunité non pas seulement en construisant de nouveaux hôtels mais par le biais de création de petites entreprises comme par exemple une blanchisserie pour répondre aux besoins des hôtels.

Si ces projets suscitent l'intérêt de certains, d'autres sont sceptiques du fait que la ville ne soit pas développée suffisamment. L'été tous les hôtels sont pleins. Il n'y a pas de trottoirs. Le port est trop petit etc. Et la cohabitation entre industrie du poisson et activité touristique est compliquée. Selon l'un des directeurs d'une industrie de poisson :

Il y a beaucoup de gens maintenant avec les touristes autour du port donc nous travaillons plus lentement parce que nous avons besoin de plus de place, aussi nous voulons construire un nouvel entrepôt, et développer notre société.

Selon le directeur d'un des tours opérateurs même si des avions de plus grande taille atterrissent, il n'y a pas assez de place pour accueillir les nouveaux touristes :

Le problème est qu'en été, il n'y a pas assez de place. Les hôtels ont un nombre limité de chambres donc le nombre de touristes est aussi limité par ce nombre de places car tout est réservé pendant l'été. Même si plus de touristes viennent, il n'y a pas de places pour qu'ils restent. La ville a besoin de plus d'hôtels. Il faut agrandir le port car il est beaucoup trop petit pour les opérateurs touristiques et les pêcheurs.

Des habitants se plaignent également du fait que la ville se tourne trop vers le tourisme, notamment que le centre-ville soit remplis d'hôtels, de café et d'agences pour les touristes, au détriment de la vie culturelle locale en créant par exemple un centre culturel avec des expositions et des concerts, un cinéma etc. Selon une journaliste, la ville manque également d'un musée tourné sur l'histoire d'Ilulissat :

La triste histoire, par exemple lorsque les mariages mixtes entre Groenlandais et Danois étaient interdits par la loi pendant la colonisation. Il y a beaucoup d'histoires étranges à raconter ici, beaucoup de douleur ici, beaucoup de non-dits. Un musée peut aider le citoyen à se comprendre.

Ces mêmes personnes craignent qu'Ilulissat ne connaisse à l'instar de Barcelone, Venise ou l'Islande, une situation touristique problématique. D'autres pensent que cela n'arrivera pas tant que le prix des billets d'avion restera élevé. Une employée dans le tourisme exprime son inquiétude ainsi :

J'ai peur que s'il y a plus de gens qui viennent, les touristes ne pourront pas profiter du silence et donc ils ne sentiront pas la nature groenlandaise, ils n'entendront pas les bulles de l'eau, de la glace, je ne pense pas que les gens feront l'expérience de la tranquillité.

c – des projets d'infrastructures nouvelles: port, aéroport

À Ilulissat, un nouvel aéroport international est prévu pour 2023 et un centre pour visiteurs qui accueillera les touristes près de l'Icefjord est en construction. Un réseau routier est également prévu. La ville n'a pour l'instant pas les capacités d'accueillir davantage de touristes. Un nouveau port est en discussion depuis une trentaine d'années. La taille du port actuel est trop restreinte pour accueillir à la fois l'industrie de la pêche et du tourisme. Certaines personnes interrogées envisagent que Ilulissat devienne le nouveau point de départ de ces bateaux de croisières remplaçant Kangerlussuaq et qu'ainsi accostent davantage de bateaux.

Jusqu'à présent pour se rendre à Ilulissat depuis l'Europe, il faut soit passer par l'aéroport de Kangerlussuaq afin de prendre un second avion de plus petite dimension ou alors effectuer ce changement d'avion en Islande. Actuellement seuls Air Greenland et Icelandair survolent le Groenland. Suivant le projet de la Chine de développer une « route de la soie polaire » en encourageant les entreprises à s'implanter dans l'arctique¹⁵, la compagnie propriété de l'État chinois China Communication Construction Company (CCCC), a été l'une des finalistes de la compétition internationale pour la construction de l'aéroport, mais cette proposition a été rejetée parce que le gouvernement danois pour des raisons politiques et stratégiques¹⁶ a décidé de prendre la main sur le projet et d'aider le gouvernement du Groenland en le finançant à 50%. Le gouvernement du Groenland financera 2,1 milliard et le gouvernement du Danemark 1,6 milliards. La compagnie Kalaallit (KAIR) a été choisie pour mettre en place cette infrastructure en cherchant des investisseurs. D'après un membre de la compagnie privée Kalaallit (créée en 2016 pour rénover les aéroports de Nuuk et d'Ilulissat et construire un nouvel aéroport à Qaqortoq), il s'agit de construire un tout nouvel aéroport et non pas seulement d'étendre l'actuel. L'extension de la piste d'atterrissage (dont la longueur sera de 2 200 mètres) permettra d'effectuer des déplacements directe-

¹⁵ DUARTE et al, 2013; LASSERRE et al, 2015; DEGEORGES, 2016.

¹⁶ LASSERRE, 2013; DEGEORGES, 2016; SIMONET, 2016; KUNZ, 2017; RUNGE OLESEN, 2017.

ment d'Ilulissat au Danemark sans avoir à passer par Kangerlussuaq mais aussi d'obtenir des vols intérieurs moins chers et d'accueillir des jets intercontinentaux.

Le futur aéroport favorisera-t-il vraiment l'arrivée de plus de touristes ? La question se pose de l'utilisation de cet aéroport pendant l'hiver si le tourisme hivernal n'augmente pas. Certes l'été il est possible d'aller au Danemark tous les jours mais en hiver il n'y a des vols qu'une à deux fois par semaine. S'il n'y a pas assez de personnes pour remplir ces nouveaux grands avions à destination du Danemark, les vols devront faire escale à Nuuk, la capitale. Les avis divergent sur ce problème selon les opinions politiques des personnes interrogées. Certains sont favorables au projet voyant des opportunités économiques et des avantages pratiques (les prix sera réduit et il sera possible de venir du Danemark sans avoir à changer d'avion). L'un des directeurs d'une entreprise de pêche prévoit également de passer un marché avec une compagnie aérienne afin de pouvoir envoyer des produits frais par avion à des prix plus élevés, plutôt que s'ils étaient envoyés surgelés par conteneur. D'autres au contraire y voient une perte d'argent qui aurait pu être investie dans l'éducation et la santé, ainsi qu'un risque pour l'environnement. Outre les raisons économiques, plusieurs habitants apprécient le projet du fait qu'il permet de faire venir davantage de touristes.

La municipalité a mis en place « une stratégie touristique » qui inclut le projet d'aéroport. Étant donné que la ville d'Ilulissat est de trop petite dimension pour accueillir ce flux touristique, la municipalité prévoit de les envoyer, par le biais de campagnes marketing, dans des petites villes proches comme Uummannaq, afin qu'elles bénéficient des retombées économiques. Pour réaliser ce plan la municipalité a organisé des réunions avec les tour opérateurs d'Ilulissat. Ceux-ci prévoient de construire des hôtels et des restaurants. Ils envisagent également d'étendre la saison touristique afin d'en tirer bénéfice toute l'année. Pour l'instant peu de personnes font faire des tours en chiens de traîneaux avec les touristes l'hiver. La rentabilité n'est pas au rendez-vous et on trouve des emplois dans la pêche.

III. DES PRATIQUES TOURISTIQUES COEXISTANTES ET LEURS IMPACTS : KAYAKS DE MER ET PAQUEBOTS DE CROISIÈRE

La question du tourisme durable est au cœur des problématiques. Selon l'ancienne gérante du site, pour se tourner vers un tourisme durable il faut que la municipalité :

Investisse la zone. Ils doivent être attentifs au développement, être conscients. Ils doivent avoir un objectif clair, avoir une stratégie pour le nombre de touristes qu'ils veulent, et être rigoureux. Il est préférable d'avoir des touristes qui restent plus longtemps et qui dépensent de l'argent que des touristes comme ceux des bateaux de croi-

sière. Il est préférable d'avoir des touristes qui restent une ou deux semaines et qui passent beaucoup de temps, qui ont lu avant de venir : c'est le genre de touristes qui sont meilleurs pour tout le monde. Il vaut mieux se concentrer sur la façon dont ils sont impliqués dans la région que sur leur nombre...

Ces propos raisonnent avec ceux tenus par la gérante d'une auberge de jeunesse :

Il y a de plus en plus de bateaux de croisière et ces touristes n'ont pas le même respect que celui qui prévoit de rester ici. Pour moi, il y a différents types de touristes : ceux qui viennent camper et ceux des bateaux de croisière qui viennent et repartent, ils ne respectent pas les lieux. J'ai plus peur de ce deuxième type de touristes. Ces touristes abîment la nature. Je préfère ceux qui campent et qui font des randonnées, ils sont conscients, ils sont là.

La municipalité a pour objectif de contrôler la masse touristique. À partir du moment où le site a été classé en 2004, le nombre de touristes a augmenté. Il a fallu mettre en place des dispositifs pour contrôler ce flux, car ces « territoire de protection de la nature »¹⁷ impliquent une intervention de l'homme afin de minimiser les traces de dégradation du milieu¹⁸. Le site a été rendu aisément accessible depuis la ville d'Ilulissat, trois chemins de randonnée ont été balisés : le sentier bleu (de 6,9 kilomètres), le jaune (de 2,7 kilomètres) et le rouge (de un kilomètre) (Fig. 4). Ces sentiers permettent aux touristes de ne pas se perdre mais également de limiter l'impact des touristes sur le site. Cela a aussi permis de préserver des endroits pour les habitants qui vont dans des « bons endroits » en dehors des sentiers comme le souligne l'une des personnes interrogées :

Les gens du coin suivent aussi les sentiers. Mais ils savent aussi où se trouvent les bons endroits. Vous avez votre endroit préféré et votre petit lac préféré où vous allez nager. Donc, vous ne suivez pas seulement ces sentiers, vous suivez aussi les vôtres, en dehors des sentiers battus.

À la suite de nombreux accidents (un été il y a eu sept jambes cassées), une longue passerelle en bois a été construite sur une partie du sentier bleu entre 2008 et 2012, afin de faciliter l'accès à cette zone humide. Des toilettes ont été installées à l'entrée du site. Pour autant comme mentionné précédemment le Groenland reste une région encore « peu fréquentée », selon l'un des employés de la municipalité actuellement :

¹⁷ DI MÉO, 1998.

¹⁸ DEPRAZ, 2008.

Nous n'avons pas encore cette énorme masse de touristes, comme d'autres pays, qui ont un grand impact sur la nature. Nous essayons de contrôler les touristes qui y vont et le garde forestier qui les contrôle.

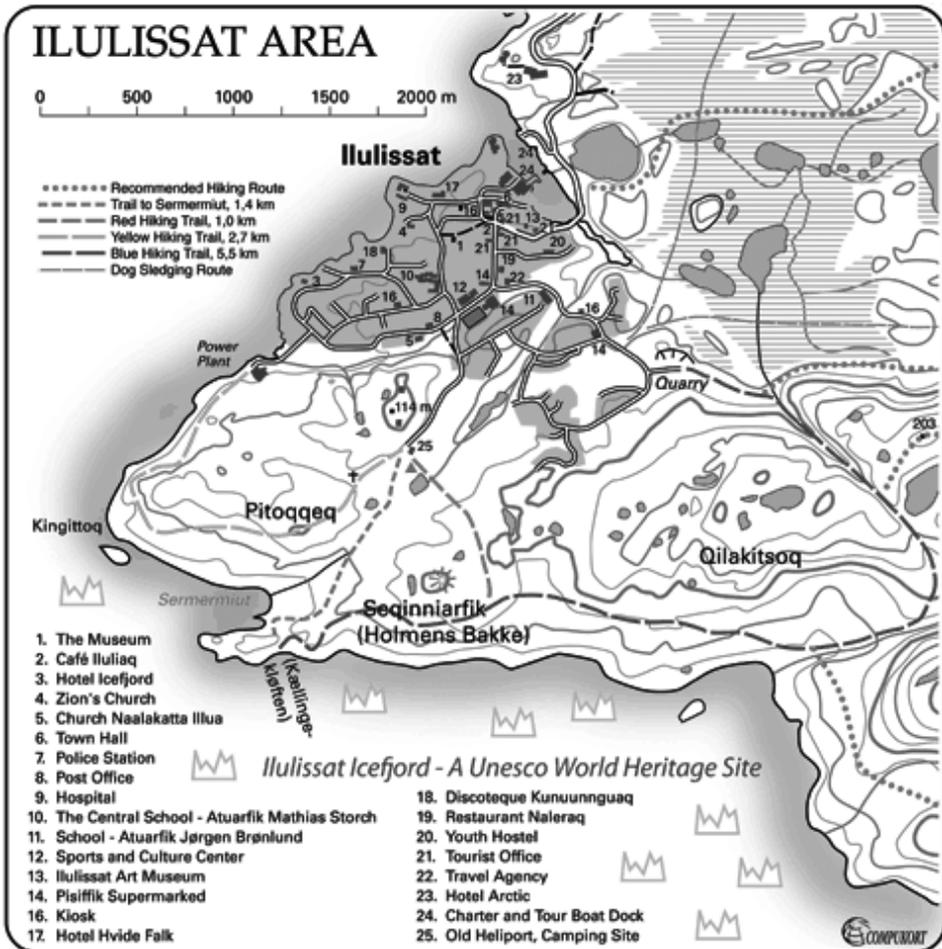


Figure 4. Carte de la ville d'Ilulissat avec les chemins de randonnées, source <https://visitgreenland.com>.

a – le filon élitiste de l'écotourisme durable

Certains tours opérateurs essaient de s'inscrire dans un tourisme dit « durable ». L'un d'entre eux le fait en construisant des résidences pour touristes dites « écologiques » en utilisant des panneaux solaires et des matériaux durables. De plus ses clients font de longues randonnées, ils ne campent pas plus d'une nuit au même endroit et ramassent leurs déchets. Il tente également de répartir les touristes en leur proposant des nuitées dans des endroits plus calmes, en dehors d'Ilulissat afin de désengorger la ville et l'Icefjord d'Ilulissat. Il prévoit d'ailleurs pour

2020-2021 de construire de nouveaux logements dans un troisième lieu. Ses tarifs sont élevés afin de viser une clientèle aisée. L'un des directeurs d'un café interrogé est du même avis. Il déclare préférer travailler avec une clientèle riche. Il a peur qu'avec l'extension de l'aéroport le tourisme de masse l'emporte et que sa clientèle change. Ses clients actuels lui disent venir à Ilulissat parce que « c'est "exotique", il n'y a pas tant de touristes » et lui font part de leurs inquiétudes vis-à-vis du projet « mes clients, ils me disent "s'il vous plaît, ne construisez pas l'aéroport, ne rendez pas la ville comme l'Islande" ».

Un autre type de tourisme se met en place : le voyage en kayak de mer pendant trois semaines, avec bivouac en tentes tous les soirs. L'un des guides de l'une de ces compagnies a choisi ce métier pour enseigner les origines du kayak en Arctique et les transmettre par le biais d'un tourisme qu'il définit comme de l'« écovoyage ». Son objectif est aussi de les sensibiliser à la préservation des espaces naturels. Selon lui la pratique de ce sport de nature n'est pas « abrasive du milieu » mais le moyen d'une prise de conscience, ce qui fait qu'à ses yeux il n'est pas nécessaire d'interdire les flux touristiques dans les milieux naturels mais plutôt les réguler et surtout apprendre aux touristes à « penser environnement ». Pour ce faire il met en place des rituels de vie. Chaque jour il fait un exposé à ses clients à propos de l'environnement naturel, par exemple ils doivent chercher de l'eau à la source tous les soirs. À ce moment-là il les sensibilise aux limites des ressources naturelles. Il met également en place ce qu'il appelle des « pauses sensorielles » en demandant à son groupe de se taire pendant deux minutes pour écouter et regarder le paysage en silence. Sa définition de l'écovoyage ne se cantonne pas aux espaces naturels. Il attire également l'attention de ses clients sur les habitants de ces espaces en leur apprenant à respecter leurs modes de vie et leur histoire. Ce type de tourisme à Ilulissat représente environ une centaine de personnes par an, en grande majorité des personnes de 30 à 60 ans qui ont l'habitude du trek et du voyage dans la nature. Le voyage coûte environ 5 000 € minimum par personne pour trois semaines.

Certains habitants ont également investis dans l'accueil des touristes. Ilulissat compte une dizaine de résidences Airbnb qui ont ouvert entre 2015 et 2019 (Fig. 5). Il y a aussi des Bed&Breakfast. Il y a également un membre du réseau couchsurfing très actif. D'après lui le principe de couchsurfing n'est pas encore populaire au Groenland et ses amis groenlandais ne comprennent pas pourquoi il accepte de loger des touristes gratuitement.



Figure 5. Localisation des logements airbnb en 2019, source : <https://www.airbnb.fr>.

Pour l'instant, peu d'habitants d'Ilulissat sont impliqués dans le tourisme. Le taux de chômage étant extrêmement bas, 4% en 2010, il est compliqué pour les tours opérateurs, les cafés, les restaurants et les hôtels d'employer les habitants. De plus, étant donné le peu d'habitants, notamment d'habitants parlant anglais et danois, les tours opérateurs ont du mal à employer des habitants voire même à trouver de la main d'œuvre. Certains restaurants sont obligés de restreindre leurs horaires d'ouverture. L'été la majorité des guides sont danois et les touristes s'en plaignent selon le membre du parlement qui est aussi propriétaire d'un tour opérateur :

Je l'ai entendu de la part des touristes qui disent "Je ne suis pas ici pour voir le Danemark ! Surtout de la part des touristes danois. "Je ne suis pas venu ici pour voir le Danemark !"

Selon la directrice d'une auberge de jeunesse la municipalité devrait essayer d'attirer des personnes de Nuuk pour venir travailler à Ilulissat. L'implication des locaux serait économiquement bénéfique pour la ville car les travailleurs étrangers saisonniers qui ne restent que quelques mois ne paient pas les taxes au Groenland.

b – la création d'un équipement fédérateur : le visitor center

La construction d'un « centre des visiteurs » (*visitor center*), le long de la randonnée bleue, est prévue pour l'automne 2020. Ce projet était en discussion depuis une vingtaine d'année. Le classement Unesco a facilité sa mise en place car cela a attiré des investisseurs qui voulaient être associé à un site naturel internationalement reconnu. L'objectif du projet est de « contribuer à notre compréhension du changement climatique [...] du fjord de glace et, surtout, sa culture et son histoire, ainsi que la fonte spectaculaire de la calotte glaciaire du Groenland ». Le cabinet d'architectes danois Dorte Mandrup a prévu une structure en bois qui devrait favoriser « un dialogue entre l'exposition à l'intérieur et l'environnement naturel du bâtiment ; un dialogue entre l'homme et la nature »¹⁹. Elle abritera également l'actuel *Icefjord Office* qui gère le patrimoine mondial de l'Unesco, un café, un magasin, un laboratoire pour les chercheurs et une exposition (portant sur le processus de formation de la glace, la culture inuit le long du fjord et le changement climatique actuel). Si ce projet a l'ambition de sensibiliser aux questions climatiques il a d'abord pour objectif de contribuer au développement touristique²⁰. Il devrait accueillir près de 25 000 visiteurs par an. L'ensemble des personnes interrogées sont très demandeuses de ce projet et l'attendent avec impatience. Ce centre permettra, d'après eux, aux touristes d'obtenir les informations nécessaires pour qu'ils comprennent ce qu'ils voient. De plus le centre permettra de produire des données grâce au centre de recherche. L'ancienne gérante du site espère que seront organisées des rencontres entre les pêcheurs et les scientifiques par exemple. Un directeur de l'un des tours opérateurs espère également monter un partenariat avec le centre des visiteurs afin que ses guides puissent y conduire les touristes. La directrice d'une auberge de jeunesse espère quant à elle que ce nouvel équipement pourra faire en sorte que les touristes venus en bateaux de croisière respectent davantage les lieux qu'ils visitent.

c – les profits espérés du tourisme de masse : croisières et charters

Un tourisme de masse s'est développé avec l'escale des bateaux de croisière qui amènent des centaines de touristes. Le nombre de passagers de ces bateaux était de 8 250 en 2015 et 12 873 en 2017 (Fig. 6). La majorité des personnes interrogées ont un avis négatif sur la venue de ces bateaux de croisière qui selon eux n'apportent rien à la ville : ils dépensent peu sur place, ils viennent le temps de prendre quelques photographies des icebergs et repartent. Ils acquièrent très peu de souvenirs et ne mangent pas dans les restaurants, mais ils achètent beaucoup

¹⁹ LOMHOLT, 2019.

²⁰ LOMHOLT, 2019.

de nourriture au supermarché ce qui est parfois problématique pour les habitants. Le directeur de l'un des tours opérateurs décrit ces touristes ainsi :

Ils n'ont pas envie de voir le Groenland comme les autres touristes qui sont venus en avion veulent le voir. Ils ne sont là que pour quelques heures et courent vers le fjord de glace pour prendre des photos. Ils n'achètent pas d'excursions, seulement quelques souvenirs. Ils ne mangent pas aux restaurants de la ville car ils ont tout dans le bateau. Il y a donc beaucoup de gens qui viennent ici et qui représentent très peu de revenus pour la ville. Bien sûr, nous sommes intéressés par la venue de plus de touristes, mais les bateaux de croisière nous ne les apprécions pas.

Ces bateaux de croisière présentent également des inconvénients pour les autres tours opérateurs, par exemple lorsqu'ils débarquent des centaines de touristes dans un petit village où un des tours opérateurs à installer des résidences pour des touristes qui recherchent le calme. La municipalité continue pourtant de soutenir leurs venues en espérant qu'ils finiront par dépenser si l'offre de consommation correspond à leurs attentes :

Nous devons proposer quelque chose qu'ils aiment pour qu'ils l'achètent. C'est à nous maintenant de nous assurer qu'ils ont quelque chose à dépenser, pas seulement l'hôtel, pas seulement des tours, mais quand ils viennent ici, nous devons vendre de bons produits pour les touristes afin qu'ils puissent mettre de l'argent dans la ville.

La municipalité prévoit de mieux accueillir les croisiéristes en ouvrant davantage de magasins spécifiques.

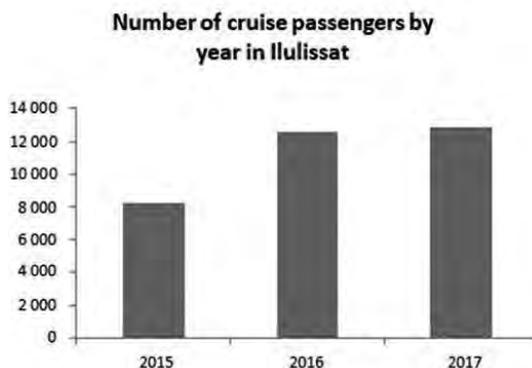


Figure 6. Nombre de passagers de bateaux de croisière par an, à Ilulissat Source : <http://bank.stat.gl>.

CONCLUSION

En 2018 a eu lieu la conférence annuelle du groupe des matières premières de l'Arctique, dont la thématique était la croissance économique durable du Groenland. Cette question a également été posée dans l'ouvrage de Ulrik Pram Gad et Jeppe Strandsberg, *The Politics of Sustainability in the Arctic, Reconfiguring Identity, Space, and Time*, qui réfléchit sur le terme de « durabilité » en tant que concept politique en prenant le cas de l'Arctique. Comment protéger un patrimoine naturel qui par définition évolue sans cesse²¹. Comment la patrimonialisation de ce site pourrait évoluer vers un tourisme respectueux de l'environnement. En le protégeant ne l'a-t-on pas rendu déjà moins naturel ? Sur le fjord glacé d'Ilulissat comme ailleurs, le classement au patrimoine mondial a suscité une renommée qui a provoqué une vague touristique aux impacts environnementaux et sociétaux conséquents. L'opération de protection institutionnelle semble entrer en contradiction avec la volonté de préserver ce site naturel. En réalité alors qu'on croit protéger, on crée un produit désirable et exploité au temps de la consommation touristique de masse. La recherche de la rentabilité économique par tous les acteurs locaux et internationaux du tourisme l'emportera-t-elle sur la conservation durable du territoire ? On est à l'heure des choix. La solution est entre les mains des pouvoirs publics : interdire, réguler ou laisser-faire ?

BIBLIOGRAPHIE

- ALLEY, Richard (2000) – *The two-mile time machine: ice cores, abrupt climate change, and our future*. «Princeton University Press», p. 229.
- BALLOTTI, Alessandra (2018) – *Analyse des processus d'interaction et de réception du boréalisme*. «*Études Germaniques*», n.° 290, p. 177-191, Available at: <<https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-etudes-germaniques-2018-2-page-177.htm>>.
- BAMBER, Jonathan; LAYBURRY, Russell; GOGINENI, Prasad (2001) – *A new ice thickness and bedrock dataset for the Greenland ice sheet*. «*Journal of Geophysical Research*», n.° 106.
- BATTAIL, Jean-François (2016) – *L'Appel du Grand Nord. Entre fascination exotique et curiosité scientifique*. «*Études Germaniques*», n.° 282, p. 235-249, Available at: <<https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-etudes-germaniques-2016-2-page-235.htm>>.
- BATTAIL Jean-François (2018) – *Fascination boréale – L'exemple de Carl von Linné*. «*Études Germaniques*», n.° 290, p. 215-231. Available at: <<https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-etudes-germaniques-2018-2-page-215.htm>>.
- BRIENS, Sylvain (2016) – *Boréalisme. Le Nord comme espace discursif*. «*Études Germaniques*», n.° 282, p. 179-188, Available at: <<https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-etudes-germaniques-2016-2-page-179.htm>>.
- _____ (2018) – *Boréalisme. Pour un atlas sensible du Nord*. «*Études Germaniques*», n.° 290, p. 151-176, Available at: <<https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-etudes-germaniques-2018-2-page-151.htm>>.

21 HÉRITIER & GUICHARD-ANGUIS, 2008.

- CHARTIER, Daniel (2016) – *Qu'est-ce que l'imaginaire du Nord ?*. «*Études Germaniques*», n.º 282, p. 189-200, Available at: <<https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-etudes-germaniques-2016-2-page-189.htm>>.
- DANSGAARD, Willi; JOHNSEN, Sigfus. J.; CLAUSEN, Henrik B.; DAHL-JENSEN, Dorthe; GUNDESTRUP Niels; HVIDBERG, Christine S.; STEFFENSEN, Jens Peter; SVEINBJØRNSDOTTIR, Arny E.; JOUZEL, Jean; BOND, Gerard (1993) – *Evidence for general instability of past climate from a 250 kyr ice core record*. «*Nature*», n.º 364, p. 218-220.
- DEGEORGES, Damien (2016) – *China vs. USA: After South China Sea, the Arctic as a Second Act*. «Institut Français des Relations Internationales». Available at: <<https://www.ifri.org/en/publications/editoriaux/actuelles-de-lifri/china-vs-usa-after-south-china-sea-arctic-second-act>>.
- DELMAS, Antoine (2012) – *La production d'une représentation touristique. Une objectivation des guides Lonely Planet sur le Groenland*. «*Belgeo*», Available at: <<http://journals.openedition.org/belgeo/7207>>.
- _____ (2014) – *Terre des Hommes, pays des glaces. L'expérience touristique au Groenland*. «*Mondes du Tourisme* », n.º 10 Available at: <<http://journals.openedition.org/tourisme/383>>.
- DEPRAZ, Samuel (2008) – *Géographie des espaces naturels protégés, genèse, principes et enjeux territoriaux*. Armand Colin, p. 320.
- DI MÉO, Guy (1998) – *Extrait de Géographie sociale et territoire*. Éditions Nathan.
- DUARTE CARLOS M.; MARBÀ NÚRIA; MARBÀ LAIA (2013) – *La ruée vers l'or au Groenland*. «*Outre-Terre* », n.º 35-36, p. 499-504, Available at: <<https://www.cairn.info/revue-outre-terre1-2013-1-page-499.htm>>.
- ECHELMEYER, Keith; CLARKE, T. S.; HARRISON, Will D. (1991) – *Surficial glaciology of Jakobshavn Isbræ, West Greenland: Part I, Surface morphology*. «*Journal of Glaciology*», n.º 37, p. 368-382.
- HÉRITIER, Stéphane; GUICHARDANGUIS, Sylvie (2008) – *Présentation*. «*Géographie et cultures* », n.º 66, Available at: <<http://journals.openedition.org/gc/3638>>.
- HOLTZSCHERER, Jean-Jacques; BAUER, Albert (1954) – *Contribution à la connaissance de l'Inlandsis du Groenland*. *International Association of Scientific Hydrology*», n.º 39, p. 244-296.
- ILULISSAT ICEFJORD OFFICE (2013) – *Experience Kanjia Ilulissat Icefjord Greenland*. Ed. Cool Grey.
- JACOBI, Hans (1958) – *Nogle betragtninger over Jakobshavns-fiskernes økonomiske og erhvervsmæssige vilkår. Grønland*, p. 368-376.
- KERGOMARD, Claude (2007) – *L'Arctique face au changement climatique*. «*Annales de géographie* », n.º 653, p. 3-22, Available at: <<https://www.cairn.info/revue-annales-de-geographie-2007-1-page-3.htm>>.
- KUNZ, Barbara (2017) – *Les dynamiques géopolitiques de l'Arctique*. «*Politique étrangère*», n.º 3, p. 10-13, Available at: <<https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-politique-etrangere-2017-3-page-10.htm>>.
- LASSERRE, Frédéric (2013) – *Enjeux géopolitiques et géoéconomiques contemporains en Arctique*. «*Géoéconomie* », n.º 65, p. 135-152.
- LASSERRE, Frédéric; ALEXEEVA, Olga V.; HUANG, Linyan (2015) – *La stratégie de la Chine en Arctique : agressive ou opportuniste ?*. «*Noréis* », n.º 236, p. 7-24. Available at: <<https://www.cairn.info/revue-noroi-2015-3-page-7.htm>>.
- LOMHOLT, Isabelle (2019) – *Icefjord Centre, Ilulissat Visitors Centre, Architect, Building Design, Architecture, Images*. «*E-architect* », Available at: <<https://www.e-architect.co.uk/greenland/icefjord-centre-in-ilulissat>>.

- MIKKELSEN Naja; INGERSLEV Torsten, (2008) – *Ilulissat icefjord nomination document for the world heritage site*. GEUS, Available at: <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1149.pdf>.
- MYKLEBOST, Kari Aga (2010) – *Borealisme og kulturnasjonalisme. Bilder av nord i norsk og russisk folkeminnegransking 1830-1920*. Thèse de doctorat soutenue à l'Université de Tromsø en 2010, non publiée.
- PRAM GAD, Ulrik; STRANDBJERG, Jeppe (2018) – *The Politics of Sustainability in the Arctic, Reconfiguring Identity, Space, and Time*. 1st Edition, Ed. Routledge.
- RUNGE OLESEN, Mikkel (2017) – *Comprendre les rivalités arctiques*. «Politique étrangère», n.° 3, p. 15-25, Available at: <https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-politique-etrangere-2017-3-page-15.htm>.
- SIMONET, Loïc (2016) – *Les hydrocarbures de l'Arctique : Eldorado ou chimère ?*. « Gééconomie », n.° 82, p. 73-98, Available at: <https://www-cairn-info.ezpaarse.univ-paris1.fr/revue-geoeconomie-2016-5-page-73.htm>.

NOTÍCIAS

NOTÍCIAS

CONFERÊNCIAS MUSEU DE LAMEGO / CITCEM – 2019

GASPAR MARTINS PEREIRA /
PAULA MONTES LEAL

As Conferências resultam, tal como a sua designação indica, de uma parceria entre o Museu de Lamego e o CITCEM, que teve início em 2013, visando apresentar à comunidade duriense os resultados de investigações académicas nas áreas da História e Património. Desde então, realizaram-se já seis edições, sobre diversas temáticas: «História e Património no/do Douro: investigação e desenvolvimento» (2013), «Quintas do Douro: história, património e desenvolvimento» (2014), «Movimentos políticos e sociais no Douro, entre o Liberalismo e a Democracia (nos 100 anos do Motim de Lamego)» (2015), «Vindos de longe: estrangeiros no Douro» (2016), «Douro interior/exterior: arte e imagem» (2017) e «Misericórdias no Douro: História, Arte e Património» (2019). Nesta sua última edição, as Conferências Museu de Lamego/CITCEM associaram-se à comemoração do V centenário da Misericórdia de Lamego.

A conferência de abertura, com o título *O préstimo social e a importância patrimonial das Misericórdias portuguesas*, foi proferida por Francisco Ribeiro da Silva, professor catedrático aposentado da FLUP e Mesário da Misericórdia do Porto, tendo-se seguido uma mesa-redonda dedicada ao tema geral do encontro: «Misericórdias no Douro: história e desafios». Nesta discussão, moderada por Francisco Ribeiro da Silva, participaram António Manuel Marques Luís (Provedor da Misericórdia de Lamego), José Joaquim Dias Gomes (Provedor da Misericórdia de Vila Real) e

Ricardo Paninho Pereira (Provedor da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães).

O restante programa contou com a apresentação de oito comunicações nos campos da História e da História da Arte. O primeiro painel, moderado por Alexandra Falcão, diretora do Museu de Lamego reuniu as comunicações de Carla Sofia Queirós (ESE-IPP/CITCEM), *As obras da Misericórdia de Lamego nos 500 anos da sua existência*, Maria Beatriz Correia de Albuquerque (conservadora-restauradora), *O pintor António Leitão, uma possível parceria, e as obras da Misericórdia de Lamego na segunda metade do séc. XVI*, Celso Francisco dos Santos (FLUP-DCTP) e Hugo Barreira (FLUP-DCTP/CITCEM), *A Capela da Misericórdia de Murça*, e Carlos Mota (Fundação Museu do Douro/CITCEM) e Lígia Henriques (Fundação Museu do Douro), *O projeto de conservação-restauro da galeria de retratos da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua*. O segundo painel, moderado por Nuno Resende (FLUP-DCTP/CITCEM), teve a participação de Adília Fernandes (CITCEM/FLUP), *Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo – Percursos pela História e dinâmicas de preservação do património*, Jorge Guerra Duarte (UMinho/Lab2-PT), *Caminhos de Santiago, Antecedentes das Misericórdias? O caso da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta*, Maria Otília Pereira Lage (CITCEM/FLUP), *Para a história da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães (1929-2001): Da vocação assistencial e função hospitalar a*

outras valências, e Helena Lemos (Museu de Lamego), *Santa Casa da Misericórdia de Lamego: Um arquivo, diversos percursos*.

As atas das 6.ªs Conferências Museu de Lamego/CITCEM deverão ser publicadas,

em breve, pelo Museu de Lamego no seu site, em forma de *e-book* de acesso livre e disponível para *download*, tal como já acontece em relação às atas de todas as anteriores Conferências.

I JORNADAS IGLESIA Y ESCRITURA EN EL OCCIDENTE PENINSULAR. CASTILLA Y PORTUGAL (SS. XII-XVII): PRÁCTICAS DE ELABORACIÓN, GESTIÓN Y CONSERVACIÓN

MARIA JOÃO DE OLIVEIRA (CITCEM)

Entre os dias 14 e 15 de novembro de 2019 realizaram-se, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, as *I Jornadas Iglesia y Escritura en el Occidente Peninsular. Castilla y Portugal (ss. XII-XVII): Prácticas de elaboración, gestión y conservación*. Estas Jornadas foram organizadas em conjunto por investigadores do CITCEM e da Universidade de Sevilha e serviram de ponto de encontro a um grupo de quinze investigadores de diferentes instituições espanholas e portuguesas, nomeadamente, das Universidade de Sevilha, Huelva e Granada, do Instituição Colombina de Sevilha – Cabido Capitular de Sevilha, e das Universidades do Porto e Évora. O principal objetivo do projeto é mostrar o papel principal que a Igreja representava, nas esferas social, cultural e política, nos territórios pertencentes ao reino de Portugal e à coroa castelhana. As comunicações apresentadas procuraram responder a estas questões, focando-se quer em instituições episcopais quer em

figuras eclesiásticas ou laicas, através da análise diplomática e / ou paleográfica de um determinado conjunto ou tipologia documental.

No encontro, para além dos conferencistas, esteve presente um grupo significativo de estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento, o que valorizou o próprio encontro.

Os organizadores preveem que as comunicações apresentadas sejam publicadas, em formato digital e impresso, pela Universidade de Sevilha, através de uma verba prevista no projeto «Iglesia y Escritura en el Occidente Peninsular. Castilla y Portugal (ss. XII-XVII)», financiado pela Subdirección General de Proyectos de Investigación do Ministerio de Economía y Competitividad de España – Convocatoria de ayudas a proyectos I+D «EXCELENCIA», dentro do Subprograma de Generación de Conocimiento de 2017 (<http://grupo.us.es/iecas/>).

VIII ENCONTRO CITCEM: «EM TEMPOS DE GUERRA...». FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 20-22 DE NOVEMBRO DE 2019

PAULA ALMEIDA MENDES (CITCEM)

Decorreu, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), entre os dias 20 e 22 de novembro de 2019, o VIII Encontro CITCEM: «Em Tempos de Guerra...». Sendo já uma tradição anual, o CITCEM, privilegiando a sua vocação transdisciplinar e a sua relação com a sociedade civil, destacou, como problemática polarizadora deste evento de natureza científica, os vários e diversos contextos de guerra, realçando os moldes de produção, conservação, fixação ou aniquilamento da memória e do património nos domínios literário, científico, visual e digital. Tendo em conta esta moldura, este Encontro foi o palco unificador de várias intervenções, asseguradas por oradores pertencentes a Universidades portuguesas e estrangeiras.

As conferências plenárias estiveram a cargo de Andoni Buruaga (Universidad del País Vasco), que discorreu sobre «La recuperación del patrimonio arqueológico del Sahara Occidental y la emergencia de las bases científicas del pasado», de João Fernando Ramos (RTP), que discursou sobre «Força da Propaganda», e de Manuel Carvalho (Jornal «Público»), que chamou a atenção para «Uma Guerra debaixo de outro Céu».

As várias comunicações apresentadas no âmbito deste Encontro polarizaram-se em torno de nove painéis temáticos. No primeiro dia, as sessões abordaram problemáticas em torno de «Reflexões históricas e historiográficas», «Representações e repercussões em tempos de guerra» e «Urbanismo, arquitetura e processos de

patrimonialização». No segundo dia do evento, as comunicações apresentadas equacionaram questões relacionadas com «Palcos de Guerra», «Economia em tempos de Guerra» e «Vozes da Guerra». No último dia do colóquio, destacaram-se os debates em torno da «Arte e Literatura em tempos de Guerra», das «Vivências religiosas em tempos de Guerra» e da «Religião, Ideologia e Cultura».

Entre o conjunto configurado pelas múltiplas comunicações apresentadas neste Encontro, merece ser destacado o muito significativo número de intervenções (vinte e seis) que tiveram como oradores investigadores do CITCEM, refletindo, deste modo, o seu envolvimento nas iniciativas organizadas por este Centro de Investigação.

A avaliar pela qualidade das comunicações apresentadas e pelo interesse suscitado pelas problemáticas debatidas no Encontro, declinado em uma significativa assistência, na qual se contavam estudantes de Mestrado, poder-se-á considerar que o VIII Encontro CITCEM cumpriu, cabalmente, os objetivos e metas que determinou, mostrando como a problemática em torno da(s) guerra(s) e do(s) seu(s) contexto(s), catalisando a participação de investigadores de áreas diversas, que vão desde as Ciências Sociais e Humanas até às Artes e às Ciências Aplicadas, suscita reflexões sobre um amplo leque de tópicos de análise que se tornarão, talvez, mais compreensíveis em uma moldura que almeja ainda, nos conturbados tempos atuais, um regresso à mítica Idade do Ouro, pautada pela paz e justiça.

PUBLICAÇÕES DO CITCEM

REVISTAS



CEM
«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM, n.º 1 (2010). Dossier
temático «Viagens e viajantes».



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM/Edições Afronta-
mento, n.º 8, 2017. Dossier temático
«As Linhas e as Letras: epistolografia e
memória da cultura escrita».



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM, n.º 2 (2011). Dossier
temático «Memória material e mate-
riais de memória».



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM/Edições Afronta-
mento, n.º 9, 2018. Dossier temático
«Erros Meus, Fortuna Nossa: da falha
como acerto».



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM, n.º 3 (2012). Dossier
temático «Religião e liberdade».



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM/Edições Afronta-
mento, n.º 10, 2019. Dossier Temático
«Da musealização da arte como possi-
bilidade da sua experiência estética.
Uma leitura a partir das posições de
Valéry, Proust e Theodor Adorno».



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM, n.º 4 (2013). Dossier
temático «Paisagem».



Via Spiritus
«'Via Spiritus'. Pregação e Espaços
Penitenciais». Porto: CITCEM, n.º 16
(2009).



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM, n.º 5 (2014). Dossier
temático «População e saúde».



«'Via Spiritus'. A infância de Cristo».
Porto: CITCEM, n.º 17 (2010).



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM, n.º 6 (2015). Dossier
temático «O(s) Outro(s)».



«'Via Spiritus'. A educação feminina
nos sécs. XVI-XIX: entre a aia e a
mestra de noviças». Porto: CITCEM,
n.º 18 (2011).



«CEM/cultura, espaço & memória».
Porto: CITCEM, n.º 7 (2016). Dossier
temático «Cruzar fronteiras: ligar as
margens da história ambiental».



«'Via Spiritus'. Revisitação das corren-
tes de espiritualidade (sécs XVI-
-XVIII): obras e autores». Porto:
CITCEM, n.º 19 (2012).



«'Via Spiritus'. Guerra e Paz: da espiritualidade à «política» (sécs. XVI-VIII)». Porto: CITCEM, n.º 20 (2013).



MORAIS, Rui; DELGADO, Manuela – «Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta». Braga: CITCEM, 2009.



«'Via Spiritus'. Epistolografias em contextos peninsulares». Porto: CITCEM, n.º 21 (2014).



SERÉN, Maria do Carmo – «Uma espada de brilhantes para o General Silveira». [S. l.]: Governo Civil do Distrito de Vila Real/CITCEM, 2009.



«'Via Spiritus'. Direção Espiritual (sécs. XVI-XVIII)». Porto: CITCEM, n.º 22 (2015).



2010
ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XVIII)». Braga: CITCEM, 2010.



«'Via Spiritus'. O Eterno no Tempo. Memória e Construção de Identidades nas Práticas das Ordens Religiosas». Porto: CITCEM, n.º 23 (2016).



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (org.) – «Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)». [Braga]: CITCEM, 2010.



«'Via Spiritus'. Construção de Memórias Religiosas». Porto: CITCEM, n.º 24 (2017).



ESTRADA, Rui – «On rorty and other ethical issues». Munique: Martin Meidenbauer, 2010. (CITCEM – Studies in Literature, 9).



«'Via Spiritus'. Representações dos Pobres: espiritualidade, estética, sociologia». Porto: CITCEM, n.º 25 (2018).



FERREIRA, Fátima Moura – «BRAGA nos tempos da I República: ressonâncias sócio-culturais» (catálogo). [S. l.]: Câmara Municipal de Braga/CITCEM, 2010.



MONOGRAFIAS
2009
BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara Bacelar (ed.) – «Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade». [S. l.]: CITCEM/APEQ-Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2009.



FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – «Guimarães: 'Duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)». Braga: CITCEM/ICS-Universidade do Minho, 2010.



MARTINS, Carla Maria Braz (coord.) – «Mineração e povoamento na Antiguidade e no Alto Trás-os-Montes Ocidental». Porto: CITCEM, 2010.



TOPA, Francisco; MARQUES, Marco de Oliveira (org.) – «E agora sei que oço as coisas devagar. Evocação e escuta de Daniel Faria». Porto: CITCEM/sombra pela cintura, 2010.



2011
AAVV – «Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Maroquina/Actes du IV colloque d' Histoire Maroco-Lusitanienne». Lisboa / Braga: CHAM/CITCEM, 2011.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – «Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)». Braga: CITCEM, 2011.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)». Braga: CITCEM, 2011.



BETTENCOURT, Ana M.S.; FONSECA, Jorge – «O Povoado da Idade do Bronze de Lavra, Matosinhos: Contributos para o estudo do Bronze Médio no Litoral Norte». Braga: Junta de Freguesia de Lavra/Câmara Municipal de Matosinhos/CITCEM, 2011.



CAPELA, José Viriato; MATOS, Henriques – «As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património». Braga: José Viriato Capela/CITCEM, 2011. (Colecção «Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758»).



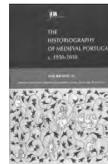
CONDE, Manuel Sílvio Alves – «Construir, habitar: a casa medieval». Braga: CITCEM, 2011.



FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) – «Justiça na Res Publica (séc. XIX-XX). Ordem, direitos individuais e defesa da sociedade». Braga: CITCEM, 2011, vol. II.



MARTINS, Carla Maria Braz; BETTENCOURT, Ana M. S.; MARTINS, José Inácio F. P.; CARVALHO, Jorge (coord.) – «Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental». Braga: CITCEM/APEQ, 2011.



MATTOSO, José (dir.) – «The historiography of medieval Portugal c. 1950-2010». Lisboa: IEM, CEC, CEHR, CESEM, CHSC, CH-UL, CIDÉHUS, CITCEM, CL-UL, CPS, IF-UP, 2011.



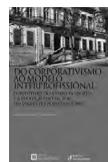
MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – «História da construção – Os construtores». Braga: CITCEM, 2011.



MORUJÃO, Isabel; SANTOS, Zulmira C. (ed.) – «Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil – Homenagem a Arnaldo Saraiva». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato – «O mundo continuará a girar. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011)». Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho/CITCEM, 2011.



PEIXOTO, Fernando Aníbal Costa Peixoto – «Do corporativismo ao modelo interprofissional. O Instituto do Vinho do Porto e a evolução do sector do vinho do Porto (1933-1995)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



SANTOS, Cândido dos – «Janse-nismo e antijansenismo nos finais do antigo regime». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – «Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.



SANTOS, Carlota (coord.) – «Família, Espaço e Património». Braga: CITCEM, 2011.



GONÇALVES, Iria – «Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.



2012
«Cadernos de História e Memória Local». Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso/CEHR/CITCEM, vol. n.º 1 (2012).



MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel Vaz de; DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel – «Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração». Braga: CITCEM, 2012.



ALMEIDA, A. Campar Almeida; BETTENCOURT, Ana M. S. Bettencourt; MOURA, D.; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio; ALVES, Maria Isabel Caetano (Coord) – «Environmental changes and human interaction along the Western Atlantic Edge». Coimbra: APEQ; CITCEM; CEGOT; CGUP; CCT, 2012.



MARTINS, Manuela; MEIRELES, José; FONTES, Luís; RIBEIRO, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Fernanda; BRAGA, Cristina – «Água. Um Património de Braga». Braga: CITCEM; UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2012.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Ponte de Lima. Sociedade, economia e instituições». Braga: CITCEM, 2012.



MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – «História da construção – Os materiais». Braga: CITCEM, 2012.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; LÁZARO, António; RAMOS, Anabela; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo». Braga: CITCEM, 2012.



OSSWALD, Cristina – «Written In Stone: Jesuit buildings in Goa and their artistic features». Goa: CITCEM/«Goa,1556», 2012.



COSTA, Leonor Freira; DUARTE, Luís Miguel; GARRIDO, Álvaro (coord.) – «Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães – Economia, Instituições e Império». Edições Almedina, 2012 (Colecção «Estudos de Homenagem»)



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia». Braga: CITCEM, 2012.



2013

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; COELHO, José Abílio; FRANCO, Renato (coord.) – «Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência». Póvoa de Lanhoso: CITCEM e Fundação Getúlio Vargas (Brasil), 2013.



BETTENCOURT, Ana M. S. – «A Pré-História do Noroeste Português». Braga: CITCEM/CEIPHAR, 2013.



LIMA, João Torres – MOJAF – «Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna (1963-1970)». Porto: CITCEM, 2013.



MELO, Arnaldo Sousa; Ribeiro, Maria do Carmo (coord.) – «História da Construção: Arquiteturas e Técnicas Construtivas». Braga: CITCEM e LAMOP, 2013.



PAULINO, Maria Clara – «Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos». Braga: CITCEM/IEM, 2013.



SANTOS, Carlota; MATOS, Paulo Teodoro de – «A demografia das sociedades insulares portuguesas (Séculos XV a XXI)». Braga: CITCEM, 2013.



SILVA, Maria João Oliveira – «A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média». Lisboa: CEHR-UCP; CITCEM, 2013.



SOUSA, Rogério; FIALHO, Maria do Céu; HAGGAG, Mona; RODRIGUES; Nuno Simões (coords.) – «Alexandria ad Aegyptum. The legacy of multiculturalism in Antiquity». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2013.



2014

ALVES; Luís Alberto; GARCÍA GARCÍA, Francisco; ALVES, Pedro (org.) – «Aprender del cine: narrativa y didáctica». Madrid: ICONO14/CITCEM, 2014.



ALVES, Jorge; ALVES, Luís Alberto M.; PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Maria Conceição Meireles. (coord.) – «A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações». Porto: CITCEM, 2014.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; SILVA, Ricardo; COELHO, José Abílio – «Sociabilidades na vida e na morte (Séculos XVI-XX)». Braga: CITCEM, 2014.



BOURA, Ana Isabel; TOPA, Francisco; RIBEIRO, Jorge Martins (eds.) – «Construção de Identidade(s). Globalização e Fronteiras». Frankfurt: CITCEM/Peter Lang, 2014.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana. Cidade e Periferia». Braga: CITCEM/IEM, 2014.



ROCHA, Charles; DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro – «Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano». Porto: CITCEM, 2014.



SARAIVA, Arnaldo – «Dar a ver e a se ver no extremo. O poeta e a poesia de João Cabral de Melo Neto». Porto: CITCEM, 2014.



SEQUEIRA, Carla – «Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro». Porto: CITCEM, 2014.



NORONHA, Elisa – «Discursos e reflexividade: um estudo sobre a musealização da arte contemporânea». Porto: CITCEM, 2015.



SOUSA, Armindo – «O parlamento medieval português e outros estudos». DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos; MARQUES, André Evangelista (Org.). Porto, Fios da história, 2014.



PEREIRA, Elsa – «Obras de João Penha. Edição crítica e estudo». Porto: CITCEM, 2015. Prefácio de Francisco Topa.



2015
ALVES, Luís Alberto M.; PINTAS-SILGO, Joaquim (coord.) – «História da Educação. Fundamentos Teóricos e Metodologias de Pesquisa: Balanço da Investigação Portuguesa (2005-2014)». Porto: CITCEM; HISTEDUP; Instituto de Educação, 2015.



PORTUGAL, D. Francisco de – «Epistolário a D. Rodrigo da Cunha (1616-1631)». Porto: CITCEM, 2015.



AMORIM, Inês; PINTO, Sara; SILVA, Luís (eds.) – «Reading Topics on Environmental History – Breves Leituras sobre História Ambiental». Porto: CITCEM-REPORTHA, 2015. (Livro de Resumos).



REIGADA, Tiago – «Ensinar com a Sétima Arte: o Espaço do Cinema na Didática da História». Porto: CITCEM, 2015.



BERGONZINI, Massimo – «Il culto mariano e immaculista della monarchia di Spagna: l'ambasciata romana di D. Luis Crespi de Borja (1659-1661)». Porto: CITCEM, 2015.



TOPA, Francisco; PEREIRA, Elsa (coord.) – «De Luanda a Luandino: Veredas». Porto: CITCEM, 2015.



CARVALHO, Elza – «Lima Internacional: Paisagens e Espaços de Fronteira». Porto: CITCEM, 2015.



VIEIRA, Helena – «A disciplina de História no ensino técnico». Porto: CITCEM, 2015.



LAGE, Maria Otília Pereira – «Mécia de Sena e a escrita epistolar com Jorge de Sena: para a história de cultura portuguesa contemporânea». Porto: CITCEM, 2015.



VIEIRA, Ismael Cerqueira – «Conhecer, tratar e combater a «peste branca». A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)». Porto: CITCEM, 2015.

2016



ALVES, Luis Alberto Marques, et al. – «XI COLUBHE – Investigar, Intervir e Preservar. Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira. Livro de Resumos». Porto: CITCEM, 2016.



ALVES, Luís Alberto; BARCA, Isabel; RIBEIRO, Cláudia Pinto; GAGO, Marília; PINTO, Helena; MOREIRA, Ana (org.) – «XVI Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica: Epistemologias e Ensino de História». Porto: CITCEM, 2016.



AMORIM, Maria Norberta – «O Pico. A abordagem de uma ilha». Porto: CITCEM; Desafios da Montanha, 2016. Vol. I – «As Famílias». Tomo IX – «As famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX».



ARAÚJO, Sofia de Melo – «Ética e Literatura. Um Estudo de Romances de Iris Murdoch (1958-1970)». Porto: CITCEM, 2016.



BARCA, Isabel; ALVES, Luís Alberto Marques (coord.) – «Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional». Porto: CITCEM, 2016. (Ebook XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica).



CARDOSO, Amadeo de Souza – «Amadeo de Souza Cardoso, 12 reproductions». Porto: CITCEM, 2016. Facsímile.



CARVALHO, José Adriano de Freitas – «Antes de Lutero: A Igreja e as Reformas Religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2016.



MAIA, Tatyana de Amaral; ALVES, Luís Alberto Marques; HERMETO, Míriam; RIBEIRO, Cláudia Sofia (org.) – «(Re)construindo o Passado: o papel insubstituível do ensino da história». Porto: CITCEM, 2016.



PINTO, Helena – «Educação Histórica e Patrimonial: Conceções de Alunos e Professores sobre o Passado em Espaços do Presente». Porto: CITCEM, 2016.



POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; PALMA, Monique (org.) – «Connecting Worlds. Production and circulation of knowledge in tge First Global Age. Book of Abstracts». Porto: CITCEM, 2016.



ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (org.) – «Genius loci: lugares e significados: breves reflexões | Genius loci: places and meanings: short reflections». Porto: CITCEM, 2016. (Livro de Resumos).



SANCHES, Maria de Jesus; MONTEIRO--RODRIGUES, Sérgio; VALE, Ana (coord.) – «ARQUEOCIÊNCIAS 2016. Recintos Peninsulares da Pré-História Recente. Métodos Multidisciplinares de Investigação. Pré-Atas». Porto: CITCEM, 2016.



SILVA, André Filipe Oliveira da – «Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)». Porto: CITCEM, 2016.



TOPA, Francisco & VISHAN, Irena (coord.) – «Manuel dos Santos Lima. Escritor Angolano Tricontinental». Porto: CITCEM, 2016.



REYNAUD, Maria João; GREENFIELD, John; TOPA, Francisco (eds.) – «Diálogo(s) transfronteiriço(s). Construção de identidades». Frankfurt: CITCEM; Peter Lang Edition, 2016.



REYNAUD, Maria João; TOPA, Francisco; GREENFIELD, John (eds.) – «Nos Passos de Aquilino». Frankfurt: CITCEM; Peter Lang Edition, 2016.



2017

ALVES, Luis Alberto Marques & GARCÍA GARCÍA, F, coords. – «V Congresso Internacional de Cidades Criativas. Livro de Resumos | Book of Abstracts». Porto: CITCEM/ ICONO 14, 2017.



CORDEIRO, Jacinto; PIRES, Maria Lucília Gonçalves (Introd. e notas) – «Elogio de Poetas Lusitanos». Porto: CITCEM, 2017.



ALVES, Luís Alberto Marques & PINTASSILGO, Joaquim, coords. – «Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação». Porto: CITCEM, 2017



DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (coord.) – «Paisagem Antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspetivas». Porto: CITCEM, 2017.



ALVES, Luis Alberto Marques, et al. – «Atas Finais do XI COLUBHE». Porto: CITCEM, 2017.



POLÓNIA, Amélia & ANTUNES, Cátia, eds. – «Mechanisms of Global Empire Building». Porto: CITCEM, 2017.



ALVES, Luís Alberto Marques; PEREIRA, Gaspar Martins (coords.) – «Cruzar Fronteiras. I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras». Porto: CITCEM, 2017.



RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco (coords.) – «A História da Educação em Vila Nova de Gaia». Porto: CITCEM, 2017.



BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; BOTELHO, Maria Leonor (Coord.) – «Passeio e Jardim das Virtudes : uma paisagem histórica urbana». Porto: CITCEM, 2017.



RIBEIRO, Cláudia Pinto; VIEIRA, Helena; BARCA, Isabel; ALVES, Luís Alberto Marques; PINTO, Maria Helena; GAGO, Marília, coord. – «Epistemologias e Ensino da História». Porto: CITCEM, 2017.



BARROCA, Mário Jorge, coord. – «No Tempo de D. Afonso Henriques – Reflexões sobre o primeiro século português». Porto: CITCEM, 2017.



ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. – «Genius Loci – Lugares e Significados. Places and Meanings, vol. 1.»



BERGONZINI, Massimo – «Storia della Fondazione della Congregazione dell'Oratorio di San Filippo Neri di Valencia». Porto: CITCEM, 2017.



ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. – «Genius Loci – Lugares e Significados. Places and Meanings, vol. 2.» Porto: CITCEM, 2017.



CASTILHO, Liliana – «Construindo a cidade: Viseu nos séculos XVII e XVIII». Porto: CITCEM, 2017.



TOPA, Francisco; SIQUEIRA, Joelma Santana; YOKOZAWA, Solange Fiuza (Coord.) – «Estudos de Literatura Brasileira em Portugal: Travessias». Porto: CICTEM, 2017.



2018
ALVES, Luís Alberto Marques (Coord.) – «Cruzar Fronteiras sobre o Ensino de História. II Oficinas Luso-Afro-Brasileiras». Porto: CITCEM, 2018.



GAGO, Marília – «Consciência Histórica e Narrativa na Aula de História». Porto: CITCEM, 2018.



AMORIM, Maria Norberta – «Uma Aldeia num Oceano. As gentes do Corvo entre o século XVII e o XX». Porto: CITCEM, 2018.



GREENFIELD, John; TOPA, Francisco (Ed.) – «Textualidade e Memória. Permanência, Rutura, Controvérsia». Porto: CITCEM, 2018.



BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (Coord.) – «Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim». Porto: CITCEM, 2018.



LAGE, Maria Otília Pereira – «Um Caso de Fronteira no “Douro Novo” – Carrazeda de Ansiães. Para a História do Vinho do Porto». Porto: CITCEM, 2018.



BEIRES, J. Sarmento – «De Portugal a Macau (a viagem do «Pátria»)». Porto: CITCEM, 2018. **MORUJÃO, Isabel; BRITO, Rita Pina** (Ed.).



LAGE, Otília (Coord.) – «Alto Douro e Pico. Paisagens culturais vinhateiras Património mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada». Porto: CITCEM, 2018.



CÂMARA, Alexandra Gago da; BOTTAINI, Carlo; ALVES, Daniel; MURTEIRA, Helena; BARREIRA, Hugo; BOTELHO, Maria Leonor; RODRIGUES, Paulo Simões (Coord.) – «Cities in the Digital Age: Exploring Past, Present And Future | Cidades na Era Digital: Explorando Passado, Presente e Futuro». Porto: 2018.



LEEMANS, Annemie D. C. – Contextualizing Practical Knowledge in Early Modern Europe. Frankfurt: Peter Lang, 2018.



CARVALHO, José Adriano de Freitas – «Nobres Letras... Ferosmos Volumes... Inventários de Bibliotecas Observantes em Portugal no Século XV. Os Traços de União das Reformas Peninsulares. O Floreto de Sant Francisco». Porto: CITCEM, 2018.



LIMA, João Torres – «De Leiria à Gabela. Memórias de um Soldado da Guerra Colonial (1971-1974)». Porto: CITCEM, 2018.



DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (coord.) – «Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade». Porto: CITCEM, 2018.



MARTINS, Patrícia Roque; SEMEDO, Alice Lucas; CAMACHO, Clara Frayão (Coords.) – «Representing Disability in Museums: Imaginary and Identities». Porto: 2018.



PIMENTA, Susana – «Dinâmicas coloniais e pós-coloniais. Os casos de Rei Ventura, Guilhermina de Azeredo e Castro Soromenho». V. N. Famalição: Edições Húmus e Autora, 2018.



POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele C.; PALMA, Monique (Editors) – «Cross-Cultural Exchange and the Circulation of Knowledge in the First Global Age». Porto: CITCEM, 2018.



POLÓNIA, Amélia; COSTA, Cátia Miriam; MOUTA, Fernando (Coords.) – «Boas práticas para políticas públicas de memória, ciência e património». 2018.



POLÓNIA, Amélia; DOMINGUES, Francisco Contente (Coord.) – «Shipbuilding: Knowledge and Heritage». Porto: 2018.



RIBEIRO, Cláudia Pinto; ALVES, Luís Alberto; HENRIQUES, Raquel Pereira (Coord.) – «Manuais Escolares: Presenças e Ausências». Porto: 2018.



RIBEIRO, Cláudia Pinto; CIERCO, Teresa (Coord.) – «Unidos por Um Oceano: o Ensino Superior no Espaço Ibero-Americano». Porto: CITCEM, 2018.



ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (Coord.) – «História da Arquitetura. Perspetivas temáticas». Porto: CITCEM, 2018.



ROQUE, Ana Cristina; MELO, Cristina Joanaz de; AMORIM, Inês; FREITAS, Joana Gaspar de; TORRÃO, Maria Manuel (Coord.) – «Alterações ambientais em perspetiva histórica». Porto: 2018.



ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. – «Genius Loci - Lugares e Significados. Places and Meanings, vol. 3». Porto: CITCEM, 2018.



SANTOS, Maria José Moutinho; FINK, Daniel; AGRA, Cândida da; SANTOS, Gilda (Coord.) – «The Portuguese Prison Photo Project. Atas da Conferência Internacional Porto 12 e 13 de Outubro 2017». Porto: 2018.



SEMEDO, Alice; GANGA, Rafaela; OLIVEIRA, Célia – «Visitar Museus e Monumentos: Um Estudo Piloto de Fatores Motivacionais». Porto: 2018.



SOARES, Carolina Esteves; RUFINO, Carolina; ISAAC, Francisco; MAGALHÃES, José Malheiro (Coord.) – «Phármakon do Combate da Enfermidade à Invenção da Imortalidade». Porto: CITCEM, 2018.



SOARES, Maria Leonor; SANTOS, Celso; DAMÁSIO, Luís; BRUNO, Marzia (Coord.) – «1.º Congresso Internacional Amadeo de Souza Cardoso». Porto: CITCEM, 2018.



TOPA, Francisco; PEREIRA, Elsa (Coord.) – «Nervoso Mestre, Domador Valente / Da rima e do soneto português - João Penha (1839-1919) e o seu tempo». Porto: CITCEM, 2018.



2019
ALVES, Luís Alberto Marques; LIMA, Rui Guimarães; PEREIRA, Francisco Diogo Mota Soares – «Telescola: um espaço de referência educativa». Porto: CITCEM, 2019.



Colecção FONTES
BARROS, Amândio Jorge Morais – «Cartas da Índia. Correspondência privada de Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 1).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – «A Aurora da Quinta Monarquia». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 2).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – «Um diálogo epistolar. D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Fontes», n.º 3).



MOLINOS, Miguel de; TAVARES, Pedro Vilas Boas (Leitura, Edição e Estudo Introdutório) – «Guia Espiritual, breve Tratado da Comunhão Quotidiana, e Excelências da Oração Mental tirada dos Santos». Porto: CITCEM, 2017. (Coleção «Fontes», n.º 11).



CARVALHO, José Adriano Freitas de (ed., introd. e notas) – «Outavas à Jornada pelo Douro acima com uns amigos», de Tomé Tavares Carneiro. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Fontes», n.º 4).



Coleção Teses Universitárias
SEQUEIRA, Carla – «O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 1).



LAGE, Otilia (org.) – «Correspondência Jorge de Sena e Mécia de Sena “Vita Nuova” (Brasil, 1959-1965)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 5).



COSTA, Rui Manuel Pinto – «Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839-1974)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 2).



PEREIRA, Gaspar Martins (org.) – «Alves Redol e o Douro. Correspondência para Francisco Tavares Teles». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento/Dir. Reg. Cultura Norte, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 6).



MARQUES, Ana Maria dos Santos – «O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 3).



BERGONZINI, Massimo – «Compendio de las Vidas de los Padres que han florecido en virtudes y letras en la Real Casa de S. Felipe Neri de Valencia». Porto: CITCEM, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 7).



RIBEIRO, Ana Sofia Vieira – «Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos (1750-1772)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 4).



CONDE, Antónia Fialho; MORUJÃO, Isabel; MORJÃO, Maria do Rosário Milagres – «Em treze cantos: epopeia feminina em recinto monástico. O memorial dos Milagres de Cristo de Maria de Mesquita Pimentel». Porto: CITCEM/CHSC/CIDEHUS, 2014. (Coleção «Fontes», n.º 8).



RIBEIRO, Jorge Manuel Pinto – «Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 5).



AMARAL, Luís Carlos; SILVA, Maria João Oliveira (org., apresentação, leitura e transcrição paleográfica) – «Pergaminhos de uma Coleção Particular». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2016. (Coleção «Fontes», n.º 10).



MARQUES, André Evangelista – «Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2014. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 6).



PEREIRA, Pedro Abrunhosa – «O Vinho na Lusitânia». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2017. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 8)



SANTOS, Ana Paula Machado – «Esmaltes de Limoges e Peninsulares em Portugal da Época Medieval à Época Moderna». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2018 (Coleção «Teses Universitárias», n.º 11).



AREZES, Andreia – «O Mundo Funeário na Antiguidade Tardia em Portugal: As Necrópoles dos Séculos V a VIII». Porto: CITCEM, 2017. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 9)



BEIRES, J. Sarmento de – «De Portugal a Macau (A viagem do Pátria)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2018 (Coleção «Teses Universitárias», n.º 11).



FALCÃO, Nuno de Pinho – «Ecclesia Semper Reformanda. A Congregação dos Lóios e a Reforma da Igreja (Itália, Portugal e África - 1404-1580)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2018 (Coleção «Teses Universitárias», n.º 10).

CEM/cultura, espaço & memória

Assinante individual (15€/ano)

Nome: _____	
Morada: _____	
Código Postal: _____	Localidade/País: _____
Tel: _____	Email: _____
Profissão: _____	Instituição: _____
N.º de contribuinte: _____	

Nota: Uma **assinatura** inclui um exemplar da revista e os portes de envio por correio registado.



.....
Junto envio o cheque n.º do Banco
no valor de, à ordem da Faculdade de Letras da Universidade
do Porto (CITCEM), para assinatura da revista CEM relativa ao(s) ano(s)

Boletim de assinatura a enviar a CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica,
s/n | 4150-564 PORTO.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO REVISTA CEM

Os trabalhos devem ser enviados num único ficheiro (excepto se previrem a inclusão de imagens), em Word ou compatível. Caso sejam utilizadas fontes ou símbolos especiais, estes devem ser identificados e enviados anexos ao artigo.

No caso do artigo prever a publicação de figuras ou mapas, estes elementos deverão ser numerados e enviados em ficheiros separados, devendo constar no texto a indicação dos locais onde tais imagens deverão ser inseridas, bem como as respectivas legendas.

Cada artigo não deverá exceder 30 mil caracteres, com espaços incluídos (nesta contagem devem ser consideradas as notas, a bibliografia, os quadros e anexos).

O artigo deverá ser acompanhado, independentemente do idioma em que for submetido, por *resumos*, em Português e Inglês, com cerca de 750 caracteres, pela indicação de 4 palavras-chave do artigo e pela identificação do autor (instituição, categoria e, caso seja pretendido, elementos de contacto, nomeadamente, telemóvel e email).

A. Estilo:

1. O **corpo do texto** deverá ser em letra Times New Roman, corpo 12, a espaço e meio de entrelinha, com margens de 2,5 cm. Não são aceites sublinhados.
2. O **título** do artigo deve ser alinhado à esquerda, em tamanho 14, negrito, e ocupar a primeira linha.
3. O **nome** do(s) autor(es) deve figurar na linha imediatamente a seguir ao título, alinhado à direita, em tamanho 12, com a indicação em nota de rodapé da instituição a que pertence e do correio electrónico institucional ou pessoal.
4. As **notas de rodapé** (em letra Times New Roman, corpo 10, com espaço simples de entrelinha) deverão ser reduzidas ao essencial. Desaconselha-se, igualmente, a utilização de um número excessivo de quadros e imagens. A bibliografia final (obrigatória) deverá conter as obras referenciadas no texto ou em notas e ordenadas alfabeticamente.

B. Citações

1. Citações de excertos de textos:

- a) Caso se trate de citações de pequena dimensão, integradas no corpo do texto, devem ficar entre aspas, sem itálicos.

Ex:

texto proposto, texto proposto «texto citado, texto citado» texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto

- b) Caso se trate de excertos de maiores dimensões, deverão ser citados em parágrafo(s) distintos, sem aspas, com entrada de 1 cm do lado esquerdo, de tamanho e entrelinhamento iguais aos das notas de rodapé (corpo de letra 10), em itálico.

Ex:

texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto texto citado, texto citado texto citado, texto citado

2. Na **citação e referência documental e bibliográfica**, os artigos deverão respeitar as seguintes normas, adaptadas da NP 405-1:

a) **Citações em texto:**

- i) **citação de documentos:** as citações documentais, em notas de rodapé, deverão integrar, embora de forma abreviada ou com siglas (a desenvolver no final do texto, junto à bibliografia), todos os elementos necessários à identificação da espécie. A identificação de fundo ou colecção documental deve ser feita em itálico (ex: IAN/TT – *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, cx. 37, mc. 7, s.n.).
- ii) **citações bibliográficas:** as referências bibliográficas, em notas de rodapé, deverão indicar, qualquer que seja a natureza da publicação (livro, artigo, etc.), o apelido do(s) autor(es) (em maiúsculas), o ano de publicação da obra e a(s) página(s) a que corresponde a citação (ex: PIRES, 2009: 319). Se se tratar de obras de dois autores, deverão indicar os apelidos de ambos, separados por & (ex: ROSAS & MÁIZ, 2008: 338). Se se tratar de diversos autores, ao apelido do primeiro autor deve seguir-se a expressão «et alii», abreviada, em itálico (ex: RAMOS *et al.*, 2009: 622). Se se tratar de autor com mais do que uma obra referida na bibliografia e publicada no mesmo ano, deve acrescentar-se ao ano de publicação uma letra correspondente à ordenação alfabética da bibliografia (ex: SARAIVA, 2009a: 11).

b) **Citações em bibliografia final** (obrigatória):

i) **Monografias:**

Ex: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2 vols.
SARAIVA, Arnaldo, *org. e introd.* (2009a) – *O personagem na obra de José Marmelo e Silva*. Porto: Campo das Letras.
SARAIVA, Arnaldo (2009b) – *Guilherme IX de Aquitânia, Poesia*. Campinas: Unicamp.
TORRES, Carlos Manitto (1936) – *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.].

ii) **Publicações periódicas:**

Ex: ROSAS, António; MÁIZ, Ramón (2008) – *Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 337-356.

iii) **Capítulos de obras colectivas:**

Ex: PIRES, Ana Paula (2009) – *A economia de guerra: a frente interna*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, *coord.* – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 319-347.

iv) **Teses:**

Ex: BARROS, Amândio (2004) – *Porto: A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

vi) **Monografias em suporte electrónico:**

Ex: AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Disponível em <<http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

vii) **Analíticos em suporte electrónico:**

Ex: DIAS, Lino Tavares (2013) – *Contributo para o reconhecimento de «estratigrafia» na paisagem da Bacia do Douro. O caso do território entre Marão, Montenuro, Sousa, Tâmega e Douro*. «Revista CEM», n.º 4, p. 177-190. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12833.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2015].

3. Citação de fontes:

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo embora a abreviaturas ou siglas. Estas deverão ser desenvolvidas no final do artigo, após a bibliografia. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex: IAN/TT – *Chancelaria D. Afonso V*, Iv. 15, fl. 89

D. Recensões:

As recensões de livros não devem ultrapassar 7.500 caracteres. De modo geral, devem adoptar a seguinte estrutura: i) descrever, de forma clara e breve, o conteúdo e os objectivos da obra; ii) relacionar a obra com bibliografia de referência sobre o tema e apontar seus os principais contributos nesse domínio; iii) avaliar a adequação das fontes de informação, da metodologia seguida e da estrutura da obra, face aos objectivos do autor; iv) o autor da recensão deve emitir uma crítica imparcial e objectiva sobre a obra, não sendo aceitáveis juízos pessoais demonstrativos de antipatia ou simpatia pelo autor; v) o autor da recensão deve evitar análises de pormenor (listas de erros tipográficos ou de omissões bibliográficas, a menos que comprometam, de forma decisiva, os objectivos da obra), notas de rodapé e referências finais; vi) as referências consideradas necessárias deverão ser incluídas no texto, entre parênteses [ex: «Segundo Hancock (*Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Taste and Trade*. New Haven/London: Yale University Press, 2009), o comércio interimperial ajudou a configurar um mundo atlântico integrado, ancorado em redes que facilitaram movimentos de pessoas, mercadorias e ideias, quebrando as fronteiras dos impérios e criando uma ‘cultura atlântica transimperial’»]; vii) o cabeçalho da recensão deverá conter os seguintes elementos: título (em negrito); nome do autor (em maiúsculas); local de edição: editor, data; páginas (no formato ‘xxix + 632 p.’), indicação, se for o caso, que o livro contém ilustrações e/ou mapas e ISBN.

Ex. de cabeçalho de recensão:

Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Trade and Taste

DAVID HANCOCK

New Haven/London: Yale University Press, 2009

xxix + 632 p., il., mapas, índices, bib., ISBN 978 0 300 13605 0

REFEREES 2020

Alexandra Gago da Câmara (Universidade Aberta)
Alexandra Guedes Pinto (Universidade do Porto)
Ana Carvalho (Universidade de Évora)
Aurora Carapinha (Universidade de Évora)
Clara Moura Soares (Universidade de Lisboa)
Dominique Crozat (Université Paul-Valéry Montpellier III)
Flávia Mattos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Helena Murteira (Universidade de Évora)
Isabel Margarida Duarte (Universidade do Porto)
Joana Brites (Universidade de Coimbra)
Jorge Figueira (Universidade de Coimbra)
Leonardo Castriota (Universidade Federal de Minas Gerais)
Luís Pereira Sebastian (Direção Regional de Cultura do Norte)
Marcos Olender (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Maria de Fátima Outeirinho (Universidade do Porto)
Maria Goretti Tavares (Universidade Federal do Pará)
Maria João Neto (Universidade de Lisboa)
Maria José Casanova (Universidade do Porto)
Marie-Laure Poulot (Université Paul-Valéry Montpellier III)
Paula Bessa (Universidade do Minho)
Paulo Simões Rodrigues (Universidade de Évora)
Pedro Eiras (Universidade do Porto)
Rafael Winter (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Rodrigo Coelho (Universidade do Porto)
Teresa Cunha Ferreira (Universidade do Porto)
Teresa Marques (Universidade do Porto)

